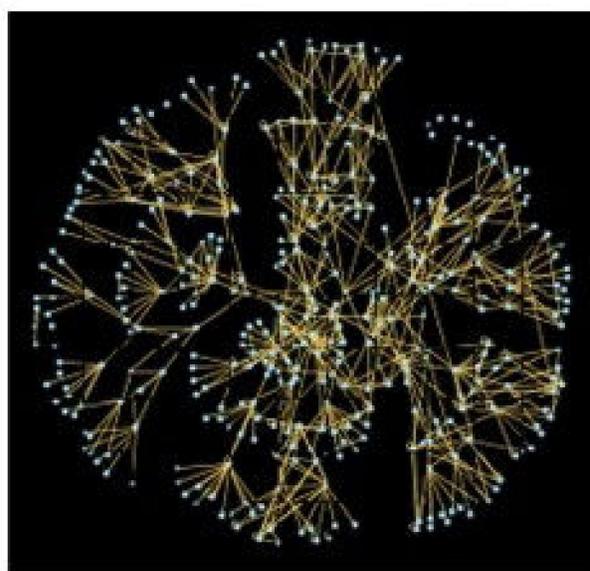


Euclides André Mance

Constelação
Solidarius



as fendas
do capitalismo
e sua superação
sistêmica

Este livro apresenta detalhadamente as principais fendas sistêmicas do capitalismo contemporâneo e como explorá-las sob a lógica da economia solidária.

Mais do que isso, investiga as conexões existentes entre fatores econômicos e semióticos necessárias à reprodução do capitalismo. Esclarece como se fundam socialmente os valores e a relação existente entre meios econômicos, valores econômicos e os signos instituídos socialmente para a sua representação - que tanto viabilizam os fluxos de valor econômico pelo sistema, quanto permitem gerar capitais virtuais que se avolumam nos períodos anteriores aos cracks sistêmicos, que se dissipam durante sua ocorrência e que, por fim, deixam um rastro de dívidas impagáveis, contratos quebrados e ônus a serem assumidos pelos Estados.

O livro desvenda, de modo claro e consistente, o processo de produção e concentração de valor econômico na etapa atual do capitalismo, que combina as formas tradicionais de exploração do trabalho na produção de bens tangíveis e que institui novas formas de exploração dos trabalhadores na economia do conhecimento, na economia dos bens intangíveis. Propõe, igualmente, alternativas estratégicas para a expansão sistêmica da economia solidária como um novo modo de produção, economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo.

Euclides André Mance

CONSTELAÇÃO SOLIDARIUS
As fendas do capitalismo e
sua superação sistêmica

Euclides André Mance

CONSTELAÇÃO SOLIDARIUS
As fendas do capitalismo e
sua superação sistêmica

Passo Fundo
IFIBE
2008

© Copysol 2008 - Euclides André Mance

Edição: Editora IFIBE

Revisão de Texto: Autor

Capa, Normatização e Diagramação: Diego Ecker

Impressão e Acabamento: Gráfica Berthier

Ilustração da capa gerada a partir do software Guess – The Graph Exploration Sistem, acessível em <<http://graphexploration.cond.org>>.

Rua Senador Pinheiro, 304 - Rodrigues

99070-220 - Passo Fundo - RS

Fone (54) 3045-3277

E-mail: editora@ifibe.edu.br

Site: www.ifibe.edu.br/editora

CIP – Catalogação na Publicação

R731a Mance, Euclides André.

Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua
superação sistêmica / Euclides André Mance. – Passo Fundo:
Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.
201 p.

ISBN 978-85-99184-52-3

1. Capitalismo. 2. Economia solidária. 3. Sistemas
econômicos. 4. Semiologia. I. Título.

CDU : 330.342.14

Catalogação: Bibliotecária Lidiane Corrêa Souza – CRB 10/1721

2008

A reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, seja
reprográfico, fotográfico, eletrônico, gráfico, microfilmagem, etc., pode ser
feita apenas por empreendimentos e organizações de economia solidária
ou por entidades do setor público (estatal ou não-estatal), após autorização
expressa e específica do titular do copysol, tendo em vista fortalecer
o conjunto das organizações de economia solidária.

Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE

Sumário

Agradecimentos	7
Introdução	9

CAPÍTULO 1

AS FENDAS DO CAPITALISMO E SUA SUPERAÇÃO SISTÊMICA	13
1. As fendas do capitalismo	13
2. A superação sistêmica do capitalismo	62
2.1. O valor econômico e sua mensuração	72
2.2. A atribuição do valor econômico em relação às suas formas de apropriação	78
2.3. Inocular pelas fendas do capitalismo o seu antagonico	91

CAPÍTULO 2

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EMERGÊNCIA DE SISTEMAS ECONÔMICOS PÓS-CAPITALISTAS	109
1. Economia solidária – histórico recente e definição teórico-prática	109
2. Impactos e horizontes econômicos, ecológicos, políticos, sociais e culturais	112
3. Horizontes estratégicos	121

CAPÍTULO 3

SISTEMAS DE INTERCÂMBIOS SOLIDÁRIOS	125
1. Uma introdução geral	125
1.1. Princípios e valores	126

- 1.2. Histórico e objetivos do Sistema de Intercâmbios Solidarius 129
- 1.3. A metodologia do Sistema de Intercâmbios Solidarius 135
2. Fundamentação 146
 - 2.1. A unidade solidária de valor econômico e o poder de compra distribuído nas nações 146
 - 2.2. Unidade Solidária de Valor Econômico e os Créditos Solidarius 156
 - 2.3. Aspectos da metodologia 159

CAPÍTULO 4

HORIZONTES ESTRATÉGICOS 167

1. Integração estratégica das diversas modalidades de economia solidária 167
2. Fundo Mundial de Economia Solidária e meios econômicos efetivos 183
3. Fluxos globais de valores econômicos solidários 183
4. Aquisição solidária dos títulos das dívidas públicas pelo fundo mundial e a reconstrução das soberanias nacionais 184
5. Geração de trabalho e renda e redução da jornada de trabalho em escala planetária 186
6. Transformação sistêmica de empresas capitalistas pela adoção dos princípios éticos, organizativos e operativos da economia solidária 187
7. Expansão do desenvolvimento sustentável e conversão para uma nova matriz energética 188
8. Fortalecimento da democracia participativa na esfera econômica e política 189
9. Promoção do bem-viver de cada pessoa e da paz entre os povos 191
10. A Constelação Solidarius 192

Conclusão 195

Referências bibliográficas 199

Agradecimentos



Agradeço a todos os participantes do Sistema de Intercâmbios Solidarius nos diversos países, que tornaram possível o percurso de aprendizagens dialógicas sobre as práticas colaborativas que realizamos ao longo desse ano e sobre seus horizontes estratégicos. Igualmente agradeço aos amigos e amigas do Instituto de Filosofia da Libertação pelas observações e diálogos sobre a primeira versão desse estudo, que possibilitaram aprimorar as teses e argumentos aqui apresentados.

A todos e todas, muito obrigado.

Euclides André Mance

Brasília, dezembro de 2008.

Introdução



Algumas fendas do capitalismo ficaram evidentes ao grande público com a crise que se abateu sobre o sistema financeiro internacional em outubro de 2008. A perda de trilhões de dólares em ações desvalorizadas em poucos dias nos diversos mercados levou à quebra de bancos consolidados, com conseqüências dramáticas nos vários continentes, afetando-se importantes cadeias produtivas. Os governos saíram imediatamente em socorro dos atores financeiros insolventes, buscando evitar o aprofundamento de uma crise sistêmica, tentando restaurar a confiança nos mercados.

Sintomaticamente, as análises econômicas difundidas pela grande imprensa e o discurso político de governos ou de seus opositores sobre a crise, pouco revelaram sobre essas e outras fendas do próprio sistema econômico, que continuam despercebidas ou incompreendidas, tanto sob ideologias econômicas que justificam mecanismos estruturais de concentração de riquezas quanto sob ideologias críticas ao capitalismo, porém incapazes de explicar os reais mecanismos de sua reprodução.

Neste contexto, enquanto o capitalismo experimenta uma das suas mais importantes crises ao longo dos últimos cem anos, senão a maior de sua história – tendo-se em conta a magnitude dos valores envolvidos –, setores expressivos da economia solidária, organizados em redes colaborativas, continuam a crescer. Criativamente continu-

am a desenvolver estratégias e tecnologias sociais que lhes permitem progredir sustentavelmente e tratar essas fendas sistêmicas como oportunidades para a expansão de novas estruturas econômicas, ecologicamente sustentáveis e socialmente justas.

Com essa perspectiva, testando e aprimorando uma nova tecnologia social que viabiliza a inter-operabilidade de modalidades diversas de economia solidária, um experimento econômico – que em outubro de 2008 completava um ano – mostrou-se bem sucedido. Envolvendo participantes de diferentes países e continentes, comprovou a hipótese de que é possível promover-se a expansão sustentável e acelerada de redes sócio-econômicas colaborativas, explorando-se de maneira adequada as principais fendas sistêmicas do capitalismo atual. Gerou, como veremos nesse livro, valiosos acúmulos teóricos e práticos para sua replicação, apropriação e desenvolvimento.

O experimento partiu da premissa de que a convergência entre tecnologias sociais elaboradas pela economia solidária nos últimos 40 anos e as tecnologias da informação – peculiares à revolução tecnológica em curso, que facilitam a organização de redes colaborativas – pode resultar em novas formas de intervenção econômica, social e política sobre as fendas do capitalismo globalizado, em ações simultaneamente locais e mundiais, levando à progressiva superação do próprio sistema.

Com esse horizonte, uma década de estudos sobre a diversidade de tecnologias sociais de economia solidária e sobre sua composição em redes colaborativas, no horizonte da sua convergência tecnológica e da interoperabilidade de seus mecanismos, deu origem a uma complexa plataforma de tecnologia da informação, denominada *Sistema Solidarius*. Essa plataforma serviu como base de operacionalização do experimento, levado a cabo por uma comunidade de intercâmbios que se constituiu em torno do projeto, possibilitando integrar diversas modalidades de economia solidária e seus fluxos econômicos locais e globais, em laços de realimentação. Mais importante do que o volume de transações econômicas internacionais e locais realizadas no experimento ou de projetos de economia solidária nele viabilizados com os recursos do Fundo Mundial de Economia Solidária, que já possui sessões nacionais em alguns países, é antever as potencialidades abertas por essa tecnologia social na expansão da economia solidária e na exploração das fendas sistêmicas do capitalismo.

Os acúmulos teóricos e práticos apresentados neste livro contribuem no debate sobre as perspectivas de integração sistêmica almejada por um grande conjunto de atores da economia solidária: *tudo, ao mesmo tempo e agora, de uma só vez*. E, igualmente, apontam horizontes estratégicos, no campo econômico, para que a economia solidária possa crescer sustentavelmente como um novo modo de produção, com a perspectiva histórica de suplantarmos o capitalismo como sistema global.

A busca da convergência de tecnologias sociais e de sua interoperabilidade nesse horizonte estratégico foi realizada visando justamente explorar, *hackear e crackear*, as fendas sistêmicas do capitalismo atual. Isto é, inserir nessas fendas raízes vigorosas de economia solidária, aproveitando mecanismos do próprio sistema para desencadear ações que lhe subvertem, capazes de desviar fluxos de valores que o realimentam para alimentar circuitos de economia solidária, de modo a viabilizar a expansão sustentável desta, possibilitando o surgimento de sociedades pós-capitalistas, de um novo sistema que compartilhe os meios econômicos para a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, para a promoção do bem-viver de todas as pessoas e da paz entre os povos. A tendência detectada é a de que a multiplicação de milhares de redes colaborativas, dinamizando fluxos socioeconômicos eco-solidários, dará origem a uma grande constelação solidária de sistemas de intercâmbios justos e colaborativos.

Inicialmente, apresentaremos as dez principais fendas sistêmicas do capitalismo atual. Explicaremos como elas tornam o sistema insustentável e insustentável. E, igualmente, como algumas delas têm sido hackeadas, tem sido exploradas, ao longo do tempo, para fins de investimento, especulação e concentração de riquezas – com graves consequências sociais. Também mostraremos como podem ser exploradas em favor da expansão da economia solidária.

Trataremos, a seguir, da economia solidária, seu histórico recente, impactos e horizontes estratégicos. Apresentaremos, então, o Sistema de Intercâmbios Solidarius, seus princípios e valores, histórico e objetivos, sua metodologia e fundamentação. Daremos atenção especial ao tema da Unidade Solidária de Valor Econômico utilizada nos intercâmbios locais e internacionais. E destacaremos vários aspectos importantes que se desdobram dessa metodologia em relação às fendas sistêmicas inicialmente apresentadas.

A parte final do livro é dedicada aos horizontes estratégicos que se abrem, com o emprego dessa metodologia, para a integração local e global das várias modalidades da economia solidária, para o manejo do Fundo Mundial de Economia Solidária, para o fortalecimento da democracia participativa e para a promoção do bem-viver das pessoas e dos povos. Apontamos, enfim, como a multiplicação desses sistemas de intercâmbios, articulando redes colaborativas de economia solidária, pode fazer surgir uma verdadeira constelação de iniciativas solidárias, com luz própria, com capacidade de gerar riqueza e desenvolvimento sustentável em seus territórios – a Constelação Solidarius.

Capítulo 1



AS FENDAS DO CAPITALISMO E SUA SUPERAÇÃO SISTÊMICA

1. As fendas do capitalismo

Embora alguns prefiram negar e renegar essa verdade, o capitalismo possui várias fendas sistêmicas que o impedem de ser economicamente, ecologicamente e solidariamente sustentável. Tais fendas relacionam-se às suas finalidades e ao seu modo de funcionamento. Destacaremos aqui algumas delas e, posteriormente, veremos como abordá-las na perspectiva de superação do próprio sistema.

- 1. Sob o capitalismo, as forças produtivas são desenvolvidas com o fim de ampliar-se a concentração de riqueza e não com a finalidade de promover-se o bem-viver de todas as pessoas e o equilíbrio dos ecossistemas.*

O capitalismo tende a converter em valor de troca tudo o que possa ser tomado como meio econômico, induzindo a percepção do mundo sob uma lógica utilitária. A partir dela, tende a organizar e explorar tudo que lhe sirva de meio econômico como fator de produção de mais-valia, sob as classes de capital natural, capital hu-

mano, capital social, capital tecnológico, capital financeiro e assim por diante.

Desse modo, a natureza, as pessoas, as relações sociais, os conhecimentos e valores econômicos são vistos como recursos a serem explorados para produzir mais capital, não havendo maior preocupação se os ecossistemas são destruídos, se relações humanas e sociais são coisificadas e alienadas, se os giros do capital financeiro quebram países e lançam milhões de pessoas na extrema pobreza, drenando recursos dos mais pobres e menos competitivos aos mais ricos e mais competitivos.

2. Por sua lógica intrínseca, o capitalismo não distribui valores econômicos suficientes para viabilizar o giro de sua produção; giro esse que somente se conclui graças ao endividamento real das pessoas e sociedades, como contra-face do crédito a elas oferecido para a compra de mercadorias.

Antes de o capitalismo surgir, ocorreu uma significativa concentração de riqueza a partir de atividades econômicas de tipo escravista e servil. Concomitantemente ao seu surgimento, as atividades de comércio e a pilhagem de riquezas nos processos coloniais incrementaram a acumulação de valores que contribuíram tanto no desenvolvimento e instalação de parques produtivos, quanto na produção e comercialização, bem como na sustentação da atividade de consumo, pelas elites, de produtos e serviços elaborados e ofertados sob o regime de assalariamento.

Desde a origem do sistema capitalista até hoje, muitas atividades econômicas não-assalariadas continuam a existir e a gerar valores econômicos que também acabam por desembocar na sua espiral interna de sua acumulação. O processo neocolonial, que perdurou até as últimas décadas do século passado, quando ocorre a independência das últimas colônias na África e Ásia, possibilitou que valores econômicos produzidos sob estruturas não-capitalistas e periféricas fossem deslocados para os centros dominantes, que tinham na periferia uma fonte de matérias-primas e um espaço consumidor de seus produtos. A espoliação neocolonial continuou, assim, financiando o desenvolvimento capitalista de potências hegemônicas e, mesmo após as in-

dependências políticas, significativas parcelas de valor produzidas em países do Terceiro Mundo sob regimes de produção não-assalariada continuaram realimentando as economias capitalistas locais que, por sua vez, permaneciam dependentes dos centros economicamente hegemônicos do Norte, para os quais fluíam esses valores, em razão dos termos degradados de intercâmbio dos produtos periféricos no comércio internacional e das sucessivas queimas de capitais na importação de tecnologias, que se obsoletizavam com o transcorrer do tempo, exigindo-se novas importações.

Igualmente, desde a origem do capitalismo, condição de seu desenvolvimento foi a emergência e a diversificação de formas de crédito para alavancar o comércio e o investimento produtivo, gerando-se títulos, que nada mais são do que promessas escritas de pagamento futuro, como forma de moedas intercambiáveis por moedas correntes (a uma certa taxa de valorização e sob uma certa confiança na concretização do pagamento). Tal expediente deu origem a um significativo volume de capital fictício – diria Marx, pois promessas de pagamento não são efetivamente riquezas acumuladas¹ – ou de capital virtual, como dizemos nós, sem o qual o sistema capitalista não tem como se desenvolver. De fato, como o capital distribui na forma de salário, retirada dos sócios, dividendos e impostos um valor menor do que o necessário para o consumo dos bens e serviços que oferece no mercado, torna-se condição, para completar o giro destes, a concessão de crédito a ser saldado futuramente. Mas como cada giro produtivo supõe um novo movimento de crédito, superior ao anteriormente compensado em razão do crescimento econômico, cada giro implica em nova ampliação de volume do capital financeiro, instituído por promessas de pagamento futuro. Entretanto, posto que o crédito não pode substituir o salário como forma essencial de sustentar o consumo sob o capitalismo, uma vez que o salário futuro deverá pagar

1 No Livro Terceiro de *O Capital*, Marx investigou esse problema. Com o desenvolvimento capitalista do comércio aperfeiçoa-se a mediação entre credor e devedor, possibilitando que se venda a mercadoria sem, entretanto, trocá-la por dinheiro, mas “... por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. [...] Até o dia do vencimento e pagamento [promessas escritas] circulam por sua vez como meio de pagamento, e constituem dinheiro genuíno do comércio.” (MARX, 1980, v. 5, p. 461, colchete nosso).”

o crédito passado, o sistema capitalista experimenta um movimento de profunda exclusão. Na medida que se amplia o volume de créditos concedidos, amplia-se ainda mais o volume de dívidas a serem pagas, pois há que pagar-se o principal da dívida acrescido de juros, pré ou pós-fixados. Tais operações são sustentadas por um sistema de aval, apoiado na avaliação de bens e patrimônios oferecidos em garantia das dívidas contraídas, mas cujo valor, que oscila conforme os movimentos especulativos, raramente corresponde ao da própria dívida. Como o crédito é concedido àqueles que possam futuramente pagá-lo e como desempregados, pobres e países quebrados não se enquadram satisfatoriamente nesse perfil, estes passam a ter dificuldades em obter crédito. E quanto mais se endividam, maiores são suas dificuldades em obtê-lo em maior magnitude e mais elevadas serão as taxas de juros que se lhes cobra pelo novo crédito concedido, usado para pagar as dívidas anteriormente contraídas.

Portanto, do ponto de vista econômico, o capitalismo não é um sistema auto-sustentável. Primeiro, porque, desde a sua origem, os recursos que ele distribui são insuficientes para sustentar o consumo dos próprios produtos e serviços que vende no mercado. Segundo, porque resolve esse problema valendo-se inicialmente de recursos que não são produzidos sob o modelo de assalariamento e, finalmente, criando um sistema de crédito que, em contrapartida, gera dívidas em cujo pagamento são canalizados recursos a serem futuramente recebidos pelo trabalho a ser realizado – recursos que seriam destinados ao consumo em momento futuro, mas que passam a ser utilizados para o pagamento de consumo já realizado no passado e de juros sobre o crédito concedido. Este movimento diminui ainda mais a própria quantidade de recursos destinados ao consumo no presente, o que implica em gerar-se mais créditos que permitam rolar dívidas e manter tal consumo em certos patamares que possibilitem o giro da produção. Com isso, surge uma esfera financeira de autovalorização do capital de crédito, que desvia o recurso do consumo para o pagamento de juros e que passa a avolumar-se cada vez mais, frente à quantidade de recursos distribuída na forma de salário que efetivamente é gasta em consumo.

3. *O capitalismo não distribui a maior parte da riqueza sob ele produzida, mas a concentra de maneira privada, fazendo emergir um seleto grupo de pessoas, empresas e instituições bilionárias e um gigantesco grupo de pessoas, empresas e instituições endividadadas, empobrecidas ou excluídas frente ao volume total da riqueza produzida.*

Há diversas compreensões de riqueza. Sob a lógica do capitalismo, em que o valor de uso é desfigurado pelo valor de troca, a riqueza é compreendida como a propriedade de algo poder ser trocado pelo maior volume possível do conjunto de todos os demais ativos econômicos que lhe sejam diferentes. Isto é, excluindo-se tal elemento do conjunto de tudo o que existe, a riqueza é compreendida como a propriedade de que ele possa ser trocado pelo maior volume de valor econômico que exista no restante desse conjunto. Frequentemente, processos especulativos alteram essa correlação entre os elementos mensurados em seu valor econômico e, assim, as proporções de troca se alteram. Organizado sob a cultura de acumular tal riqueza, o capitalismo desenvolveu inúmeros mecanismos que realimentam a produção e concentração de valor econômico. Embora diversifique e aprimore o volume de bens e serviços produzidos e tenda progressivamente a reduzir preços de bens e serviços menos aprimorados ou de qualidade inferior frente aos novos de melhor qualidade, o resultado desse jogo mercadológico (em que a troca condiciona o uso) é, inevitavelmente, a *concentração da riqueza* – pois mais valor é acumulado do que distribuído na totalidade do sistema – e, igualmente, a *exclusão* de gigantescas parcelas da sociedade do asseguramento de condições satisfatórias ao seu bem-viver.

4. *Sob a lógica do capitalismo não há como manter-se um padrão de valor baseado na equidade, assegurar-se algum padrão de valor econômico internacionalmente estável, evitar-se crises sistêmicas de financiamentos, pagamentos e intercâmbios, assegurar-se a estabilidade na reserva de valores econômicos ou a vigência da proporção de valores econômicos negociadas nos contratos.*

Como veremos em outra seção, não apenas o conceito de riqueza é equivocadamente sob a cultura do capitalismo, como também o pró-

prio conceito de valor econômico, que perde o seu substrato real. Na medida em que o objetivo do intercâmbio é acumular sempre mais valor econômico por um prazo de tempo sempre mais ampliado, cabe eleger, do conjunto de tudo o que há, justamente aqueles elementos que sejam menos depreciáveis em relação ao maior conjunto de transações que possam ser feitas com eles e acumulá-los na maior proporção possível. Essa acumulação somente pode ser assegurada pelo estabelecimento de um jogo de regras externas às transações mesmas, que legitimam ética e juridicamente o seu resultado, e pela utilização do poder da sociedade e do Estado em sua preservação. Todavia, o valor econômico daquilo que se acumula pode ser alterado pela alteração das relações sociais em sua apreciação, pelo desenvolvimento de forças produtivas capazes de reduzir sua importância frente à totalidade do que lhe é diferente, pela sua própria corrosão intrínseca, etc. Não há, pois, como manter-se, sob o capitalismo, a reserva do valor acumulado sem reproduzir-se um conjunto de relações sociais que suportem essa manutenção, sem operar-se a venda e compra de ativos frente às tendências de sua corrosão intrínseca ou de oscilação da sua apreciação nos mercados, frente à sua desvalorização ou valorização, relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, etc.

Entre todas as relações sociais a reproduzir-se para a preservação do valor acumulado, as mais fundamentais são a garantia da propriedade do valor acumulado por quem o detém, com o emprego da força social e estatal para tanto, e a manutenção dos contratos para seu o intercâmbio, assegurando-se o que seja requerido institucionalmente à sua possibilidade e à sua conclusão.

No bojo desta segunda condição, estão alojadas diversas responsabilidades estatais, a começar pela adoção de um padrão de mensuração de valor econômico. Não obstante ainda seja possível fazer-se contratos de permuta, a maioria dos contratos de compra e venda estipula um valor para os bens e serviços, adotando um padrão monetário em sua mensuração. O valor da moeda em circulação, como qualquer outra coisa trocável no mercado, está sujeito à mesma deterioração das demais. Mas sua preservação é simultaneamente econômica e política. Alterações da política monetária afetam os valores de negociação das moedas nos mercados frente ao restante de tudo o que seja permutável com elas (inclusive commodities metálicas,

como ouro e prata.), alterando-se as proporções do que se possa obter em troca de uma mesma cifra monetária, antes e depois de tais alterações. Por outra parte, todos os contratos orçados nessas moedas, feitos anteriormente a essa oscilação, já não expressam as mesmas proporções negociadas no momento da sua celebração. E, paradoxalmente, a manutenção do contrato significa exatamente a sua quebra. Pois os valores, pelos quais o contrato foi celebrado, foram alterados pela política monetária, que fez apreciar ou depreciar as moedas nos mercados em relação aos bens e serviços.

Sejam moedas nacionais ou metais, como ouro e prata, por exemplo, qualquer padrão que se adote para mensurar o valor acumulado está sujeito a alterações, frente às movimentações de mercado e às políticas monetárias.

As movimentações de mercado, de sua parte, resultam de fenômenos muito diversos; seja o desenvolvimento de novas tecnologias obsoletizando plantas produtivas e infra-estruturas existentes; sejam alterações de comportamento de consumidores – agenciados por publicidades, temores, etc. –, expectativas de acionistas com ágios, deságios e dividendos; sejam movimentos nitidamente especulativos voltados à valorização de ativos; etc.

A reserva de valor econômico, portanto, é suscetível a manter-se ou degradar-se em razão de fenômenos objetivos e subjetivos, reais e virtuais. Fenômenos de supervalorização de imóveis, por exemplo, realimentam a depreciação do conjunto de outros ativos em relação a eles e possibilitam gerar contratos de *hipoteca* – quando se oferece o imóvel em garantia de um empréstimo – ou de sua *compra e venda* – à vista ou com financiamentos – que criam capitais virtuais de maior ou menor magnitude. Isso pode enriquecer especuladores que convertem tais capitais virtuais em capitais efetivos no momento de maior valorização dos imóveis, realizando seus lucros. E, igualmente, empobrecer os compradores que celebraram tais contratos quando os imóveis estavam super-avaliados e que, pela força da manutenção destes mesmos contratos, tornaram-se devedores de valores superiores ao patrimônio que adquiriram, na medida em que os imóveis se depreciam abaixo do valor contratualmente negociado. Mas, igualmente, pode afetar todo o sistema financeiro, na medida em que o valor virtual das hipotecas, registrado em contratos que podem ser

negociados com terceiros, passa a ser intercambiado com outros valores, pela negociação comercial destes contratos que, supostamente, corresponderiam a ativos reais de mesma magnitude, sendo comercializados como se possuíssem valor efetivo, quando na verdade tal correspondência valorativa não existe. E quando os devedores tomam a decisão de entregar os imóveis, ao invés de pagar as hipotecas, a crise se estabelece. A depender da magnitude dos capitais virtuais que haviam sido gerados, operações de pagamento, financiamento e intercâmbio começam a quebrar-se em cadeia. E, assim, na livre competição movida pelo auto-interesse, a realização de lucros para uns significará, necessariamente, a realização de perdas, presentes ou futuras, para outros.²

Os mesmos fenômenos especulativos podem ocorrer com quaisquer bens e serviços negociáveis nos mercados. Commodities metá-

2 Embora ainda não tenha compreendido a natureza dessa fenda, Alain Greenspan – ex-presidente do Banco Central dos Estados Unidos e que o conduziu por 18 anos, tido como “o infalível maestro do sistema financeiro” – reconheceu a sua existência. Em seu depoimento, na Câmara de Representantes em 23 de outubro de 2008, declarou: “Eu cometi um equívoco ao presumir que os próprios interesses das organizações, especificamente os bancos, entre outras, eram de tal natureza que as tornavam mais capazes de proteger os seus próprios acionistas e a sua equidade”. Seu diálogo com o congressista Henry A. Waxman, é revelador do que entende por essa falha:

Waxman: Dr. Greenspan, ... esta é uma afirmação sua: “Eu tenho uma ideologia. Na minha opinião, os mercados, livres e competitivos são, de longe, a forma sem rival de se organizar as economias. Nós já testamos a regulação. Nenhuma funcionou significativamente.” Você teve a autoridade para impedir as práticas de empréstimo irresponsáveis que levaram à crise hipotecária do *subprime*. Vocês foram aconselhados a fazê-lo, por muitos outros. E agora, toda a nossa economia está a pagar o preço. Você sente que a sua ideologia o empurrou a tomar decisões que você desejaria não ter tomado?

Greenspan: Bem, lembremos o que é uma ideologia; um quadro conceitual com o modo como as pessoas lidam com a realidade. Todas as pessoas têm uma. Para existir, você precisa de uma ideologia. A questão é saber se ela é acurada ou não. E o que eu estou dizendo a você é, sim, eu encontrei uma falha. Não sei o quanto significativa ou permanente ela é. Mas tenho estado muito angustiada por esse fato. *Waxman:* Você encontrou uma falha na realidade...

Greenspan: Uma falha no modelo que eu concebia como estrutura crítica de funcionamento, que define como o mundo funciona, por assim dizer.

Waxman: Em outras palavras, você descobriu que a sua visão de mundo, a sua ideologia não era correta. Que ela não estava funcionando.

Greenspan: Exatamente. Esse é precisamente o motivo pelo qual eu fiquei chocado, porque eu passei 40 ou mais anos com evidências bastante consideráveis de que ela estava funcionando perfeitamente bem.”

Fonte: The Washington Times. *He found the flaw?* 24 out 2008. Disponível em: <<http://washingtontimes.com/weblogs/potus-notes/2008/Oct/24/he-found-flaw/>> Acesso em: 9 dez 2008

licas e alimentícias, por exemplo, tanto quanto o petróleo e outras, podem sofrer pressão de alta por investidores negociando contratos futuros e, posteriormente, cair de patamar, quando os especuladores realizam seus lucros. Assim, as pessoas que passam fome no mundo verão os preços dos alimentos subirem em relação aos recursos de que dispõem no momento presente, enquanto investidores enriquecem negociando commodities alimentícias no mercado futuro, tais como trigo, milho, soja e arroz, por exemplo, comprando e vendendo alimentos que ainda não foram produzidos, mas cujas operações de compra e venda afetam as cotações do que já está produzido e armazenado ou colocado à venda nos mercados.

Assim, sob esta lógica intrínseca do capitalismo, em que os atores privados lutam por expandir, nos jogos de mercado, a sua propriedade sobre aquilo que possa gerar mais riqueza ou ser trocado pelo maior volume de valor econômico que exista no restante do conjunto de bens e serviços, não há como preservar-se qualquer padrão justo de valor econômico.

5. A lógica de competição peculiar ao capitalismo impede o desenvolvimento colaborativo de tecnologias sustentáveis, economicamente, ecologicamente e socialmente.

Como analisamos nos parágrafos precedentes, as forças produtivas são desenvolvidas, sob o capitalismo, com o escopo de ampliar a concentração de riqueza e não de promover o bem-viver de todas as pessoas e o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas. As tecnologias, igualmente, são desenvolvidas para cumprir essa finalidade e, portanto, gerar vantagens comparativas para os atores que operem com maior produtividade e eficiência nos mercados. Estes, reduzindo custos e aprimorando produtos e serviços com a inovação tecnológica, passam a ter a preferência dos consumidores, obtendo maiores fatias nos mercados em que operam, reduzindo os ganhos dos concorrentes e colocando-os em condição de desvantagem no acúmulo potencial de riqueza nesses mesmos mercados.

Assim, matrizes tecnológicas prejudiciais aos ecossistemas são exploradas exaustivamente por gerarem maior acúmulo de riquezas do que outras, ecologicamente sustentáveis – por estas resultarem em maior custo produtivo ou renderem o retorno do investimento realizado em períodos mais largos, reduzindo-se, pois, os ganhos imediatos que se pode obter frente a matrizes insustentáveis.

Por outra parte, a vida útil dos produtos é encurtada, forçando a substituição destes mais rapidamente, gerando-se maiores ganhos aos fabricantes que aumentam, assim, o volume de vendas para o mesmo número de consumidores – tornando os produtos cada vez mais descartáveis. O impacto desse modo de produção e consumo sobre os ecossistemas é imenso. Recursos naturais são consumidos de forma desnecessária à garantia bem-viver das pessoas, mas necessária ao acúmulo de riquezas por uma parcela cada vez menor de indivíduos, famílias e corporações.

O resultado dessa lógica de desenvolvimento – com a manutenção de *matrizes tecnológicas* danosas aos ecossistemas e de *matrizes de produção e consumo*, que esgotam rapidamente os recursos naturais –, tem levado à progressiva destruição da biosfera do planeta como um todo. Ciclos naturais, como regimes de ventos e correntes marítimas, congelamento e degelo nas calotas polares, etc. têm sofrido alterações graves. E milhares de espécies vivas têm sido extintas ou estão em vias de extinção.

Os regimes comunistas, competindo internacionalmente com o capitalismo na segunda metade do século passado ou ainda hoje, adotaram padrões tecnológicos similares, sendo igualmente responsáveis pela tragédia ambiental capitaneada pelo capitalismo desde sua emergência e que tem sido acelerada, cada vez mais, nas últimas décadas.

Vemos, portanto, que esse modelo capitalista de desenvolvimento é insustentável, tanto sob o aspecto econômico quanto ecológico. Ele simplesmente não pode ser expandido mundialmente, pois os recursos materiais do planeta são limitados frente à destruição deles operada nos processos produtivos que alimentam um consumismo incapaz de assegurar o bem-viver das pessoas, mas que amplia o acúmulo de capital pelas grandes corporações. Com o desenvolvimento tecnológico reduzindo o preço dos bens e serviços, necessita-se ampliar o volume de consumo destes, para assegurar-se um crescente acúmulo de capital em relação não apenas aos giros produtivos, mas igualmente em relação aos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento operados para a inovação, desenvolvimento de novos produtos e criação de novas plantas produtivas, etc. Mantidas as mesmas matrizes *tecnológicas* e de *produção e consumo*, o esgotamento de recursos naturais não renováveis e a disputa pelos renováveis – que estarão ameaçados em seu fornecimento regular, pela alteração climática (com o aumento da poluição e da elevação da temperatura

do planeta) e pela destruição de ecossistemas – levarão a alterações dramáticas nos assentamentos humanos e no modo de reprodução social, impactando as cadeias produtivas, desarranjando as anteriores estruturas de preços, ampliando o endividamento das pessoas, famílias e nações empobrecidas, para fazer frente às conseqüências desse desenvolvimento insustentável.

Novos produtos e serviços serão desenvolvidos para serem consumidos pelos seres humanos, para que sobrevivam aos efeitos desse novo cenário. Mas como os demais seres vivos não são atores no mercado e não terão como demandar produtos e serviços que permitam a sua sobrevivência, milhares de espécies prosseguirão em seu caminho de extinção. E, paralelamente, novas espécies, desenvolvidas biotecnologicamente, tendem a ser criadas, adaptadas ao novo ambiente e capazes de gerar lucros cada vez maiores aos detentores das patentes relacionadas aos seus códigos genéticos. Os atuais monopólios existentes em várias áreas de tecnologia tendem a se fortalecer cada vez mais, pois os recursos demandados para Pesquisa & Desenvolvimento, particularmente para a criação de novos produtos, serão cada vez maiores. Desse modo, sob a lógica intrínseca do capitalismo, a perspectiva atual de que os padrões de desenvolvimento tecnológico sejam operados em função do lucro e não do bem-viver das pessoas tende a permanecer, posto que os Estados já não têm mais força para impor um rumo ao desenvolvimento do capitalismo, apenas tratar de alguns de seus efeitos com políticas compensatórias – seja para atender a populações famintas ou para salvar bancos em vias de falir. Como veremos depois, somente a expansão da economia solidária como sistema econômico poderá difundir outra matriz de desenvolvimento.

6. Sob a lógica do capitalismo não há como estabelecer-se um câmbio justo na conversão de moedas negociadas no mercado internacional.

Como vimos no quarto tópico desta seção, sob a lógica do capitalismo não há como manter-se um padrão de valor baseado na equidade, assegurar-se algum padrão de valor econômico internacionalmente estável, evitar-se crises sistêmicas de financiamentos, pagamentos e intercâmbios, assegurar-se a estabilidade na reserva de valores econômicos ou a vigência da proporção de valores econômicos negociada nos contratos.

Tudo isso, agregado a fenômenos especulativos, inflacionários, políticas monetárias e capacidade de solvência dos países, afeta cotidianamente o valor das moedas no mercado internacional. Contratos celebrados internacionalmente, cotados em alguma moeda selecionada, tendem a oscilar cotidianamente, pois, embora o valor estabelecido no contrato seja o mesmo, o poder de compra do montante nele orçado oscila cotidianamente, com a valorização ou desvalorização da moeda nele adotado. Expectativas de apreciação e depreciação de moedas são captadas nos mercados futuros, com a negociação do preço das moedas sendo prefixados em contratos celebrados pelos investidores no presente, comprometendo-se os contratantes a seguirem aqueles valores prefixados em sua negociação para aquelas datas. Por sua vez, certa parcela de títulos públicos são, igualmente, negociados em alguns países com cláusulas de *swap* cambial, protegendo-se os investidores externos da desvalorização das moedas nacionais, assegurando-se que seu investimento e os ganhos que obterão com as taxas de juros dos títulos públicos naquele país não serão corroídos quando da conversão do que vão receber em moeda nacional para outras moedas. Por outra parte, o valor de cambio das moedas nos mercados, tomando-se alguma delas como padrão, por exemplo, o Dólar Americano ou o Euro, não resulta num mesmo poder de compra dessas moedas em relação aos preços praticados em cada país. Assim, por exemplo, um mesmo montante de Euros ou Dólares compra volumes diferentes de um mesmo produto em diferentes países.

Visando estabelecer um parâmetro de confrontação da magnitude real das economias, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por exemplo, adota a metodologia que mensura a magnitude dos Produtos Nacionais Brutos em Dólares por Paridade de Poder de Compra. A definição desta paridade não se faz pelo cambio comercial no mercado internacional, mas corrigindo-se essa cotação pela equiparação do poder de compra real das moedas em cada país.³

Sob a lógica dos mercados, a moeda não é apenas um meio de pagamento, mas também uma mercadoria como outra qualquer, cujo

3 Ainda que as transnacionais, quando tomam decisões estratégicas de investimento, considerem essa diferença no poder de compra das moedas, levam em conta, igualmente, outros fatores, tais como, composição de custos locais de produção em comparação a outros territórios, infra-estrutura, cadeias de suprimentos, proteção de contratos, leis trabalhistas, incentivos fiscais, etc. O poder de compra das moedas não é, portanto, o fator preponderante nessas decisões.

preço está sujeito ao jogo de mercado, ao jogo dos atores econômicos entre si e destes em relação aos Estados, emissores de moedas e títulos e guardiães das políticas monetária e cambial. Seja qual for o modelo de política cambial adotado – câmbio fixo, câmbio flutuante, adotando ou não bandas previstas para a flutuação do câmbio – os Bancos Centrais atuam com vários instrumentos: seja assegurando a conversibilidade das moedas em um determinado patamar de câmbio; seja realizando leilões de títulos, enxugando moedas estrangeiras e nacional no mercado interno; leiloando moeda estrangeira nesse mesmo mercado; alterando a taxa básica de juros; publicando atas e realizando pronunciamentos que mudam a atitude de investidores. Com esses expedientes, direta ou indiretamente, afetam a cotação da moeda nacional em relação às moedas internacionais.

Neste jogo de atores econômicos e políticos, o câmbio oscila por muitos motivos. Mas não se pode dizer que o seu patamar seja estabelecido por critérios de eticidade ou justiça. De fato, move-se em função dos interesses privados ou públicos, mas sempre de modo a proteger a acumulação de capital por parte de quem legalmente o detém. Os governos procuram suavizar as oscilações do câmbio para que alteração de valores de cotação das moedas com as quais os contratos foram celebrados seja melhor assimilada pelos atores econômicos, evitando maiores problemas. Mas o faz para preservar interesses e não para promover a justiça.

7. O capitalismo produz e reproduz relações não-democráticas nos processos produtivo, de circulação de valores e de apropriação de resultados.

O princípio fundamental da democracia é o de igualdade entre todos os participantes de uma coletividade em poder decidir, direta ou indiretamente, tudo aquilo que afete a vida e os interesses dela mesma.

Sob a lógica do capital, entretanto, o poder de decisão sobre a atividade econômica empresarial é dos proprietários e acionistas. Os trabalhadores são contratados e demitidos sem que possam exercer democraticamente o direito de decidir sobre o empreendimento. A rigor, são considerados capital humano e, como tal, podem ser postos ou dispostos no processo produtivo ou na atividade econômica em geral, conforme a decisão de quem lhes contrata nos marcos de uma legislação que respalda a exploração heterônoma de seu traba-

lho. Embora os Estados prevejam o asseguramento de direitos aos trabalhadores, fruto da luta histórica dos trabalhadores na conquista desses direitos, por outra parte, a decisão sobre investimentos, gestão e apropriação de resultados é tomada por proprietários e acionistas. A exigência da manutenção de contratos sob o capitalismo, no que se refere à contratação de trabalho assalariado, significa igualmente a manutenção da subalternidade do trabalho em relação ao capital. E o interesse cada vez maior deste pelo capital social é motivado pela busca de aproveitar as relações sociais de um território ou comunidade como fatores econômicos, capazes de gerar um ambiente mais propício à expansão dos negócios e à realização de lucros.

Igualmente, o processo de circulação de valores, embora respeite algumas regras nacionais e internacionais, está muito longe de ser efetivamente democrático. Pois o que determina, em grande medida, o condicionamento desses fluxos não é o concerto das nações, mas sim a força econômica dos agentes privados. Durante os anos 80, a globalização neoliberal revelou o quanto os Estados estavam dobrados frente ao poderio das transnacionais, conduzidos às privatizações e desregulamentações, visando liberar os fluxos de capitais em nome do desenvolvimento econômico nacional e maior integração mundial. Ideologias foram apregoadas sobre os benefícios da globalização para os países mais pobres, os quais deveriam aproveitar suas vantagens comparativas no quadro de uma nova etapa de internacionalização dos mercados, tanto flexibilizando a regulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, quanto desonerando a circulação internacional de bens e serviços. Nos anos 90, o mundo assistiu à elevação do desemprego e à quebra de países endividados, pobres ou em desenvolvimento. A seqüência de movimentações agressivas de capital especulativo, em busca de valorização e realização de lucros, alvejou economias nacionais, como México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999) e Argentina (2000). E, na primeira década do presente século, em 2008, os governos das potências econômicas assistiram, atônitos, à falência de instituições financeiras aparentemente sólidas, desencadeando uma crise sistêmica, com ações caindo vertiginosamente nas bolsas de valores do mundo todo, sendo queimados trilhões de dólares em capitais com a quebra da confiança de acionistas na expectativa de ganhos, afetando-se profundamente as economias do Primeiro Mundo que entraram em recessão. Até meados de novembro, os prejuízos financeiros dos bancos eram esti-

dados em US\$ 1,4 trilhão e a desvalorização de ações atingia a US\$ 33 trilhões. Ajudas foram concedidas aos bilhões de dólares e euros por governos nacionais a agentes econômicos privados, em operações facilitadas, tentando manter-se a liquidez dos mercados. Os Estados Unidos destinaram, inicialmente, US\$ 800 bilhões em ajuda aos bancos, acrescidos posteriormente de outras centenas de bilhões de dólares para apoio a outros setores e operações de salvamento de instituições financeiras. Mas, o efeito colateral, era uma elevação ainda maior das dívidas desses atores. Por sua vez, ao comprar títulos podres nos mercados, governos queimavam parte de suas reservas. E assim, recursos públicos foram transferidos a agentes privados na expectativa de manter-se a crise sob controle. Mas quanto maiores as ajudas concedidas a determinados atores econômicos, mais movimentação provocavam nas expectativas de outros, também em dificuldades ou que, simplesmente, desejavam sair mais fortalecidos dessa conjuntura, valendo-se igualmente de recursos estatais.

Em 2008, viu-se claramente que o movimento de capitais com sua lógica de maximização de resultados – alavancada em contratos cujos valores não possuíam correspondência aos ativos outrora valorizados pela especulação e agora em franca depreciação (ascensão e queda no preço de imóveis nos Estados Unidos, ascensão e queda no preço de commodities metálicas e alimentícias, na cotação de petróleo, etc.) – gerou ganhos para os que venderam no pico especulativo e uma pesada conta a ser paga com recursos públicos, visando enfrentar-se a crise profunda que se abatera no sistema financeiro. Mas, em meio à turbulência generalizada, especuladores continuaram a vender e comprar ações, realizando lucros com as oscilações nos mercados. Ou a pressionar a queda de moedas para ganhar com as oscilações cambiais. Assim, apenas do início de agosto a meados de novembro, a Rússia já havia gasto cerca de US\$ 82 bilhões de suas reservas cambiais, quase 15% das reservas totais do país, para manter a cotação do Rublo, que continuava a ser pressionada em tendência de queda.

Todavia, a atuação dos governos na perspectiva de debelar a crise manteve a mesma lógica de sua reprodução sistêmica, seja oferecendo mais crédito nos mercados – tornando os endividados mais endividados –, seja tentando elevar o valor de seus ativos, comprando títulos podres e assegurando a confiança do cumprimento dos contratos. Indiretamente, portanto, tais governos continuavam zelando pela

acumulação privada de valores e pela sua preservação, frente à deterioração de expectativas ou do câmbio – em vários países –, mobilizando, em favor de atores privados, somas gigantescas de recursos públicos.

Tais operações econômicas, lesando milhões de pessoas no mundo todo e favorecendo interesses de grupos, corporações e de especuladores, não podem ser definidas como democráticas, pois a democracia não reside no asseguramento formal da lei – pois também as ditaduras asseguram leis –, mas no asseguramento do conteúdo substantivamente democrático que é protegido por intermédio delas, no modo como tal conteúdo é definido e no modo como tal proteção é realizada. Em meio a essa gigantesca crise, governos começaram a propor mecanismos reguladores das movimentações privadas de capital, visando preservar o interesse público. Mas tais mecanismos, apenas atacaram a superficialidade desses problemas, sendo incapazes de enfrentar as suas causas estruturais, pois sob a lógica do capitalismo não há como manter-se um padrão de valor baseado na equidade, assegurar-se algum padrão de valor econômico internacionalmente estável, assegurar-se a estabilidade na reserva de valores econômicos ou a vigência da proporção de valores econômicos negociadas nos contratos.

8. O capitalismo semiotiza o conjunto das relações sociais e econômicas, visando à produção de valores de uso e troca e à realização de lucros, realimentando a concentração da riqueza.

O capitalismo contemporâneo configura-se não apenas pela integração globalizada dos capitais, pela constituição de mega-mercados e pela virtualização cada vez maior dos valores econômicos, mas especialmente pela modelização da subjetividade dos indivíduos. As corporações, valendo-se tanto do saber moderno – que esquadrinhou o ser humano sob os recortes da psicologia, sociologia, antropologia, da pedagogia e das ciências humanas em geral – quanto dos meios comunicativos e informativos, exercem seu poder sobre as subjetividades e relações sociais, agenciando devires; mobilizando desejos, anseios e outras intensidades; levando as pessoas e coletividades, em graus variados, a condutas de confiança e de consumo ou a acordos de diversas ordens em favor de seus interesses. Trata-se de processos marcados por resistências, conflitos e disputas na condução hegemônica do comportamento das sociedades, particularmente relaciona-

das às escolhas de consumo e ao modo geral de organização do sistema econômico.

Com efeito, o capitalismo contemporâneo é, antes de tudo, um *sistema semiótico*⁴. Um signo remete a outro e todos eles, em seu conjunto, geram a consistência virtual do sistema, na medida em que os interpretantes desses signos – isto é, aquilo que em nossa subjetividade aplicamos sobre eles, para que tenham significação e para que tal significação tenha sentido no contexto de relações de nosso mundo – reproduzem a própria hegemonia do sistema⁵.

4 Um sistema semiótico é um regime de signos articulados, que se condicionam mutuamente no estabelecimento de significados e na validação de sentidos. Um signo, em relação ao seu objeto, é qualquer sinal que o indica, se associa a ele por similaridade ou o simboliza por convenção. A definição de signo é uma das questões mais controversas que acompanha a lingüística, a filosofia da linguagem e a semiótica. A noção mais simples é a de que seja “qualquer objeto ou acontecimento, usado como citação de outro objeto ou acontecimento”. Esta definição expõe a propriedade básica do signo, mas não a sua complexidade intrínseca, parcialmente compreendida nas definições elaboradas por Charles Sanders Peirce: signo é “qualquer coisa que leva a algo diverso (seu interpretante) a referir-se a um objeto a que ele próprio se refere (seu objeto) de maneira idêntica, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo e assim por diante, *ad infinitum*” (PEIRCE, 1972, p. 130). Exemplificando essa definição, podemos dizer que: como o valor anotado numa hipoteca (signo) representa o valor avaliado do imóvel (objeto), os interpretantes do signo (hipoteca) se aplicam ao imóvel (objeto). Mas como o signo (hipoteca) pode tornar-se objeto de outro signo – ser dado em garantia para outras operações financeiras –, tais interpretantes perpassam uma longa cadeia semiótica, pela mediação dos signos que assim se articulam *ad infinitum* na totalidade do sistema. E uma vez que os interpretantes que se aplicam ao imóvel se modificam, tal alteração provocará mudanças na apreciação de todos os demais signos (títulos e ações), direta ou indiretamente a eles vinculados. É interessante notar que signos – como promessas de pagamento – criam realidades que não existiam – como nos ensinou John Austin em *How to Do Things With Words*. Assim, papéis que simbolizam promessas de pagamento em data futura são considerados portadores de valor econômico nos mercados, desde que tais promessas se registrem contratualmente segundo as regras legalmente previstas. Enquanto houver a crença de que tal promessa irá se cumprir, o contrato que a simboliza continua a ser negociado nos mercados como se correspondesse aos valores nele registrados simbolicamente. Mas se a crença no cumprimento da promessa diminui, o valor de mercado do contrato igualmente diminui. E se a promessa não se cumpre, o contrato é quebrado. E sua valorização dependerá, agora, da esperança de que o contratante, sendo levado aos tribunais, honre a promessa inicialmente feita, podendo o Estado exigir que outras propriedades suas sejam dadas em pagamento do prometido ou determinar que, do contrário, perca a sua própria liberdade, podendo ser levado à prisão segundo os ditames da lei.

5 O sistema capitalista, além de ser um *sistema econômico* é, semioticamente, o principal *sistema modelizante* na atualidade. Ele produz e reproduz conjuntos articulados de signos a partir dos quais tudo pode ser transcodificado. Analisando a retroalimentação entre produção econômica, produção de subjetividade e estratificação de poderes

A principal disposição a ser agenciada é a confiança no sistema capitalista, particularmente no sistema financeiro, na preservação dos padrões de valor econômico e dos meios de pagamento. Moedas, títulos e ações somente possuem valor porque são interpretados segundo um conjunto de regras, tanto jurídicas quanto morais – no sentido de valores sociais que a eles se atribuem no seio de uma cultura compartilhada por indivíduos capazes de interpretar tais signos. A confiança de que preservam valor econômico e que possam ser trocados por outros ativos ou bens e serviços com valores de uso diversos, é o que, em última instância, sustenta o próprio valor dessas moedas, títulos e ações. A garantia dessa conversibilidade, hipoteticamente, está regulada pelas leis. E os sujeitos que negociam os contratos devem respeitá-las, podendo, como vimos, ser levados aos tribunais para exigir-se-lhes que as honrem. Todavia, também o arcabouço legal, em última instância, cria uma realidade virtual, aplicando signos sobre objetos, justificando tal aplicação pela convenção das comunidades ou segmentos sociais que instituem as leis.

Se, por um lado, a convenção social pode criar realidades virtuais, por outro lado, um acordo simbólico não é capaz de gerar bens materiais. Pois não existem palavras mágicas que possam fazer surgir bens de uso tangíveis. Não é a linguagem da computação ou da genômica o que gera a objetividade do funcionamento do software ou faz germinar uma semente transgênica. Mas sim o pulsar de elétrons, em circuitos objetivamente produzidos para comportar-se segundo os comandos ordenados no programa, ou propriedades biológicas efetivas, reorganizadas pela intervenção material sobre os fluxos da vida

no sistema capitalista, Félix Guattari destaca que os sistemas de signos, que regem diversos domínios da vida, ficam modelizados sob os códigos do Capitalismo Mundial Integrado. O capital, afirma Guattari, “...é muito mais que uma simples categoria econômica relativa à circulação de bens e à acumulação dos meios econômicos. É antes uma categoria semiótica que se refere ao conjunto dos níveis da produção e ao conjunto dos níveis de estratificação dos poderes.” “O exercício do poder por meio das semióticas do capital tem como particularidade proceder concorrentemente, a partir de um controle de cúpula dos segmentos sociais, e pela sujeição de todos os instantes de cada indivíduo. [...] A sobrecodificação, pelo capital, das atividades, dos pensamentos, dos sentimentos humanos, acarreta a equivalência e a ressonância de todos os modos particularizados de subjetivação. [...] O conjunto de valores de desejo é reorganizado numa economia fundada na dependência sistemática dos valores de uso em relação aos valores de troca, ao ponto de fazer com que esta categoria de valores de uso perca seu sentido. [...] A ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma traduzibilidade geral de todos os valores....” (GUATTARI, 1987, p. 201-202).

daquele ser. Os *índices* da realidade, como signos que fazem parte intrínseca dos objetos e que podem ser organizados sob os padrões organizativos das semióticas simbólicas, são os mediadores que conectam a realidade virtual agenciada pelas semióticas hegemônicas e a realidade efetiva que transcende aos discursos e acordos comunicativos.

A capacidade dos Estados em assegurar a vigência dos contratos é, inicialmente, tomada como garantia de que o mundo real se comportará segundo o arcabouço legal e que bilhetes de papel, tais como moedas, títulos e ações continuarão a ter o valor econômico simbolicamente neles registrado, conforme os contratos em que foram negociados, sob as regras de valorização ou desvalorização previstas no jogo de sua compra e venda. Todavia, também a capacidade dos Estados em assegurar a vigência desses contratos supõe a confiança da sociedade de que eles próprios sejam capazes de cumprir tal atribuição. Em outras palavras, a autoridade que possuem não se afirma desde si mesmos, mas lhes é conferida pela sociedade como tal. Igualmente, seu poder de criar valor econômico efetivo ou assegurar a reserva de valores é muito limitado. Leis e decretos não fazem surgir bens materiais com valores tangíveis, mas criam realidades virtuais, obrigando juridicamente que os atores sociais respeitem certas regras na interação entre si e para com os objetos sobre os quais a nova legislação se aplica – o que pode valorizar ou desvalorizar economicamente os objetos afetados por tais leis e decretos e enriquecer a uns e empobrecer a outros.

A lógica de agenciamento da conduta das pessoas – estratificadas como consumidores, produtores, contribuintes, eleitores, cidadãos e em tantas categorias quantas forem necessárias ao estabelecimento dos ordenamentos jurídicos ou da segmentação publicitária, por exemplo –, requer o desencadeamento de interpretantes coletivos sobre os objetos aos quais se aplicam. Assim, se na fábrica a empresa produz cosméticos, na loja ela vende beleza; se na fábrica produz desodorantes, na loja vende capacidade de sedução. Se o Estado privatiza o patrimônio público sob os cânones neoliberais, na mídia afirma que melhor poderá dedicar-se a oferecer serviços de saúde, segurança e educação. Agenciar a interpretação dos signos é condição fundamental para que a hegemonia sistêmica se mantenha, para preservar-se o poder das instituições e dos capitais, fazendo-se crer, por exemplo, que bilhetes de papel-moeda, títulos e ações são portadores de valor

econômico, pelo fato de que os contratos jurídicos que os suportam serão necessariamente sempre respeitados.

Mas o mundo efetivo não é o mundo virtual, embora seja da interpenetração de ambos que a realidade se constitua. Pois a realidade somente pode existir para a consciência pela sua interpretação. E toda a interpretação do mundo supõe uma semiótica condicionada culturalmente, pois ela existe segundo as regras de uma comunidade de interpretadores, que pode constituir-se tanto de um seleto grupo de cientistas quanto de toda a população de um país. Compreendemos o mundo a partir de lógicas que são culturalmente produzidas. Mas a realidade indicial (dos signos que fazem parte da realidade objetiva) nunca corresponde totalmente aos acordos que fazemos sobre ela, pois um signo nunca é capaz de expressar todas as características de um objeto – como, por exemplo, o valor de um imóvel ou de uma hipoteca. E assim, o imponderável da realidade misteriosa, que escapa às semióticas hegemônicas das ciências ou da política, inesperadamente, surge. E sua interpretação desencadeia novas interpretações sobre moedas, títulos e ações, sobre a expectativa do cumprimento de contratos, sobre a capacidade dos Estados em tomar medidas que consigam proteger os valores econômicos de serem corroídos. E, desse modo, num só dia, como aconteceu em 6 de outubro de 2008, a desvalorização de ações e títulos fez desaparecer aproximadamente 2,2 trilhões de dólares nos mercados.

Instituições, até então, aparentemente sólidas no mundo virtual, desmoronam no mundo efetivo, sendo recuperadas por políticas que tentam resgatar a confiança dos mercados na capacidade dos Estados em preservar contratos. E, enquanto isso, operadores de investimento vendem ações no pico e as recompram em baixa, para revendê-las novamente, mantendo a mesma ciranda de acumulação de capital virtual. Grandes bancos compram pequenos. Estados compram bancos. E no final de tudo, os endividados estão mais endividados e as grandes corporações que resistiram ao tsunami estão mais fortalecidas em relação aos concorrentes, que faliram ou se fragilizaram. Se por um lado, o volume total de capital virtual se reduz fortemente, por outro lado, a concentração do capital efetivo torna-se ainda maior.

Como vimos, sob a lógica do capitalismo tudo pode se converter, direta ou indiretamente, em valor de troca, graças à sua sobrecodificação semiótica que gera capitais virtuais. Necessidades, atividades, pensamentos e sentimentos, podem ser convertidos em valores

de uso e troca, efetivos ou virtuais. Para o cidadão, morar ou deslocar-se pela cidade são atividades necessárias ao seu dia-a-dia. Modelizadas pelas semióticas do capital, tornam-se objeto de acúmulo de lucro, pela especulação imobiliária ou serviço privado de transporte ou venda de veículos. Idéias se convertem em capital intelectual, protegidas por copyrights e patentes, exploradas com licenças de uso; o afeto de crianças, agenciado por filmes e publicidades, é direcionado a ícones de bonecas, super-heróis e brinquedos, negociados internacionalmente nos mercados de licenciamentos. Imagens de pessoas e famílias felizes em atividades cotidianas, de mulheres e homens belos e sensuais, de paisagens ou de qualquer coisa que desperte um agenciamento subjetivo num determinado contexto, terá esse valor de uso estético, empregado na geração de valor de troca econômico, quando modelizado sob as semióticas publicitárias, que ampliam as vendas de um produto ou serviço em relação às vendas do concorrente. Mesmo imagens de tragédias e de dramas familiares, de guerras ou cenas bizarras e chocantes do cotidiano, são cotidianamente modelizadas sob as semióticas do capital para a geração de lucros, aumentando-se a venda de revistas e jornais, a audiência de canais de rádio e televisão e o volume de cliques em links patrocinados em sites na web e a exposição de seus banners comerciais.

De fato, os meios de comunicação interferem profundamente nas subjetividades. Particularmente, quando veiculam publicidades, pois estas são produzidas especificamente para desencadear ações efetivas no público. A publicidade, apoiada em pesquisas de mercado e opinião e fundada nos saberes das ciências humanas – que produzem conhecimentos de diversas ordens, refinando e potencializando o impacto dos exercícios de poder na produção de subjetividades –, cumpre um importante papel na reprodução das semióticas do capital. Estimava-se que em 2008 fosse investido, em todo o mundo, cerca de US\$ 654 bilhões em publicidade. Efetivamente, trata-se de investimento para agenciar consumo e proteger, preservar ou ampliar o capital virtual das corporações, agregando interpretação valiosa aos seus signos.

Pior do que a geração de lucros com essa interferência nas subjetividades é o fato de que estas subjetividades, agenciadas por tais semióticas, não são apenas in-duzidas ao consumo ou à audiência, mas igualmente pro-duzidas em seu comportamento, produzindo-se efetivamente anseios e desejos, de tais ou quais produtos e marcas;

anseios e desejos que não existiriam se não tivessem sido produzidos desse modo. Sem nenhum escrúpulo, desejos e sentimentos, envolvendo relações afetivas entre pessoas, envolvendo o reconhecimento pessoal no seio de relações legítimas, são mobilizados para a compra de produtos e serviços, como se tais mercadorias fossem indispensáveis à sua realização.

Essa produção de subjetividade não ocorre apenas na esfera do consumo, mas igualmente é indispensável no desenvolvimento das forças produtivas do capital, com a formação de capital humano, produzindo-se subjetividades capazes de corresponder às necessidades de reprodução do capital na operacionalização de novas tecnologias e sistemas produtivos.

A modelização de comportamentos na esfera da produção e do consumo, das relações micro-políticas cotidianas e macro-políticas, em nível nacional e global, visam capitalizar os conjuntos de força difusos em toda a sociedade para convertê-los em capital social e para conduzir as hegemonias políticas, que assegurem igualmente as bases legais e de coerção necessárias à preservação dos valores econômicos e à reprodução do capital.

Porém, quando essa modelização sofre reveses na sua capacidade de conduzir os comportamentos sociais, de gerar interpretantes de confiança na realização daquilo que se espera com as transações que se realizam nos mercados presentes e futuros, o sistema experimenta distúrbios superficiais ou profundos. Na medida em que a confiança na realização dos objetivos é perdida e atores começam a desfazer suas posições, interpretantes negativos sobre notícias e boatos vão acirrando os movimentos de fuga de operações consideradas mais arriscadas, gerando-se desvalorização de capitais virtuais que, anteriormente, pareciam sólidos. Se a percepção de fragilização do sistema de pagamentos e de preservação dos valores acumulados aumenta, pela desvalorização de ações, elevação de inflação, distorções de câmbio, fragilização de bancos privados, nacionais ou de bancos centrais, pelas perspectivas de recessão e de aumento de desemprego, então a crise se aprofunda, pondo a nu a insustentabilidade do sistema na capacidade de girar a sua produção sem a ampliação de créditos e a expansão correlata de dívidas, que, ao final, acabam sendo assumidas pelos Estados, sendo pois distribuídas por toda a sociedade. O Estado preserva, desse modo, em níveis diversos, a acumulação de grandes

atores privados cuja confiabilidade havia sido perdida nos mercados, seja comprando seus papéis depreciados e que a ninguém mais interessa, seja comprando participação acionária com direito a voto nessas instituições, seja estatizando-as, seja conduzindo a aquisição destas por outras consideradas mais sólidas, injetando recursos nessas operações ou facilitando a sua concretização, evitando ao máximo que suas possíveis falências repercutam sistemicamente. Como resultado, tem-se não apenas a concentração de operações nos mercados por um conjunto de empresas em número menor, mas também o fortalecimento do capital virtual daquelas que, atravessando a crise com menor dificuldade, são consideradas mais sólidas frente às demais; dignas, pois, de maior confiança e crédito. Em outras palavras, os ciclos de concentração continuam a se reproduzir sob a mesma lógica, seja no período da crise, seja na medida em que a modelização de subjetividades, agenciada por semióticas políticas e mercadológicas, restaurem a confiança no sistema.

9. A virtualização do capital é condição necessária para a atual reprodução do sistema capitalista. O descompasso entre a magnitude da produção econômica real de bens tangíveis ou intangíveis em relação à elevação da magnitude dos valores econômicos virtuais, representados nos papéis com valor de troca a ela referidos que circulam nos mercados, é condição para o crescimento das forças produtivas, tanto quanto o descompasso, igualmente observado no sistema, entre o fluxo de meios econômicos (tangíveis ou intangíveis) e o fluxo de valores econômicos, é condição de sua própria reprodução.

Há mais de um século, trava-se um debate sobre os chamados “esquemas de reprodução do capital”⁶. Questões de fundo nesse debate

⁶ Os esquemas de reprodução do capital foram elaborados por Marx para mostrar a complexidade do processo social de produção e de acumulação do capital, sendo apresentados nos capítulos XX e XXI do Livro II de *O Capital*. Antes dele, François Quesnay já havia elaborado, no século XVIII, esquemas que buscavam explicar o processo de produção e acumulação de riquezas, distinguindo dois setores: um, considerado *produtivo*, era o da agricultura; e outro, considerado *estéril*, era o da manufatura. Os esquemas de Marx, por sua vez, são organizados sobre outra concepção de produção do valor econômico, diferenciando-se dois *departamentos de produção* no capitalismo – o que produz *meios de produção* e o que produz *meios de consumo*. Com os esquemas, Marx trata da *reprodução simples do capital*, quando o volume do produto social de ambos os departamentos permanece o mesmo ao longo de um certo período, e da *reprodução ampliada do capital*, quando este volume cresce.

são a *depreciação* do capital investido e a *acumulação* necessária à sua expansão, em relação aos valores econômicos distribuídos sistematicamente entre o setor produtivo de *bens de produção* e o de *bens de consumo*. Tais valores, distribuídos em ambos os setores, são requeridos à realização final da produção, isto é, à conversão em dinheiro do valor econômico das mercadorias postas à venda (o que exige a compra dos bens de consumo e de produção oferecidos no mercado, para a recuperação, pelo capitalista, do valor investido em sua produção), assegurando-se a reprodução simples do capital investido ou a sua reprodução ampliada, acrescida de um *valor a mais*, que permita a expansão do próprio sistema.

Em linhas gerais, o tema do debate é como o valor econômico flui de um setor a outro, realimentando a produção em ambos, e como se formam, tanto o *fundo de depreciação*, para a reposição do capital investido em máquinas, equipamentos, instalações, etc., denominado capital fixo, quanto o *fundo de acumulação*, requerido para a expansão do sistema. Posto que a recuperação dos investimentos depende da compra dos produtos a serem colocados à venda no mercado e que, se mais recurso é gasto na compra de meios de produção, menos recurso é gasto na compra de bens de consumo na totalidade do sistema, a realização das mercadorias, isto é, a sua venda e respectiva transformação de seu valor de troca em dinheiro, implica um adiantamento por parte de algum setor, tendendo este dinheiro a voltar futuramente ao setor que o antecipou.

Neste debate sobre a reprodução do capitalismo, considerando-se o movimento de valores econômicos entre um setor e outro, apresentam-se basicamente duas linhas.

A primeira afirma a possibilidade de reprodução interna ilimitada do capitalismo, pelo equilíbrio dinâmico do fluxo de valores que ocorre entre o *setor de produção de bens de capital* e o *setor de produção de bens de consumo*. Fluxo esse que poderia auto-regular-se na expansão do sistema, na medida em que a demanda de consumo final ativa a demanda de meios de produção para ampliar a oferta e na medida em que o consumo combinado dos *bens de consumo final* e dos *meios de produção* realiza o valor econômico no sistema como um todo, possibilitando o pagamento dos valores que haviam sido antecipados entre um setor e outro. Poderia, contudo, haver oscilações no fluxo de

valor entre ambos os setores, com desequilíbrios conjunturais, entre produção e consumo final, desencadeando crises na reprodução do capital. Mas a tendência geral seria o retorno ao equilíbrio e à recuperação sistêmica em novos patamares de acumulação e de expansão.

A segunda afirma a tendência de o capitalismo rumar ao colapso sistêmico, porque os valores distribuídos em ambos os setores não são suficientes para realizar toda a produção neles posta a venda. Isto é, os valores distribuídos não são suficientes para que os bens e serviços finais e meios de produção oferecidos sejam adquiridos e, com isso, os seus valores de troca sejam, assim, convertidos novamente em capital a ser reinvestido. Desse modo, haveria a necessidade de entrada no sistema de valor econômico externo, não produzido sob ele, para a manutenção de seus dois setores – particularmente pelo consumo final, tanto das periferias internas das sociedades capitalistas, onde haveria produção de valor não operada sob o regime de assalariamento, quanto pela entrada de valores externos a essas sociedades pela via do comércio exterior em outros mercados. Todavia, esgotadas essas possibilidades de agregação interna e de expansão externa a novos mercados, o sistema entraria em colapso por incapacidade de reproduzir-se, porque não haveria mais como se compensar as antecipações feitas de um setor a outro em volumes cada vez mais ampliados.

É importante ressaltar, todavia, que, para uma adequada compreensão do problema da reprodução do capitalismo, não basta apenas analisar a consistência dos modelos teóricos de sua reprodução, apresentados por várias vertentes econômicas e recuperadas sob vários vieses políticos, ou analisar a consistência dos paradigmas que suportam essas abordagens (algumas mais mecanicistas e harmoniosas, outras mais dialéticas e contraditórias), mas, especialmente, considerar a história real do desenvolvimento do capitalismo e gerar os conceitos e categorias necessários à sua compreensão.

Considerando-se essa história, há dois elementos fundamentais a serem compreendidos de princípio, para que possamos situar o problema em outras bases.

Em primeiro lugar, o capitalismo não pode ser compreendido como um modo de produção que se caracterize necessariamente pelo trabalho assalariado contraposto ao capital, onde um patrão contrata empregados e lhes paga pelo tempo em que estes trabalham para ele.

Tenha-se como exemplo a produção e comercialização do açúcar e de outros bens, estruturadas sob o capitalismo comercial até o fim do século XIX, que resultou na implantação de regimes globalizados de produção, valendo-se de mão-de-obra africana, utilizada produtivamente na América Latina, cujos produtos eram comercializados na Europa. Neste contexto, o trabalho vivo, comandado pelo capital e fonte da riqueza acumulada, era suprido por escravos e não por assalariados. Outro exemplo é a contratação de empresas terceirizadas, sob a forma de cooperativas autogestionárias que, direta ou indiretamente, atuam na produção ou reprodução do capital que as contrata. A produção sob o capitalismo, portanto não está necessariamente organizada sob o regime de assalariamento.

Em segundo lugar, o capitalismo drena para sua reprodução valores econômicos produzidos sob diversas modalidades de organização do trabalho, concentrando tais valores, os quais não foram produzidos sob seu comando ou por seu investimento. Isso ocorre através de fluxos de *meios econômicos* e de *valores monetários*, que se realizam efetivamente como *fluxos de mercadorias* e *fluxos financeiros*, nacionais e internacionais. Em outras palavras, valores econômicos produzidos sob formas sociais de produção não-capitalistas podem ser acumulados por empresas capitalistas pela via do comércio, na medida em que produtos e serviços destas sejam adquiridos com os recursos gerados nessas outras modalidades produção – tanto para *consumo final* de bens e serviços pelos trabalhadores que nelas atuam, quanto para *consumo produtivo* de meios de produção por essas mesmas iniciativas. Igualmente, valores econômicos naturais podem ser extraídos e acumulados no capitalismo, sob diversas formas sociais de organização do trabalho, resultando na concentração desse valor econômico sob o capital. Assim, a natureza pode ser convertida, igualmente, em fonte de valor econômico para a reprodução do capital pela mediação do trabalho – sem o qual tal conversão não poderia ocorrer. Entretanto, um mesmo volume de trabalho gera magnitudes diversas de valor econômico, a depender dos meios naturais que são com ele obtidos, frente ao conjunto de demandas no interior do sistema. Isso implica na exploração acentuada e esgotamento de uma parcela dos ecossistemas e de reservas naturais para a reprodução do capitalismo ou para a reprodução de modalidades econômicas diversas, mas que operam sob a mesma lógica de fluxos de valores entre ambos os setores.

Isso é importante destacar para se compreenda alguns aspectos relevantes na história do desenvolvimento do capitalismo, relacionados ao problema de sua própria reprodução.

No debate sobre os esquemas de reprodução do capitalismo, alguns enfatizam que, por não distribuir em sua totalidade valor econômico suficiente que permita a realização ampliada de valor – condição necessária à sua expansão –, esta somente torna-se possível graças à incorporação de valor econômico não produzido ou não distribuído por ele. Daí a necessidade de o capital buscar mercados que consumam seus produtos e serviços, tanto no interior dos países, drenando para si recursos gerados em formas de produção não-capitalistas, quanto mercados externos aos países. Uma vez incorporados à sua cotidiana reprodução os valores produzidos sob outras modalidades de trabalho no interior do país, graças ao consumo dos produtos do capital por tais setores, o único modo de expandir-se seria ampliando vendas no comércio internacional. Se outros mercados consumidores não comprassem seus produtos, não haveria mais como expandir-se o sistema. Em razão disso, tendências intrínsecas ao capitalismo seriam o *imperialismo* e a *manutenção da dependência de países periféricos*, como formas de expandir e preservar mercados.

Entretanto, como o que importa ao capitalista não é venda ou exportação da mercadoria e sim a ampliação do seu capital, o passo seguinte é a exportação do próprio capital aos mercados que deseja explorar. Leva o capital ao exterior e lá realiza o processo produtivo, valendo-se de mão-de-obra com a qualidade requerida, reduzindo custos de produção e de transporte da mercadoria – pois, se a produzisse no centro dominante, deveria levá-la até à periferia. Vende a produção nela mesma ou a exporta a outros países e remete os lucros às matrizes, onde novas tecnologias são desenvolvidas para ampliar-se ainda mais a rentabilidade do capital.

Por fim, como para a produção capitalista o que importa mesmo é a produção do valor econômico e não do valor de uso, o passo seguinte é exportar os capitais para a periferia, não mais como capital produtivo a ser investido em plantas produtivas por ele instaladas, mas como capital financeiro, a ser emprestado sob certa taxa de juros, obtendo-se por fim um capital ampliado com o recebimento dos lucros realizados. Todavia, uma parcela dos atores que recebe o crédito

fará com ele investimentos para o desenvolvimento das forças produtivas e importará bens de capital, produzidos nos países *desenvolvidos*. Os produtos, por sua vez, serão vendidos na própria periferia, pois exportá-los aos centros hegemônicos, normalmente, não é rentável. E tentar-se-á equilibrar a balança de pagamentos exportando-se, basicamente, produtos agrícolas e minerais, demandados pelas economias hegemônicas, para que lá ocorra a sua transformação. Os produtos dela resultantes terão comercialização local ou internacional. E, neste caso, é freqüente serem comercializados, inclusive, nas periferias fornecedoras das próprias matérias-primas utilizadas em sua produção.

Ora, posto que, somente com a importação de tecnologias os países periféricos conseguem, por alguns curtos períodos, manter um padrão tecnológico que lhes permita aproximar-se do padrão tecnológico hegemônico na concorrência internacional, acabam, geralmente, não apenas se tornando grandes exportadores de matérias primas, mas convertendo-se também em exportadores de capitais, tanto pela remessas das multinacionais aí instaladas, quanto pelo pagamento de juros de dívidas contraídas para o próprio desenvolvimento de seu capitalismo periférico e ainda pelo pagamento de tecnologias importadas, que logo se obsoletizam, exigindo novas queimas de capitais, que prosseguem sendo acumulados pelos centros hegemônicos.

O papel do Estado, nas periferias econômicas, torna-se importante para viabilizar esse desenvolvimento dependente. Fornece infra-estrutura e subsídios para a atividade econômica, visando à internacionalização da produção interna – com a perspectiva de que os atores internacionais que se instalem no país utilizem seu próprio capital, de origem externa, para o desenvolvimento das forças produtivas locais, ampliem o volume da massa salarial e ativem cadeias produtivas no território –, buscando gerar no país mercado consumidor e produtor. Por outra parte, os gastos do Estado em consumo, quando dirigidos a produtos nacionais, ativam a economia em geral e certas cadeias produtivas em particular, gerando-se postos de trabalho e elevação da massa total de rendimentos distribuídos no país. Todavia, continua havendo a importação de bens de capital, equipamentos e tecnologias de ponta – mesmo quando realizada por atores internacionais aí instalados –, permanecendo assim a relação de dependência. Amplia-se, igualmente, a necessidade de obtenção de empréstimos para pagar-se

as dívidas contraídas e para continuar a promover-se o próprio desenvolvimento. A industrialização, portanto, não é suficiente para o país sair da condição de subdesenvolvimento. E a internacionalização dos mercados internos não resolve a situação de dependência estrutural, porque os países permanecem como exportadores de capital, pela remessa das multinacionais às matrizes. E a arrecadação do Estado, aumentada pela atividade econômica, e os lucros das empresas que foram ampliados pelos investimentos apoiados com créditos externos e internos, continuam carreados aos pagamentos de dívidas contraídas por atores econômicos e governos, tanto no exterior quanto no interior dos países.

Se, do ponto de vista histórico, percebe-se que o capitalismo tende a buscar novos mercados para a sua expansão e que a redução da exportação de mercadorias ou de capitais pode fragilizar o processo de acumulação no interior de um país, por outra parte, não se pode concluir daí que os esquemas de reprodução do capitalismo, apresentados por Marx, permitam inferir que, sem tal expansão, o capitalismo entraria em colapso pela incapacidade de realimentar o seu próprio crescimento, com os fluxos entre os setores produtores de meios de produção e de meios de consumo no interior do próprio sistema.

Não se deve buscar nos esquemas da reprodução do capitalismo formulados por Marx, mais do que o propósito do autor, apenas investigar o fluxo de valor entre os dois setores a partir da demanda recíproca entre meios de consumo e meios de produção, na reprodução do sistema como tal. A partir deles não é possível compreender-se o mecanismo real, o funcionamento concreto das crises no capitalismo. Como bem destacou Dayani Cris de Aquino, “...visto que os esquemas não contemplam nem os efeitos da concorrência nem os efeitos da conexão entre a produção e a circulação das mercadorias por meio do sistema de crédito, então eles não podem explicar o mecanismo real da crise” (2007, p. 13).⁷

7 Continua a autora: “Neste sentido, os avanços mais importantes de Marx, do ponto de vista metodológico, são: (i) dividir o capital social total em dois setores, um produtor de meios de produção e outro produtor de meios de consumo e (ii) conduzir a investigação partindo da reprodução simples em direção a uma situação mais complexa que é a reprodução ampliada; (iii) indicar que a realização das partes componentes da produção social exige que esta encontre reciprocidade entre as formas valor e valor de uso. Portanto, os esquemas da reprodução só demonstram a existência de demanda

Cabe destacar que para Marx,

[...] se o sistema de crédito aparece como a alavanca principal da superprodução e da superespeculação no comércio é só porque o processo de reprodução, que é elástico por sua natureza, é forçado aqui até seus limites extremos, e é forçado precisamente porque grande parte do capital social é aplicada por não proprietários do mesmo, que procedem, por isso de maneira bem diversa do proprietário que avalia receosamente os limites de seu capital privado, à medida que ele mesmo funciona. Com isso ressalta-se que a valorização do capital, fundada no caráter antitético da produção capitalista, permite o desenvolvimento real, livre, somente até certo ponto, portanto constitui na realidade um entrave e limite imanentes à produção, que são rompidos pelo sistema de crédito de maneira incessante.⁸

De fato, como demonstramos em *A Revolução das Redes*, a única maneira de o capitalismo crescer – na medida em que não haja mais fontes externas de acumulação – é gerando créditos que realimentam o consumo final, tanto de bens de consumo quanto de meios de produção. Assim, como o volume de recursos distribuído por ele não é suficiente para girar toda a produção, é preciso gerar créditos para poder assegurar a sua realização. É preciso gerar promessas de pagamento futuro, pois no presente não há recurso distribuído em volume suficiente para concluir as operações de compra e venda das mercadorias postas à comercialização. Não se trata de mercados futuros, de opções contratadas de comprar ou vender algo por um determinado preço em uma determinada data. Não se trata de mercados de derivativos. Trata-se concretamente de vendas presentes, cujo fluxo material de meios econômicos (de consumo final ou de produção) se concluiu no presente, mas cujo pagamento será feito em data futura.

O fundamental das crises do capital é justamente a incapacidade de os atores arcarem com esses contratos, pois o endividamento e a concentração do valor são duas faces contraditórias do mesmo processo do crédito na totalidade do sistema. Nas crises, tais contratos vão sendo desvalorizados a tal ponto que os operadores de mercado passam a chamá-los de *moedas podres*, cujo valor se perde e ninguém

recíproca dentro do capitalismo sob os pressupostos de uma proporcionalidade temporária que se apresenta mais ‘como um processo constante a partir da desproporcionalidade’” (2007, p. 13).

8 MARX, Karl. *O capital*: Livro III. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985-86. v. 4. p. 335. Ver AQUINO, 2007, p. 113.

mais os aceita comprar, exceto por um valor muito abaixo do que o previsto originalmente para a conclusão do negócio, pois não há mais confiança de que seja honrado naqueles patamares. Diz-se nos mercados, então, que tais contratos estão sendo negociados na *ba-cia das almas*, isto é, nos pratos que recebem as moedas de esmolas, referentes às velas que se acendem aos defuntos nas pequenas capelas e igrejas, espalhadas por vilarejos ou grandes cidades. Em outras palavras, a dívida simplesmente desaparece, em alguma medida ou mesmo em sua totalidade, pelo simples fato de que deixa de ser paga, temporariamente ou de maneira definitiva. Isso engendra ondas de contratos que se quebram, pois o recebimento de um era condição de pagamento de outro. Mas no final, o sistema novamente se equilibra, graças à negação de seus princípios – isto é, graças à quebra dos contratos.

Vejam os casos recentes do *crack* de 2008. O total de ativos no mundo todo, isto é, de ações negociadas em bolsas, papéis relacionados às dívidas de empresas e de países, bem como depósitos bancários, cresceu a partir dos anos 80 muito acima do PIB global. No começo daquela década, ambos praticamente se equívalem. Mas, em 2006, esses ativos alcançaram a casa de 167 trilhões de dólares, valor três vezes maior que o PIB mundial. Em 2008, a dívida de pessoas e empresas privadas nos Estados Unidos alcançou a 24 trilhões de dólares, o que corresponde aproximadamente a 200% do PIB daquele país, apurado em 2007. Dessa dívida, aproximadamente 12 trilhões eram hipotecas, isto é, ofereciam-se imóveis em garantia do pagamento dos contratos. O PIB mundial somava, então, cerca de 55 trilhões de dólares, sendo os Estados Unidos responsáveis por 13 trilhões dessa produção. Todavia, cerca de 100 trilhões de dólares em ativos financeiros estavam oficialmente nos Estados Unidos quando a crise se desencadeou em outubro de 2008, abatendo impiedosamente gigantescas cifras relacionadas a esses investimentos. Anualmente, movimentava-se em papéis pelo mundo cerca de 40 vezes mais do que a soma de tudo o que se registra como Produto Interno Bruto de todos os países. Embora isso pareça irracionalidade, é justamente essa irracionalidade o que permite ao capitalismo alavancar o seu crescimento. O crescimento do setor financeiro chegou a alcançar recentemente o número de 20 milhões de pessoas contratadas na prestação

de seus serviços em todo o mundo, mesmo com o acelerado desenvolvimento de tecnologias da informação possibilitando aos usuários realizarem operações diversificadas em sistemas de auto-atendimento, em caixas automáticos ou pela Internet. Numa situação de endividamento real de tal magnitude e de geração de capitais virtuais em tal monta, a crise de confiança, quando se abate no sistema, leva tanto à quebra de promessas de pagamento, desfazendo-se a realidade virtual desses capitais, quanto ao início de um novo período de acumulação, sobre novas bases.

Assim, o descompasso entre a magnitude da produção real e a magnitude sobrevalorizada dos papéis negociados nos mercados permite às empresas, nos períodos de apreciação de seus papéis, obter valores econômicos que são investidos no desenvolvimento tecnológico que amplia realmente suas forças produtivas. Por outra parte o descompasso entre o fluxo de meios econômicos e o fluxo de valores econômicos, em razão do fluxo de pagamento de juros – para além do pagamento do principal das dívidas contraídas com a finalidade de pagar os meios econômicos comprados –, possibilita a realimentação do crédito, em magnitudes ainda maiores – o que, igualmente, possibilita realimentar em maior magnitude o financiamento do consumo e da produção no conjunto do sistema. Até que ocorra o crack sistêmico, porque os recursos disponíveis aos endividados são insuficientes para saldar as suas dívidas. Quebram-se, então, os contratos e as antigas promessas de pagamento se desfazem, para que tudo possa recomeçar em novas bases, assentadas em novas promessas de pagamento.

Enfim, cabe asseverar que sem o crescimento do crédito e sem a consolidação do sistema financeiro, sem a multiplicação de dívidas, sem as crises cíclicas que levam à quebra de expectativa do recebimento dos valores registrados nos contratos, desencadeando a sua desvalorização – abolindo, desse modo, parte substantiva delas –, o capitalismo não teria como se desenvolver, com sua lógica de concentrar a riqueza, expandir créditos e dívidas. Significaria isso que o volume do capital acumulado possa, desse modo, crescer ao infinito?

Considerando a situação de recursos limitados no planeta em relação à possibilidade de um crescimento infinito da produção econômica, afirmou Nicholas Georgescu-Roegen: “*o crescimento ilimita-*

do num planeta de recursos limitados é impossível. Somente um louco ou economista poderiam acreditar nisso”. Cabe destacar, todavia, que não se deve relacionar a possibilidade de crescimento econômico ilimitado do sistema com a quantidade limitada de recursos materiais existente no planeta. Ocorre que o setor da economia dos bens intangíveis ou economia do conhecimento – que envolve produtos não-materiais de tecnologia da informação, produtos culturais digitalizáveis (conversíveis a código binário, processado por computador), produção de conhecimentos de diversos tipos mediante pagamentos, bem como fruição paga de bens e serviços virtuais – vem se expandindo rapidamente e vai se configurando como um novo setor de produção de valor econômico, mantendo-se a mesma lógica de acumulação sistêmica.

Se a produção de bens intangíveis, em alguma medida, está relacionada ao consumo de meios materiais, por outra parte é possível desenvolver-se tecnologias que permitam a reprodução e reciclagem de tais meios de maneira sustentável. E como a criatividade humana é fonte da inovação, é possível produzir-se novos bens intangíveis ilimitadamente enquanto houver criatividade. Se esse setor econômico continuar a se expandir – mesmo que os setores produtores de bens tangíveis apenas se reproduzam de maneira estabilizada ou, ainda, diminuam os níveis de sua produção pela incorporação de variáveis ecológicas de sustentabilidade, tais como a ampliação da vida útil dos produtos, por exemplo –, o sistema econômico como tal pode continuar a expandir ilimitadamente a magnitude total do volume de suas vendas de bens e serviços intangíveis, desde que haja um sistema de créditos que alimente essa expansão.

a) A economia dos bens intangíveis e a semiótica da circulação econômica na fase atual do capitalismo globalizado

A primeira grande dificuldade de quase todas as análises dos esquemas de reprodução do capitalismo – obliterando a compreensão real do problema na atualidade – é considerar que a realização da produção converte, mediante a venda, o valor de troca da mercadoria em dinheiro. Diferentemente, o importante é compreender os fluxos da *circulação do valor econômico* e não os fluxos da *circulação do dinheiro*. O fluxo de valor econômico, na realização da produção, ocorre

de maneira inversa ao fluxo de meios econômicos. Isto é, obtém-se algo (meio econômico) em troca do qual se fornece outra coisa: um *representamen* semiótico, moralmente ou legalmente válido, de valor econômico⁹.

O segundo problema é considerar a mercadoria, basicamente, como sendo algo necessariamente objetivo ou material e não se dar a devida atenção à classe de bens intangíveis, como softwares por exemplo, cuja comercialização do produto não implica na sua alienação pelo vendedor, que pode continuar a vendê-lo enquanto alguém o

9 Usamos *representamen* na acepção básica de Peirce, para quem “um Signo, ou Representamen, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo, denominado seu Objeto, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu Interpretante, que assume a mesma relação triádica com seu Objeto na qual ele próprio está em relação com o mesmo Objeto” (PEIRCE, 1977, p. 63). É importante destacar que, nas tríades semióticas de Peirce, há uma dinâmica de recursividade, em que os elementos posteriores recuperam os anteriores. Assim, o *representamen* se constitui a partir de sua relação com o fundamento, com o correlato e com o interpretante, como esclarece o autor, ao distingui-lo de *quale* e *relate*: “Quale – that which refers to a ground; Relate – that which refers to ground and correlate; Representamen – that which refers to ground, correlate, and interpretant” (PEIRCE, 1868). Assim, o signo, que se oferece em troca do valor econômico, se refere tanto ao fundamento desse valor (como qualidade externa à consciência), quanto ao seu correlato (como mediação sígnica que o indica, simboliza ou representa por similaridade, para as consciências, possibilitando estabelecer-se acordos sobre ele), quanto ao interpretante (como aquilo que aplicamos ao signo, segundo modalidades diversas, para a sua compreensão e, igualmente, para a compreensão do objeto dinâmico que o gerou). Assim, para que moedas, ações ou títulos públicos, por exemplo, possam ser tomados como portadores de valor econômico, devem [i] relacionar-se a meios econômicos, qualitativamente externos à consciência de um indivíduo; [ii] portar, com os símbolos neles estampados, segundo as regras de uso previamente acordadas no seio da comunidade que os interpreta, um significado com relação ao valor econômico referido; [iii] ser interpretados como estando a portar, asseguradamente, valores econômicos, pelo efeito da aplicação sobre eles de acordos éticos ou legais, cujo cumprimento é exigível por força de convenção e de exercício de poderes constituídos no seio de uma comunidade – nesse caso, de um Estado. Todavia, como um signo pode representar falsamente seu objeto ou ser interpretado ao infinito, a alteração dos interpretantes sobre a capacidade de determinadas moedas, ações e títulos públicos portarem a magnitude de valor econômico neles registrada, pode levar a romper a relação do representamen com seu fundamento e desencadear a perda do valor socialmente a eles conferido, isto é, conferido às moedas, ações ou títulos públicos. Mais do que isso, essa relação entre o objeto dinâmico e o signo por ele gerado é, muitas vezes, invertida no processo de interpretação, quando se trata de objetos dinâmicos simbólicos. Por exemplo. Quando um contrato de hipoteca – que nada mais é do que uma peça sígnica – é negociado no mercado, ele se torna o objeto dinâmico, sobre o qual geram-se acordos comunicativos e novos contratos econômicos. Nessa situação, dados indiciais sobre a capacidade de pagamento dos que realizaram as hipotecas convertem-se em interpretantes que se aplicam às próprias hipotecas, no que se refere às expectativas de realizar-se ou não os lucros que se espera com a sua negociação.

queira comprar, bastando que um cliente clique num link na Internet para fazer o pagamento e a cópia do produto. O intercâmbio é feito de modo que o valor econômico é recebido por quem fornece a mercadoria. Mas o fornecedor continua dispondo do mesmo produto já vendido para igualmente vendê-lo a outros.

Tratemos, portanto, desses dois aspectos, para melhor entender essa fenda da necessária virtualização do capital para a sua reprodução na fase atual do capitalismo globalizado.

Como vimos, a preservação do capital exige que, nas sociedades em que o capitalismo se implanta e se consolida, ele se torne o sistema semiótico modelizante principal. Em outras palavras, o que faz com que bilhetes de papel emitidos pela casa da moeda possam ser interpretados como reserva de valor frente a outros idênticos reproduzidos por uma foto-copiadora ou impressora doméstica, são índices (sinais inerentes a cada objeto) sobre os quais geram-se acordos simbólicos no interior de uma comunidade interpretante. Empregase, então, a coerção do Estado na preservação de tais acordos simbólicos para a interpretação desses índices, acordos esses modelizados sob semióticas legais que determinam direitos e deveres de pessoas físicas e jurídicas em relação a tais bilhetes de papel. Tais acordos, antes de serem democráticos, são frutos da pressão econômica e política dos atores sociais em disputa. Do mesmo modo que a comunidade pode interpretar que uma nota de dinheiro tenha maior valor do que outra, por que nela o número estampado simboliza grandeza maior do que o estampado na outra, igualmente pode aceitar que promessas de pagamento futuro registradas em contratos legais tenham valor idêntico ao do que está estampado nesses contratos. Se tais convencionalidades não foram inventadas sob o capitalismo, cabe salientar que elas foram e são modelizadas a partir dele, com vistas à sua preservação e à produção de mais capital¹⁰.

Isto significa que o fluxo de valores sob o capitalismo pode ocorrer valendo-se de dinheiro ou de outros *representamens* que a sociedade crie e aceite como reserva de valor, desde que possam ser interpretados, moralmente ou legalmente, sob a semiótica hegemônica dessa comunidade como sendo portadores de tal valor. Em outras

10 Do mesmo modo, o arcabouço político e legal do sistema introduz novas convencionalidades, sempre que necessário, ao melhor funcionamento da reprodução do sistema como um todo, preservando seus fundamentos.

palavras, o capitalismo cresce não apenas porque concentra valor, mas fundamentalmente por que – na medida que o valor gerado por fontes que não operam diretamente sob o seu comando é insuficiente para completar o volume de valor requerido para girar a sua produção pela venda das mercadorias que oferece nos mercados – gera créditos para viabilizar essa comercialização, com tamanha criatividade na invenção e inovação de contratos entre os atores, que se torna capaz de criar virtualmente o que lhe falta objetivamente para a realização da produção e obtenção do lucro. Todavia, quando é perdida a confiança de que os contratos venham a ser honrados e ocorre o crack sistêmico, boa parte do capital virtual, que irá desaparecer com a quebra dos contratos, já dinamizou – como antecipação de valores – a produção efetiva de riqueza, tendo possibilitado, em alguma medida, a expansão real do sistema e o desenvolvimento efetivo das suas forças produtivas.

Analisemos agora esta fenda com relação aos bens e competências intangíveis. Os *bens intangíveis* podem ser subdivididos em: a) *comodities intangíveis*, que são direitos contratuais, como os de publicação e reprodução, bancos de dados comerciais, softwares negociáveis nos mercados com anuidades em royalty de longo prazo, etc., podendo ser armazenados, comprados, vendidos, alugadas e utilizados como objetos de outras operações comerciais; b) *propriedade intelectual*, que são ativos derivados do registro legal de conhecimentos formalizados, tais como patentes, direitos autorais, designs, segredos industriais, tecnologias registradas, etc. Por sua vez, as *competências intangíveis* de uma empresa referem-se à sua habilidade em gerar e aplicar conhecimentos criativos produzidos pelo seu corpo de funcionários, pela inteligência coletiva dela mesma que permeia o seu tecido organizacional, para encontrar soluções inovadoras, frente aos desafios e demandas de curto, médio e longo prazos, tornando-a mais capaz de obter melhores resultados com as inovações que introduz.

O desenvolvimento da *economia dos bens intangíveis* pode acentuar o processo de concentração dos capitais, por depender de menos trabalho vivo na replicação do valor de uso – pois, uma vez produzido um software ou uma canção, por exemplo, seus arquivos em formato binário podem ser reproduzidos infinitamente sem os custos que foram demandados para a produção do original. Com efeito,

a conversibilidade dos signos em capital ocorre mediante a determinação de duas propriedades dos signos no âmbito da sociedade capitalista: a) o seu *valor de uso como meio econômico*, que tanto pode ser objetivo, no caso de um software, por exemplo; quanto virtual, no caso da apreciação social atribuída ao signo (uma logomarca de grife, por exemplo), apreciação essa produzida socialmente pelas semióticas hegemônicas em processos de agenciamento de subjetividades; b) o seu *valor de troca*, portando significados e valor econômico – pois se o sentido dos signos deve ser investigado nos seus usos, claro está que, sob a modelização do capitalismo, os usos dos signos no âmbito econômico têm como finalidade fundamental a proteção do regime semiótico de sua interpretação e a produção de valores de troca que possam ser acumulados em equivalentes semióticos – como moedas, títulos, ações, marcas registradas, patentes, etc. – que tenham conversibilidade para quaisquer outras formas de capital.

A partir do último quarto do século passado, tanto a revolução tecnológica em curso (que envolve a informática, a biotecnologia, a robótica, a tecnologia dos materiais e a sofisticação dos aparelhos de formação da opinião pública e agenciadores de comportamentos) quanto a organização dos mega-conglomerados e dos mega-mercados, bem como o super-desenvolvimento dos capitais especulativos e da economia dos bens intangíveis, imprimiram novas determinações ao capitalismo. Nesta passagem do capitalismo monopolista à nova fase do capitalismo globalizado, verifica-se uma progressiva modificação no método dominante de produção e o surgimento de uma nova forma de extração de mais-valia. Observa-se que as formas clássicas de extração de mais-valia (absoluta e relativa) podem coexistir com a extração de mais-valia virtual.

Entre outras possibilidades, esta pode realizar-se:

a) graças à reprodução virtual de produtos finais intangíveis ou ao pagamento pelo direito de uso signos que se convertem em mercadorias, como softwares ou patentes sobre códigos genéticos modificados bio-tecnologicamente, por exemplo;

b) graças à venda de mercadorias com preços elevados, frente aos produtos similares, em razão de que sobre elas estejam aplicados determinados signos que operam socialmente como interpretantes valiosos por certa parte do mercado consumidor, que paga mais

para desfrutar de tal propriedade sígnica vinculada ao objeto, crendo destacar-se socialmente ao utilizar, por exemplo, roupas de determinadas marcas ou o carro do ano, fixar residência em condomínio de grife etc., sendo que outros produtos similares ofereceriaem idênticas condições de uso, excetuando-se o reconhecimento social e a satisfação psicológica que somente são possíveis de realizar-se pela posse ou usufruto de tais signos produzidos, modelizados e interpretados sob semióticas capitalistas, especialmente publicitárias;

c) ou pela aplicação performativa de signos sobre outros signos, que possuem caráter de *representamen* de valor econômico, alterando-lhes a magnitude dessa representação – sejam tais signos provenientes de atos que, juridicamente, têm valor legal (elevação de taxas de juros pelo Banco Central do país ou elevação de coeficiente de aproveitamento construtivo em áreas de uma cidade em razão de mudanças s gnicas em seu Plano Diretor Urbano, por exemplo); sejam signos que não possuem força legal, mas que afetem virtualmente a credibilidade dos agentes econômicos na possibilidade de obter-se maiores ganhos com a elevação do preço de ações nos mercados ou de realizar prejuízos com a sua depreciação, por exemplo.

Em cada um desses casos, para os quais citamos apenas alguns exemplos, a mais-valia virtual se produz por mediações distintas, seja em movimentos de produção de bens de uso intangíveis, suportados ou não por meios materiais, seja em movimentos de produção de subjetividade, como já analisamos em outra parte – mas todas requerem alguma forma de *trabalho*, ainda que seja, por exemplo, alterar performativamente um signo num mapa, criando-se uma realidade anteriormente inexistente¹¹. Cabe destacar que, como o processo produtivo do valor de uso se conclui no consumo final do produto e do valor de troca no momento de sua conversão a outra forma de valor econômico, no caso da indústria de software, por exemplo, o montante do excedente produzido está diretamente ligado à quantidade de cópias reproduzidas e vendidas, o que depende diretamente, por sua vez, do valor de uso do produto comparado a outros. A reprodução das cópias não requer o trabalho vivo que foi necessário para produzir a sua matriz inicial. Contudo, a acumulação com sua

11 Cf. MANCE, 1998. Particularmente a seção “Capitalismo Globalizado – As Bases da Atual Acumulação Capitalista”.

reprodução e comercialização somente é possível graças ao trabalho vivo que o fez surgir como um bem intangível, que possui valor de uso e de troca, embora a troca não implique na alienação do software por parte de quem detém o direito de cópia sobre ele. Deste modo, a fonte de toda a mais-valia extraída com a reprodução deste bem é o trabalho vivo que o fez surgir como bem intangível. Mas não se trata, pois, de mais valia absoluta ou relativa, que dependam de trabalho vivo comandado pelo capital para a produção de uma nova unidade do produto, mas de uma *mais valia virtual* que dependeu deste trabalho vivo uma única vez para fazer surgir a matriz a ser replicada pelo consumidor que o compra, ao clicar num link na Internet.

Importa destacar que o volume do capital, acumulado pelas diversas mediações da sua virtualização, cresce a cada ano e que a extração de mais valia virtual tende a se tornar a mola propulsora da acumulação, na medida em que *o trabalho científico vai se transformando na principal fonte de valor econômico, produzindo informações que, como bens intangíveis, são propriedade privada do capital*. O conhecimento torna-se insumo produtivo, pela sua aplicação tecnológica. Mas, igualmente, tem valor de troca, na medida em que é interpretado como potencial gerador de valor econômico, ainda que tal aplicação não tenha se concluído. Estima-se que em 2006, tenha-se se investido aproximadamente US\$ 820 bilhões em Pesquisa & Desenvolvimento nos Estados Unidos, União Européia, China e Japão. Considerando-se as mil empresas que mais investiram em P&D em 2007, totaliza-se US\$ 492 bilhões com este tipo de investimento, sendo que dois terços destes gastos estão concentrados nas indústrias de computação e eletrônicos (29%), saúde (22%) e automotiva (16%). No Brasil, a Petrobrás, por exemplo, investe anualmente cerca de US\$ 1 bilhão, em P&D, empregando dois mil pesquisadores que desenvolvem cerca de 500 projetos. Em 2006, o governo alemão informou que o país iria investir € 14,6 bilhões em P&D com o objetivo de criar 1,5 milhão de empregos no período de três anos. E estudos mostram que há uma relação entre a intensidade de investimento em Pesquisa & Desenvolvimento com a melhoria da performance econômica da empresa, com ganhos de produtividade.

Assim, essa economia dos bens intangíveis possui fenômenos peculiares que exigem novas categorias analíticas para que sejam adequadamente compreendidos, que permitam reler os esquemas de

reprodução do capitalismo com novo olhar, compreendendo a sua realização cíclica e as fendas que lhe são inerentes¹².

Ao mesmo tempo em que tais fenômenos relançam o capitalismo sobre novas bases de acumulação e virtualizam cada vez mais a economia, criam por outra parte novas fendas sistêmicas, relacionadas: a) à necessária produção de subjetividades para realimentar interpretantes positivos à apreciação dos signos portadores de valor econômico – como forma de preservar o valor comercial das marcas nos mercados, de ampliar a realização de ganhos com a apreciação de ações, facilitar a expansão de franquias, etc.; b) à preservação de semióticas legais relacionadas à propriedade de signos, tais como logomarcas, patentes, etc., e ao combate à pirataria tecnológica e à apropriação ilegal de bens intangíveis; c) em relação à disputa político-social pela definição de signos que se aplicam a outros signos, como taxas de juros, taxas

12 Uma passagem do relatório sobre questões relacionadas à economia intangível, produzido por um grupo de especialistas para a União Européia, pode ilustrar o impacto da aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação (ICT) no interior das cadeias produtivas e de fornecimento. “Since the 1960s significant changes have also taken place in the core production and distribution functions, driven by an increasing technological sophistication of products and processes and the growth of digitally-enabled supply chains. The availability of low-cost distributed ICT has shifted the boundaries between tacit and codified knowledge resulting in massive amounts of ICT and collateral spend being directed towards the codification of proprietary know-how and processes. ICT acts as a codifier, which migrates processes and tools across all sectors. Even genetic engineering is based on the decoding, manipulation and eventual reprogramming of the information codes of living matter. By this means, intangible assets, mainly in the form of knowledge, reputation, relationships and people, can be codified and converted into leverageable intellectual capital. Until the 1980s, firms in sectors such as mechanical and electrical engineering depended mainly on the skills of their designers, draftsmen, production engineers and craftsmen for their technology. Now leading edge firms in these sectors depend on computer-aided design and manufacture (CAD/ CAM) and knowledge of a range of advanced technologies including electronics, advanced materials and software. The various stages of the production and distribution process, along with the interfaces between organisations in the supply-chain, are now codified and managed electronically rather than via blueprints and engineering drawings. As a result, traditional craft and production engineering skills have been replaced by computer design skills, and the ability to integrate successfully the various elements of computercontrolled work and information flows within and across company boundaries is now a key competence in many industries. Led by the media, software, business and information services sectors, many industries that exhibit high growth rates have radically different value-generating processes to the old-world norms. Not only do their supply and value chains operate very differently, but there are fundamental differences in the way the economists’ ‘production function’ works in these industries. This has led to a migration of productive effort (and jobs) away from the traditional production activities – upstream into R&D and downstream into distribution and new forms of market access” (EUSTACE, 2000, p. 16).

de câmbio, mudanças de legislação que afetem direitos econômicos ou a apropriação social de bens intangíveis, como quebra de patentes de remédios, etc.; d) em relação à preservação/alteração de contratos que regulam a movimentação virtual de capitais pelo mundo; e) em relação às conexões da ciência como geradora de conhecimentos que contribuam para a emancipação social e como produtora de capital virtual a ser aplicado no desenvolvimento tecnológico, com vistas à geração de lucros, independentemente dos impactos sociais e ecológicos dessas tecnologias, etc.

10. Com o desenvolvimento das forças produtivas e da economia do conhecimento, o sistema capitalista necessita de cada vez menos trabalho vivo para a produção de um mesmo volume de bens tangíveis, surgindo nessa esfera de produção um tempo de não-trabalho, que se realiza sistemicamente como tempo de desemprego, com a tendência de avolumar-se cada vez mais.

Conforme dados da OIT, publicados antes da crise de outubro de 2008, previa-se em 2009, cerca de 200 milhões de desempregados em todo o mundo, batendo-se o recorde histórico desta série. Isso sem contar as pessoas que possuem ocupação informal ou estão no desalento. Tal recorde não indica apenas que a população mundial economicamente ativa aumentou em números absolutos, elevando-se igualmente a quantidade de pessoas desempregadas. Significa também que o desenvolvimento desigual das forças produtivas em todo o mundo, sob os influxos do sistema capitalista, tem sido incapaz de gerar postos de trabalho suficientes para incorporar a capacidade de produção de riqueza do trabalho vivo dessa parcela da população mundial. Assim, de um lado, eleva-se a produção e concentração de riqueza e, de outro, amplia-se o desemprego mundial, em meio às mudanças tecnológicas e de funcionamento da reprodução do capitalismo, ancorado cada vez mais na *economia do conhecimento*.

O poder do conhecimento, em aumentar a produtividade pela inovação tecnológica, gerou a situação atual em que dá mais lucro ao capital *fazer maiores investimentos em capital constante* – em maquinários mais produtivos a serem operados por um número preferencialmente menor de trabalhadores – do que *explorar um maior volume de força de trabalho* pela contratação de mais empregados. Assistimos, hoje, a este fenômeno que Marx supôs, nos *Grundrisse* em 1857, que

ocorreria na fase superior da Grande Indústria, descrevendo-o como *Disposable Time*, *disponibler Zeit*, *Nicht-Arbeitszeit*, *freie Zeit* ou *Nicht-Arbeitszeit*¹³, isto é, a emergência de um tempo disponível ou tempo de não-trabalho, tempo de trabalho que o capital não poderia mais empregar produtivamente de modo competitivo, porque a ciência se tornaria a grande fonte produtora da riqueza, abaixando o tempo médio de trabalho necessário à produção das mercadorias – sendo a incorporação da tecnologia o diferencial entre a vida e a morte da empresa capitalista na competição do livre-mercado.

Se uma empresa não investe em Pesquisa & Desenvolvimento, não inova nas tecnologias – que, indiretamente, provocam uma redução dos trabalhadores por ela empregados nas áreas fins para produzir o mesmo volume de mercadoria ou serviço com melhor qualidade ou que mantenham o mesmo número de postos de trabalho produzindo mais capital pelo aumento da produtividade – ela perde a concorrência, sendo derrotada pela empresa rival, que a incorpora ou a deixa falir. E, dominando um segmento maior do mercado, tende, por outro lado, a desativar unidades menos produtivas, porque a alta produtividade das unidades tecnologicamente mais avançadas – alcançada com insumos da *economia do conhecimento* – que são mantidas é capaz de abastecer a todo o mercado consumidor existente, que anteriormente era também atendido pelas unidades agora desativadas. Assim, os cracks são momentos de risco e de oportunidade, que tendem a forçar esse movimento de fusão e concentração de capitais para a exploração de mercados ampliados, melhor aproveitando-se as forças produtivas existentes, valendo-se dos recursos tecnológicos mais avançados, que já haviam ampliado a produtividade média das empresas vencedoras em relação às concorrentes.

Para Marx, na fase superior da grande indústria, que seria a última etapa do modo de produção capitalista, as máquinas realizariam grande parte do trabalho que antes era feito pelo trabalhador e o capital colocaria a seu serviço o conjunto das ciências. Neste momento, as invenções se transformariam em um ramo de atividade econômica, uma vez que a aplicação da ciência à produção é o que possibilitaria aumentar a magnitude do lucro, reduzindo-se o tempo de trabalho vivo necessário à produção de um mesmo volume de mercadoria. Aqui, o volume de trabalho vivo empregado se tornaria cada vez menos importante, face à possibilidade de gerar-se mais capital pelo em-

13 Cf. MARX, 1972, v. 2, caderno 7, p. 231-232).

prego da ciência no processo produtivo. Desse modo, o *disposable time* se configuraria como um tempo de trabalho não mais necessário à reprodução do capital, não mais realizável como trabalho produtivo sob a lógica do acúmulo de mais-valia, dado que o *scientific power*, ao incrementar a capacidade das forças produtivas, tenderia a predominar como fonte criadora de capital.

De fato, graças à alta produtividade do capitalismo, possibilitada pelo desenvolvimento científico e tecnológico que permite gerar um volume maior de riqueza com menos trabalho ocupado, amplia-se o tempo de não-trabalho para toda a sociedade. Assim, como na hipótese de Marx, a riqueza de uma nação nem se resume aos produtos tangíveis que, como tal, possam ser mensurados economicamente, como queria Adam Smith, nem às forças produtivas que possibilitam reproduzir e ampliar o capital, mas é avaliada pelo volume de *tempo livre, freie Zeit*, engendrado pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Quanto mais rica é uma sociedade, maior é o *disposable time* de todos. Quanto menos tempo se necessita trabalhar para produzir tudo o que seja necessário à satisfação das demandas de uma sociedade, mais rica ela seria. Contudo, na mesma medida em que a riqueza da sociedade aumenta, em igual medida ela se concentra sob a mesma lógica de redução dos custos de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que o valor das mercadorias se reduz, pela redução dos custos de produção, uma parcela cada vez maior da sociedade vai empobrecendo, sendo excluída do processo produtivo e de consumo, ao passo que outra parcela, a que detém o capital, continua a enriquecer.

Neste cenário, a realização do lucro possui condicionantes específicos. O necessário investimento em Pesquisa & Desenvolvimento, em capital fixo (como desenvolvimento de plantas produtivas, por exemplo) e em produção de subjetividade, como já analisamos, somente pode ser compensado pela recuperação futura deste investimento, quando da venda do produto final, que será produzido em melhor qualidade e em maior escala ou sob demanda de nichos específicos, empregando-se menor volume de trabalho vivo por unidade produzida. Considerando-se que, na competição entre capitais, os que ampliam a produtividade abaixam o valor da mercadoria – posto que o incremento tecnológico possibilita produzir abaixo do tempo médio socialmente necessário à produção daquele bem – e que essa competição tende a se acirrar, na medida em que mais se investe em Pesquisa & Desenvolvimento, tem-se, então, como resultado desses

fatores, uma tendência à queda geral na taxa de lucro na produção de bens tangíveis. Ademais, o volume geral gasto em salário tende a ser cada vez menor, sendo também cada vez menor o potencial de consumo nos mercados sustentado pelos salários. Por sua vez, o volume de mercadorias produzido com menos trabalho vivo é proporcionalmente cada vez maior, o que provoca uma queda do valor da mercadoria – não apenas de seu preço. O conjunto desses condicionantes, igualmente, reforça a tendência de queda na taxa de lucros sobre bens tangíveis. Paralelamente a essa queda, por outra parte, tem-se um aumento da magnitude do lucro para as empresas que, primeiramente, se beneficiem das inovações tecnológicas ou que mais eficientemente atuem na produção de subjetividade, em relação ao volume de mercadorias por elas vendido.

Portanto, do ponto de vista mundial, não se trata de uma crise econômica temporária, para a qual a expansão da nova onda tecnológica, em especial da *Tecnologia da Informação*, traria alguma solução ao disseminar meios de produção virtuais – como softwares – a preços baixos por todo o mundo. Trata-se, isto sim, de uma nova configuração do capitalismo que, para continuar a se expandir e se concentrar, dependerá cada vez mais da produção de conhecimento valioso como fator de produção e cada vez menos do trabalho vivo na produção de bens tangíveis. E que, por isso, distribuirá, proporcionalmente, cada vez menos recurso na forma de salário em relação ao conjunto dos investimentos nos fatores produtivos. Nisso, em particular, considerando-se apenas os gastos com salários, reduzirá proporcionalmente o que é pago na produção de bens tangíveis em relação ao que é pago na produção de bens intangíveis. Significando que a concentração de capital será cada vez maior no mundo e em determinados setores. E, igualmente, que não há horizonte de solução para o desemprego no interior do sistema, uma vez que não é a qualificação dos trabalhadores no mundo o que fará surgir um número maior de postos de trabalho nas empresas de qualquer setor.

Alguns destacam que em países onde ocorreu maior investimento em Pesquisa & Desenvolvimento no curso dessa última revolução tecnológica, ocorreu igualmente maior geração de postos de trabalho. Todavia é preciso compreender a divisão internacional do trabalho na produção de bens tangíveis e intangíveis e na esfera da economia do conhecimento em particular, para perceber como os fluxos internacionais de capital geram postos de trabalho em algumas regiões e

setores, ao mesmo tempo em que eliminam postos de trabalho em outras regiões e setores.

Dados da OIT revelam que, em 2006, havia 187 milhões de desempregados no mundo. Em 2007 o crescimento médio da economia mundial ficou na casa de 5,2%. Todavia, o número de desempregados neste ano saltou para 189,9 milhões de pessoas. E, como vimos, deverá ultrapassar os 200 milhões no ano de 2009. Em 2007, havia aproximadamente 3 bilhões de pessoas empregadas no mundo todo, muitas em condição de vulnerabilidade, sem contratos legais e sem direito à seguridade social. Do total, 487 milhões ganhavam menos de 1 dólar por dia ao passo que 813 milhões ganhavam entre 1 e 2 dólares ao dia – estando, pois, quase metade da população mundialmente empregada abaixo da linha da pobreza. Embora tenha ocorrido uma redução do número de empregados em situação de pobreza extrema na última década, a ampliação da concentração dos capitais, produzidos pela força de trabalho ocupada globalmente, foi ainda muito superior.

Se a relação entre emprego e população economicamente ativa permaneceu praticamente estável ao longo da década (em 1997 era de 62,6% chegando em 2007 na casa de 61,7%) por outro lado a migração de postos de trabalho entre os setores econômicos no interior das regiões mundiais ficou evidente, como mostra a *Tabela 1*.

Tabela 1 – Empregos por Setores. Mundo e Regiões.

Emprego no setor como porcentagem do emprego total

Região	Agricultura		Indústria		Serviços	
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Mundo	41,4	34,9	21,1	22,4	37,5	42,7
Economias Desenvolvidas e União Européia	6,1	3,9	28,3	24,5	65,6	71,5
Europa Central e Sudeste da Europa (exceto EU) e CEI	27,0	19,5	28,3	26,1	44,7	54,4
Ásia Oriental	47,9	38,4	24,3	26,9	27,8	34,7
Sudeste Asiático e Pacífico	48,8	43,9	17,1	19,0	34,1	37,0
Ásia Meridional	59,4	48,0	15,3	21,7	25,2	30,3
América Latina e Caribe	23,5	19,1	20,7	22,0	55,8	58,9
Oriente Médio	21,4	17,5	25,6	25,5	52,9	57,0
África do Norte	35,4	32,8	19,9	20,6	44,7	46,6
África Subsaariana	72,1	64,7	8,5	9,6	19,4	25,7

Fonte: OIT. *Tendências Mundiais do Emprego – Janeiro de 2008*, p. 44.

Considerando o conjunto total dos empregos por setores em cada região, houve uma diminuição de participação relativa, mundialmente acentuada, no campo da agricultura (-6,5%); manteve-se praticamente estável a participação relativa da indústria no conjunto dos empregos, com pequena elevação no total (1,3%); e no setor de serviços registrou-se elevação expressiva (5,2%). É interessante destacar que, enquanto nas Economias Desenvolvidas e União Européia¹⁴ apenas 3,9% dos empregos estão no setor da agricultura, seguidos de 24,5% na indústria e de 71,5% no setor de serviços, a situação da África Subsaariana é de 64,7% dos empregos na agricultura, 9,6% na indústria e 25,7% no setor de serviços.

Percebe-se, pois, que o setor de serviços – que abrange os setores do comércio, da economia do conhecimento e dos bens intangíveis, e, igualmente, o setor financeiro, entre outros – é, de longe, o que mais gera postos de trabalho na região que congrega Estados Unidos, Canadá, Japão e União Européia.

Quando analisamos, particularmente, a situação dos indicadores sobre *Economia do Conhecimento*, publicados pelo Banco Mundial em 2008¹⁵, vemos claramente na *Tabela 2* que as posições regionais permanecem inalteradas em relação a 1995. A única diferença é que, depois de 12 anos, a Europa e Ásia Central apenas subiram em relação à média mundial. Vemos que as regiões pobres do mundo estão sendo fragorosamente derrotadas, internacionalmente, nessa nova etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois não conseguem gerar incentivo econômico para a transição à economia

14 Conforme a metodologia adotada pela OIT, Economias Desenvolvidas e União Européia integram além dos países que compõem a União Européia, igualmente a Canadá, Estados Unidos, Austrália, Gibraltar, Groenlândia, Ilha de Man, Israel, Japão, Nova Zelândia, San Marino, São Pedro e Miquelão, Andorra, Islândia, Lichtenstein, Mônaco, Noruega e Suíça.

15 Esses indicadores levam em conta: a) o incentivo econômico e o regime institucional do país – considerando: tarifas e barreiras não tarifárias, qualidade na regulação legal relacionada ao setor, estado de cumprimento de direitos; b) educação e recursos humanos – considerando: taxa de alfabetização de adultos, grau de ingresso nos níveis secundário e terciário; c) o sistema de inovação – considerando: recibos e pagamentos de taxas relacionadas a licenças e royalties, pedidos de patentes concedidos pelos órgãos de patentes e marcas comerciais nos Estados Unidos e volume de artigos publicados em revistas científicas e técnicas; d) Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) – considerando: telefones por 1.000 habitantes, computadores por 1.000 habitantes, usuários de Internet por 10.000 habitantes.

do conhecimento, não dispõem de meios eficientes e ágeis institucionalmente para proteger bens intangíveis, possuem graus de inovação abaixo da média mundial, níveis de educação precários e baixíssimo grau de apropriação e propagação de tecnologia da informação (computação e conexão de dados).

Tabela 2 – Índice de Economia do Conhecimento por Regiões Mundiais

País	IEC	IC	Incentivos e Garantias	Inovação	Educação	TIC
G7	8,76	8,93	8,24	9,19	8,73	8,89
Europa Ocidental	8,72	8,73	8,69	9,23	8,16	8,80
Leste da Ásia e Pacífico	6,59	6,88	5,71	8,44	5,26	6,94
Europa e Ásia Central	6,35	6,65	5,44	6,88	6,74	6,33
Mundo	5,92	6,17	5,18	8,01	4,16	6,34
Oriente Médio e Norte da África	5,38	5,63	4,63	7,22	3,69	5,97
América Latina	5,07	5,19	4,70	5,94	4,39	5,23
África	2,80	2,81	2,80	4,31	1,46	2,65
Sul da Ásia	2,53	2,47	2,72	3,34	1,89	2,17

Fonte: Banco Mundial, *KEI and KI Indexes (KAM 2008)*

IEC – Índice de Economia do Conhecimento

IC – Índice de Conhecimento

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

Tabela 3 – Índice de Economia do Conhecimento por Níveis de Renda dos Países

Faixas de Renda	IEC	IC	Incentivos e Garantias	Inovação	Educação	TIC
Alta Renda	8.31	8.41	8.03	9.05	7.60	8.58
Média-Alta Renda	6.21	6.35	5.78	6.76	5.89	6.41
Média-Baixa Renda	4.10	4.33	3.41	4.95	3.61	4.43
Baixa Renda	2.08	2.15	1.88	2.63	1.71	2.10

Fonte: Banco Mundial, *KEI and KI Indexes (KAM 2008)*

IEC – Índice de Economia do Conhecimento

IC – Índice de Conhecimento

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

Quando analisamos esses mesmos indicadores considerando o quadro de distribuição de renda dos países, esse drama fica ainda mais evidente, como mostra a *Tabela 3*. Sob a lógica do capitalismo, torna-se impossível aos mais pobres alcançarem o mais ricos, pois não dispõem de recursos e da ambiência necessários para os investimentos requeridos.

Com relação à mobilidade dos países no conjunto dessas faixas, percebe-se que ocorrem ganhos e perdas de posições entre países no interior de um mesmo segmento ou em relação a segmentos próximos. Mas que a posição dos segmentos, como tal, permanece inalterada. De fato, há uma retro-alimentação entre esses fatores, pois quanto mais pobre é o país, mais dificuldades tem de promover a expansão da economia do conhecimento em seu interior. E quanto menos desenvolve a economia do conhecimento, mais capitais tende a queimar para promover o desenvolvimento econômico nacional com a importação de tecnologias diversas – que logo se tornam obsoletas –, com o pagamento de licenças, etc.

A dificuldade de ascensão dos países pobres na esfera da *economia do conhecimento* é ainda mais acentuada porque não têm condições de assegurar um rápido provimento da infra-estrutura requerida para ampliar a capacidade distribuída de processamento de dados em seu território e de conectividade a redes digitais internacionais. E porque sua velocidade, na integração global dos negócios com bens e serviços intangíveis, é baixíssima. Além do mais, se num primeiro momento compreendia-se que os processos de inovação se iniciavam com a pesquisa de base operada em universidades, passavam pelo desenvolvimento tecnológico operado nas empresas, chegando-se por fim à sua aplicação em soluções comerciais, percebe-se hoje que a geração de novos produtos, em setores de alta tecnologia, depende fundamentalmente de outros fatores, tais como a velocidade de resposta empresarial à inovação da concorrência, equipes de trabalho interdisciplinar e organização de redes colaborativas com parceiros nas cadeias de fornecimento. Em outras palavras, o processo de inovação e de criação de novas idéias, valiosas na esfera da economia do conhecimento, está menos focado nas academias e mais nas empresas. E

como as empresas instaladas nos países mais pobres pouco investem em P&D, a situação destes se agrava ainda mais.

Cabe constatar, portanto, que, sob a lógica do movimento dos capitais, os países pobres, baixamente ranqueados na difusão e apropriação das tecnologias da informação e comunicação, com baixo nível de educação, de inovação e de incentivos à produção de bens intangíveis, desprovidos de indústrias de tecnologia de ponta – isto é, que investem maciçamente em P&D para a inovação e invenção de novos produtos –, dificilmente ascenderão no rol internacional da economia do conhecimento.

Enfim, essa fenda sistêmica do capitalismo, de não conseguir incorporar 1,5 bilhão de pessoas da População Economicamente Ativa ao mundo ao trabalho digno, com uma remuneração que lhes permita ultrapassar a linha mínima de pobreza, estimada em 2 dólares ao dia, tende a abrir-se cada vez mais¹⁶. Pois, com efeito, embora ao longo da última década o emprego tenha se estabilizado percentualmente em relação à população economicamente ativa no mundo – o que significa que ele cresceu em números absolutos, pois esta população aumentou –, ocorre que o número de postos de trabalho gerados foi insuficiente para atender ao próprio crescimento dessa população – mantendo-se no período um *déficit* relativamente estável e absolutamente em crescimento na geração mundial de empregos. Isso significa que, no largo prazo, embora em números relativos a

16 Poder-se-ia argumentar que embora o capitalismo tenha sido vitorioso com a queda do Muro de Berlim em 1989 e globalizado seus princípios e sua lógica na circulação de mercadorias e de capitais pelo mundo, esses vinte anos não tenham sido suficientes para dinamizar as antigas economias comunistas. Cabe lembrar, todavia, que a transição do comunismo ao capitalismo aboliu o regime de pleno emprego, lançando ao desemprego milhões de trabalhadores nesses países. Por sua vez, as reformas econômicas introduzidas na China que a tornaram reconhecida, por grande parte das nações, como economia de mercado, a integraram aos circuitos do capital internacional. A China assegura, atualmente, os direitos à propriedade privada de meios de produção e à livre negociação de salários, incentiva a operação de empresas estrangeiras no país e assegura a conversibilidade da sua moeda. O país continua a política de privatizações e de reforma dos setores monopolizados, ampliando a participação de investidores privados, nacionais ou estrangeiros. Nos últimos 20 anos, o mercado chinês atraiu cerca de um US\$ 1 trilhão em investimentos estrangeiros diretos – sendo as empresas estrangeiras livres para operar sozinhas ou em *joint ventures*. Atualmente, mais de 70% das empresas chinesas são de propriedade privada. E o setor privado no país responde por cerca de 60% dos bens produzidos.

tendência detectada era a de manutenção do emprego nos mesmos patamares de insuficiência, em números absolutos a quantidade de pessoas desempregadas tendia a aumentar. Com a perspectiva de recessão mundial apontada para o próximo período – e já verificada nos Estados Unidos, Europa e Japão –, as taxas de desemprego devem elevar-se ainda mais. Não fosse o desalento de parcelas mundiais em procurar emprego, pois crêem que não vão encontrar ocupação, e os milhões de postos de trabalho gerados na última década pela economia solidária em todo o mundo, o número de desempregados seria bem maior.

Tal fenda sistêmica reside, portanto, no fato de que o capitalismo desenvolve as forças produtivas sob uma lógica que não é capaz de incorporar, atualmente, cerca da metade da população economicamente ativa do planeta nos fluxos de produção e consumo com uma remuneração que lhes permita sair da linha de pobreza. Por sua vez, a maior importância que a economia do conhecimento vai ganhando na reprodução do sistema, como um todo, tende a ampliar ainda mais essa fenda, a julgar pelos dados já observados na última década.

2. A superação sistêmica do capitalismo

A superação sistêmica das fendas do capitalismo leva necessariamente ao surgimento de um novo sistema econômico, pois tais fendas são, na verdade, peculiares à sua própria estrutura essencial. Superá-las é condição necessária para promover-se o bem-viver do conjunto das pessoas e sociedades e ampliar-se os horizontes de possibilidade de realização das liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas.

Com essa perspectiva, trataremos, nos tópicos desta seção, das principais questões de fundo relacionadas a essas fendas sistêmicas. Isso é pré-condição para que se compreenda, posteriormente, a extensão das proposições práticas apresentadas, que possibilitam integrar modalidades diversas de economia solidária, na perspectiva estratégica de superação do capitalismo.

Hackeando as fendas sistêmicas do capitalismo

Utilizando uma linguagem análoga à dos círculos de tecnologia da informação, podemos dizer que há dois modos fundamentais de explorar-se as fendas sistêmicas do capitalismo: hackeá-las ou crackeá-las¹⁷.

Hackear essas fendas significa estudar os fluxos do sistema, particularmente os seus fluxos materiais¹⁸ e de valor, visando compreender

17 As palavras, *hack* e *crack*, podem ser traduzidas ao português por *fenda*. O emprego habitual destas expressões em inglês, como substantivo e verbo, associa-se a *fenda* e *brecha* ou a *cortar* e *entalhar* – no primeiro caso; e a *fresta* e *estalo* ou a *rachar*, *quebrar*, *arrombar*, *fender* e *falir* – no segundo. Nas últimas décadas, elas ganharam sentidos mais específicos no campo da tecnologia da informação. Em geral, *hacker* e *cracker* são termos usados para designar pessoas que encontram ou abrem fendas, passagens ou rachaduras nos programas e nos sistemas de segurança, possibilitando fazer com que tais sistemas realizem ações para as quais não foram inicialmente programados, seja com propósitos éticos ou criminosos. Tomamos, nesse livro, a liberdade de utilizar as expressões *hack* e *crack* e suas derivações, *hackear* e *crackear*, como se já estivessem incorporadas à língua portuguesa. De fato, alguns dicionários já acolheram o vocábulo *hacker*, com o significado de “pessoa [...] com conhecimentos de informática, que utiliza esse conhecimento para o benefício de pessoas que usam o sistema, ou contra elas” [*Michaelis*] ou como “pessoa que viola a segurança de sistemas informáticos; pirata informático” [*Infopédia*]. Igualmente, o vocábulo *crack* foi neles incorporado para designar uma espécie de narcótico. Embora *hackear* e *crackear* não constem nos dicionários, tais expressões são, ou já foram, utilizadas em jornais conceituados. Tratando-se da expressão *life hacking*, afirma-se no Estadão Online que “o verbo hackear, no caso, é empregado no bom sentido: melhorar a vida. Nada a ver com invasões ou quebra de sistemas de segurança.” (24 jun. 2006). Por sua vez, na Folha Online (23 jul. 2003), encontramos a expressão “‘crackear’ senhas.” No JB Online (16 mai. 02) encontra-se a frase: “formas de crackear informações contidas em smart cards”. E, no Diário de Pernambuco (25 fev. 2006), “arquivos usados para crackear jogos”. Por fim, a expressão *crack* aparece, tanto em jornais quanto em livros, também referida a bruscas e acentuadas quedas nas bolsas de valores. De nossa parte, todavia, usaremos *hackear* e *crackear* com sentidos muito particulares neste livro. Quando propomos o hackeamento e o crackeamento do sistema capitalista pelos atores da economia solidária, propomos ações econômicas que subvertem a lógica do capitalismo, explorando tanto as suas fendas sistêmicas, reorganizando fluxos econômicos para a remontagem solidária de cadeias produtivas, quanto a legalidade vigente que o sustenta, avançando igualmente na luta pela supressão de leis injustas e pela instituição de novas leis, que melhor assegurem as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, que melhor sustentem os avanços da economia solidária como novo modo de produção. O sistema capitalista, todavia, é também hackeado e crackeado cotidianamente por atores capitalistas, que, respeitando ou não as leis nos diversos países, obtêm vantagens econômicas na exploração de suas fendas, especialmente as do sistema financeiro, em geral, e das legislações nacionais, acerca das operações de câmbio e de mercado futuro, em particular. Cabe, pois, não confundir o uso que faremos neste livro de *hackear* e *crackear* com outros usos que se possa fazer dessas expressões, sobre as quais há grande divergência de emprego.

18 Entenda-se por fluxos materiais a circulação de meios econômicos, tangíveis ou intangíveis. Mesmo em se tratando de bens e serviços intangíveis, estes somente po-

tanto a lógica sob a qual o valor econômico é produzido, mensurado e semioticamente preservado, quanto o processo de sua circulação, irrigando a reprodução das cadeias produtivas – em suas etapas de consumo, comercialização, produção, desenvolvimento tecnológico e financiamento – bem como a concentração e distribuição desse valor econômico, seu investimento, a geração de créditos e a contração de dívidas. E, com esse estudo, visualizar os momentos de maior estresse do sistema, perceber que componentes seus estão mais sobrecarregados na sua reprodução econômica, quais são os seus gargalos, quais são os elementos dinamizadores da sua operatividade econômica nas diversas cadeias produtivas, como se interligam e se reciclam, dependendo uns dos outros, detectando, desse modo, as principais fortalezas e debilidades do sistema como um todo e dos processos particulares que o reproduzem. Para, enfim, explorando tais debilidades, projetar e implementar práticas econômicas capazes de fazer funcionar processos contraditórios ao próprio sistema, que tendam à sua superação, reorganizando fluxos de valor econômico e remontando cadeias produtivas, organizando-se redes colaborativas de atores diversos com tal finalidade.

Isso é necessário, pois, sendo o capitalismo o sistema econômico e semiótico hegemônico – que, como totalidade, condicionada o campo de possibilidades do exercício das liberdades públicas e privadas –, qualquer ação nos campos da economia, política e cultura, que dependa de meios econômicos gerados em cadeias produtivas que realimentam o sistema, se não for estrategicamente projetada, seguramente irá contribuir mais para a sua reprodução econômica do que para combatê-lo, ainda que seja realizada com esse fim explícito.

Detectadas as fendas, pode-se tanto produzir novos conhecimentos acerca de sua exploração sistêmica para crackear-las economicamente, quanto denunciar politicamente a insustentabilidade do sistema, contribuindo-se com a mobilização social em seu enfrenta-

dem fluir sistemicamente através de processos suportados fisicamente – em razão da *secundidade* dos signos. Para Charles Sanders Peirce, o que aparece à consciência pode ser compreendido sob três categorias que, em 1867, ele denominou como qualidade, relação e representação. Posteriormente, ele permuta relação por reação e representação por mediação. E, enfim, adotou a terminologia de primeiridade, secundidade e terceiridade. Assim, por exemplo, o azul como qualidade simples é um primeiro; o mar, como encarnação existente, aqui e agora, do azul, é um segundo; a síntese intelectual que fazemos, como “o azul do mar”, é um terceiro (Cf. PEIRCE, 1972, p. 100).

mento, dando-se a conhecer a razão de suas crises cíclicas e de sua incapacidade de distribuir a riqueza socialmente produzida.

Há, quatro segmentos, atualmente, que prospectam, investigam ou exploram as fendas sistêmicas do capitalismo. Os conhecimentos por eles produzidos subsidiam desde o aproveitamento econômico dessas fendas para fins de enriquecimento privado, até o desenvolvimento de ações políticas, culturais e econômicas com vistas à superação do sistema capitalista como tal.

O primeiro segmento constitui-se de um conjunto de *analistas financeiros* e *analistas de mercados*. Estes, ao estudar exaustivamente os fluxos econômicos, não estão preocupados em gerar conhecimento para fortalecer a mobilização social na superação do capitalismo, mas em descobrir novas maneiras de aproveitar as fendas nele detectadas para obter maiores valores econômicos com as operações que realizam em função de si mesmos e daqueles que lhes contratam. Compreendendo com muitos detalhes os fluxos materiais e de valores nas cadeias produtivas e os movimentos de irrigação sistêmica do capital, analisam os movimentos de liquidez, expansões e contrações setoriais ou sistêmicas, bem como as políticas monetárias e cambiais dos diversos países, seus arcabouços legais e os regulamentos específicos que disciplinam as operações econômicas, para melhor aproveitá-los na valorização de investimentos, tanto produtivos como financeiros. Com base nos conhecimentos por eles produzidos, montam-se e desmontam-se empresas, plantas produtivas e posições de investimento, com a finalidade de ampliar ganhos de acionistas, de suas próprias agências e de si mesmos. Eles inovam no modo de operar os mecanismos sistêmicos de acumulação, concebendo estratégias e processos que, postos em marcha, alteram favoravelmente o campo de possibilidades para seus negócios.

Associado a estes, ou atuando por conta própria nos mercados, está o segundo segmento, que compõe os maiores *especuladores financeiros globais*. Estes, mais do que ninguém, conhecem as fendas do sistema e investigam como aproveitá-las para ampliar seus ganhos. Não apenas são estudiosos das fendas econômicas do capitalismo, mas igualmente das brechas legais existentes em países selecionados, acerca da atividade econômica em geral e dos fluxos de capitais em particular. Montam estratégias para explorar essas fendas, visando elevar ganhos com operações complexas nos vários mercados, arti-

culando, por exemplo, pesadas intervenções nos mercados futuro e de câmbio, criando ondas que afetam a cotação presente de moedas, pressionando as taxas de juros e a formação de preços de ativos, levando a percepções distorcidas de cenários econômicos que acabam por favorecer a irrigação de suas operações para a realização de maiores lucros nos momentos de alta valorização de suas posições.

No terceiro, estão *acadêmicos* que estudam exaustivamente o funcionamento do capitalismo contemporâneo, com diversas abordagens e horizontes. Alguns sugerem correções e inovações operacionais para que os processos sistêmicos de acumulação e reinvestimento funcionem melhor; outros, publicando estudos sobre contradições estruturais do sistema econômico, alertam as sociedades para que, munidas de informação segura e conhecimento rigoroso, possam atuar politicamente, seja em favor de sua reforma ou da sua própria superação.

No último segmento, elencamos *um grande número de intelectuais orgânicos de movimentos sociais* que, na última década, investigando a fundo algumas fendas específicas do sistema econômico atual, têm colaborado na elaboração coletiva do conhecimento de base, requerido à atuação das organizações populares, que lutam pela construção de “um outro mundo possível”, em jornadas locais e globais, articulando milhares de organizações em redes colaborativas, na defesa da soberania econômica dos países e da superação sistêmica do capitalismo, em favor do justo compartilhamento da riqueza para promoção das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, do desenvolvimento sustentável e da paz entre os povos.

Muito se pode aprender sobre o funcionamento econômico do capitalismo, com base no conhecimento gerado por esses quatro segmentos. Porém, cabe investigar como interferir sobre os componentes do sistema para, valendo-se deles, desencadear processos para os quais não foram originalmente concebidos e fortalecer os circuitos econômicos da economia solidária, no horizonte da superação do próprio capitalismo. Assim, não basta apenas detectar a fenda, mas cabe descobrir como explorá-la.

Crackeando as fendas sistêmicas do capitalismo

Mantendo a mesma analogia, podemos dizer que, uma vez hackeado o sistema capitalista é possível crackeá-lo. Especuladores e

players globais buscam crackear as fendas do sistema para obter ganhos privados. De nossa parte, por outro lado, crackear o sistema significa valer-se de seus fluxos sistêmicos e do arcabouço legal que sustenta politicamente seu funcionamento para fazer funcionar processos que lhe são contraditórios.

Por exemplo, o direito de propriedade privada de meios tangíveis e intangíveis de produção é condição fundamental para a acumulação de riqueza no interior do sistema. Para assegurar-se tal propriedade, em se tratando de produções intelectuais, foram criadas diversas figuras jurídicas, entre as quais as patentes e copyrights. Todavia, é possível valer-se do copyright para conferir valor legal a uma licença que permita a livre apropriação, modificação, reprodução, distribuição, doação ou comercialização do bem referido por ela. Assim, os softwares livres, por exemplo, estão registrados sob copyright. E a licença assegura que tais softwares podem ser modificados e distribuídos como o usuário queira, não importando qualquer outra coisa, exceto que a mesma licença seja mantida para cada pessoa que venha a ter acesso àquele software. Nesse caso, o sistema de copyright foi crackeado, pois ele continua funcionando e dando legalidade a algo que abole os efeitos de preservar a propriedade privada, legalizando a posse, fruição, modificação e livre distribuição do objeto em questão por qualquer pessoa.

Embora isso pareça estender as liberdades ao máximo, há um paradoxo aí. Para que as liberdades não se aniquilem é necessário que elas sejam limitadas pelo princípio de promover-se a maior extensão possível das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Sem a referência ética na limitação do exercício das liberdades, elas acabam por aniquilar-se, prevalecendo a vontade do mais forte. Expandir as liberdades significa assegurar a cada pessoa, na melhor extensão possível, as condições materiais, políticas, educativas e informativas, para o ético exercício de sua liberdade.

Há, portanto, formas e níveis diversos de crackear-se um dado sistema¹⁹. E isso pode ser feito eticamente ou não – a depender dos

19 Sistemas de computadores, por exemplo, podem ser crackeados para reproduzir vírus que incomodam os usuários, mas não causam danos aos seus conteúdos, não violam suas informações confidenciais, nem destroem o próprio sistema. Alguns deles são criados por hackers para mostrar aos usuários que eles estão usando softwares que não são seguros, cujas fendas possibilitam a terceiros terem acesso às suas informações.

fins pelos quais é realizado e dos meios empregados em sua realização. Todavia, é necessário destacar que a identidade ética entre meios e fins deve ser sempre preservada ao crackear-se as fendas sistêmicas do capitalismo, se o que desejamos é a construção de um mundo melhor.

De fato, o sistema capitalista pode ser crackeado com procedimentos e finalidades diversas, com maior ou menor impacto sistêmico. Os cracks ocorridos em 1929 e 2008, em princípio, não foram intencionais. Hackers haviam explorado, em larga escala, fendas sistêmicas para ampliar acúmulos de capitais. Essas fendas estavam relacionadas, como em geral, à expansão de capitais virtuais em relação a capitais objetivos e a processos de realização de lucros com a venda de ações – momentos em que os capitais que haviam sido virtualmente gerados, com promessas ou expectativas de pagamento que tinham se espalhado pelo sistema, passam a ser convertidos em valores monetários. Todavia, o volume e a valorização dos papéis em circulação alcançou magnitudes de *alta exuberância* – como diria Alain Greenspan – ao ponto de tornarem o sistema instável, com a geração de interpretantes de dúvida sobre a capacidade de recuperação dos investimentos feitos. E na medida em que se percebeu que as bases objetivas de tamanha valorização eram inconsistentes, processos de realização de lucros (de venda desses papéis) começaram a se realizar, em larga escala. Com isso eles passam a se desvalorizar rapidamente, contaminando os fluxos de todo o sistema pelo conjunto das cadeias produtivas, direta ou indiretamente afetadas.

Os cracks, portanto, não foram premeditados e sim a realização de lucros. Todavia, na medida em que foram desencadeados, as perdas se generalizaram, embora determinados grupos e companhias tenham saído fortalecidos do tsunami econômico, das vagas de desvalorização de papéis e de redução da atividade econômica – pois como diz o ditado capitalista, a fragilidade dos outros é a minha fortaleza,

Por sua vez, há crackers que, sem despertar a atenção do usuário, inoculam códigos nas fendas dos softwares, para obter dados sigilosos, geralmente relacionados a contas e senhas bancárias ou de cartões de crédito, visando utilizá-los para fins criminosos. Ou geram vírus que levam o sistema a destruir a si mesmo, resultando em perda total de dados ou a impedir o próprio carregamento completo do sistema, levando-o a cracks sucessivos. Trata-se de formas e níveis diversos de crackeamento do sistema e de seus programas, com finalidades igualmente diversas. Em todas elas, contudo, funções do próprio sistema são ativadas, por meio das fendas descobertas, para desencadear processos inicialmente não previstos.

o revés do concorrente é a minha oportunidade. Como enxadristas que, tendo vantagem material, forçam a simplificação de posições, a vantagem que anteriormente parecia mínima de alguns peões a mais no tabuleiro, torna-se decisiva para a derrota do oponente. Empresas adquiridas pelos adversários, plantas desativadas, fusões de capital e participação acionária expandida dos grandes grupos, fazem emergir, no novo cenário, um quadro de maior concentração de capital, para um novo ciclo de retomada de expansão, após um período de re-estabilização sistêmica.²⁰

20 Em 1929, ocorre o estouro da bolha especulativa que se inflara com a compra, por milhões de americanos, dos “trust funds”, fundos de investimento, literalmente *fundos de confiança*. Em março daquele ano, já se alertava, em meio à euforia dos mercados, que o valor das ações não correspondia ao valor real das próprias empresas. Em outubro, aumentava o rumor de que o Conselho do Fed, Banco Central dos Estados Unidos, estaria se reunindo diariamente já por duas semanas. Os investidores, temendo algo grave, começaram a vender rapidamente suas ações. E os *trusts funds* começaram a desabar em efeito dominó. No dia 24 de outubro, o índice Dow Jones caiu 22% nas primeiras horas da sessão, recuperando-se, posteriormente, e fechando o dia com perda de 2,1%. Mas no dia 28 experimenta nova queda de 13% e, no dia seguinte, outra de 12%. No fim de novembro as perdas acumuladas giravam em torno de 50%. Até meados de 1932, elas chegavam a cerca de 90% frente aos níveis anteriores ao crack, níveis que somente foram re-alcanceados em 1954, depois da segunda guerra mundial. A desvalorização massiva dos ativos desencadeou a depressão da economia nos Estados Unidos e levou a uma crise mundial, com desemprego e pobreza, sendo a Europa especialmente afetada. Em 1987, ocorre um novo crack – o primeiro da era da informática. No dia 19 de Outubro, o Dow Jones caiu vertiginosamente 23%, levando consigo a maioria dos mercados mundiais. Dois anos mais tarde, todavia, o Dow Jones já havia recuperado os níveis anteriores de valorização. O aumento da velocidade das operações com os circuitos informatizados, verificado em 1987, possibilitou, por um lado, o desmonte e remonte rápido de posições de compra e venda. Com isso, os impactos do crack ficaram circunscritos, com maior intensidade, a certos países onde os fenômenos especulativos ganharam maior vulto. Por outra parte, fortes ondas especulativas tiveram projeção nos anos seguintes, com capitais migrando de um mercado a outro, inflando preços de ações, e gerando ganhos para os que realizavam os lucros no pico de valorização e que remetiam capitais ao exterior antes da desvalorização cambial (que se seguia à crise, motivada pela procura de moedas fortes como forma de proteção de ativos frente à desvalorização das ações). Assim capitais especulativos migraram da Ásia para a Rússia em 1997 e em agosto do ano seguinte, fenômenos especulativos levam o rublo – a moeda nacional russa – a perder, em onze dias, cerca de 60% do seu valor. A partir daí alguns países, como o Brasil, passaram a oferecer em larga escala títulos públicos protegidos com *swap cambial*, para atrair investidores estrangeiros, assegurando-lhes que, além do recebimento dos juros, seus investimentos estariam protegidos da oscilação do câmbio, assegurando-se a rentabilidade ao investidor, mesmo havendo a depreciação da moeda nacional frente às moedas fortes, motivada por qualquer crise especulativa. No final do século passado, expectativas com ganhos na área de tecnologia da informação levaram ao boom das ações nesse setor. Mas em 2000, na primeira quinzena de abril, o índice Nasdaq caiu 27%, vindo a perder 39,3% em um ano, com forte repercussão internacional em mercados relacionados à chamada Nova Economia. Na seqüência, a deterioração de expectativas, gerada em 2002 com

Em nosso caso, crackear as fendas do capitalismo significa criar processos econômicos, políticos e culturais que, implantados no interior do sistema, explorando tais fendas, começam a interferir nos seus fluxos econômicos, políticos e culturais de modo a promover a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, estendendo a cada pessoa, nas melhores condições possíveis, as mediações materiais, políticas, educativas e informativas para o exercício dessas mesmas liberdades. Como o sistema não foi criado para isso, passa a existir uma contradição dos fluxos internos do sistema, pois a riqueza que antes ficava concentrada de maneira privada passa a ser distribuída de modo público em uma constelação de iniciativas econômicas autogestionárias. Não se trata, pois, de uma reforma do sistema, mas de sua subversão, valendo-se de seus recursos e arcabouços para dar origem a um novo sistema que, na medida em que se expande, passa a criar novas figuras legais, políticas e econômicas antagônicas ao capitalismo enquanto tal. Sendo que, ao final desse percurso, do ponto de vista histórico, o capitalismo estará tão vigente quanto é hoje vigente o feudalismo.

fraudes contábeis da empresa americana Enron, que atua na área de energia, e do grupo Wordcom, que atua na área de telecomunicações, que haviam hackeado a legislação contábil, desencadeou quedas históricas nas bolsas de Frankfurt (-43,9%), Paris (-33,7%) e Londres (-24,8%). Em 2008, a crise de confiança nos créditos hipotecários de alto risco nos Estados Unidos se propagou pelo mundo, afetando fortemente a instituições financeiras. Até setembro, os principais índices sofrem uma perda superior a 25%. E apenas no dia 29 daquele mês, na Bolsa de Nova York, as ações se desvalorizam US\$ 1,2 trilhão – valor equivalente a todo o PIB brasileiro de 2007 – após o Congresso dos EUA ter rejeitado a aprovação de um pacote de US\$ 700 bilhões com a finalidade de socorrer o sistema financeiro do país. Os acionistas passaram a vender ações de bancos e migraram para títulos dos EUA, cuja taxa de juros, para títulos de três meses, caiu rapidamente em cerca de 50%. É interessante perceber que a quebra de instituições financeiras tende a repercutir com maior intensidade no conjunto das cadeias produtivas. Em 1720, na Grã-Bretanha, processos especulativos levam à queda do banco Law e da Companhia Marítima do Sul. Já em 1882, a quebra do banco Union Générale, derruba as Bolsas de Lyon e Paris. E a crise econômica se propaga pela França. Nas crises recentes, os governos nacionais têm tido grande cuidado em manter as posições de bancos quebrados, assegurando os contratos que eles haviam firmado, tentando evitar que crises sistêmicas se espalhem pelas cadeias produtivas, particularmente em razão da retração de consumo e produção, pelo encarecimento do crédito, motivado pela diminuição da liquidez, e pela deterioração das expectativas dos atores econômicos em relação aos cenários futuros. Em síntese, importa destacar que essa fenda aberta, hackeada e crackeada de diversos modos no coração do capitalismo, pode e deve ser explorada de maneira estratégica pela economia solidária, para dar origem a um outro sistema econômico, que seja socialmente justo e ecologicamente sustentável, coisa que o capitalismo, em razão do conjunto das fendas que já explicamos, não tem condições de ser.

O fundamental, portanto, é identificar as fendas mais propícias a serem hackeadas e crackeadas, com a finalidade de expandir as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

De todas as fendas analisadas na seção anterior a principal delas, no que se refere à sustentabilidade intrínseca do sistema, é a de que *sob a lógica do capitalismo não há como manter-se um padrão de valor baseado na equidade, assegurar-se algum padrão de valor econômico internacionalmente estável, evitar crises sistêmicas de financiamentos, pagamentos e intercâmbios, assegurar-se a estabilidade na reserva de valores econômicos ou a vigência da proporção de valores econômicos negociada nos contratos.*

Do ponto de vista extrínseco sua principal fenda é de que *não distribui a maior parte da riqueza sob ele produzida, mas a concentra de maneira privada fazendo emergir um seleto grupo de pessoas, empresas e instituições que a possuem e, por outra parte, um gigantesco grupo de pessoas, empresas e instituições endividadas, empobrecidas ou excluídas frente ao volume total de riqueza produzida.* A esta se relaciona uma outra, a de que *não distribui valores econômicos suficientes que permitam girar a sua própria produção, o que somente ocorre graças ao endividamento real das pessoas e sociedades como contra-face do crédito a elas oferecido.*

Como não se trata de reformar o sistema hegemônico, mas sim de criar o novo, não se trata de inocular pelas fendas do sistema a reprodução de processos que o revitalizem. Pelo contrário, trata-se de subverter todo o seu funcionamento, a começar pela própria noção de valor econômico e pela lógica global de intercâmbios em que se apóia. Isso é condição-chave para que a exploração das fendas sistêmicas não leve a novos movimentos de concentração de capitais sob outra dinâmica, nem a algum crack a partir do qual o sistema possa renascer fortalecido. Mas sim a um processo que, drenando os fluxos de valores econômicos para o circuito da economia solidária, realmente a expansão cada vez mais fortalecida dessa nova economia, na mesma medida em que fragiliza o sistema atualmente hegemônico. Como resultado, os cracks intrínsecos ao sistema capitalista serão cada vez mais frequentes, mas a magnitude de seus impactos sociais será cada vez menor, pois a economia solidária será cada vez mais ampla em sua sustentabilidade sistêmica, em sua capacidade de realimentar-se e de atender às demandas de meios econômicos, para consumo final e produtivo, com preços justos. Será cada vez maior o número de

cadeias produtivas remontadas de maneira economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável. E menos mercado restará ao capitalismo para girar sua produção ou para oferecer crédito. Pois maior será a oferta de crédito sob a economia solidária e melhor esta atenderá ao bem-viver dos consumidores com seus produtos e serviços, ambientalmente corretos e socialmente justos.

2.1. O valor econômico e sua mensuração

Não existe unanimidade sobre a definição do que seja *valor econômico* e de como se pode mensurá-lo. Contemporaneamente é associado ao *capital* e tende-se a buscar os meios de se o mensurar considerando-se a lógica de sua produção e os diversos fatores a esta requeridos, particularmente o trabalho

Marx, por exemplo, afirmava que o *trabalho produtivo é aquele que amplia o capital*. Desvendando a lógica de expansão do capital, encontrou a sua fonte no trabalho produtivo. E, assim, o *tempo de trabalho produtivo*, necessário à produção do bem ou serviço, passa a ser o critério essencial para mensurar-se o valor econômico destes, pois todos os custos produtivos podem ser resolvidos em fatores igualmente mensuráveis a partir do trabalho empregado em sua produção.

De nossa parte, todavia, podemos dizer que o *trabalho produtivo é toda práxis que produz meios econômicos*. Isto é, que resulta na geração desses meios, ampliando com eles as condições materiais de possibilidade do exercício das liberdades públicas e privadas, pois estamos a desvendar as condições de expansão de tais liberdades. A atribuição de valor a esses meios e o modo de se mensurá-los, estão relacionados ao próprio grau de desenvolvimento desse campo de possibilidades.

Toda *práxis* integra ação e conhecimento nela mesma, ainda que não tenhamos pleno conhecimento do conhecimento nela integrado. O João de Barro sabe fazer o seu ninho, a lagarta o seu casulo e as abelhas sua colméia, mas não têm conhecimento desse conhecimento que possuem. Se toda *práxis* integra conhecimento (compreensão dos objetos e estabelecimento de fins) e ação que os transforma, somente o ser humano estabelece *valores* para criticar e coordenar suas ações

individuais e coletivas, na medida em que critica os conhecimentos que orientam suas próprias condutas, possibilitando estender os horizontes de exercício de sua própria liberdade.

Nem tudo o que amplia ou preserva as liberdades humanas tem valor econômico. As condições éticas do exercício da liberdade, por exemplo, ordenando o exercício do poder de todos e de cada um, contribuem para a expansão das liberdades públicas e privadas. Mas as condições éticas do exercício da liberdade não têm valor econômico, embora toda cultura requiera uma base material como condição de possibilidade seu próprio desenvolvimento, uma vez que toda vida conhecida supõe um complexo organizado de fluxos materiais e cognitivos.

Tratar do *valor econômico*, desencarnado das condições históricas em que se realiza, poderia ser compreendido como idealismo filosófico. Ocorre, todavia, que o valor econômico não se realiza apenas como capital. Estender as categorias analíticas que explicitam o capital para, com elas, compreender todas as realizações objetivas do valor econômico, nos levaria a confundir uma de suas formas de realização histórica (o capital) com a própria determinação do valor econômico enquanto tal, sem perceber as demais possibilidades históricas de sua realização, abertas ao infinito – pois a criatividade da espécie humana não tem fim, embora sempre determinada pelo campo de possibilidades em que a liberdade é exercida.

Ora, todo valor resulta de uma convenção social que regula a aplicação de certos interpretantes a certos objetos dinâmicos por seu intermédio. Em seu estabelecimento, as sociedades operam particularmente com duas classes de signos: indiciais, para a identificação dos objetos aos quais ele seja atribuível, e simbólicos, para a regulação da aplicação dos interpretantes sobre tais objetos, conforme as regras convencionadas²¹. A *convenção social* supõe cognição, linguagem, li-

21 Considerando a relação do signo para com seu objeto, Peirce distingue três classes de signos: o ícone, o índice e o símbolo. Qualquer signo pode se tornar objeto de um outro signo e qualquer objeto pode se tornar signo de outro objeto, representando-o falsamente ou não. A dificuldade de se entender esta sentença pode residir na noção que se tenha de objeto, pois não se trata de uma coisa, nem estritamente de um referente, mas de qualquer elemento denotável por um signo. O *Objeto Imediato* é o modo como o objeto dinâmico está representado no signo; o *Objeto Dinâmico*, é aquilo que está fora do signo, determinando-o em sua gênese. Desse modo, [i] o *ícone* denota o seu objeto por possuir características peculiares, que continuaria a possuir mesmo que o objeto que ele significa deixasse de existir. Quando, frente a várias qualidades, abstraindo-se o objeto em que tomam corpo, um intérprete estabelece

berdade e a capacidade do indivíduo e da comunidade reconhecerem suas identidades e diferenças e de regularem o modo de se relacionar, entre si e com os objetos de seu campo de possibilidades. Sem linguagem, não há acordo possível. Sem cognição sobre o mundo e sobre a própria linguagem, não se pode estabelecer um objeto de acordo e avaliar a vigência do próprio acordo na orientação das condutas do indivíduo e da comunidade. Sem o reconhecimento de identidades, não há como estabelecer-se valores comuns. E se não houvesse reconhecimento de diferenças, não haveria porque estabelecer-se acordos. Mas é no exercício da liberdade, democrática ou autoritária, que a convenção se estabelece no seio de uma comunidade interpretadora.

O valor econômico, como qualquer outro valor, também é fruto de uma convenção social, que o aplica a objetos indicialmente adequados a serem re-significados por sua atribuição. Com efeito,

a relação entre duas delas, então a qualidade funciona como signo, representando outra qualidade por possuírem atributos comuns ou semelhantes: trata-se do ícone, como um mapa em relação a uma cidade ou uma fotografia em relação a uma pessoa. “Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, será um Ícone de algo, na medida em que é semelhante a esse algo e usado como signo dele” (PEIRCE, 1972, p.101). Por sua vez, [ii] o *índice* denota o seu objeto em razão de estar realmente afetado por ele, tendo necessariamente alguma qualidade em comum com ele; não sendo, pois, a mera semelhança que o torna signo deste objeto, mas a sua modificação por força deste objeto. Trata-se de um fato existente, singular, determinado, em um lugar e um momento – significando uma outra coisa, também existente e determinada. Há, aqui, uma relação dual, uma conexão física, cabendo ao intérprete apenas conotar a existência da conexão, como a existente entre a fumaça e o fogo. Por fim, [iii] o *símbolo*, sendo arbitrário, denota o seu objeto por força de uma convenção social, como lei geral de seu emprego – uma associação de idéias gerais no seio de uma comunidade interpretadora – associação que leva a interpretar as suas réplicas como se referindo ao seu objeto geral. O símbolo produz um interpretante, ou efeito na mente interpretadora, que é tão geral quanto o objeto denotado, como ocorre quando significamos “estrela” como “astro celeste”. Neste parágrafo, até o início da presente frase, temos dezoito réplicas do signo *objeto*. “Não apenas é ele geral, mas também de natureza geral é o Objeto a que se refere. Ora, o que é geral tem o seu ser nos casos concretos que determina. Deve haver, portanto, casos existentes daquilo que o Símbolo denota, embora caiba aqui entender, por ‘existente’, existente no universo possivelmente imaginário a que o símbolo faz alusão. O símbolo será indiretamente e através da associação ou uma outra lei qualquer, afetado por aqueles casos...” (PEIRCE, 1972, p. 102). Em síntese, “o Ícone não tem conexão dinâmica alguma com o objeto que representa; simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança. Mas, na verdade, não mantém conexão com elas. O Índice está fisicamente conectado com seu objeto; formam, ambos, um par orgânico, porém a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de ser estabelecida. O Símbolo está conectado a seu objeto por força da idéia da mente-que-usa-o-símbolo, sem a qual essa conexão não existiria” (PEIRCE, 2000).

pode-se contra-argumentar que uma parte das necessidades humanas, que se refere à manutenção das estruturas biológicas de sua condição como ser vivo, não depende de nenhuma convenção social. E que os objetos capazes de satisfazê-la são reconhecíveis, não por convenção social, mas pelas propriedades que possuem, independentemente dos acordos comunicativos que façamos sobre eles. Mas não é a propriedade de satisfazer necessidades o que os torna valores econômicos, do mesmo modo que, para um pássaro, uma minhoca não tem *valor econômico* por satisfazer a sua fome. Poder-se-ia argumentar que quando um pássaro leva uma minhoca para o ninho e a dá ao seu filhote, ele reconheceu a si e ao outro, reconheceu a identidade entre eles e igualmente as diferenças de condição entre ambos, que a relação com o filhote supõe a cognição de que a prole esteja viva, de que os gorjeios que emite e sua boca aberta apelem para aquilo que lhe falta à manutenção das estruturas biológicas de sua condição como ser vivo. Mas para que a minhoca seja avaliada, por um pássaro, na sua condição de valor econômico, uma comunidade de pássaros, da qual este participe, necessitaria de uma convenção sobre o que é economia, sobre o que é valor e sobre os critérios para identificar, indicialmente, o que é valor econômico. Não se deve, pois, confundir a qualidade de algo servir como meio econômico com a atribuição de valor econômico que a ele seja aplicado no seio de uma comunidade interpretadora.

O conceito de valor está ausente do mundo dos pássaros, pois o exercício da cognição e da linguagem que praticam não é suficiente para coordenarem seu comportamento por convenção. Com efeito, o estabelecimento de alguma convenção supõe o exercício de liberdades individuais e coletivas que se entre-sustentem e se entre-limitem em jogos de poder, capazes de alterar as regras de comportamento da coletividade e dos indivíduos em particular, estabelecendo pois uma *con-venção* para ordená-los, a partir da qual se compreenderá as condutas que a transgridam como *contra-venção*. Embora entre as diferentes espécies encontremos níveis diferentes de linguagem e exercícios coletivos de cooperação, como nas sociedades das formigas e das abelhas, por exemplo, nenhuma abelha atribui ao mel ou ao pólen algum valor econômico.

Ainda que funções de acoplamento estrutural dos organismos aos ecossistemas sejam transmitidas geneticamente entre gerações –

razão pela qual a lagarta saberá tecer o seu casulo, mesmo sem jamais ter visto outra lagarta a fazê-lo – e que organismos, como abelhas e formigas, que se acoplam aos ecossistemas por intermédio de relações sociais mais complexas, tendam, naturalmente, pelo mesmo motivo, a manifestar comportamentos requeridos a esse acoplamento social – dado que o acoplamento estrutural à sociedade de sua espécie é condição de sucesso de seu acoplamento ao próprio ecossistema, no qual sua espécie busca se reproduzir-, disso não se pode inferir que padrões de valor econômico possam ser transmitidos geneticamente entre gerações de abelhas ou de formigas, ou que estas possam deliberar sobre a adoção de padrões de valor econômico como referência de acoplamento estrutural dos membros dessas sociedades entre si e delas com os ecossistemas.

Poder-se-ia argumentar que, embora os pássaros não tenham feito um acordo sobre como coordenar suas condutas acerca do que seria considerado *valor econômico* para eles, se por acaso viessem a desenvolver habilidades que o permitissem, eles reconheceriam na minhoca um valor econômico intrínseco, pela sua condição de servir à satisfação de sua necessidade alimentar, do mesmo modo que as abelhas o reconheceriam no pólen e no mel. Ocorre que tudo o que há no cosmos pode servir para atender a alguma finalidade e que as necessidades estão relacionadas a fins que podem ser de diversas ordens. Por esta via, o canto do pássaro que atende ao fim de coordenar suas ações com os demais, também teria valor econômico. Também o ar que respiramos teria valor econômico, a luz do sol e, igualmente, a atenção que um amigo nos dá quando nos ouve. Portanto, não se pode confundir a utilidade de qualquer coisa ou sua qualidade de servir como meio de satisfação a alguma necessidade ou a determinado fim, como sendo valor econômico. E, igualmente, não é o intercâmbio de elementos que sirvam a fins diversos, o que transforma tais elementos em valor econômico. Em síntese, como vemos, não é a troca nem a utilidade de algo o que instaura o seu valor econômico.

De fato, o valor econômico é uma das modalidades de valor, entre várias outras. Todo *valor* é um atributo que referimos a objetos e condutas com vistas a coordenar ações dos membros de uma sociedade. O objetivo maior dessa coordenação deveria ser a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, embora possa

ser por outro lado o enriquecimento de alguns em detrimento do bem-viver de todos ou a preservação do poder dos mais fortes sobre os mais fracos. Todavia, se os pássaros e minhocas pudessem fazer um acordo sobre o que poderia ser tomado como *valor econômico* para suas condutas, seguramente a minhoca não aceitaria ser tomada como valor econômico por poder servir de alimento ao pássaro.

De fato, a economia é um modo humano de se organizar as relações sociais, visando o atendimento de um determinado conjunto de necessidades, desejos e interesses pessoais e coletivos. Ela tanto pode ser organizada com vistas a ampliar-se o capital, quanto pode, por outro lado, ser organizada para ampliar-se as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, promovendo-se o bem-viver das pessoas e coletividades. E da mesma maneira como as relações sociais são organizadas tomando-se por referência valores que promovem a justiça ou a injustiça nas esferas da moralidade, da ética e do direito, igualmente a economia é organizada e regulada socialmente, tendendo a reproduzir esses mesmos valores.

Em síntese, valores econômicos somente podem existir no seio de relações sociais, porque nelas se define o que é valor e a quais elementos ele pode ser atribuído em cada campo de possibilidades. Essa atribuição do valor econômico, portanto, está sempre condicionada pelo campo de possibilidades do exercício das liberdades, resultante da realidade objetiva em que as liberdades são exercidas, da compreensão que dela se tem e de como se interfere sobre ambas – sobre a realidade e sobre tal compreensão, havendo pois, muitos modos sociais de se atender a necessidades e interesses de pessoas e coletividades. A mudança do campo de possibilidades, seja pela alteração da realidade externa à consciência, seja pela alteração da interpretação dessa realidade com a descoberta de novos aspectos dessa mesma realidade, que permitem interferir sobre ela de outra maneira – como no caso das descobertas científicas e desenvolvimentos tecnológicos –, possibilitam, igualmente, a criação de novos meios econômicos e de valores econômicos.

Assim, antes de descobrir-se o uso do petróleo como meio econômico, não se poderia a ele atribuir um valor econômico. Somente a mudança do campo de possibilidades, com a descoberta de seu aproveitamento como fonte de energia, permitiu atribuir-lhe tal valor.

Mas também é possível haver valores econômicos geráveis virtualmente: seja com a alteração das possibilidades de apropriação social do espaço urbano, pela alteração de signos nos planos diretores das cidades ou de leis de zoneamento que alteram as finalidades e potencialidades de uso de imóveis; seja pela alteração da expectativa do conjunto dos acionistas sobre o retorno dos investimentos feitos, levando-se ao movimento de compras de ações e de sua valorização; ou ainda pela alteração de signos, como a taxa básica de juros do banco central do país, que sobre-codificando outros contratos leva, em alguns casos, à apreciação destes; etc.

Assim, a atribuição do valor econômico e o modo de sua mensuração dependem das relações sociais que os medeiam e das peculiaridades do campo de possibilidades em que são realizados.

2.2. A atribuição do valor econômico em relação às suas formas de apropriação

Podemos afirmar que, se na imediatez do face-a-face, movida pelo desejo do outro como alteridade livre, funda-se a ética, é na produção, distribuição e consumo dos meios necessários ao bem-viver das comunidades humanas, que se realiza solidariamente a economia. No estabelecimento de como definimos os fins e de como gestionamos os meios, os bens, recursos e relações sociais, realiza-se a política. Em nossa perspectiva, prover os meios materiais e imateriais necessários ao bem-viver de cada pessoa e do conjunto das coletividades é a finalidade ética da economia. Pois a produção e o justo compartilhamento de meios econômicos visam contribuir para a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Todavia, quando analisamos as relações sociais contemporâneas, vemos que os meios econômicos estão à disposição das pessoas e comunidades sob formas variadas de apropriação, segundo as regras de organização de cada comunidade. Em geral, quando há uma disponibilidade *ilimitada* de tais meios, como a luz do sol e o ar, tem-se a sua livre apropriação privada e pública. Quando a sua disponibilidade é *limitada*, a sua apropriação, privada ou pública, é regulada socialmente. Neste caso, há duas situações, considerando-se a possibilidade de reproduzir-se ou não tais meios. Se são meios úni-

cos e não reproduzíveis, sua fruição, uso ou apropriação tanto pode ser assegurada tão somente a quem tenha direitos legais sobre eles, privando-se a sociedade de dispor deles; ou pode ser assegurada a toda a sociedade como bem público, a ser compartilhado sob regras de fruição ou apropriação coletiva, ordenando-se o modo como os atores privados podem deles se valer. Se são meios limitados, mas reproduzíveis, a sua apropriação é, em geral, igualmente regulada. Mas neste caso, normalmente organizam-se relações sociais de produção, visando reproduzir tais meios, seja para gerar a abundância requerida à sua livre apropriação, seja para atender à demanda de quem possa oferecer algo em troca deles – seja visando à acumulação de lucros por alguns ou visando à satisfação recíproca de necessidades e interesses, pessoais e coletivos, por meio do seu intercâmbio solidário.

Todavia, a definição de uma unidade de valor econômico, que permita quantificar custos e preços, é necessária apenas para um determinado conjunto de modos de apropriação social dos meios econômicos, como podemos ver nos exemplos a seguir.

A primeira formação social de que fazemos parte, que em geral pode ser caracterizada como rede colaborativa entre pessoas, é a *família*. Quando a criança mama no seio da mãe, o leite absorvido é um meio econômico para o bebê, pois sustenta a sua vida. Mas a ninguém da família ocorre perguntar quanto custa cada mamada do bebê, se se deve calcular o custo do leite pelo tempo em que mãe lhe oferece o seio, pela quantidade de bens e serviços que a mãe deve consumir e usufruir para produzir o leite, pela utilidade que o leite tenha ao bebê ou por sua escassez, ou por qualquer outra coisa. Pois a lógica econômica que aí opera é a lógica da *dádiva*.

Os membros da família não organizam uma caderneta para contabilizar todas as refeições que os familiares fizeram em casa ao longo de sua existência, as roupas e agasalhos que cada qual recebeu da família, os remédios dela obtidos, o tempo que cada um gastou de sua vida cuidando dos demais, ou todos os serviços realizados por cada membro no lar, para depois exigir em troca, em exata medida, a retribuição. Pois, repetimos, a lógica econômica que aí opera é a da dádiva. Espera-se que os membros da família sejam recíprocos *na dádiva* e não *pelos dádivas* recebidas²².

22 Veja-se MANCE, out 2007. Disponível em: <www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/reciprocidade.pdf> Acesso em: 9 dez 2008.

Relações sociais comunitárias, igualmente, podem modelar as relações econômicas realizadas no seio da comunidade sob o horizonte de valores solidários. De fato, ao lado dessa economia familiar, há, em muitas partes, uma autêntica economia *comunitária*. Nas relações comunitárias, os bens e serviços estão à disposição de todos que fazem parte da comunidade. Os bens fluem livremente entre todos os seus membros, sendo distribuídos e compartilhados segundo as necessidades pessoais e comuns, sem que haja o estabelecimento de padrões de retribuição do que seja consumido. Mecanismos de regulação são estabelecidos para que se mantenha o equilíbrio nessas relações em função do bem-comum. O vínculo entre os membros é de integração e participação. Isso se aplica não apenas às milhares de comunidades indígenas espalhadas pela América Latina, e, seguramente, a tantas outras comunidades econômicas espalhadas nos vários continentes, que compartilham livremente um elenco de bens, produtos e serviços, fruto do trabalho pessoal e coletivo, primando pela preservação da coesão social em torno de valores culturais da própria comunidade. Mas, igualmente, aplica-se às milhares de *comunidades virtuais* que produzem e compartilham livremente, entre si, bens e serviços através da Internet, tais como softwares, jogos, materiais educativos, artísticos, etc., veiculados sob licenças tais como a *GPL* para software livre ou a *Creative Commons* para uma infinidade de outros produtos culturais. Tais comunidades não se caracterizam por um número maior ou menor de participantes, mas por colocar em comum produtos e serviços que podem ser consumidos por qualquer membro da comunidade, isto é, qualquer pessoa que compartilhe de sua identidade, respeitando as regras de produção e de apropriação de tais meios econômicos.

No caso da *doação*, os meios econômicos, bens ou serviços são oferecidos por pessoas, grupos ou instituições aos beneficiários, sem haver a retribuição econômica por parte destes. Doações tanto podem ter uma caráter assistencial, como ser um importante movimento de apoio a processos organizativos de atores coletivos que lutam por transformação social. Em geral, as relações que se estabelecem entre o doador e o beneficiário são momentâneas ou transitórias, algumas vezes marcadas pela indiferença ou conflitividade, e, outras vezes, pela solidariedade e compromisso no enfrentamento de situações conjunturalmente ou estruturalmente adversas. Mas não implicam

no compartilhamento de valores culturais ou de regras comunitárias de conduta, pelo doador e pelo beneficiário, para que venham a ocorrer.

Meios econômicos também podem ser obtidos pela sua *extração* da natureza. Milhões de pessoas em milhares de comunidade espalhadas por todo o mundo, obtém certa parcela dos bens econômicos que consomem extraindo-os do meio ambiente, sem ter de pagar por eles. O caso mais comum é o da obtenção da água em rios, lagos, poços ou proveniente da chuva; mas igualmente de alimentos extraídos de bosques, campos ou florestas nativas, manejados sustentavelmente; bem como de pescados, em regiões litorâneas ou próximas a rios, lagos e represas; ou ainda de forragens para criação de animais, visando ao abate e consumo. Se a obtenção do bem implica o trabalho de extraí-lo, por outra parte, sendo o trabalho um recurso próprio a cada pessoa, esta atividade somente gera necessidade de pagamentos ou retribuições para realizar-se caso a legislação vigente o exija.

Por sua vez, em situações dramáticas de exclusão social, tem-se a *coleta*, por populações empobrecidas, de materiais descartados, como forma de obter-se meios econômicos que possam satisfazer às suas necessidades, tanto *diretamente* – como no caso de roupas e móveis danificados encontrados no lixo doméstico e de restos de frutas e verduras encontrados no lixo de feiras livres, que são recolhidos para consumo final; quanto *indiretamente*, pela venda do material recolhido – como no caso de latas de alumínio, garrafas PET, vidros, etc. Em ambos os casos, os bens são obtidos, para consumo final ou venda, sem que haja estabelecimento de intercâmbios ou de pagamentos pela sua obtenção.

Nos modos de apropriação de valores econômicos supra-mencionados, o problema de uma unidade de medida de valor não existe, pois havendo ou não intercâmbio, não há que se retribuir o valor daquilo que se obteve. Há, todavia, outros tipos de relação social que modelizam os intercâmbios econômicos sob padrões de retribuição, com lógicas diferenciadas, como podemos ver nos exemplos a seguir.

Em certas modalidades de interação social, os meios econômicos, bens ou serviços, podem ser assegurados em relações de *reciprocidade*. Práticas econômicas deste tipo são muito usuais em toda a América Latina, sendo mais conhecidos os exemplos da *téquia*, *minga*,

do *mutirão* ou *convite*. Nestes casos, as pessoas prestam serviços umas às outras, tomando-se geralmente o tempo de trabalho como medida para uma possível retribuição futura. Aqui são estabelecidos compromissos e favores, pelos quais aquele que convida se compromete a retribuir futuramente ao convidado o mesmo tempo de trabalho recebido. Embora sejam eventos transitórios, assentam-se em relações sociais estáveis. O vínculo entre os participantes é de compromisso e de integração. Não se quantifica o valor daquilo que é produzido pelo trabalho, mas estabelece-se o compromisso de retribuir, a cada um dos participantes, a mesma quantidade de dias por eles trabalhados em favor de quem os convidou.

Outra forma de obtenção de meios econômicos, que requer a mensuração de valor, são as relações de *cooperação*. Neste caso, um grupo de pessoas se põe de acordo em relação aos fins da atividade que irá realizar e em relação aos meios que cada qual aportará ao grupo, decidindo-se, também, como será a participação de cada qual nos resultados obtidos. Os sujeitos assumem a figura de sócios ou cooperantes, podendo compartilhar cotas ou ações do empreendimento, sendo os vínculos relacionais marcados pela integração e participação. Aqui, embora sejam adotados padrões de medida para o valor econômico aportado por cada qual ou em relação ao que lhes será retribuído, geralmente adotam-se critérios solidários para que as contingências do dia-a-dia do empreendimento sejam consideradas, quando da distribuição dos resultados, reduzindo-se, a certos parâmetros, a disparidade de ganhos entre todos os participantes. Entre as principais destinações para a produção realizada, particularmente pelos grupos pequenos ou informais, está o auto-consumo dos sócios e de suas famílias.

Outra modalidade de relação social para a obtenção de meios econômicos, são as *trocas* de bens ou serviços. Há uma grande variedade delas, sejam permutas diretas de bens ou serviços, sejam intercâmbios multi-recíprocos, mediados por créditos, moedas sociais ou registros de transações. Sistemas de trocas foram organizados desde a antiguidade e mesmo empresas capitalistas os adotam contemporaneamente, trocando produtos e serviços entre si, ou oferecendo-os aos clientes em programas de fidelização de uma mesma rede. No *trafkinto*, praticado pelas comunidades mapuches localizadas na por-

ção final do Cone Sul, numa franja que vai do Chile à Argentina, por exemplo, o valor do que é intercambiado tem relevância menor frente à manutenção da solidariedade recíproca entre quem recebe e quem dá e destes para com toda a comunidade, evitando-se qualquer possibilidade de exclusão. Por sua vez, nos *tianguis purépecha*, realizados em regiões do México, os produtos são intercambiados considerando-se as necessidades e interesses dos trocadores, avaliando-se de algum modo os produtos e serviços por suas qualidades de uso, aceitando-se ou não os intercâmbios propostos. Nos clubes de troca que se valem de moedas sociais, o modo de definir-se o valor dessas moedas varia muito e igualmente o modo de definir-se o valor dos bens e serviços trocados com sua intermediação. Os preços são geralmente estabelecidos na negociação entre compradores e vendedores, seguindo um cânone consensuado por todos. As trocas operadas entre empresas capitalistas, por sua vez, seguem modelos diversos. Em alguns casos criam-se créditos recíprocos que permitem a cada uma delas obter produtos e serviços que as demais oferecem no sistema de intercâmbios – linhas de produtos encaixados em estoque, vagas em vãos que nunca alcançam total ocupação, etc. – ou créditos oferecidos aos clientes, os quais podem usar seus pontos ou milhagens para obter produtos ou serviços de qualquer uma das empresas integradas no sistema.

Por sua vez, temos as relações sociais de *compra e venda*, caracterizadas, em geral, pelo intercâmbio de meios econômicos por dinheiro ou por papéis que possam ser liquidados em dinheiro. Assim, o vendedor e o comprador fazem entre si o intercâmbio de mercadorias por dinheiro, em relações momentâneas ou transitórias, porém contratualmente estáveis. Quando efetuadas nos mercados, são normalmente marcadas pela indiferença, competitividade no estabelecimento do preço, negociações ou conflitos. Quando realizadas no interior de redes colaborativas, busca-se o estabelecimento de preços justos e que as operações sejam vantajosas a quem compra e a quem vende.

Temos, por fim, a modalidade de *redistribuição* que, mantida de maneira moral ou legal, assegura a obtenção de uma vasta gama de serviços e produtos pelo conjunto da sociedade. Neste caso, o Estado – ou a quem caiba o exercício centralizado do poder num dado território – recolhe, sob a forma de impostos, tributos, dízimos, ta-

xas, etc., um percentual do valor econômico produzido e mobilizado no tecido sócio-produtivo, segundo um cânone regulamentar pré-estabelecido. Tais valores são, posteriormente, redistribuídos, assegurando-se universalmente à coletividade serviços de saúde e educação, seguridade social, etc., ou acesso a moradia, infra-estrutura urbana, equipamentos públicos diversos, e, particularmente, alimentos, agasalhos, remédios e outros meios econômicos, quando as pessoas estejam em condições de vulnerabilidade sócio-econômica. Assim, no caso da redistribuição, realiza-se a mensuração do valor econômico das transações realizadas para o recolhimento dos impostos e a definição de percentuais, sobre os valores arrecadados, que podem ou devem ser destinados às diversas áreas de interesse público a serem atendidas.

Vemos, portanto, que há, contemporaneamente, várias formas sociais de organizar-se a apropriação de *meios econômicos*. Em muitas delas, a quantificação do *valor econômico* não é requerida. Em outras delas, todavia, tal quantificação é indispensável. O problema de quantificar-se o valor econômico somente emerge em algumas formas sociais em que os bens são apropriados mediante intercâmbios formalizados, que prevejam a retribuição do valor apropriado. Os critérios de sua quantificação e os modos de intercâmbio, entretanto, variam muito.

A quantificação do tempo de trabalho na produção de um bem ou serviço pode servir como medida de *valor econômico* quando o trabalho é o principal fator produtivo. Mas na medida em que o desenvolvimento tecnológico reduz o tempo de trabalho necessário à produção de bens tangíveis e intangíveis, e a evolução tecnológica obsoletiza plantas produtivas com uma velocidade cada vez maior, o fator tempo de trabalho socialmente necessário tende a tornar-se cada vez menor para cada unidade produzida, trazendo dificuldades para a mensuração do valor econômico de bens e serviços. Frente a essa alternativa de quantificação do valor econômico, pode-se argumentar que o tempo de trabalho socialmente necessário para cortar uma árvore num bosque nativo com uma moto-serra não pode servir de referência para definir o valor econômico da árvore cortada ou dos metros cúbicos de madeira comercialmente aproveitáveis daquele bosque. Boa parte da destruição ambiental está assentada em um modo equivocados de se avaliar economicamente os recursos naturais,

tendo em vista a produção de lucros. De outra parte, a produção de bens intangíveis, que está associada ao valor do trabalho criativo e à produção de novos conhecimentos, bem como a realização de serviços de alta complexidade ou especialização, que exigem qualidades humanas incomuns, tende igualmente a trazer problemas para a mensuração do valor da mercadoria com base no trabalho empregado. Com efeito, bens intangíveis, uma vez produzidos, podem ser replicados sem maior esforço. Mas na medida que todo valor apurado com a venda das réplicas seja associado ao trabalho criativo que gerou a matriz, isso cria um problema para definir, afinal, quanto valeu aquele tempo de trabalho. Pois o volume de excedentes gerados com aquele mesmo tempo de trabalho, que foi realizado no passado, pode continuar a avolumar-se no futuro, a depender da quantidade de cópias vendidas daquela matriz pelo clique dos consumidores num link na Internet.

Em síntese podemos dizer que, entre os bens que possuem disposição limitada, o modo de se produzi-los e de se ter acesso a eles varia muitíssimo. Se são *obtidos no mercado*, são avaliados por alguma medida de valor, exigindo-se o valor correspondente em troca. Se são *obtidos em redes colaborativas* – desde a família até às mais complexas redes internacionais de economia solidária –, as formas de obtenção variam muito, adotando-se ou não padrões de mensuração de valor, conforme os códigos de funcionamento de cada tipo de rede, que expressam valores sociais das comunidades em que se realizam. Veremos no *capítulo 3* como assegurar-se um padrão de valor econômico relativamente estável, baseado na equidade, e adequado para intercâmbios econômicos locais ou internacionais que requeiram mensuração de valor.

Mas, seja no âmbito do mercado capitalista, seja no âmbito das redes de economia solidária, é necessário compreender o fenômeno de que o *oferecer e o receber* os meios que sustentam a vida ou atendem necessidades e desejos não pode, em muitos casos, transitar da dádiva à exigência de retribuição, sem que se tornem um crime ou uma atitude eticamente reprovável. Com efeito, a economia da dádiva coexiste com outras formas de práticas econômicas. Mas *não se deve confundir a economia da dádiva com a dádiva propriamente dita*, que pode realizar-se nas mais diversas relações sociais, inclusive a eco-

nômica. Cabe problematizar, portanto, em que medida práticas compreendidas como economia da dádiva – onde não há exigência de mensuração de valores a serem retribuídos – contribuem efetivamente para a libertação das pessoas e dos povos ou já não estariam subsumidas em intercâmbios de outra ordem, onde prevaleçam interesses não-econômicos. Se devemos agir eticamente em relação a todas as pessoas, e se as relações econômicas são relações entre pessoas, então devemos, igualmente, agir com eticidade no campo econômico. Contudo, como eticamente decidir o que deve reger-se pela dádiva e o que deve reger-se pela economia do intercâmbio de valores? Como promover com ambas as práticas a libertação de todas as pessoas, a expansão das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas? Como criticar a economia da dádiva e a economia do intercâmbio, a partir da esperança da *reciprocidade na dádiva* e promover a libertação econômica do eu, do outro e de todos no compartilhamento dos meios e dos valores econômicos?

Isso é necessário, pois, embora seja possível praticar-se o intercâmbio de valores de modo ético, a introdução da exigência de intercâmbio econômico, pela ação realizada em favor do outro, pode converter o que seria justo em injusto, o que seria ético em imoral. A doação de órgãos, por exemplo, é um ato eticamente defensável e nenhum valor econômico é intercambiado nessa relação. Mas a venda de órgãos é eticamente reprovável e considerada um crime em quase todas as sociedades.

Entretanto, há situações em que a passagem da dádiva à troca não é tão fácil de avaliar sob o aspecto ético, como a que ocorre entre trabalho voluntário e trabalho remunerado, por exemplo. Numa parte dos clubes de troca, que se vale de moedas sociais emitidas pelos próprios participantes, é perceptível uma tendência de monetizar algumas atividades que, antes, poderiam ser consideradas como trabalho voluntário e, assim, remunerar as pessoas que as executam: “nós devemos evitar ao máximo todo trabalho voluntário, posto que na Rede este não tem sentido: temos a ‘moeda social’ de que necessitamos...”²³

23 PRIMAVERA, Heloísa. *Como formar un primer club de trueque pensando en la economía global*. Bogotá: Medellín, 1999. Disponível em: <www3.plala.or.jp/mig/howto-es.html>. Acesso em: 9 dez. 2008.

Esta afirmação, se fosse estendida para as diversas situações de trabalho voluntário (mais além da atividade de coordenação compartilhada dos clubes de redes de trocas que a motivou) poderia levar a resultados paradoxais. Por sua natureza, o trabalho voluntário é definido como aquele que se oferece, no uso e gozo da autonomia do prestador do serviço ou do trabalho, sem qualquer remuneração, vínculo empregatício ou auferimento de lucro, sendo manifestação de valores como amor, compaixão, solidariedade e espírito cívico, (associados ou não a motivações religiosas, culturais, filosóficas, políticas ou emocionais), postos em ação, em benefício da comunidade – doando, o voluntário, seu tempo e seus conhecimentos no atendimento às necessidades do próximo. Tais práticas são realizadas de maneira desinteressada e dadivosa. E o sentido maior da relação que se estabelece entre quem dá e quem recebe é o fato de que as pessoas são mais importantes do que o tempo, o trabalho e aquilo que se disponibiliza nessas práticas. Transitar da dádiva, que não espera retribuição, à economia solidária, em que a retribuição econômica deve ser solidariamente assegurada, pode vir a ressignificar a própria relação entre as pessoas, que havia antes sob a forma de gratuidade solidária, presente no trabalho voluntário, e que haveria depois, com a expectativa de retribuição econômica por um serviço prestado.

Mas fazamos igualmente o caminho inverso. Como vimos, há muitos modos de obter-se os meios econômicos necessários ao bem-viver. E o que sob uma cultura é natural que se faça com base na retribuição do valor econômico, em outra cultura deve ser feito de maneira totalmente dadivosa.

Assim, muitas atividades que, sob determinadas culturas, consideramos justo remunerar – com moeda social ou oficial – como, por exemplo, a obtenção de sementes em uma feira para o plantio, poderiam ser outramente compreendidas sob a lógica da dádiva, da responsabilidade de cada um por todos e de todos por cada pessoa – como ocorre, de certo modo, na prática do *Trafkinto Mapuche*, já referido anteriormente, onde o recebimento da semente é apenas um aspecto em relação aos vínculos de responsabilidade muito mais amplos, que se criam ou se confirmam entre as pessoas envolvidas no ato de dar e receber as sementes. Quando as relações dadivosas, centradas na doação, se avolumam economicamente em uma sociedade, seria

importante, por outro lado, avaliar, nesse caso, em que medida tais solidariedades grupais também não levariam a níveis diferenciados de satisfação de necessidades no seio de uma mesma comunidade, pela discriminação daqueles que, em alguma medida, questionam a comunidade pelos valores morais que ela adote ou por outros motivos. Caberia, por fim, compreender se há estruturas sociais injustas que reproduzem a situação de que alguns possam sempre dar e de que outros necessitem sempre receber.

Por fim, como a aplicação de interpretantes semióticos sobre relacionamentos que envolvem bens de valor econômico é modelizada pelos sentidos da cultura em que estamos situados e o capitalismo é, atualmente, o sistema semiótico modelizante principal, não é raro que ao final das “Festinhas de Natal”, no Brasil, na forma de *Amigo Secreto*, algumas pessoas saiam pensando que deram um presente mais caro, enquanto receberam outro de menor valor – posto que a lógica hegemônica de mercado, do intercâmbio econômico de valores, acaba suplantando a lógica da dádiva, da própria celebração da festa.

Cabe, ainda, destacar que o exercício da dádiva pode igualmente realimentar a concentração de capital, a exploração de pessoas e a degradação de ecossistemas. Se aquilo que é oferecido dadivosamente foi comprado no mercado capitalista e, se, em sua produção e comercialização, pessoas foram exploradas e o meio ambiente agredido, então, o fluxo econômico – que se concluirá no consumo daquilo que foi dadivosamente recebido – realimentou a exploração de pessoas, a degradação de ecossistemas e a concentração de capitais. Não se pode isolar o dar e o receber de seu próprio campo de possibilidades, como uma relação socialmente fechada nela mesma. Pois aquilo que é dado e recebido é, também, resultado de uma ampla teia de relações sociais, que são igualmente realimentadas por este momento de gratuidade. É ingênuo imaginar que a atitude subjetivamente dadivosa e a relação interpessoal, por ela realimentada, estejam fora de um sistema econômico mais amplo que, como condição de sua possibilidade – pela produção dos meios econômicos requeridos para a sua realização –, essencialmente as determina. Portanto, somente realimentando circuitos econômicos solidários, a dádiva – que requeira diretamente meios econômicos para a sua realização – poderá impactar sistematicamente na transformação da própria economia que a suporta.

Poderíamos, ainda, nos perguntar se pode haver alguma dívida que não dependa de meios econômicos para a sua realização. Ora, como a manutenção da vida de cada pessoa supõe o consumo de meios econômicos – a começar pelo ar que respiramos e pela energia do sol que nos aquece – é impossível que algo possa ser dado – ainda que seja o silêncio de minha atenção dedicada a outro que me fala – sem que meios econômicos sejam consumidos por mim e pelo outro. Mesmo depois que morremos, o sepultamento de nossos corpos requer o dispêndio de meios econômicos. Cabe, portanto, estar atento às cadeias produtivas que realimentamos com o consumo que praticamos – seja como mediação da dívida, da economia da dívida ou da economia solidária.

Vemos, pois, que, eticamente, uma parte das mediações materiais que sustém o exercício das liberdades – como um órgão a ser transplantado ou a atenção que damos aos amigos, por exemplo – não pode ser objeto de intercâmbio econômico. E que outra parte delas, tanto pode ser oferecida como dívida ou como elemento de intercâmbio em que se pratique preços justos. Mas todas essas ações, somente serão eticamente exercidas, se forem expressão do desejo de promover-se as liberdades públicas e privadas de todos em sua melhor composição possível, considerando que cada qual é responsável por todos e que todos são responsáveis por cada qual, posto que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, que as pessoas se libertam juntas, quando praticam a reciprocidade na dívida, elemento fundante de toda práxis de libertação.

Assim, não podemos confundir *meios econômicos* com *valores econômicos*²⁴. Cabe entender que há inúmeras formas de se obter os

24 Confundir *meios econômicos*, *valores econômicos* e seus *representamens* pode levar, equivocadamente, a analisar-se a economia como: a) *economia mercantil*, caracterizada pelas compras e vendas no mercado, mediadas por equivalentes monetários e relações impessoais, marcadas pelo interesse individual; b) *economia não-mercantil*, caracterizada pela redistribuição pública, operada pelo Estado, de bens e serviços no asseguramento de direitos previstos constitucionalmente, relacionados à obrigação; c) *economia não-monetária*, caracterizada pela reciprocidade, fundada na dívida, que integra o dar, o receber e o retribuir. Ora, como vimos, usando ou não usando moedas – isto é, praticando ou não praticando a economia monetária – tanto se pode realimentar a economia solidária quanto o capitalismo, pois o que determina se os fluxos de valor vão realimentar cadeias produtivas solidárias e ecologicamente sustentáveis ou cadeias produtivas capitalistas e ecologicamente danosas não é o representamen semiótico utilizado – se são moedas nos mercados ou créditos em grupos de troca – nem a modalidade final do intercâmbio, se é mercantil ou não mercantil, posto que o

meios econômicos requeridos ao sustento do bem-viver de pessoas e de comunidades. Em muitas delas, não existe a necessidade de quantificar-se valores para a realização do intercâmbio. Em algumas delas, exigir retribuição pelo que se oferece é considerado crime, sendo vedado transitar-se da doação à compra e venda. Em outras delas, a retribuição, eticamente defendida, de meios econômicos exige a mensuração do valor daquilo que se oferece ao intercâmbio. As formas de se mensurar os valores, entretanto, variam muito. A maioria delas está sujeita a toda sorte de especulação, não apenas financeira nos circuitos globais do sistema, como também nas situações cotidianas, considerando-se a condição de vulnerabilidade das pessoas que demandam ou oferecem bens e serviços nos mercados. Por outra parte, enfim, não há como reduzir-se a mensuração do valor apenas a componentes objetivos, pois todo valor – inclusive o econômico – resulta de uma convenção social que aplica *símbolos* sobre *índices* – isto é, que aplica uma certa linguagem sobre um conjunto de propriedades reais dos objetos, gerando a interpretação do mundo e do que nele está contido, no horizonte de alguma semiótica, em um dado campo de possibilidades, no seio de uma determinada cultura, territorial ou epocal, compartilhada por uma determinada comunidade interpretadora, frente à qual sempre pode haver afetados, dominados e excluídos.

exercício final da dádiva pode realimentar a concentração de capital e que o comércio dos produtos de economia solidária, nos grandes mercados capitalistas, pode realimentar cadeias de produção solidárias e ecológicas, pagando-se aos produtores um preço justo e cobrando-se um preço injusto dos consumidores. Em outras palavras, centrar a atenção na modalidade monetária ou não-monetária da operacionalização do intercâmbio econômico ou na forma mercantil ou não-mercantil de realizá-la, pouco esclarece sobre as contradições fundamentais entre a economia solidária e a não-solidária. Pois, ambas, podem se realimentar de práticas econômicas operadas com ou sem o uso de moedas oficiais ou de representações distintos de moedas; ambas podem realimentar-se com a prática da dádiva; ambas podem realimentar-se com práticas mercantis; e ambas podem realimentar-se com a redistribuição estatal, como provedoras de meios econômicos (produtos, serviços, insumos, tecnologia, comunicação, etc.) requeridos por este no atendimento de necessidades públicas. Disto não decorre, entretanto, que se deva buscar uma *economia plural*, que componha economia solidária com economia solidária, nem que a solução do problema seja buscar articular economia mercantil, economia não-mercantil e economia não-monetária. Pois, simplesmente, elas já estão articuladas nos fluxos reais da economia. De fato, as economias solidária e não-mercantil contribuem para a concentração de riquezas sob o capitalismo, sempre que negligenciam a organização de redes colaborativas que lhes possibilitem remontar solidariamente as cadeias produtivas dos meios econômicos que geram. O foco, portanto, deve ser mantido em como realimentar os fluxos econômicos da economia solidária para a superação sistêmica do capitalismo.

2.3. Inocular pelas fendas do capitalismo o seu antagonico

1. Vimos que, *sob o capitalismo, as forças produtivas são desenvolvidas com o fim de ampliar-se a concentração de riqueza e não com a finalidade de promover-se o bem-viver de todas as pessoas e o equilíbrio dos ecossistemas*. Diferentemente disso, sob a lógica da economia solidária, o desenvolvimento das forças produtivas deve ser feito com vistas a ampliar o bem-viver do conjunto das pessoas, protegendo-se o equilíbrio dos ecossistemas e promovendo-se a justa distribuição da riqueza produzida. Na medida em que se desconcentra a riqueza, menos poderosas se tornam as grandes corporações na condução da hegemonia econômica. Na medida em que a distribuição social da riqueza realimenta os fluxos de produção da economia solidária, tende-se a gerar um laço virtuoso de expansão dessa economia. E quanto mais ela se expande – praticando preços justos na remuneração do trabalho e na comercialização dos produtos – menos mercado resta às empresas capitalistas para a venda de seus produtos e serviços. Desse modo, concomitantemente ao desenvolvimento e expansão da economia solidária – compartilhando-se tecnologias livres que reduzem custos de produção, protegem os ecossistemas e ampliam o tempo livre para o bem-viver – o capitalismo experimenta um acirramento da concorrência na disputa por mercados, tendendo a acelerar o desenvolvimento tecnológico. E assim, buscando reduzir custos, diminui ainda mais o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, desocupando um número maior de pessoas que, por sua vez, encontrarão ocupação produtiva no setor da economia solidária. Desse modo, quanto mais o sistema capitalista se desenvolve – reduzindo a necessidade de trabalho vivo proporcionalmente empregado na produção de bens tangíveis e intangíveis, gerando volumes sempre mais gigantescos de créditos para assegurar a venda da produção e avolumando, por outro lado, dívidas impagáveis, em magnitude cada vez maior pela incidência de taxas de juros sobre elas – tanto mais as forças produtivas solidárias, incorporando tecnologias sustentáveis, experimentam significativo crescimento sistêmico, distribuindo a riqueza que alimenta o consumo de sua própria produção. A exploração dessa fenda sistêmica requer, na medida do possível, que todos os gastos a serem feitos pelos atores da economia solidária tenham

como alvo os produtos e serviços da própria economia solidária. A geração de excedentes no setor solidário permitirá o contínuo desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, ecologicamente, socialmente e economicamente, adequadas à promoção do bem-viver do conjunto das pessoas e das coletividades.

2. Vimos que, *por sua lógica intrínseca, o capitalismo não distribui valores econômicos suficientes para viabilizar o giro da sua própria produção; giro esse que somente se conclui graças ao endividamento real das pessoas e sociedades como contra-face do crédito a elas oferecido para a compra de mercadorias.* No livro *A Revolução das Redes* pudemos demonstrar que, também na economia solidária, o conjunto dos empreendimentos de uma rede – ainda que fosse uma única rede mundial integrando toda a economia solidária do mundo inteiro – não consegue distribuir a riqueza suficiente para girar todo o conjunto da sua própria produção, sendo igualmente necessário criar-se um mecanismo de crédito suplementar para promover-se a expansão do sistema. Diferentemente do que ocorre no capitalismo, em que os créditos e débitos se distribuem de maneira desigual, levando a emergir atores que concentram os créditos e vão enriquecendo enquanto a maioria vai ficando em alguma medida endividada ou empobrecida em relação ao volume total da riqueza produzida e acumulada; no caso da economia solidária créditos e débitos devem se distribuir o mais homoganeamente possível por todas as cadeias produtivas. Isso, não apenas não enriquece nem empobrece setores específicos frente aos demais, como facilita a compensação do conjunto das dívidas. Por exemplo, se dez pessoas devem, cada qual, mil reais a um mesmo credor, o total da dívida é 10 mil reais e torna-se impossível pagá-la até que se atinja a soma de dez mil reais. Mas se a dívida de dez mil reais está dividida igualmente entre 10 pessoas que devem mil reais umas às outras, é possível compensar-se créditos e débitos entre si, liquidando-se integralmente o conjunto das dívidas, não havendo necessidade de reunir-se a soma total para que o conjunto da dívida seja liquidado. O resultado é que, sob o capitalismo, torna-se impossível o pagamento de todas as dívidas. Ao passo que sob a economia solidária, quando se distribui da maneira mais equânime possível os créditos e débitos pelo conjunto das cadeias produtivas, os atores

guardam maior solvência entre si para a liquidação do conjunto de suas dívidas.

3. Constatamos anteriormente que *o capitalismo não distribui a maior parte da riqueza sob ele produzida, mas a concentra de maneira privada, fazendo emergir um seletivo grupo de pessoas, empresas e instituições bilionárias e um gigantesco grupo de pessoas, empresas e instituições endividadas, empobrecidas ou excluídas frente ao volume total de riqueza produzida.*

Por sua vez, sob a economia solidária, desenvolve-se uma compreensão de riqueza que a associa à realização do bem-viver das pessoas. Aqui, o valor de uso dos meios econômicos ganha sentido pelas relações humanas que o medeiam. O valor de troca é sobre-codificado pela solidariedade na promoção do interesse coletivo, buscando-se o estabelecimento de preços justos que assegurem o bem-viver de produtores e consumidores. Organizada sob a cultura da solidariedade, de promover-se o bem-viver de cada pessoa, a economia solidária busca distribuir a riqueza como condição de sua própria expansão, da expansão das liberdades públicas e privadas, realimentando a produção e distribuição do valor econômico. Para viabilizar a diversificação, aprimoramento e ampliação do volume de bens e serviços produzidos, visando atender ao conjunto das populações, em especial àquelas que ainda não dispõem de condições dignas para o seu bem-viver, a economia solidária incorpora mais atores ao processo produtivo, mantendo os preços em parâmetros considerados justos, tanto por produtores quanto por consumidores – sendo tais produtos avaliados não apenas pelas suas qualidades técnicas, mas também em razão dos benefícios ecológicos e sociais que sua produção e consumo provocam. Assim, enquanto a tendência do capitalismo é concentrar a riqueza, a tendência da economia solidária é distribuí-la, para crescer ainda mais, preservando-se o equilíbrio sustentável das comunidades humanas na sua interação com os ecossistemas e na promoção do bem-viver das pessoas e das sociedades.

Cabe, portanto, organizar estratégias que distribuam a maior parte da riqueza produzida, visando realimentar os circuitos econômicos da economia solidária e não a espira de concentração do capital. Isto pode ser feito constituindo-se redes colaborativas de econo-

mia solidária que reorganizem solidariamente as cadeias de produção, comercialização e consumo, com base em preços justos – distribuindo-se, com esse expediente, o valor econômico pelo conjunto dessas cadeias –, realimentando-se processos sustentáveis de consumo final e de consumo produtivo.

Tem-se, atualmente, ferramentas de tecnologia da informação que permitem realizar, com facilidade, diagnósticos de redes de empreendimentos e de cadeias produtivas. Elas possibilitam planejar a ação coordenada e sinérgica de consumidores e empreendimentos, com vistas a promoverem o desenvolvimento territorial sustentável, baseado na justa distribuição da riqueza socialmente produzida. As ferramentas disponibilizadas no portal www.solidarius.com.br, por exemplo, permitem projetar a sustentabilidade de empreendimentos e de redes colaborativas de economia solidária com grande facilidade e monitorar cotidianamente o seu desempenho, gerando diagnósticos e projeções que contribuem para a gestão democrática e participativa de cada empreendimento e de cada rede pelo conjunto dos atores neles envolvidos.

4. Analisamos anteriormente que *sob a lógica do capitalismo não há como manter-se um padrão de valor baseado na equidade, assegurar-se algum padrão de valor econômico internacionalmente estável, evitar-se crises sistêmicas de financiamentos, pagamentos e intercâmbios, assegurar-se a estabilidade na reserva de valores econômicos ou a vigência da proporção de valores econômicos negociada nos contratos*. Veremos, no próximo capítulo, que é possível estabelecer-se uma *Unidade Solidária de Valor Econômico* e que isso já foi feito, viabilizando-se tanto a constituição de Sistemas de Intercâmbios Solidários, que permitem transações locais e internacionais mais justas, quanto o estabelecimento de uma *Unidade Monetária Solidária Mundial*, cuja referência de valor se mantém relativamente estável, considerando-se tanto a paridade de poder de compra das moedas nacionais quanto o poder de compra distribuído no interior das sociedades. O valor de referência dessa unidade, em relação à moeda utilizada nacionalmente, se mantém relativamente estável, tanto porque tal moeda, em razão da inflação apurada no país ou no bloco econômico que a adota, se desvaloriza frente à Unidade Solidária de Valor, quanto porque o

valor de referência desta unidade também se altera, considerando o aumento ou diminuição de poder de compra distribuído do conjunto da população de cada país. Desse modo, embora o valor de cotação da Unidade Solidária de Valor Econômico se altere em relação ao valor de cotação das moedas no mercado internacional, ele preserva a magnitude de seu valor, considerando tanto a paridade de poder de compra das moedas, quanto o poder de compra distribuído socialmente nas coletividades que realizam seus intercâmbios tomando-os como referência para seus contratos. Como a cotação das moedas no mercado internacional está sujeita às dinâmicas especulativas e políticas governamentais, a conversão de créditos solidários em moedas nacionais está sujeita a sofrer impactos dessas dinâmicas e políticas. Todavia, tomando-se apenas os créditos solidários como referência para as transações, tem-se significativa estabilidade no padrão de valor, pois ele é capaz de ajustar-se com base na evolução real das economias no conjunto das nações, ainda que tal evolução seja indiretamente pressionada pelos fenômenos capitalistas de investimento e especulação. À medida, entretanto, que o capitalismo se enfraqueça e a economia solidária se fortaleça – pela multiplicação estratégica de redes colaborativas que reorganizem fluxos de valores, para que estes não desemboquem na espira de acumulação capitalista –, a tendência é a de que Unidade Solidária de Valor Econômico tenha oscilações cada vez menores em relação às moedas nacionais, pois a distribuição de renda no conjunto do planeta tenderá a ser cada vez mais justa e os processos inflacionários menos expressivos.

5. Vimos que *a lógica de competição peculiar ao capitalismo impede o desenvolvimento colaborativo de tecnologias sustentáveis, economicamente, ecologicamente e socialmente*. Por sua vez, no campo da economia solidária, sendo as forças produtivas desenvolvidas com vistas a promover o bem-viver de todas as pessoas e o equilíbrio dos ecossistemas, compartilhando-se de maneira justa o resultado com elas obtido, as tecnologias tendem a ser desenvolvidas de maneira colaborativa para serem compartilhadas com tais finalidades. Buscase desenvolver matrizes tecnológicas ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis, que não sejam, portanto, danosas aos ecossistemas e aos assentamentos humanos. As atenções se voltam aos

insumos do processo produtivo, às fontes de energia utilizadas e ao tratamento dado aos resíduos. Os produtos não são projetados para serem descartados rapidamente, mas para cumprirem um ciclo de vida de maior duração, recomendando-se aos consumidores que, no final de tal ciclo, promovam, na medida do possível, o reaproveitamento criativo dos produtos ou os destinem para reciclagem, reduzindo-se a quantidade gerada de lixo. Busca-se, portanto, utilizar os recursos naturais com responsabilidade, substituir insumos não-renováveis por outros renováveis, de modo a preservar o patrimônio natural e proteger-se os ecossistemas em proveito de todos. Atualmente, redes colaborativas compartilham e difundem *tecnologias apropriadas* ao asseguramento da sustentabilidade de empreendimentos econômicos em meio às mais diversas realidades e biomas. Nas últimas décadas, houve um significativo avanço no desenvolvimento de tecnologias sociais de economia solidária, potencializando fluxos econômicos nas esferas da produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico. Se o volume hoje investido em Pesquisa & Desenvolvimento no setor da economia solidária é muito pequeno em relação ao conjunto de seu faturamento, por outra parte, o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis levadas a cabo por universidades, institutos não governamentais, e órgãos governamentais tem sido apropriado por vários segmentos da economia solidária, especialmente: na esfera de produção de alimentos orgânicos e isentos de agrotóxicos; nas áreas de reciclagem; e na área de tecnologia da informação. Embora, sob a lógica do capitalismo, permaneça a tendência de que os padrões de desenvolvimento tecnológico sejam operados em função do lucro e não do bem-viver das sociedades, dado que os Estados não têm força para impor-lhe um outro rumo sistêmico – basta ver o que se passou com o Protocolo de Kyoto, em relação ao uso de fontes de energias limpas e renováveis, proteção de florestas e de outros sumidouros de carbono, otimização de sistemas de energia e transporte ou diminuição das emissões de metano –; por outro lado, o crescimento da economia solidária tende a desencadear o enfraquecimento dos monopólios e a redução dos lucros das transnacionais, impactando, conseqüentemente, no modo como tem sido orientado o desenvolvimento das soluções tecnológicas.

6. Vimos, anteriormente, que *sob a lógica do capitalismo não há como estabelecer-se um câmbio justo na conversão de moedas negociadas no mercado internacional*. Por sua vez, no campo da economia solidária, é possível estabelecer-se um câmbio justo. Mesmo perante os fenômenos especulativos, inflacionários e de alteração de políticas monetárias e cambiais que afetam cotidianamente o valor das moedas, ainda assim, é possível estabelecer-se cotações monetárias visando proteger-se as relações econômicas, praticadas como manifestação de solidariedade no interior de redes colaborativas. Assentados sobre a Unidade Solidária de Valor Econômico, os contratos celebrados internacionalmente, tendem a preservar as proporções de valor acordadas inicialmente. Sendo tais unidades convertidas em moedas que circulam nacionalmente no interior dos países, verifica-se a existência de uma oscilação nessa conversão, que não é a mesma oscilação dos mercados de câmbio, mas ajustada a parâmetros da economia real, para o estabelecimento dessa cotação, considerando-se o PIB per capita em paridade de poder compra realmente efetivado no interior de cada país e o coeficiente de distribuição de renda nele existente. Evidentemente, o PIB per capita é um indicador falho, por não captar boa parte da atividade econômica de um país e o indicador de concentração de renda também, por não captar como renda o resultado objetivo de várias atividades econômicas que contribuem na satisfação de necessidades diversas das populações. Mas, ao menos, tais indicadores possibilitam confrontar circunstâncias diversas e aproximar-nos do que seria mais justo na cotação entre moedas, expurgando, na medida do possível, os fenômenos especulativos. Assim, o padrão de valor econômico para o intercâmbio internacional é estabelecido por critérios de eticidade e justiça. Tal padrão é ajustado periodicamente, com base num regramento previamente acordado de maneira democrática, captando-se as alterações do ambiente econômico externo – como se pode ver no *Capítulo 3*. A sua definição se realiza em função do bem-viver de todas as pessoas, de modo a preservar a magnitude dos valores econômicos referidos nos contratos solidários e, com isso, proteger a distribuição de riqueza, assegurando que a retribuição do valor econômico, que cada qual disponibiliza em favor da coletividade, respeite a proporção desses valores em relação à alteração do poder de compra distribuído em cada sociedade.

7. Vimos que *o capitalismo produz e reproduz relações não-democráticas no processo produtivo, de circulação de valores e de apropriação de resultados*. No campo da economia solidária, por outra parte, a democracia é efetivamente praticada, particularmente sob a forma da auto-determinação de fins e da auto-gestão de meios. Supera-se a subalternidade do trabalho em relação ao capital. Realiza-se, na economia solidária, o princípio de *igualdade de poderes, entre todos os participantes de uma comunidade, em decidir, direta ou indiretamente, tudo aquilo que afete a vida e os interesses da coletividade*. Na economia solidária as pessoas são vistas como pessoas e não como capital humano, a ser posto ou disposto no processo produtivo, conforme a decisão de quem lhe contrata. As relações sociais são tratadas como relações humanas, que devem propiciar a libertação cada vez mais ampla das pessoas. E não como capital social, a ser aproveitado em um território para gerar um ambiente propício à expansão e realização de lucros. Igualmente, o movimento de valores econômicos operados nas redes colaborativas de economia solidária, particularmente sob a forma de finanças solidárias, mantém compromissos com a distribuição de renda e o atendimento dos diversos segmentos que necessitam do crédito, sendo geridos de maneira solidária, segundo critérios acordados democraticamente. De fato, frente a qualquer decisão dos Estados e do Capital, estarão sempre os afetados, dominados e excluídos – segmentos que não participam dos acordos, tidos como válidos no interior do sistema econômico e político, mas que, direta ou indiretamente, têm suas vidas profundamente impactadas por tais acordos. No campo da economia solidária, por sua vez, exercitam-se mecanismos diversos para assegurar a real participação de trabalhadores, consumidores, comunidades e demais atores que colaboram para o sucesso de cada empreendimento, de cada rede, de cada território. Pois, empreendimentos, redes e territórios que se articulam colaborativamente, decidindo coletivamente tanto os rumos a serem trilhados por suas iniciativas quanto a gestão cotidiana delas, têm a força de sua sustentabilidade ampliada. Conforme o último mapeamento da economia solidária no Brasil, a maioria dos empreendimentos neste país realiza assembléias mensais, quinzenais ou semanais para as tomadas de decisão – cujos mecanismos podem ser cotidianamente aperfeiçoados. No Sistema de Intercâmbios Solidarius, por exemplo, os projetos de apoio a iniciativas de economia solidária são debatidos, aprovados ou reprovados, por votação direta de todos os participan-

tes, espalhados em diferentes países. Isso demonstra que mecanismos de participação direta podem ser facilmente implementados, não apenas localmente mas também globalmente, com recursos da tecnologia da informação e que metodologias para o seu emprego podem ser desenvolvidas assegurando-se a possibilidade de participação e a agilidade necessária às tomadas de decisão, tanto sobre temas estratégicos quanto conjunturais.

8. Constatamos, anteriormente, que *o capitalismo semiotiza o conjunto das relações sociais e econômicas, visando à produção de valores de uso e troca e à realização de lucros, realimentando a concentração da riqueza*. Para tanto, modela a subjetividade dos indivíduos, para sejam, como trabalhadores, melhor capital humano e, como consumidores, clientes fidelizados de seus produtos e serviços. Todavia, na medida em que as semióticas do capital vão se enfraquecendo na capacidade de agenciar esperanças, desejos e utopias associadas ao consumo de seus produtos e serviços, o seu capital virtual vai se fragilizando, e suas bases de reprodução vão se enfraquecendo. Quando a confiança nos mercados é perdida, os capitais virtuais se desvalorizam rapidamente e o sistema passa a enfrentar dificuldades orgânicas, pois a ciranda de créditos e débitos, que virtualmente alimenta os processos reais de produção e consumo, é enfraquecida com a queda dos preços das ações, as quais eram tomadas como lastro para outras operações da mesma ciranda. Desse modo, as dívidas anteriormente contraídas tornam-se proporcionalmente muito maiores do que o valor de mercado dos ativos possuídos. E entidades que fornecem crédito, ficando descapitalizadas objetivamente e virtualmente, tendem a quebrar se não receberem o socorro de governos, se não venderem suas carteiras, no todo ou em parte, a outras empresas em melhor situação, ou não forem adquiridas ou incorporadas por estas. Ora, a economia solidária gera novas semióticas que não modelizam o valor de uso pelo valor de troca, mas sim em função do bem-viver de produtores, consumidores e de suas comunidades. Subvertendo as semióticas do capital, pela re-significação das relações humanas com base na solidariedade entre as pessoas, a economia solidária pode inocular, nessa fissura semiótica do sistema, interpretantes contra-hegemônicos, que permitam às pessoas uma leitura crítica do consumismo, da degradação ecológica provocada pela cultura capitalista de exploração de tudo para geração de lucros e do quão autoritárias são as relações

que subalternizam a vida frente aos movimentos de capitalização. O exercício concreto da solidariedade, da cultura da dádiva, da retribuição de tudo o que cada qual disponibiliza em favor do bem-viver de todos, tende a promover uma subversão das semióticas do capital, afirmando que compartilhar é o único modo de elevar o bem-viver de todos e de cada um. Mostra também que não é possível realizar-se universalmente o que se apresenta nas publicidades capitalistas como padrão de consumo, sem que haja a destruição irreversível do planeta. As semióticas da economia solidária, portanto, subvertem o capitalismo não apenas porque difundem valores de solidariedade que são antagônicos aos valores do individualismo e da competição. Mas, especialmente, porque introduzem outras mediações semióticas no circuito econômico, capazes de ampliar a oferta de crédito aos atores econômicos, possibilitando giros produtivos que ampliam a oferta de meios econômicos diversificados para o bem-viver de todos. Pois, tais mediações semióticas, como os créditos solidários, por exemplo, podem potencializar processos de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico. Mas, diferentemente de ações negociadas em bolsa, os créditos que passam a circular como meios de retribuição, estão ancorados em reservas de valores asseguradas por Estados e são utilizados no financiamento da expansão da própria economia solidária, viabilizando a geração de produtos e serviços que, igualmente, podem ser obtidos com esses mesmos créditos. Diferentemente de moedas sociais – que, sob certas metodologias, são geradas sem que se assegure um lastro efetivo que as sustente, gerando-se uma espécie de capital fictício que, embora ative os circuitos econômicos, ao final podem se converter em papéis inaceitáveis em troca de bens e serviços reais²⁵ –, os Créditos Solidários, analisados no *Capítulo 3*, valem-se, indiretamente, das mesmas

25 O aumento da magnitude de moedas sociais em circulação nos clubes de troca na Argentina, entre 2000 e 2002, motivado tanto por emissões realizadas fora dos princípios anteriormente acordados no interior da rede nacional, que integrava clubes das várias regiões do país, quanto por processos de falsificação de moedas, resultou em problemas que atingiram a mais de um milhão de participantes diretos e outros cinco milhões de beneficiários, afetados pela hiperinflação em créditos e pela crescente perda de credibilidade do sistema de trocas. De fato, tendo surgido em 1995 e crescendo mais rapidamente a partir de 2000, essa prática econômica passou por tensões de diversas ordens, resultando na cisão de modelos em abril de 2001, materializada na existência de duas redes nacionais: a *Red Global de Trueque* (organizada em 1996) e a *Red del Trueque Solidario* (organizada em 2001). Um estudo mais detalhado das práticas com moedas sociais na Argentina permite destacar as suas fortalezas e fragilidades e aprender com seus acertos e erros. (Cf. HINTZE, 2003).

garantias que o Estado oferece na sustentação de suas moedas, posto que nelas estão lastreados. Ao substituir progressivamente o dinheiro por créditos solidários na circulação, cada vez maior, de produtos e serviços, a economia solidária pode progressivamente ir acumulando valores econômicos, sob a forma de moedas nacionais em Fundos Solidários, podendo financiar a expansão da economia solidária com moedas oficiais, ao mesmo tempo em que gera créditos solidários que alimentam o consumo sustentável da produção realizada. Substitui-se, pois, a confiança no sistema financeiro, pela confiança nos intercâmbios solidários realizados em comunidades reais, com participantes de países diversos, cujos recursos, compartilhados no Fundo, estão sob controle dos participantes de cada país. Bem como, pela confiança nos Estados em assegurar conversibilidade das moedas que adotam oficialmente. Cabe, pois, subverter as semióticas do capital, resgatando o sentido verdadeiramente humano de necessidades, desejos, atividades, pensamentos e sentimentos, re-significando os valores de uso a partir do bem-viver, da proximidade ética entre as pessoas. Cabe produzir signos e novos interpretantes que agenciem processos de subjetivação solidária, de compromissos com a promoção das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, que se materializam no bem-viver cotidiano, de caminhar tranqüilamente pela cidade, de poder usufruir de equipamentos e serviços de qualidade quando deles se necessite, de compartilhar-se com justiça os meios econômicos, tendo-se o direito à retribuição por tudo o que acrescentamos ao bem-viver da coletividade por nossas ações de economia solidária. Cabe utilizar-se dos meios de comunicação com outra lógica, não apenas com outra finalidade, para promover-se a desalienação das pessoas, a sua re-sensibilização frente aos seres humanos, com sua diversidade de culturas, e em relação aos ecossistemas. Trata-se, pois, de produzir e multiplicar semióticas que agenciem processos de libertação, frente a qualquer forma de injustiça e opressão.

9. Vimos que a *virtualização do capital é condição necessária para a atual reprodução do sistema capitalista e que o descompasso entre a magnitude da produção econômica real de bens tangíveis ou intangíveis em relação à elevação da magnitude dos valores econômicos virtuais, representados nos papéis com valor de troca a ela referidos que circulam nos mercados, é condição para o crescimento das forças produtivas, tanto*

quanto o descompasso igualmente observado no sistema, entre o fluxo de meios econômicos (tangíveis ou intangíveis) e o fluxo de valores econômicos, é condição de sua própria reprodução.

A exploração dessa fenda pode ser feita de muitos modos. No *Exemplo 2* da “Formalização dos Fluxos de Valor”, apresentado na *Revolução das Redes* (MANCE, 1999) há dez anos, estudando os fluxos econômicos em dinâmicas de rede, demonstramos que somente o desenvolvimento de um sistema de créditos permite ao capitalismo ou à economia solidária a sua expansão. Todavia, diferentemente do capitalismo – em que os créditos se concentram em alguns atores enquanto as dívidas se distribuem pela maioria de consumidores finais, Estados e entre atores produtivos –, no caso da economia solidária, pela distribuição mais homogênea dos créditos e dívidas pelo conjunto das cadeias produtivas, estes podem se compensar paulatinamente, evitando-se os cracks cíclicos, típicos do capitalismo.

Todavia, esclarecemos aqui, uma vez mais, que o valor econômico produzido sob a economia solidária pode realimentar o capitalismo, quando atores da economia solidária (consumidores finais, produtores, comerciantes e prestadores de serviços) pagam por produtos finais, serviços, insumos, bens de produção (máquinas, equipamentos, etc.) fornecidos por empresas capitalistas.

Assim, a exploração dessa fenda econômica sistêmica exige não apenas a constituição de Fundos de Economia Solidária, que progressivamente vão retirando o dinheiro dos mercados e substituindo-o por créditos solidários sob o controle auto-gestionário dos atores da economia solidária, mas, fundamentalmente, reorganizar as cadeias de produção para que os fornecedores sejam, todos eles, igualmente, do setor da economia solidária.

Não basta, todavia, substituir provedores de insumos. Há que, igualmente, substituir-se provedores de máquinas, equipamentos e demais recursos tecnológicos requeridos para o desenvolvimento das forças produtivas da economia solidária. Pois se eles continuarem a ser adquiridos do setor capitalista, a economia solidária continuará a realimentar o capitalismo.

Embora isso pareça difícil de ser feito, pode ser obtido no médio e longo prazos. Os empreendimentos que atuam na esfera da produção de meios de consumo podem gerar e somar, pela constituição de redes colaborativas que os articulem, créditos solidários que possibilitem a criação de novos empreendimentos, que produzam os meios de produção por eles demandados.

Assim, o fundo de depreciação de cada empreendimento pode converter-se coletivamente em um fundo de financiamento de novos empreendimentos, que irão produzir os meios de produção demandados por essas mesmas redes colaborativas, restituindo ao Fundo, com a venda das máquinas e equipamentos produzidos, os recursos correspondentes ao crédito inicialmente recebido. Esse procedimento pode ser sustentado, graças à constituição de Fundos de Economia Solidária, os quais podem financiar a realização de projetos produtivos, com dinheiro nacional, em qualquer país, aceitando como pagamento créditos solidários que circulam pelos sistemas internacionais de intercâmbio, integrando vários ramos e cadeias produtivas de maneira solidária, tanto local quanto internacionalmente (veja-se 3. *Sistemas de Intercâmbios Solidários*). E o contra-fluxo dessa antecipação de crédito também poderá ser feito posteriormente com o fornecimento direto de *meios de produção* aos empreendimentos produtores de bens de consumo que financiaram a criação dessas novas plantas produtivas, capazes de oferecer, ao conjunto da economia solidária, meios de produção tecnologicamente mais eficientes.

Já no que se refere à produção de *valores de uso e troca intangíveis* e aos necessários investimento em Pesquisa & Desenvolvimento, tanto de bens tangíveis quanto intangíveis, cabe à economia solidária aprofundar a difusão de estratégias colaborativas de produção e apropriação tecnológicas já mencionadas anteriormente. E, na medida em que ainda esteja operando sob sistemas jurídicos modelizados pelo capitalismo, como sistema semiótico e hegemônico, deve valer-se de seus instrumentos legais de propriedade intelectual, copyrights, patentes etc., para colocar as tecnologias, sob eles disponibilizadas, pelas organizações de economia solidária a serviço apenas da realimentação das forças produtivas da economia solidária, como ocorre com a licença *copysol*. Quanto mais a economia dos bens intangíveis se desenvolver no setor da economia solidária, maiores serão os volumes de recursos movimentados nesse setor, cuja geração de excedentes permitirá expandir Fundos, realimentando a P&D de tecnologias sustentáveis, para a produção, melhor qualificada, de bens tangíveis e intangíveis.

Portanto, do mesmo modo que a exploração dessa fenda sistêmica exige, não apenas produzir bens de consumo final mas igualmente produzir meios de produção, ela também exige produzir novos

conhecimentos, que resultem na criação de máquinas, equipamentos, instrumentos, processos, produtos e serviços, tecnologicamente compatíveis com os princípios ecológicos da economia solidária. Assim, cabe à economia solidária investir uma parcela de seus excedentes no financiamento de iniciativas de P&D visando, com os resultados desse setor, realimentar os empreendimentos que atuam na produção de *meios de produção*, que, por sua vez, realimentarão os setores de produção de meios de consumo.

Cabe decidir globalmente as áreas estratégicas para esses investimentos, considerando justamente os fluxos de valor operados nas redes de economia solidária que desembocam na acumulação capitalista. Em geral, podemos dizer que o desenvolvimento tecnológico para a produção sustentável de energia renovável deve ser uma prioridade no campo da economia solidária, bem como a pesquisa de soluções ecologicamente corretas para a logística de distribuição e comercialização, visando, com seus gastos, realimentar circuitos de desenvolvimento da economia solidária. Mas é fundamental, igualmente, que se estude as cadeias produtivas nos diversos ramos de produção – que já estão se remontando sob a lógica da economia solidária – para definir-se as prioridades de P&D globais – uma vez que, quanto maior for a agregação de redes colaborativas na definição dessas prioridades, maiores serão os recursos disponíveis para esses investimentos.

Na mesma medida em que a economia solidária deve valer-se dos mecanismos de patentes, direitos de cópia e outros requeridos a proteger seus bens e valores intangíveis frente aos interesses do capital e compartilhar valores de uso virtuais – tais como softwares, logomarcas, tecnologias sociais, etc. –, todo o setor solidário deve, por outro lado, promover a subversão das semióticas do capital, particularmente no que se refere aos interpretantes sociais que asseguram a valorização virtual dos capitais nos mercados, tanto do ponto de vista dos imaginários sociais, quanto do ponto de vista da legalidade de seus processos. Em outras palavras, trata-se de superar a produção de subjetividades alienadas pelo capital, que deslocam os desejos de realização humana para o consumo de mercadorias ou para o investimento em papéis que realimentam sua reprodução. E agenciar subjetivações em busca do bem-viver pessoal e coletivo, no compartilhamento da riqueza que assegure as mediações requeri-

das ao exercício das liberdades públicas e privadas de modo ético, na promoção da solidariedade e da paz entre as pessoas e os povos, na mudança dos paradigmas de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, para que sejam ecologicamente sustentáveis e socialmente justos. Cabe, igualmente, alterar as legislações para abolir o direito de exploração do trabalho alheio e de destruição de ecossistemas. E para instituir, em seu lugar, a exigência da autogestão como forma de organização da atividade econômica, posto que ela é a forma mais compatível com o exercício da democracia na esfera econômica. Cabe alterar as legislações visando proteger o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, para que os recursos naturais sejam manejados sustentavelmente, em benefício das gerações presentes e futuras. Cabe propagar a organização dos Fundos de Economia Solidária, para que os recursos das pessoas, que migravam ao sistema financeiro reproduzindo o capitalismo, migrem para o circuito da economia solidária, fortalecendo a expansão desse novo modo de produção – tanto pelo financiamento do consumo dos bens e serviços da economia solidária, quanto pelo financiamento da instalação e renovação de plantas produtivas, sob o paradigma da sustentabilidade ambiental e social, como também para a Pesquisa & Desenvolvimento de novas tecnologias produtivas e sociais, que reduzam as jornadas de trabalho e gerem melhores condições ao bem-viver das pessoas e das sociedades.

10. Como vimos anteriormente, outra fenda sistêmica do capitalismo reside no fato de que, *com o desenvolvimento das forças produtivas e da economia do conhecimento, ele necessita de cada vez menos trabalho vivo para a produção de um mesmo volume de bens tangíveis, surgindo nessa esfera de produção um tempo de não-trabalho, que se realiza sistemicamente como tempo de desemprego, com a tendência sistêmica de avolumar-se cada vez mais*. Na atualidade, essa fenda se revela na sua incapacidade de incorporar metade da população economicamente ativa do planeta nos fluxos de produção e consumo, com uma remuneração que, ao menos, lhes permita sair da linha de pobreza.

O tratamento dessa fenda pela economia solidária pode avançar por vários caminhos, entre os quais: a) promover a redução da jornada de trabalho, para incorporar nos empreendimentos solidários mais trabalhadores, sob planos de viabilidade que assegurem a cada empre-

endimento a sua sustentabilidade, reduzindo seus excedentes a margens menores; b) criar novas unidades produtivas, preferencialmente de meios de produção, mas também de bens de consumo final ainda não oferecidos no interior das redes locais; c) criar empreendimentos destinados ao assessoramento tecnológico, voltado à conversão produtiva a novas matrizes energéticas com sustentabilidade ecológica; d) criar centros de Pesquisa & Desenvolvimento tecnológico integrados às redes de economia solidária, para a invenção de novos produtos, procedimentos e tecnologias produtivas e sociais; e) criar empreendimentos que fortaleçam os processos de logística de distribuição e de comercialização; f) criar empreendimentos que atuem nas redes de comunicação de dados, de modo a promover a subversão das semióticas do capital, fornecendo informações fundamentadas em índices de realidade que permitam desmontar as ideologias hegemônicas acerca do sistema e agenciar eticamente a prática do consumo responsável, da produção auto-gestionada e das finanças solidárias.

Quanto maior o número de trabalhadores incorporados de maneira economicamente sustentável nas cadeias produtivas da economia solidária, maior será o número de consumidores a comprar os produtos da economia solidária. Pois, a remuneração recebida por esses trabalhadores tende a realimentar o consumo de suas famílias no interior do setor, fortalecendo o conjunto de suas cadeias produtivas.

A ampliação e diversificação da oferta de meios de produção, gerados no interior da economia solidária e adquiríveis com financiamentos solidários, permitirá a expansão da capacidade produtiva do conjunto das redes, sem que isso implique em queimas de valores – o que ocorreria se tais meios fossem adquiridos de empreendimentos capitalistas –, continuando, pois, esse fluxo endógeno de valores a realimentar os circuitos da economia solidária.

Por sua vez, a conversão para matrizes energéticas ecologicamente sustentáveis tende, igualmente, a reduzir os gastos com energia, que realimentavam circuitos não-solidários. Na medida em que a economia solidária avançar na utilização de energias limpas e renováveis, produzidas pelos empreendimentos do próprio setor solidário, haverá uma redução dos custos fixos de produção que desembocavam na acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, um aumento da sustentabilidade ecológica dos empreendimentos e da economia solidária como

um todo. Essa conversão tende a gerar postos de trabalho na área de produção de energia renovável. E, mesmo que o preço final dessa energia seja um pouco mais caro que a convencional, o valor pago por ela realimentará as cadeias produtivas da economia solidária, ao invés de realimentar a acumulação capitalista. Por fim, poder-se-á compensar esse possível aumento nos custos produtivos – caso ele ocorra –, com a obtenção de créditos de carbono, os quais, realimentando o Fundo Mundial de Economia Solidária, possibilitariam a geração de créditos solidários, neles lastreados, em favor dos empreendimentos que avancem nessa conversão²⁶.

Os centros de Pesquisa & Desenvolvimento tecnológico, não atuarão para competir com o grande capital, mas sim para resolver problemas concretos, que requeiram soluções tecnológicas não disponíveis no circuito da economia solidária. Interligados de forma colaborativa pela Internet com outros centros do mesmo tipo no mundo todo, poderão compartilhar esforços na disseminação de tecnologias apropriadas às diversas realidades. Isso facilitará, sobremaneira, a implantação de novos empreendimentos em diferentes países, ampliando-se o alcance das redes nesses territórios, tanto na geração de mais postos de trabalho nesses locais, quanto na ampliação do consumo solidário aí praticado.

A criação de empreendimentos, que fortaleçam os processos de logística de distribuição e de comercialização, pode gerar postos de trabalho com iniciativas muito diferenciadas, que tendem a resolver esse gargalo fundamental da economia solidária nos diversos países. Além dos mais, esse trabalho no setor terciário poderá ser facilitado por recursos de tecnologia da informação – desencadeando demandas de desenvolvimento tecnológico nessa área, a serem atendidas por empreendimentos da própria rede – particularmente no que se refere a controles de logística, de monitoramento de fluxos de suprimento e de comercialização no interior de redes e cadeias produtivas.

26 “Os créditos de carbono são certificados emitidos quando há uma redução ou absorção dos gases do efeito estufa [...] da atmosfera, ou seja, é um pagamento em dinheiro para as empresas ou governos de países que ajudam a diminuir o efeito estufa no nosso planeta. Foram criados pela Organização das Nações Unidas (ONU) durante a assinatura do Protocolo de Kyoto em 1998 [...]. Segundo o Banco Mundial somente em 2007 o mercado de carbono movimentou a quantia de US\$ 64 bilhões e conta com previsões de crescimento que podem chegar a faixa dos 56% ainda em 2008...” Nossa Ecologia. *Créditos de Carbono: O que são, para que servem e como funcionam*. Disponível em <www.nossaecologia.com.br>. Acesso em: 2 dez. 2008.

Por fim, a criação de postos de trabalho em empreendimentos que atuem nas redes de comunicação de dados, com a finalidade de promover a subversão das semióticas do capital, é o que corresponderia ao enfrentamento tanto das lógicas publicitárias hegemônicas, quanto da formação da opinião pelos grandes meios de comunicação que, raramente, difundem informações ou teses que sejam contraditórias aos interesses econômicos de seus patrocinadores ou acionistas – e que jamais realizam jornalismo investigativo sobre a conduta de ambos, mesmo quando seus crimes ambientais e violação de direitos são denunciados pelas organizações sociais. Nesse enfrentamento, cabe atuar, todavia, sem valer-se das lógicas mercadológicas e anti-éticas desses meios, mas agenciando subjetivações pela sensibilização, fornecimento de informações fundamentadas em índices de realidade e pela sua mais plural interpretação, modelizada com base nos princípios e valores da economia solidária, em particular, e da defesa da democracia e dos direitos humanos, em geral.

Assim, a economia solidária, explorando essa fenda do sistema capitalista, pode abrir janelas de oportunidades para as parcelas sociais que integram o segmento de 1,5 bilhão de pessoas desempregadas e subempregadas. Para que elas possam, progressivamente, pela sua própria auto-organização em redes colaborativas, com o apoio de redes solidárias do mundo todo, assegurar, com seu próprio trabalho, a produção de bens e serviços que lhes garantam uma vida digna e justa no seio de suas famílias e comunidades. Mas, como sempre, atenção especial deve ser dada ao consumo praticado por todos e à remontagem das cadeias produtivas, nas quais estão inseridos os empreendimentos de economia solidária que venham a ser criados, para que tanto o consumo final como produtivo, realimentem os circuitos da economia solidária – pois do contrário, continuarão a contribuir, pela via do consumo, para a concentração de riquezas sob o capitalismo.

Capítulo 2



A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EMERGÊNCIA DE SISTEMAS ECONÔMICOS PÓS-CAPITALISTAS

1. Economia solidária – histórico recente e definição teórico-prática

Nas últimas décadas, milhões de pessoas, em todo o mundo – enfrentando solidariamente realidades econômicas adversas, em meio ao capitalismo globalizado – começaram a inventar e reinventar, nos diversos continentes, novas e antigas formas de organizar-se atividades de consumo, comercialização, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico, buscando alternativas para resolver seus próprios problemas e, ao mesmo tempo, construir sociedades mais justas e sustentáveis. O resultado dessas iniciativas foi o surgimento de práticas diversificadas de economia solidária, permeadas por ações culturais e políticas, fundadas em princípios éticos e democráticos. A realimentação continuada dessas iniciativas, que progressivamente foram se integrando em redes colaborativas e se fortalecendo mutuamente, deu origem a uma verdadeira revolução, que continua a se propagar internacionalmente: *a revolução das redes* – com o horizon-

te de atender às demandas concretas do bem-viver das pessoas e de suas comunidades; de combater estruturas seculares de exploração e dominação nas esferas da economia, política e cultura; bem como de tecer novas relações sociais, centradas na solidariedade e na promoção do desenvolvimento integral de cada pessoa e de todos os povos.

Inicialmente, tais práticas surgem como *ações concretas e bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda*. Posteriormente, articulam-se sob uma *compreensão de desenvolvimento sustentável, baseada em sistemas de redes socioeconômicas colaborativas*, voltadas à promoção do bem-viver do conjunto das sociedades. E, simultaneamente, *políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social* começam a ser elaboradas no horizonte da economia solidária, ancoradas na promoção do trabalho autogerido, no consumo sustentável e na difusão de tecnologias sociais solidárias. Por fim, sob um horizonte histórico e estratégico, a economia solidária passa a ser compreendida, por alguns segmentos, como a base material do socialismo democrático ou como ação econômica que instaura e expande um novo modo de produção, pós-capitalista.

Desse modo, enquanto alguns acentuam seu caráter de gerar trabalho e renda e de promover a inclusão social (como as iniciativas fomentadas pelas igrejas, por entidades de cooperação e organizações não-governamentais); outros, como os movimentos sociais, destacam o seu papel em pressionar por mudanças nas políticas econômicas do país; outros a enfatizam como concepção de desenvolvimento sustentável ou integral, com ênfases nas dimensões ecológicas, subjetivas e espirituais de um modo de vida mais saudável e fraterno; sendo, enfim, destacada, por certa parcela de lideranças políticas, como uma alternativa ao capitalismo e aos seus danos sociais e ambientais. Todavia, a economia solidária também é vista, por muitos, como uma espécie de empreendedorismo social, capaz apenas de minimizar os efeitos da exclusão social, sem capacidade de transformação estrutural das sociedades, pois não teria como enfrentar economicamente o poder do grande capital internacional.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada no Brasil em junho de 2006, com 1.073 delegados eleitos em plenárias realizadas em todos os estados daquele país, consolidou uma interessante definição de Economia Solidária, cujos elementos centrais apresentamos a seguir.

Valores

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.²⁷

Sustentabilidade e Equidade

Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Educação Solidária

A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

Direitos e Responsabilidades

A Economia Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários.

Organização e Gestão

Os meios de produção de cada empreendimento e os bens e/ou serviços neles produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva dos participantes do empreendimento. Igualmente, há associações, cooperativas e grupos informais de consumidores, pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais

27 Citações que seguem Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, 1., 26 a 29 de junho de 2006, Brasília, *Anais...* Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2008. p. 2.

ou familiares, que trabalham em separado (cada qual em seu estabelecimento), mas que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos. [...] As iniciativas de Economia Solidária têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.

Horizonte Histórico

Agrego que, em sentido geral, pode-se dizer que o *objetivo principal* da economia solidária é a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, assegurando-lhe as condições materiais satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade, de forma ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, pelo exercício pleno da democracia na esfera econômica. Sob a perspectiva histórica, podemos afirmar que, expandindo-se estrategicamente em redes colaborativas, a economia solidária tende se converter em um novo modo econômico de produção, suprimindo sistemicamente a contradição entre capital e trabalho, posto que na economia solidária não há patrões ou empregados e que os trabalhadores são os proprietários das fábricas ou empresas em que atuam, decidindo, democrática e auto-gestoriariamente, tudo o que a elas se refira ou que diga respeito às redes colaborativas de que façam parte.

2. Impactos e horizontes econômicos, ecológicos, políticos, sociais e culturais

O debate sobre os indicadores de impacto da economia solidária está associado à compreensão que dela se tem, do que se pretende investigar e destacar a seu respeito. Se é compreendida como concepção de desenvolvimento integral, a tendência é recolher todos os indicadores de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento humano, relidos à luz dos princípios da economia solidária. Se é deli-

mitada como formas auto-gestionárias de produção, comercialização e consumo, de geração de trabalho e renda, outros são os indicadores destacados. E assim sucessivamente. Em sentido mais geral, a mensuração dos seus resultados considera indicadores econômicos e não-econômicos, visando avaliar não apenas a riqueza produzida sob ela, como também os efeitos sociais e ambientais das suas atividades. Tais indicadores são instrumentos metodológicos que possibilitam medir, avaliar e valorar o impacto da economia solidária, destacando-se, pois, suas finalidades econômicas, sociais e ambientais, obtidas pela atuação de empreendimentos, ongs, governos e outros atores nessa área.

Considerando especificamente as iniciativas de economia solidária a partir do mapeamento nacional realizado no Brasil, destaca Luiz Inácio Gaiger (2008) que o “contraste entre os EES [empreendimentos econômicos solidários] e a empresa privada capitalista” pode ser avaliado pela: “ruptura da subordinação estrutural do trabalhador; capital a serviço do (da lógica) trabalho; tendência à equidade frente aos meios de produção; vínculo entre as dimensões econômica e social; presença de inflexão ética na esfera econômica”. Para ele os principais indicadores de *socialização da base material e produtiva* são: “propriedade coletiva dos principais meios de produção; aporte em capital e trabalho similar entre sócios; trabalhadores não associados apenas em caráter restrito; atividades-fim realizadas apenas pelos sócios; processo de trabalho coletivo”. Por sua vez, os indicadores de *divisão dos benefícios econômicos e sociais* seriam: “remuneração pelo trabalho; minimização das diferenças de remuneração; remuneração igual ou superior ao mercado; assistência a membros desfavorecidos; práticas de reciprocidade e ajuda mútua; fundos sociais (seguridade, saúde, descanso, etc.); preservação do quadro de associados.” Já os indicadores de *democracia interna* seriam: “princípio um associado, um voto; decisões fundamentais tomadas pelo conjunto de associados; elevado comparecimento nas instâncias deliberativas e consultivas; socialização das informações entre os membros; eleições diretas e livres dos dirigentes; regularidade das reuniões decisórias; envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento; participação igualitária de sócios homens e mulheres; renovação dos quadros diretivos; voto secreto nas decisões fundamentais”.

Em sentido mais amplo, para avaliar-se os impactos da economia solidária na sociedade como um todo, poderíamos elencar,

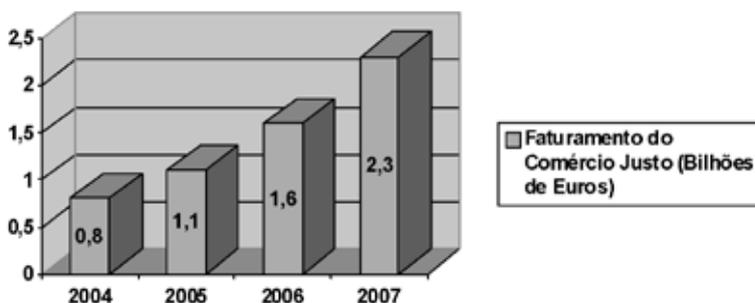
de nossa parte, indicadores sócio-econômicos, políticos e culturais. *Socioeconômicos*: volume de necessidades satisfeitas com produtos e serviços de economia solidária; elevação da qualidade de vida e desenvolvimento humano (alimentação, saúde e educação; acesso a bens materiais e imateriais; melhores equipamentos e serviços públicos estatais e não-estatais); acesso à informação e participação decisória; acesso à diversidade de culturas; volume e qualidade de bens e serviços produzidos, adequados às necessidades sociais; menor número de pessoas empobrecidas; índices de distribuição de renda mais equitativos; remontagem de cadeias produtivas (maior número de fornecedores solidários de insumos, em particular, e meios de produção em geral); grau de realimentação em rede do conjunto das iniciativas; impacto ambiental cada vez menor do processo de consumo/produção; existência de peixes nos rios e potabilidade de suas águas; tratamento ecológico de resíduos, maiores índices de reciclagem e de utilização de energia renovável; redução da pegada ecológica do consumo; diminuição da violência; diminuição da criminalidade; etc. *Indicadores Políticos*: maior participação das pessoas, tanto nas organizações sociais populares quanto na vida política local, regional e nacional; mecanismos de participação popular direta nos governos (orçamento participativo, participação na elaboração das políticas públicas); capacidade de mobilização social em favor da democratização do Estado; introdução de mecanismos de combate à corrupção e sua efetiva redução (transparência via Internet nos orçamentos e sua execução), etc. *Indicadores Culturais*: maior solidariedade no interior das famílias, comunidades, bairros e municípios; propagação de valores como justiça, equidade, honestidade, solidariedade, autonomia, subsidiariedade, democracia e promoção da paz; elevação de níveis de escolarização, ampliação das capacidades de expressão cultural das pessoas e comunidades e elevação do diálogo intercultural entre os povos.

Embora não haja estudos comparativos por países, que permitam analisar os impactos específicos da economia solidária em seu conjunto, percebe-se claramente que tais impactos são cada vez maiores em todo o mundo, merecendo a atenção de governos em diferentes países, que passam a promovê-la, sob lógicas distintas. A título de ilustração, veremos alguns dados do crescimento mundial do Comércio Justo e da economia solidária no Brasil, em particular.

De acordo com a Fairtrade Labelling Organizations International (FLO), o faturamento do Comércio Justo certificado – que é apenas

a pequena ponta do grande iceberg de Comércio Ético e Solidário no mundo²⁸ – tem tido um crescimento anual de mais de 40% ao longo dos últimos anos. Somente no ano passado, faturou cerca de 2,3 bilhões de euros, com um expressivo crescimento de 47% em relação ao ano anterior. Entre os produtos comercializados, incluem-se: café, açúcar, banana, chá, sucos, artesanatos e confecções. Diretamente beneficiados pelas vendas estão mais de 1,5 milhão de produtores e trabalhadores em 58 países em desenvolvimento.

Figura 1 – Faturamento Anual do Comércio Justo, Certificado Internacionalmente



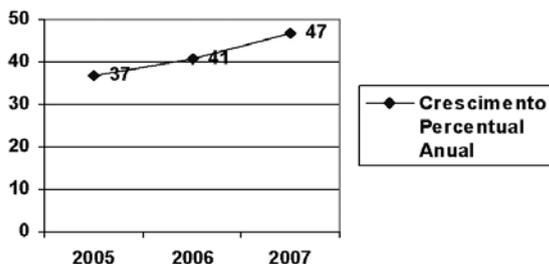
Fonte: FLO, *Annual Reports* – 2005, 2006, 2007.

Conforme a FLO, “o crescimento [no último ano] é resultado da expansão nos mercados existentes e da abertura de novos mercados. O valor das vendas nos maiores mercados do Comércio Justo, que são Reino Unido e Estados Unidos, cresceu cerca de 72% e 46%, respectivamente. Suécia e Noruega sediaram o mais rápido crescimento nos mercados de Comércio Justo, com o incremento de 166% e 110%, respectivamente. O consumo [de produtos do comércio justo certificado] per capita mais alto do mundo, foi registrado na Suíça, onde os consumidores gastaram, em média, € 20,80 em produtos de Comércio Justo, em 2007.”²⁹

28 O levantamento da FLO considera apenas a comercialização certificada, realizada por entidades credenciadas na Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia.

29 U.S. Solidarity Economy Network. *Fair Trade Sales Increase*. Disponível em: <www.populareconomics.org/ussen/node/96>. Acesso em: 20 nov 2008.

Figura 2 – Taxa de Crescimento do Faturamento Anual do Comércio Justo, Internacionalmente Certificado, em Relação ao Ano Anterior



Fonte: FLO, *Annual Reports* – 2005, 2006, 2007.

A elevação substantiva do comércio justo certificado indica que as cadeias de produção, comercialização, consumo e financiamento estão se consolidando e se expandindo rapidamente. O caso brasileiro nos permite analisar em detalhes esse processo, uma vez que nesse país realizou-se um mapeamento nacional da economia solidária³⁰, conduzido pelo Governo Federal, apresentando, com grande riqueza de detalhes, a magnitude e a complexidade do setor e, igualmente, realizou-se uma Conferência Nacional, da qual se depreende a percepção dos impactos econômicos, ecológicos, educativos, tecnológicos e de desenvolvimento local, tanto realizados quanto desejados no seio da economia solidária.

No que se refere à sua *magnitude econômica*, o mapeamento, finalizado em 2007, alcançou apenas metade do território nacional, identificando cerca de 22 mil iniciativas de economia solidária, que integravam, ao todo, 1.687.496 trabalhadores. Entre 2001 e 2007 foram criados 10.653 novos empreendimentos, estando 2.085 em fase de

30 O mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES, em 2005 e 2007, teve como objetivo facilitar a visibilidade e articulação da economia solidária no país, bem como oferecer subsídios à elaboração de políticas públicas. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), pode ser acessado em www.sies.mte.gov.br. Faremos referência neste capítulo a dados resultantes dessa pesquisa. Como para algumas questões o empreendimento podia indicar mais de uma resposta, optamos por trabalhar não apenas com a resposta dada em primeira ordem, mas igualmente com as outras duas, totalizando o conjunto das respostas e considerando a participação relativa de cada uma delas no total. Isso resulta em percentuais divergentes ao de outras análises sobre os mesmos dados, que consideram para cada pergunta somente a resposta dada em primeira ordem.

implantação. Tais empreendimentos geraram, nesse período, cerca de 800 mil novos postos de trabalho. Foram criados 1.522 empreendimentos a cada ano, ou 126 novos empreendimentos a cada mês. Do total, 15.105 deles informaram o seu faturamento mensal, que totalizava R\$ 653 milhões. Convertidos em dólares americanos pela cotação de 31/12/2007 (R\$ 1,77) seriam aproximadamente US\$ 369 milhões. Em euros (cotados a R\$ 2,59 na mesma data) seriam aproximadamente € 252 milhões. Sua produção anual, então declarada, seria de R\$ 7,8 bilhões ou US\$ 4,4 bilhões ou € 3 bilhões. Nos últimos 12 meses, anteriores à realização da pesquisa, 39% dos empreendimentos haviam feito investimentos que totalizaram R\$ 291 milhões ou aproximadamente US\$ 164 milhões, principalmente para: aquisição e renovação de equipamentos (37%), infraestrutura física (prédios, construções, etc.) (28%), ampliação de estoque de matérias-primas (18%), capacitação de mão-de-obra (13%), abertura de lojas/espços de comercialização (2%), abertura de filiais (1%) e outros (3%).

Quanto ao *meio ambiente*, a Conferência Nacional afirmou que “a Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas... [da] luta ambientalista pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas”³¹. Destacou que

[...] a Economia Solidária deve ser incentivada como estratégia de produção apropriada, de manejo sustentável da natureza, de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos e líquidos nos espaços urbanos e rurais, de fortalecimento da agroecologia, articulando as ações de preservação e conservação da natureza em todos os biomas e ecossistemas. É necessário estabelecer regras para a conservação e a utilização de forma sustentável dos recursos genéticos e para a distribuição equitativa dos benefícios gerados a partir do seu uso e garantir que os recursos fitogenéticos para a agricultura, o extrativismo e a alimentação, considerados vitais para a sobrevivência humana, sejam conservados e sejam utilizados de forma sustentável e que os benefícios derivados do seu uso sejam distribuídos de forma justa e equilibrada.³²

Por sua vez, o mapeamento de economia solidária apontou, quanto aos resíduos (lixo ou sobra de materiais) gerados a partir da atividade produtiva ou da prestação de serviços, que 40% dos empre-

31 CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, 1., 26 a 29 de junho de 2006, p. 5

32 *Ibidem*, p. 22-23

endimentos informaram não gerá-los. Os outros 60% dos empreendimentos geram algum tipo de resíduo, que é destinado ou tratado do seguinte modo: reaproveitamento dos resíduos no empreendimento (39%), coleta de lixo normal (29%), queima ou incineração (7%), coleta de lixo especial (7%), acúmulo no local do empreendimento (6%), realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar (3%), venda dos resíduos (3%). Apenas 2% informaram despejar resíduos em esgotos, rios ou córregos sem tratamento. E 4% conferem outro destino ou tratamento aos resíduos. Busca-se pois “... outras concepções de desenvolvimento que consideram a centralidade da pessoa humana, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e a valorização da diversidade cultural, articuladas às atividades econômicas”³³ e “promover práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, respeitando as particularidades dos diferentes biomas e ecossistemas e utilizando suas potencialidades de forma racional.”³⁴

Em se tratando da *educação*, afirmou a Conferência Nacional que

[...] a Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão. Nesse sentido, deve ser feito um esforço para inserir essas práticas e valores da Economia Solidária nos currículos e projetos pedagógicos, de forma transversal e interdisciplinar, nos vários níveis de ensino (fundamental, médio e superior), com crianças, jovens e adultos. Deve-se considerar, ainda, a ampliação da inserção da Economia Solidária nos programas existentes, voltados para a elevação de escolaridade e qualificação social e profissional. Para tanto se faz necessária a formação de educadores do sistema público de ensino... Além disso, deve-se construir material didático e o novo referencial teórico-pedagógico que contemple a dimensão da Economia Solidária. A educação e qualificação para a Economia Solidária deve contribuir para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, enraizada na contribuição de uma liberdade compartilhada, na construção de projetos comuns que respeitem a diversidade dos atores, que promova a paz através do diálogo como meio para a solução de conflitos e que universalize a irmandade e a solidariedade nas relações interpessoais e sociais.³⁵

33 *Ibidem*, p. 5-6.

34 *Ibidem*, p. 15.

35 *Ibidem*, p. 20.

Quanto ao papel da *tecnologia* na economia solidária e do intercâmbio de saberes, destaca-se que nos últimos anos tem crescido mundialmente o número de entidades que oferecem assessoria e fomento à Economia Solidária, entre as quais universidades, incubadoras tecnológicas, ongs e grupos de pesquisa e extensão. Desenvolvimentos tecnológicos nos campos da agroecologia e do software livre tem sido compartilhados através de redes colaborativas. Fóruns e redes, com milhares de participantes, coletivamente elaboram e difundem conhecimentos sobre a Economia Solidária através da Internet e por outros meios. Na Conferência Nacional, a “Formação, Assistência Técnica, Pesquisa e Tecnologia” encabeça a lista das prioridades aprovadas. Destacou-se que é necessário “garantir as ações de pesquisa e extensão das Universidades, Escolas Técnicas, Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, Institutos e Centros de Pesquisa para a produção e disseminação de tecnologias apropriadas à Economia Solidária” ampliando-se

[...] os programas de financiamento... e os fundos setoriais de apoio à pesquisa para inclusão social, assim como viabilizar a representação da Economia Solidária nos Fóruns de Ciência e Tecnologia; e disponibilizar recursos e atividades de pesquisa, visando atender suas demandas... E mais: é necessário difundir e tornar acessíveis as novas tecnologias, inclusive o acesso a equipamentos e programas de informática, priorizando o uso e desenvolvimento de softwares livres em sistemas de informação de Economia Solidária.³⁶

No que se refere à *solidariedade na ação econômica*, percebe-se, nos vários países, a expansão de formas de cooperação e articulação dos empreendimentos em fóruns e redes, bem como sua articulação com movimentos sociais, sindicais, ongs e organismos eclesiais em diversas práticas de produção, comercialização, consumo, financiamento, desenvolvimento tecnológico e educação. Por outra parte, essa solidariedade também se verifica na formação de preços justos e solidários, que ocorre no diálogo entre vendedores e compradores. Todavia, boa parte dos empreendimentos de economia solidária tem dificuldades em calcular custos e preços, uma vez que as metodologias atuais, desenvolvidas sob a lógica insustentável do capital, em

36 *Ibidem*, p. 21.

sua maioria, não captam os custos ambientais e sociais das atividades econômicas. Assim, o considerado “preço justo” tem uma conotação ética em considerar as possibilidades e necessidades de quem compra ou vende. Mas, geralmente, está fundado em uma percepção inadequada de todos os custos envolvidos, particularmente da depreciação de equipamentos e de tecnologias ou da pegada ecológica, entre outros.

O impacto da economia solidária sobre o *desenvolvimento local* no Brasil e no mundo é perceptível nos territórios onde ela tem maior expressão. Contribui ao *bem-viver* das comunidades pela reintegração ao tecido social e econômico de grandes parcelas da população que estavam excluídas das possibilidades de uma vida digna. Parcela expressiva dos empreendimentos tem atuação comunitária e, em alguma medida, amplia o acesso da população aos serviços sociais. A economia solidária, igualmente, tem gerado milhões de postos de trabalho pelo mundo todo, ampliando a oferta de produtos e serviços gerados sem exploração dos trabalhadores e com impactos ambientais menores ou nulos, com maior integração das comunidades em torno de sua vida, cultura e território. Ampliou-se significativamente o número de empreendimentos nos últimos anos em todo o mundo e sua capacidade produtiva e comercial. No plano político, é cada vez maior o número de governos que formulam legislações a respeito, elaboram políticas em sua promoção e criam instâncias públicas para o seu fomento, sistemas de informação sobre o setor, etc. O debate sobre a economia solidária como concepção de desenvolvimento se expandiu e a construção de movimentos nacionais e de redes internacionais em torno desse horizonte tem se fortalecido nos últimos anos, ampliando o reconhecimento social da economia solidária como tal, que igualmente começa a fazer parte da agenda dos meios de comunicação, ainda que raramente apresentada em seus horizontes estratégicos.

Levantamentos similares no conjunto das nações, ao realizado no Brasil, com critérios adequados a compreender as manifestações da economia solidária peculiares à diversidade das culturas, seguramente nos trariam uma nova percepção da magnitude atual desta economia, de seus impactos e de suas possibilidades de expansão.

3. Horizontes estratégicos

As iniciativas de economia solidária possuem traços objetivos – como a autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores em contradição ao que ocorre no modo capitalista de se produzir valor econômico – que nos permitem agrupar esses trabalhadores-proprietários como uma nova *classe social em si*, que continua a se expandir rapidamente, a considerar-se os dados disponibilizados pelas redes nacionais e internacionais de economia solidária. Cabe destacar que a sua participação em redes colaborativas, mais do que contribuir para que estes atores se compreendam politicamente como *classe para si*, isto é, com uma identidade e projeto histórico comuns, lhes possibilita agir como um novo *setor econômico* e reorganizar os fluxos econômicos de seus empreendimentos, visando realimentar a própria expansão da economia solidária como alternativa sistêmica ao capitalismo, ao invés de realimentar as cadeias produtivas do capital – o que normalmente ocorre quando tais empreendimentos não reorganizam a sua cadeia de fornecimento e continuam a comprar insumos de empresas capitalistas.

A expansão dessa *classe para si* exige não apenas a *superação da alienação social na produção* no mundo do trabalho, como vem ocorrendo, mas igualmente a *superação da alienação social no consumo*. Esta somente ocorre com a mudança das práticas de consumo.

Com efeito, ainda pratica o consumo alienado aquela pessoa que – mesmo se dizendo contra a degradação dos ecossistemas, contra a exclusão de milhões de pessoas que permanecem na pobreza enquanto corporações e seus acionistas continuam a enriquecer, contra a progressiva perda de soberania de nossos países frente ao movimento dos capitais internacionais que realimentam dívidas impagáveis – fortalece, com suas próprias práticas de consumo, essa economia injusta e opressiva. Pois, cada vez que essa pessoa consome produtos e serviços produzidos sob a lógica do capital, realimenta o capitalismo com os recursos que gasta nesse consumo. Ao passo que poderia gastar esse mesmo valor econômico no consumo de produtos e serviços da economia solidária, realimentando as cadeias produtivas neste setor, contribuindo para expandir e consolidar os fluxos materiais e de

valores do circuito solidário. Entretanto, totalmente desorganizados em sua condição de consumidores, não conseguem enfrentar a situação de que, na satisfação de seu próprio consumo, tenham que ser co-inventes com aquilo que combatem em seu discurso; não conseguem romper os bloqueios da distribuição capitalista e não sabem sequer onde encontrar os produtos e serviços da economia solidária que são oferecidos em sua região. Por outra parte, a pouca capilaridade do sistema de distribuição e comercialização da economia solidária e as limitações de oferta, dificultam ainda mais a superação dessa situação por parte dos consumidores.

Portanto, a superação da alienação do consumo exige não apenas a compreensão crítica do que está nele envolvido, mas especialmente a prática de um outro tipo de consumo, que realmente as redes colaborativas de economia solidária – o que exige a interação entre produtores, comerciantes e consumidores, superando-se debilidades de produção, logística, comercialização e organização do consumo. Em síntese, a expansão do consumo solidário – isto é, do consumo dos produtos e serviços da economia solidária com a finalidade de promover o bem-viver dos trabalhadores que produzem ou comercializam aqueles bens e serviços e de promover o bem-viver dos próprios consumidores que o praticam – é condição para a superação da alienação no consumo, para o fortalecimento da economia solidária, para a auto-consciência histórica dessa nova classe social e para o avanço da construção de um modo de produção pós-capitalista.

A expansão da *economia solidária* e da *participação popular na governança democrática dos Estados Nacionais* depende muito mais da capacidade de autogestão e de proposição política e organizativa das sociedades, do que da boa-vontade política das forças populares que ocupem ou venham a ocupar parcelas do Poder de Estado, posto que, nas sociedades democráticas, o Estado não pode substituir-se à sociedade como instância de legitimação hegemônica de seu projeto político.

Ora, sendo a sociedade civil um campo de interesses contraditórios, cabe democraticamente aos setores populares pressionar ou apoiar os governos e demais poderes públicos para que a governança do Estado seja sempre mais democrática. A democratização do Estado, todavia, acaba por ferir interesses econômicos e políticos dos se-

tores não-populares da sociedade civil – os quais se beneficiam tanto com a vigência de leis injustas e de brechas legais existentes em áreas críticas, quanto com a governança do Estado subordinada a interesses privados de setores econômicos, os quais, em sua prática empresarial, renegam o princípio da autogestão, repudiando assim o valor da democracia na esfera econômica, particularmente no interior das empresas e iniciativas sob seu controle, onde não vale a máxima “uma cabeça um voto”.

Sem o exercício da *autogestão democrática nas organizações populares da sociedade civil*, sem a sua integração horizontal em redes colaborativas, sem o cotidiano processo de mobilização, organização e de educação popular, tanto de suas bases quanto de segmentos cada vez mais amplos da sociedade civil, tais organizações terão dificuldade em contribuir para a eleição de governos que aspirem avançar na efetivação da democracia popular em seus países ou ainda assegurar a sua própria participação na governança do Estado ou na recriação dos mecanismos e processos de sua democratização, caso tais governos venham a ser eleitos.

Sem o exercício qualificado da *autogestão econômica nos empreendimentos de economia solidária*, sem a sua integração horizontal em redes colaborativas mais amplas no campo socioeconômico, político e cultural (compartilhando-se os acúmulos, horizontes estratégicos e desafios na expansão e consolidação da economia solidária) e sem a difusão do consumo responsável e solidário (tanto final quanto produtivo), como parte da auto-organização da sociedade civil na esfera econômica, as organizações populares, em geral, não saberão como valer-se do Estado sob a governança democrático-popular para avançar estrategicamente na construção, expansão e consolidação da economia solidária como base material do novo sistema econômico que se deseja construir.

Pois o saber como fazer ambas as coisas (como fortalecer a governança democrática do Estado e como expandir a economia solidária) não resulta de teorias sobre o dinamismo da história, mas da práxis concreta desses atores populares, em efetivar a governança democrática de suas próprias entidades, empreendimentos, iniciativas e redes colaborativas – inovando, recriando e inventando mecanismos de governança participativa que possam subsidiar a transformação

de tomadas de decisão política no interior do Estado, valendo-se dos mecanismos de participação popular que nele sejam introduzidos e aprimorados. Esse avanço prático, concreto, não despreza nenhuma fonte de conhecimento, sejam aquelas historicamente acumuladas por toda a humanidade, em particular pelos setores oprimidos e por aqueles que lhes são solidários, seja a capacidade criativa dos atores em inventar novas categorias, conceitos, estratégias, teorias, estruturas e processos que façam avançar a democratização real da política e da economia – considerando, igualmente, os novos patamares tecnológicos de gestão da informação e de tomadas de decisão compartilhadas em redes colaborativas.

Assim, todo o acúmulo de inovações introduzidas com as tecnologias sociais de economia solidária e de gestão democrática na governança de redes colaborativas, reveste-se de significados que transcendem sua aplicação imediata, em relação aos propósitos pelos quais essas inovações e tecnologias sociais foram criadas. Recombinadas, à luz de horizontes históricos no seio dessa nova classe social em expansão, ampliam os campos de possibilidade dos exercícios das liberdades públicas e privadas na construção de novos mundos possíveis. Possibilitam articular intervenções locais e globais, estrategicamente concebidas, na exploração de fendas sistêmicas do capitalismo – como veremos no próximo capítulo.

Capítulo 3



SISTEMAS DE INTERCÂMBIOS SOLIDÁRIOS

1. Uma introdução geral

O Sistema de Intercâmbios Solidarius – tecnologia social de economia solidária desenvolvida nos últimos anos por um grupo de colaboradores articulados através do portal solidarius.com.br em parceria com o Instituto de Filosofia da Libertação – é uma forma de integrar estrategicamente diversas modalidades de economia solidária de maneira a compor suas fortalezas e corrigir suas debilidades. A identidade fundamental do sistema reside na afirmação da dádiva de cada participante pela comunidade e na retribuição da comunidade a cada participante, por tudo o que dele recebe. Esta conduta exige o estabelecimento de créditos recíprocos, do participante para com a comunidade e desta para com o participante. Tratando-se de uma comunidade universal, aberta à participação de pessoas de qualquer país, tornou-se necessário criar um sistema adequado de apreciação e registro dos valores econômicos doados à comunidade e dela recebidos. Com essa finalidade, criou-se o Crédito Solidarius, cujo valor é calculado com base em uma metodologia que considera não apenas a paridade de poder de compra entre as moedas, mas igualmente

o poder de compra distribuído nas sociedades, como referência de valor para os intercâmbios solidários. Desenvolveu-se, igualmente, uma plataforma de tecnologia da informação, tanto para automatizar o cálculo da conversão de valores, quanto para o registro de operações de retribuição, como também para a autogestão do Fundo Mundial de Economia Solidária, possibilitando que as deliberações sobre a utilização de recursos do Fundo para a cobertura de projetos apresentados pelos participantes sejam tomadas em votações diretas, abertas à todos os membros da comunidade nos diversos países, e que as movimentações dos recursos do Fundo, em operações de microcrédito ou na defesa da soberania econômica das nações, sejam igualmente acompanhadas por todos.

1.1. Princípios e valores

Os participantes do Sistema de Intercâmbios Solidarius pautam a sua conduta nos seguintes princípios.

Solidariedade

O princípio de solidariedade significa que todos os seres humanos fazem parte de uma mesma comunidade universal, em igualdade de direitos humanos e de deveres humanos para com esta, na promoção das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Autonomia

Cada pessoa e cada comunidade têm assegurados o seu direito e dever à autonomia, sendo responsáveis por si mesmos no exercício de sua liberdade, exercendo-a eticamente em prol de seu bem-viver, de cada outro e da promoção da paz entre todos. O princípio da autonomia se manifesta, entre outras possibilidades, na autodeterminação dos fins e na autogestão dos meios.

Responsabilidade

Toda a humanidade é responsável por cada pessoa em particular e cada pessoa é responsável por si e pela humanidade toda, devendo as pessoas, comunidades, povos, países e nações buscarem a melhor equação possível na promoção das liberdades públicas e privadas, de cada pessoa e toda a humanidade.

Libertação

O exercício solidário, autônomo e responsável da liberdade supõe condições materiais, políticas, educativas, informativas e éticas que devem ser asseguradas nas melhores condições possíveis a todas as pessoas, expandindo-se coletivamente e cotidianamente os horizontes de possibilidade do exercício das liberdades públicas e privadas. *Coletivamente*, posto que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam solidariamente. E *cotidianamente*, posto que a libertação nunca encontra seu acabamento pleno, mas pode ser expandida infinitamente, tal qual o conhecimento que se possa produzir sobre sua realização e sobre suas condições de possibilidade.

Reciprocidade na Dádiva

Cabe reconhecer que muito mais recebemos da comunidade humana e de todas as gerações que nos precederam, do que retribuimos à comunidade presente e às gerações futuras. A reciprocidade no exercício da dádiva, com autonomia e responsabilidade, alimenta a solidariedade e fomenta a libertação, materializada na atitude de dar de si aos demais porque muito mais já recebemos da comunidade humana.

Retribuição

É justo que cada qual seja retribuído pela comunidade por tudo o que faça em promoção do bem-viver das outras pessoas, mesmo sabendo que não há retribuição possível ao exercício da dádiva, apenas acolhimento e reciprocidade na responsabilidade solidária pela libertação de cada pessoa e de toda a humanidade.

Equidade

A retribuição que a humanidade e cada comunidade devem realizar por tudo o que recebem de cada pessoa em particular deve pautar-se pela equidade, considerando a disponibilidade dos meios frente as necessidades de cada uma e de todas as pessoas, na promoção do bem-viver de todas e de cada uma delas. Toda doação realizada por qualquer pessoa à comunidade deve ser retribuída pela comunidade, na mesma proporção, resguardando-se a subsidiariedade da

comunidade em relação a todos, a autonomia de cada um em relação à comunidade e o princípio de promover-se a libertação de todos, compartilhando-se de maneira justa os meios disponíveis.

Subsidiariedade

Cada qual é responsável pela promoção de seu próprio bem-viver e dos demais. Mas se uma pessoa, por qualquer motivo, está impossibilitada de realizá-lo, cabe à sua família promovê-lo. Se igualmente a família está impossibilitada, cabe à comunidade fazê-lo. E, assim, sucessivamente, chegando-se ao horizonte de que a humanidade como um todo tem o dever de promover o bem-viver de cada nação, comunidade, família e pessoa. Do mesmo modo que cada pessoa tem o dever de promover o bem-viver de si mesmo, de sua família, comunidade, nação e de toda a humanidade, único modo de expandir-se as liberdades públicas e privadas de cada pessoa e de toda a humanidade.

Democracia

A expansão do exercício das liberdades, promovendo-se responsabilmente a autonomia solidária, assegura a cada pessoa o direito de participar das decisões que afetem a vida pública de sua comunidade ou sua vida privada, sendo pois a democracia um princípio requerido não apenas no exercício da subsidiariedade, mas como condição do exercício da autonomia coletiva e da libertação de todos, estabelecendo-se regras justas para a conduta do indivíduo em relação à comunidade e vice-versa, pois ninguém se liberta sozinho todos se libertam juntos.

Sustentabilidade

A comunidade humana é parte integrante da natureza, pois a consistência de cada pessoa não pode subsistir sem ela. A expansão das liberdades públicas e privadas exige a proteção da natureza e dos ecossistemas em particular. A solidariedade entre os membros da espécie humana supõe a integração das comunidades humanas aos ecossistemas, que devem ser protegidos em favor de todas as gerações, as presentes e futuras.

1.2. Histórico e objetivos do Sistema de Intercâmbios Solidarius

O Sistema de Intercâmbios Solidarius – SIS entrou em operação em outubro de 2007, com o início de um experimento envolvendo: a constituição de uma comunidade de intercâmbios, composta por atores de diferentes países; a realização de intercâmbios de valores, produtos e serviços entre os participantes; a criação de um Fundo Mundial de Economia Solidária, organizado em seções nacionais, cujos recursos são movimentados de maneira autogestionária, utilizados para microcrédito, defesa da soberania econômica dos países e apoio a projetos de economia solidária; a adoção de uma Unidade Solidária de Valor Econômico para a conversão das moedas; a criação dos Créditos Solidarius, como signos de valor para o registro das transações; e o desenvolvimento de uma plataforma de tecnologia da informação para suportar o conjunto das operações do sistema de intercâmbios.

Entre os seus objetivos, estavam: desenvolver e consolidar ferramentas e metodologias adequadas a explorar o potencial sistêmico da economia solidária; integrar fluxos econômicos solidários locais e globais em laços de retroalimentação; compor sinergicamente ações de finanças solidárias, comércio justo e consumo responsável, em nível local e global; viabilizar a integração sistêmica de diferentes práticas de economia solidária no campo das finanças, produção, comércio e consumo; produzir uma alternativa real de controle democrático sobre os fluxos de valor econômico no interior da economia solidária, tanto em nível local quanto internacional.

Embora o SIS tenha surgido em 2007, esse experimento remonta a dez anos de diálogos internacionais, recuperando-se acúmulos teórico-práticos de diferentes atores de economia solidária. Neste período, aprofundaram-se as pesquisas sobre como organizar-se redes colaborativas solidárias³⁷. Intensificaram-se estudos e experimentações coletivas visando o desenvolvimento de tecnologias sociais mais aptas a potencializar a economia solidária – como as organizadas pelo Banco Palmas no Brasil ou pela Rede de Comercialização Comunitá-

37 Parte desta pesquisa, publicamos anteriormente em: *Como Organizar Redes Solidárias*. IFIL, Fase, DP&A, 2003; e *Redes de Colaboração Solidária*. Vozes, 2002.

ria Alternativa, em Honduras – respectivamente, com moedas sociais lastreadas em moedas de curso oficial, no caso do Palmas, ou respaldados pelos balanços e capitais das organizações, como no caso do UDIS – Unidades de Intercâmbio Solidário, em Honduras, ambas favorecendo o desenvolvimento de territórios e de redes colaborativas de economia solidária.³⁸

De nossa parte, em 2003, organizamos no México um pequeno Fundo com os recursos recebidos em atividades de economia solidária que realizamos naquele país. Parte desses valores foram gastos ao longo de dois anos, comprando-se produtos de economia solidária, particularmente de comunidades indígenas, que eram enviados por correio à minha residência no Brasil, para consumo doméstico. Frutas desidratadas da região de Oaxaca, o café solúvel Fértil e chás orgânicos estavam entre os produtos recebidos. Algum tempo depois, uma parte dos valores desse Fundo Solidário foi utilizada no apoio ao desenvolvimento tecnológico de um sistema de intercâmbio solidário, que se vale de cartões inteligentes, ficando os saldos dos intercâmbios registrados nos chips desses cartões. Pude participar de um experimento com essa tecnologia, em Águas Calientes, em uma feira, vendendo livros e comprando artesanatos indígenas com os créditos recebidos em meu cartão. Essa tecnologia, desenvolvida pela Fundação Ahora³⁹, se mostrou bastante eficiente e segura, dando origem posteriormente a um Sistema de Articulação Comercial Virtual de Empreendimentos Solidários, que interliga uma rede de lojas, denominada *Compartiendas*, possibilitando aos participantes compartilhar, comercializar, distribuir e intercambiar valores.

Entretanto, para viabilizar-se intercâmbios internacionais com essa tecnologia, era necessário solucionar *problemas metodológicos*, relacionados ao padrão de valor a ser adotado nas transações, e *problemas operacionais* relacionados à disponibilidade dos equipamentos requeridos, o registro dos cartões, a descontinuidade de seu fornecimento, etc.

Avançamos, então, em três frentes. Solucionar o problema do padrão de valor para intercâmbios internacionais, produzir uma me-

38 Veja-se: *Rede de Comercialização Comunitária Alternativa*, <www.redco-mal.org.br> e *Banco Palmas*, <www.bancopalmas.org.br>.

39 Veja-se: *Fundación Ahora*, <www.aahora.org>.

todologia adequada à operação de um sistema de porte internacional e produzir uma plataforma de tecnologia da informação que facilitasse os intercâmbios através da Internet.

A idéia de comercialização com o uso da Internet e entrega em domicílio avançou em um experimento feito em preparação ao II Encontro da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, realizado em 2004⁴⁰. No período que antecedeu ao evento, três organizações integradas nessa Rede – o IFiL, Instituto de Filosofia da Libertação, no sul do Brasil⁴¹; o PACS, Políticas Alternativas para o Cone Sul, no sudeste do país⁴²; e o Banco Palmas, no nordeste brasileiro – realizaram um experimento de comercialização em rede. Foram organizadas três páginas de comércio eletrônico, uma para cada entidade, sendo que cada uma oferecia, igualmente, uma certa relação de *produtos* das demais – que se resumiam a cartilhas, livros e CDs para educação popular – que foram recebidos destas em consignação. Com isso, em cada ponto era possível adquirir o que fosse oferecido pelo conjunto das iniciativas e a distribuição regionalizada permitia reduzir os custos de comercialização. Em cada região havia uma pessoa de contato, o *operador de vendas*. Mantendo contato direto entre si, esses operadores podiam fazer a solicitação de outros produtos ofertados nas outras cidades, para os quais havia interesse em suas respectivas regiões – e igualmente colaboravam na distribuição dos produtos das demais.

Seguindo nessa linha de experimentação, organizamos em 2006, no Instituto de Filosofia da Libertação, um experimento de compras solidárias, que denominamos de Siles – Sistema de Intercâmbio Local Eco-Solidário, mediado por transações com créditos solidários, realizadas em uma página-web. Os participantes adquiriam créditos, que eram carregados em suas contas, sendo os valores em moeda corrente totalizados em um Fundo Solidário. Havia uma página de comércio eletrônico com uma relação de produtos a granel que podiam ser comprados no atacado. As pessoas interessadas faziam seus pedidos e os pagavam via Internet, transferindo os créditos respectivos de suas contas para a conta das Compras Solidárias. Totalizavam-se os pedi-

40 Veja-se: *II Encontro da RBSES*, <www.ifil.org/redesolidaria/enrbses2004>.

41 Veja-se: *Instituto de Filosofia da Libertação*, <www.ifil.org>.

42 Veja-se: *PACS*, <www.pacs.org.br>.

dos enviados e realizava-se a compra dos itens demandados, que eram pagos com recursos sacados do Fundo. E as encomendas eram deixadas na sede da entidade, para serem retiradas pelos participantes.

O sistema de transações funcionava bem. Mas ainda não tínhamos a solução para um padrão de valor que pudesse ser usado internacionalmente na conversão de diferentes moedas, nem tampouco uma metodologia consistente para a constituição de um sistema internacional de intercâmbios.

O problema do padrão de valor foi equacionado em outubro de 2007, pela concepção de uma Unidade Solidária de Valor Econômico, que permitia estabelecer a cotação de uma Unidade Monetária Solidária Mundial (veja-se a seção 3.2.1 “A Unidade Solidária Monetária Mundial e o Poder de Compra Distribuído nas Nações”). Naquele mesmo mês demos início ao novo experimento, com a criação do Fundo Mundial de Economia Solidária, integrando o Fundo que tínhamos no México e o Fundo que tínhamos no Brasil, acordando em utilizar os Créditos Solidarius como referência para as transações. A alteração metodológica fundamental foi a de que não havia mais a compra de créditos, como ocorria no Siles. No novo sistema, desenhado para os intercâmbios internacionais, o fato gerador da anotação de créditos na conta do participante é a doação de recursos que o participante faz a qualquer seção nacional do Fundo. O registro de créditos em sua conta pode ocorrer, também, em retribuição ao fornecimento de produtos e serviços a qualquer participante do sistema, anotando-se, pois, em cada conta, os créditos e débitos respectivos a cada transação.

O primeiro envio de produtos, com a essa nova metodologia, realizou-se em 22/11/2007 com a remessa, do México para o Brasil, de uma caixa contendo café orgânico, mangas desidratadas, biscoitos de amaranto e *nopales* cristalizados, no valor total de Cs 11,90. A primeira transação eletrônica foi lançada no sistema, alguns dias depois, em 27 de novembro. Em dezembro, integram-se ao experimento participantes residentes no Chile. E, no dia 10 daquele mês, constituiu-se o Fundo neste país. Aos poucos, foram se integrando participantes de outros países, como Itália, Espanha, Estados Unidos e Panamá.

A primeira fase do experimento concluiu-se em julho de 2008, período em que os conceitos e a metodologia foram ajustados. Nesta

etapa, houve a criação e o desenvolvimento do Sistema de Intercâmbios Solidarius, organizou-se a Comunidade de Intercâmbios, definiu-se o regulamento operacional e foram produzidas as ferramentas de Tecnologia da Informação necessárias ao seu funcionamento. Começou, então, a segunda fase, dedicada à formalização legal de todos os mecanismos requeridos para a expansão do experimento e o aprofundamento do debate sobre seus horizontes estratégicos. Foi o período de Consolidação Internacional da Metodologia, caracterizada por diálogos com atores diversos nos países já integrados. O Fórum Social Mundial de Belém do Pará marcaria o início da terceira etapa, com a expectativa do envolvimento de um conjunto maior de atores no debate sobre os princípios, metodologia, estratégia e potencialidade da proposta para contribuir na consolidação e expansão global da economia solidária. Esperava-se uma experimentação intercontinental ampliada até o FSM de 2010.

1.3. A metodologia do Sistema de Intercâmbios Solidarius

Baseado nos princípios de solidariedade, autonomia, responsabilidade, reciprocidade na dádiva, retribuição, equidade, subsidiariedade, democracia, sustentabilidade e libertação, o SIS constitui-se de uma Comunidade de Intercâmbios Solidários, gestora de um Fundo Mundial de Economia Solidária, dividido em Seções Nacionais, sob responsabilidade dos participantes de cada país. Toda doação feita ao Fundo em moeda nacional por qualquer participante é registrada em sua conta, sendo nela anotados os Créditos Solidarius correspondentes ao valor da doação efetuada. O Crédito Solidarius corresponde a unidade solidária de valor econômico utilizada pelos participantes para todas as transações econômicas realizadas no SIS. Desse modo, no SIS, as compras, transferências e pagamentos são operados com Créditos Solidarius, anotando-se créditos e débitos nas contas dos participantes, conforme suas transações.

Todas as operações são registradas eletronicamente. Cada participante tem acesso, em tempo real, a extratos que permitem saber: os valores existentes em cada Seção Nacional do Fundo, o valor total do Fundo Mundial em Créditos Solidarius, as transações efetuadas por cada participante e o saldo de Créditos Solidarius em cada conta.

a) Sobre o valor de referência dos Créditos Solidarius

O cálculo de conversão das moedas nacionais em Créditos Solidarius é baseado em uma metodologia que considera, tanto a paridade de poder de compra das moedas nacionais, com base em indicadores adotados no Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, quanto o poder de compra distribuído em cada país, levando-se em conta o coeficiente de distribuição de renda e o PIB per capita nacionais. Uma vez calculado o fator de conversão para cada país, este é aplicado sobre a cotação internacional da moeda nele utilizada (considerando-se a média anualizada dessa cotação), chegando-se ao valor de um Crédito Solidarius na moeda de circulação oficial naquele país.

O valor de referência é calculado do seguinte modo:

1) Subtrai-se do valor 1 (um) o coeficiente de Gini, de concentração de renda do país, e aplica-se o resultado sobre o PIB per capita nacional, estimado em paridade de poder de compra. Chega-se assim ao Poder de Compra Distribuído em cada país.

2) Ranqueia-se o conjunto dos países considerando-se esse valor. O valor nominal do poder de compra distribuído do país melhor ranqueado é tomado como referência e associado ao valor 1 (um) e os demais são posicionados, proporcionalmente, em relação a ele.

3) Com base nesses valores de referência assim obtidos, é feita a correção parcial do câmbio comercial entre as moedas nacionais, considerando-se o valor médio pelo qual essas moedas são negociadas no mercado internacional no primeiro dia útil de cada mês ao longo de uma série estatística de um ano (visando reduzir, com essa série estatística, os efeitos especulativos na cotação das moedas, que possam estar ocorrendo quando da sua cotação).

Atualmente, a correção parcial do cambio é feita em 50%, em relação aos valores de referência obtidos, podendo ser ajustada para mais ou para menos, conforme a decisão da maioria dos participantes a cada ano⁴³.

b) Sobre as contas de créditos, atores e responsabilidades

O Sistema de Intercâmbios Solidarius possui um *Fundo Mundial de Economia Solidária*, que é organizado em *Seções Nacionais*, ha-

⁴³ O aprofundamento desse tema será realizado na seção 3.2.1. A Unidade Solidária de Valor Econômico e o Poder de Compra Distribuído nas Nações.

bilitadas a receber doações de participantes integrados no sistema em qualquer país. Os recursos recebidos pelo Fundo, com essas doações, são utilizados na realização de operações de microcrédito, doações a projetos visando promover o desenvolvimento da economia solidária e na defesa da soberania econômica das nações. O participante recebe, em sua conta de intercâmbios, a anotação dos Créditos Solidarius correspondentes à doação que faz em moeda nacional a qualquer Seção Nacional do Fundo Mundial de Economia Solidária.

Cada participante possui uma *Conta de Créditos Solidarius* que lhe permite: fazer operações de pagamento e transferência às demais contas, relacionadas aos intercâmbios de produtos e serviços que realiza com outros participantes; verificar saldos e extratos; obter a relação das transações feitas por todos os atores e o saldo atual de todas as contas, o saldo em moeda nacional das Seções Nacionais do Fundo Mundial, o volume total de Créditos Solidarius já destinado a projetos de economia solidária; apresentar projetos e votar pela aprovação ou não de projetos apresentados; obter a relação atualizada do volume e das operações concluídas e em curso, tanto de microcrédito quanto de defesa da soberania econômica nacional, realizadas com os recursos das Seções Nacionais do Fundo, bem como o volume total de Créditos Solidarius em circulação.

O sistema possui uma *Conta de Projetos*, destinada a receber os Créditos Solidarius de participantes, referentes à doação a projetos por eles apresentados e que foram aprovados coletivamente. Os Créditos transferidos para essa conta não entram mais em circulação.

O sistema possui uma *Conta de Participação Coletiva*, destinada a receber a anotação dos créditos relacionados aos excedentes – depositados no Fundo Mundial – resultantes de operações realizadas em Defesa da Soberania Econômica Nacional, pelo financiamento dos Estados Nacionais, diminuindo-se-lhes a vulnerabilidade frente aos fluxos de capitais internacionais. Os créditos anotados nesta conta são compartilhados integralmente entre todos os participantes uma vez por ano.

O sistema possui uma *Conta de Atualização Monetária* que recebe Créditos Solidarius vinculados: a) ao Fator de Atualização Monetária, relacionado aos projetos de doação aprovados; b) à perda eventual de recursos em moedas nacionais nas Seções Nacionais do

Fundo em operações de microcrédito, realizadas em cada país, que, caso ocorram, são cobertas com Créditos Solidarius pelo conjunto de participantes do país em que a perda é verificada.

Cada país possui um *Operador Nacional do Fundo*, eleito pelos participantes daquele país, responsável pelo registro, no sistema eletrônico, tanto das doações recebidas pela Seção Nacional do Fundo daquele país, quanto das operações de microcrédito e doações a projetos realizadas com recursos do Fundo sob sua responsabilidade. Compete-lhe, também, a transferência de recursos do Fundo ao proponente do projeto que tenha sido aprovado pela Comunidade de Intercâmbios. Cabe-lhe, ainda, disponibilizar mensalmente os extratos da conta bancária em que os recursos daquela Seção Nacional do Fundo estão depositados e toda a movimentação feita em microcréditos naquele período, assegurando total transparência de todas as operações realizadas pela Seção Nacional do Fundo para o acompanhamento de cada participante de todos os países.

c) Sobre a emissão e anotação dos Créditos Solidarius

A emissão de Créditos Solidarius é realizada diretamente pelos participantes e mediada pelos Operadores das Seções Nacionais do Fundo Mundial. Quando uma doação é feita ao Fundo por qualquer participante, o montante correspondente em Créditos Solidarius é anotado na conta do doador. Cabe ao Operador do Fundo realizar o lançamento, no sistema eletrônico, da doação recebida, sendo automaticamente anotado, na conta do doador, o valor correspondente em Créditos Solidarius.

O participante pode fazer doações a seções do Fundo Solidarius em qualquer país e receberá, em sua conta, a anotação dos Créditos Solidarius correspondentes à doação efetivamente realizada em moeda daquele país ao Fundo, encarregando-se de cobrir custos e taxas para a transferência de valores monetários àquela seção do Fundo.

Para ter a anotação de Créditos Solidarius em sua conta, só há três possibilidades ao participante:

- a) fazer uma doação em moeda nacional ao Fundo Solidário, como acabamos de ver, recebendo a anotação do equivalente em sua conta de Créditos Solidarius;
- b) fornecer produto ou serviço a algum participante, recebendo dele os Créditos Solidarius correspondentes como retribuição;

c) receber uma transferência de Créditos Solidarius de algum participante.

d) Sobre a utilização do Fundo Mundial de Economia Solidária

Os recursos em moedas nacionais, acumulados no Fundo Mundial de Economia Solidária em suas Seções Nacionais, podem ser utilizados para o desenvolvimento da economia solidária através de:

a) microcrédito, em que os recursos recebidos pelo demandante são restituídos por ele ao Fundo em moedas nacionais;

b) doações a projetos, mediante sua aprovação coletiva, cujos valores transferidos do Fundo ao beneficiário do projeto são cobertos em Créditos Solidarius pelo proponente do projeto;

c) operações que visem reduzir a vulnerabilidade da economia do país frente aos fluxos de capital financeiro e fortalecer a soberania do país frente aos capitais internacionais.

e) Utilização do Fundo Mundial para doações a projetos de economia solidária

O participante pode apresentar projetos orçados em moedas nacionais, até o limite equivalente aos Créditos Solidarius que dispõe em sua conta, descontado o valor correspondente ao Fator Anual de Atualização Monetária, para cobertura de atividades, bens e serviços que direta ou indiretamente contribuam para o desenvolvimento da economia solidária em qualquer país. Se o projeto é aprovado, os Créditos Solidarius são transferidos da conta do proponente para a Conta de Projetos. O valor correspondente ao Fator de Atualização Monetária é transferido da conta do proponente para a Conta de Atualização Monetária. O valor em moedas nacionais é transferido da Seção Nacional do Fundo ao proponente do projeto, que deverá destiná-lo conforme o projeto apresentado. A não destinação do recurso, conforme apresentado no projeto, implica no desligamento do participante do sistema de intercâmbios.

O projeto é aprovado ou rejeitado por voto direto dos participantes do sistema de intercâmbios, considerando-se conjuntamente tanto a posição manifesta da maioria simples do total de votantes quanto da maioria simples do total de países (levando-se em conta, para a definição deste segundo critério, a maioria simples de votantes em cada país).

Passados 30 dias do envio do projeto pelo proponente, é acionado um deflator que reduz o coeficiente a ser alcançado para deliberação em 0,5 % ao dia. Com isso, assegura-se o direito de todos poderem exercer o seu voto e, igualmente, que os projetos apresentados possam ser aprovados ou rejeitados, mesmo que a maioria absoluta de participantes não se manifeste sobre eles.

O projeto apresentado deve colaborar para o desenvolvimento da economia solidária, destinando recursos para alguma das seguintes finalidades: aquisição de produtos finais de economia solidária; cobertura de capital de giro (custos fixos, compra de matérias-primas para produção, pagamento de custos de comercialização, tais como transporte, impostos, etc, remuneração de trabalho e outros); investimento fixo (compra de máquinas, equipamentos, reformas de instalação, etc.).

Os custos de transferência de valores monetários entre as seções do Fundo, de um país a outro, para complementar a cobertura de projetos aprovados, são assumidos por todos os participantes do sistema de intercâmbios, sendo considerados anualmente no Balanço Geral do Sistema. Os saldos das Seções Nacionais do Fundo, envolvidos nessa operação, são atualizados no momento de efetuação da transferência.

f) Utilização da Seção Nacional do Fundo para microcréditos

O país pode comprometer até 50% dos valores de sua seção do Fundo em atividades de microcrédito em moeda nacional, a serem restituídos em moeda nacional ao Fundo. A inadimplência nessas operações, que resulte em perda de recursos do Fundo, será coberta pelo conjunto de participantes daquele país, transferindo-se para a Conta de Projetos, proporcionalmente ao saldo de suas contas, o valor em Créditos Solidarius correspondente à perda apurada.

Os valores monetários da Seção Nacional do Fundo que não estejam utilizados em microcrédito, devem estar depositados em alguma entidade solidária de finanças ou algum banco público, dando-se preferência a depósitos com proteção à inflação e que financiem atividades de interesse social, como proteção ambiental, agricultura, moradia, etc.

Os custos de operação de microcrédito não são cobertos pelo Fundo e tais operações devem, na medida do possível, garantir a atualização monetária da Seção Nacional do Fundo frente à inflação no país.

g) Utilização da Seção Nacional do Fundo para fortalecimento da soberania econômica nacional

Os recursos da Seção Nacional do Fundo poderão ser utilizados para a realização de operações de crédito em favor dos governos, visando à redução da vulnerabilidade econômica do país, assegurando-se sempre a preservação dos valores econômicos do Fundo.

O país pode comprometer até 25% da Seção Nacional do Fundo em operações financeiras que tenham por finalidade reduzir a vulnerabilidade econômica do país frente aos fluxos de capital financeiro e fortalecer a soberania do país frente aos fluxos de capitais internacionais. Neste caso, poderá comprar títulos da dívida pública em operações que permitam liquidez no curto e médio prazos.

A restituição dos recursos ao Fundo é feita do seguinte modo. O valor principal é restituído integralmente em dinheiro e os juros podem ser negociados, para que sejam pagos pelo Estado em dinheiro ou em produtos, serviços e meios de produção.

Caso seja pago em dinheiro, o valor é integralizado no Fundo e os Créditos correspondentes são registrados na Conta de Participação Coletiva. Caso sejam pagos oferecendo-se o valor correspondente em produtos, serviços e bens de produção à Comunidade de Intercâmbios, os participantes que receberem tais meios econômicos deverão retribuir à Comunidade de Intercâmbios o seu valor em Créditos Solidarius, fazendo a transferência dos créditos correspondentes de suas contas para a Conta de Participação Coletiva.

Uma vez por ano, após a realização do Balanço Geral do Sistema, os créditos da Conta de Participação Coletiva serão rateados igualmente entre todos os participantes de todos os países, independentemente dos saldos de suas contas.

Mesmo na condição de credora, a Comunidade de Intercâmbios defende intransigentemente a auditoria das dívidas públicas, internas e externas do conjunto dos países, o cancelamento das dívidas ilegítimamente contraídas e renegociadas e que recursos, na magnitude do volume cancelado, sejam integralmente aplicados em favor do desenvolvimento sustentável e soberano do país, com ações que tanto fortaleçam a economia solidária, dinamizando suas cadeias de produção, comercialização e consumo, quanto diminuam a concentração da renda nacional.

h) Atualização monetária anual das Seções Nacionais do Fundo Mundial de Economia Solidária

Uma vez por ano é feita a Atualização Monetária dos Valores de cada Seção Nacional do Fundo Mundial, sendo lançado no sistema, na conta de Atualização Monetária, o incremento do Fundo resultante da correção monetária do depósito bancário ou das atividades de microcrédito realizadas. Lançamentos na conta de Atualização Monetária não ampliam o volume de créditos em circulação, mas apenas atualizam o saldo da Seção Nacional do Fundo.

i) Balanço geral do sistema de intercâmbios

Uma vez por ano é feito o Balanço Geral do Sistema, após a Atualização Monetária dos Valores do Fundo e após a atualização dos indicadores do PIB per capita em paridade de poder de compra, concentração de renda, Poder de Compra Distribuído e atualização do valor dos Créditos Solidarius por país.

Com base nos saldos reais verificados nas Seções Nacionais do Fundo e nos parâmetros atualizados de conversão monetária, calcula-se o total de Créditos Solidarius correspondentes, que são confrontados ao volume total de Créditos em circulação.

Se o volume de Créditos em circulação é superior ao valor econômico correspondente no Fundo Mundial, essa diferença percentual é acrescida aos projetos de doação apresentados, a título de Fator de Atualização Monetária, resultando em um valor adicional em Créditos Solidarius a ser depositado pelo proponente do projeto na Conta de Atualização Monetária, sem que haja o recebimento por ele, em moeda nacional, do valor correspondente a esse fator.

j) O fator de atualização monetária

As Seções Nacionais do Fundo contém os valores monetários correspondentes ao total de Créditos Solidarius em circulação. As moedas nacionais, todavia, estão sujeitas a processos inflacionários, desvalorizando-se frente ao conjunto das mercadorias e frente a outras moedas. A desvalorização de uma moeda em particular frente ao Crédito Solidarius é, parcialmente, captada a cada mês, quando é feita a atualização da cotação internacional das moedas no sistema de conversão. A desvalorização total do conjunto das moedas em relação ao Crédito Solidarius é calculada uma vez ao ano, com a rea-

lização do Balanço Geral do Sistema, quando se atualiza o fator de paridade de poder de compra entre as moedas nacionais, com base nas informações adotadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – UNDP, sendo essa variação captada no Fator de Atualização Monetária.

Além disso, se o PIB per capita em paridade de poder de compra em um país se eleva ou a concentração de renda nele diminui, amplia-se o poder de compra distribuído da sua população. Isso, igualmente, altera a correlação de valor, naquele país, entre o Crédito Solidarius e a moeda usada nacionalmente.

Assim, tanto a inflação em um país, que desvaloriza a moeda nele utilizada frente às demais, quanto a melhoria do poder de compra distribuído de sua população, que valoriza naquele país o Crédito Solidarius frente à moeda usada nacionalmente, são captados no Fator de Atualização Monetária. Isso significa que, após o Balanço Geral do Sistema, pode ocorrer que a mesma quantidade de Créditos Solidarius que esteja em circulação passe a valer, em moedas nacionais, um valor maior do que o existente no conjunto das Seções Nacionais do Fundo.

É justamente essa diferença percentual, entre o valor atualizado dos Créditos Solidarius em circulação e o valor monetário do conjunto das Seções Nacionais do Fundo, que determina qual será o Fator de Atualização Monetária usado, naquele ano, para as operações de doação a serem cobertas com Créditos Solidarius pelos proponentes de projetos.

Em outras palavras, se hipoteticamente todos os participantes apresentassem projetos de doação a serem cobertos com Créditos Solidarius no valor total dos recursos existentes nas Seções Nacionais do Fundo, o volume total de transferências realizadas pelos proponentes para a Conta de Projetos e para a Conta de Atualização Monetária seria, exatamente, o volume total dos Créditos Solidarius em circulação.

k) Como o Sistema de Intercâmbios implementa os princípios da colaboração solidária

Quando alguém faz uma doação ao Fundo Mundial de Economia Solidária, o valor doado passa ser utilizado na promoção da economia solidária, do bem-viver de pessoas e comunidades atendidas por atividades de microcrédito solidário e de financiamento a projetos.

Zelando pelo princípio de retribuição, essa doação é registrada como Créditos Solidarius, pois cabe à comunidade retribuir a cada pessoa por tudo o que dela recebe, considerando a disponibilidade dos recursos frente às necessidades de cada uma e de todas as pessoas, na promoção do bem-viver de todas e de cada uma.

Pelo princípio de reciprocidade, sabemos que não há como retribuir a dívida recebida, mas que somente podemos correspondê-la compartilhando da mesma atitude de promover a libertação de todas as pessoas.

Todavia, pelo princípio de subsidiariedade, quando um participante solicita à comunidade que ela lhe atenda em suas necessidades em favor da expansão da economia solidária, apresentando a esta um projeto a ser viabilizado com recursos do Fundo, cabe à comunidade, pelo princípio de equidade, corresponder à solicitação, após deliberar democraticamente sobre o projeto, para que o princípio de autonomia seja preservado.

Não havendo nenhum impedimento a essa justa retribuição, cabe solidariamente o aprovação do projeto e a doação de recursos do Fundo ao proponente, no limite dos créditos existentes em sua conta, em favor das ações apresentadas no projeto.

l) Orientações para a realização dos intercâmbios

O Sistema de Intercâmbios Solidarius adota um conjunto de orientações para a realização dos intercâmbios, visando que eles ocorram dentro um padrão de qualidade ambiental e social e que respeitem a legislação em cada país. Essas orientações podem ser resumidas nas seguintes proposições.

Cada participante é co-responsável, juntamente com os demais participantes de seu país, em promover o equilíbrio do conjunto das transações de seu país em relação aos demais, para que haja um equilíbrio entre o conjunto de compras e vendas externas.

Pode-se intercambiar com Créditos Solidarius tudo que sirva ao bem-viver das pessoas, sejam produtos de economia solidária ou não.

Para atender ao bem-viver de quem demanda, recomenda-se dar preferência aos produtos e serviços da economia solidária, visando igualmente atender ao bem-viver de quem os produz e comercializa.

Recomenda-se dar preferência aos produtos e serviços oferecidos em coordenadas geográficas mais próximas à localização do consumidor, para reduzir-se o impacto ecológico do transporte.

Todos os intercâmbios são de responsabilidade de quem demanda e de quem oferece e estão sujeitos à legislação de cada país.

Se o volume e o valor do intercâmbio possam caracterizá-lo como comércio, deve-se pagar ao fisco nacional todas as taxas devidas, conforme a legislação dos diversos países, considerando o valor do intercâmbio em moeda nacional com base na Unidade Monetária Solidária Mundial.

Solicita-se acondicionar os produtos com embalagens resistentes, leves e ecológicas, para que os produtos não se danifiquem no transporte, reduza-se ao máximo os resíduos gerados e não se encareça o envio.

Recomenda-se registrar com objetividade e clareza no sistema eletrônico a finalidade de cada movimentação de Créditos Solidarius, visando promover a melhor transparência, para todos os participantes, de cada transação efetuada.

Na definição do preço justo para o intercâmbio, recomenda-se explicitar os custos ecológicos de produção e transporte.

Cada participante é responsável pelas operações com Créditos Solidarius que realiza, não sendo possível realizar estornos de transferências e pagamentos efetuados no sistema eletrônico.

m) Como integrar-se à Comunidade de Intercâmbios

Qualquer pessoa, que tenha uma conta de acesso validada em *solidarius.com.br*, comprometendo-se a respeitar os princípios de economia solidária no uso das ferramentas tecnológicas disponibilizadas neste portal, pode solicitar a abertura de uma Conta de Créditos, para participar do Sistema de Intercâmbios Solidarius.

n) Como constituir uma Seção Nacional do Fundo Mundial de Economia Solidária

Em uma primeira etapa, os participantes de um país se integram ao Sistema de Intercâmbios, cadastrando-se no portal *solidarius.com.br* e solicitando abertura de suas contas de Créditos. Esses participantes, já integrados ao sistema, elegem quem será o Operador da Seção Nacional do Fundo em seu país. Esse operador é validado pela Comunidade Internacional de Intercâmbios. O seu nível de acesso é alterado no sistema eletrônico, habilitando-o a lançar no sistema os registros referentes à Seção Nacional do Fundo sob sua responsabilidade – tais como, o recebimento de doações dos participantes e doações de recursos do Fundo a projetos aprovados pela Comunidade de Intercâmbios.

Em uma segunda etapa, na medida em que a comunidade de intercâmbios naquele país se organiza com maior consistência, elege-se uma entidade formal que, referendada pela Comunidade de Intercâmbios, passa a ser responsável pela guarda dos recursos do Fundo, abrindo-se conta bancária especialmente destinada a esse fim. Tal entidade assume formalmente a responsabilidade de receber as doações dos participantes, realizar a doação de recursos do Fundo aos projetos aprovados pela Comunidade de Intercâmbios, bem como disponibilizar até 50% dos valores do Fundo para atividades de microcrédito a serem realizadas por entidades aptas e a esse fim e até 25% para operações em defesa da soberania econômica nacional. A entidade eleita e referendada somente é investida da condição de Operadora Nacional do Fundo após o registro público de um Termo de Compromisso com a Comunidade de Intercâmbios, comprometendo-se em seguir as normas inscritas neste termo.

2. Fundamentação

2.1. A unidade solidária de valor econômico e o poder de compra distribuído nas nações

A emergência do problema

No FSM de 2004, realizado em Porto Alegre, participamos de uma mesa de diálogos sobre a possibilidade e a importância de um padrão monetário solidário mundial, com a finalidade de servir de referência para a conversibilidade entre as milhares de moedas sociais que são usadas em diversos países, nos vários continentes – criadas por comunidades locais e lastreadas na sua capacidade de produzir e compartilhar solidariamente as riquezas geradas –, tendo em vista solucionar algumas dificuldades que se colocavam para difusão do comércio internacional com o emprego de tais moedas⁴⁴.

Alguns advogavam o estabelecimento de uma *cesta básica*, com-

44 Há uma base de dados global, com informações detalhadas sobre uma parte desse universo de sistemas de trocas com moedas sociais que pode ser consultada em <www.complementarycurrency.org/ccDatabase>.

posta por um elenco de produtos relacionados à satisfação de um certo conjunto de necessidades (alimentação, vestuário, higiene, limpeza, educação, cultura, etc.) como referência para quantificar-se a unidade solidária de valor. Embora, em cada país, os itens fossem diferentes (o cardápio alimentar no Brasil não é o mesmo que no México, Japão ou Alemanha, por exemplo), uma mesma quantidade de valor econômico em moedas sociais deveria ser suficiente para satisfazer um mesmo volume de necessidade social em qualquer país. Assim, tomando-se essa cesta por referência, teríamos um parâmetro para a conversão das moedas.

Outros, entretanto, se preocupavam com a dimensão qualitativa das trocas e não apenas com a objetividade quantificável de uma cesta de produtos e serviços. Nessa perspectiva, falava-se, por exemplo, que a referência para o estabelecimento da unidade solidária de valor econômico poderia ser uma *jornada de hospitalidade*. Uma jornada de hospitalidade, em qualquer lugar de qualquer país, teria o mesmo valor, independentemente de qualquer cesta de produtos ou serviços, uma vez que as qualidades humanas integrais do acolhimento solidário de uma pessoa em uma comunidade e a qualidade eco-solidária dos produtos e serviços disponibilizados nesse acolhimento guardam um valor relacional qualitativo, que se não pode comensurar em moedas.

No primeiro caso, o problema estava em estabelecer a cesta, pois um mesmo conjunto de necessidades pode ser satisfeito com produtos de qualidades diversas e realizar a comparação qualitativa de produto a produto (respeitando-se a diversidade culturas de todos os assentamentos humanos no mundo – do deserto do Saara às calotas polares, passando pelas comunidades indígenas e megalópoles urbanas) seria impraticável.

Alguns, então, propunham que cabia a cada comunidade dizer o que deveria ser contido em sua cesta básica. E a partir daí se poderia definir a unidade de valor para intercâmbios universais. Contudo, produtos idênticos poderiam estar em milhares de cestas diferentes, em quantidades diversas e ao final, as cestas teriam de ser compreendidas como que expressando, proporcionalmente, a mesma magnitude de valor, com os mesmos produtos sendo valorados diversamente em cada lugar.

Outros propuseram que essa cesta fosse reduzida a itens fundamentais, como arroz, milho, trigo e soja. Mas isso também era inviável, pois o trabalho de produção de grãos – como de quase tudo – varia conforme o meio ambiente (natural e social). E, portanto, haveria que mensurar-se não mais uma cesta de satisfatores de necessidades e sim o volume de trabalho empregado em sua produção, considerando-se o grau de desenvolvimento de forças produtivas de cada comunidade e a disponibilidade de fatores de produção diversos em cada localidade, o que dificultava ainda mais a solução. O volume de trabalho empregado está relacionado à tecnologia adotada. E, assim, estabelecer-se a unidade de valor pela cesta de itens – mesmo comparando apenas arroz, milho, trigo e soja (o que já excluiria as comunidades esquimós, que não tem como produzi-los), levaria a tomar, como sendo *idênticos em valores*, produtos que custaram tempos de trabalho muito diferentes em sua produção.

De fato, a solução não considerava o *campo realizado de possibilidades* de produção econômica – tecnologia, conhecimentos, ambiente e meios disponíveis – em que eram produzidos os meios econômicos compostos na cesta. Isso tornava inviável qualquer comparação de valor do resultado obtido, mesmo que as cestas fossem consideradas idênticas na satisfação de um mesmo volume de necessidades. Considerar tais aspectos, por sua vez, traria uma complexidade ainda maior, pois as tecnologias, conhecimentos, ambiente e meios disponíveis, envolvidos na produção dos itens compostos na cesta, deveriam ser igualmente valorados a partir de um mesmo padrão comum.

No segundo caso, se estabelecêssemos a jornada de hospitalidade como referência, resultaria que uma jornada em uma comunidade indígena teria o mesmo valor de uma jornada de hospitalidade em uma megalópole. Esse raciocínio, entretanto, incorreria no erro básico de confundir *hospitalidade* com *hospedagem*.

Se de fato a hospitalidade está relacionada a valores de acolhimento, dom e gratuidade, não há como pretender-se quantificar economicamente tais valores, pois eles não são meios econômicos, e sim qualidades éticas relacionadas ao bem-viver. Não se pode dizer quanto vale economicamente o sorriso e a amabilidade de quem nos acolhe em uma terra estranha. Pretender equiparar o valor econômico dos meios materiais oferecidos para uma jornada de um dia, visan-

do definir o valor econômico da hospitalidade, nos levaria a tratar não mais da hospitalidade e sim do custo da hospedagem. É possível quantificar-se os custos de hospedagem em um hotel, *hostal*, numa pensão ou na casa de um amigo. Mas esses custos nada têm a ver com a hospitalidade com a qual somos acolhidos.

Com efeito, podemos ser acolhidos, com igual hospitalidade, tanto em um lar, que nos coloca à disposição um volume mais diverso e amplo de meios econômicos necessários ao que pretendemos realizar naquela localidade, quanto em outro lar, no qual deveremos compartilhar das privações existentes. Ora, compartilhar a suficiência ou a privação nada tem a ver com a hospitalidade com a qual somos acolhidos. Mas, pelo princípio segundo o qual uma jornada de hospitalidade teria o mesmo valor econômico em qualquer parte, deveríamos concluir que têm o mesmo valor econômico uma jornada de privação de meios econômicos e uma jornada de satisfação de meios econômicos, simplesmente porque somos acolhidos com idêntica hospitalidade em ambas. Esse padrão de valor, portanto, não permitiria avaliar a suficiência ou insuficiência de meios econômicos para a satisfação das necessidades de quem é acolhido.

Pretender estabelecer um determinado parâmetro geral acerca dos meios econômicos, que estariam envolvidos na realização de uma jornada de hospitalidade, nos levaria a estabelecer uma cesta de produtos e serviços, recaindo nos problemas da solução anterior. E se não se o adota, apenas estabelecendo-se comparativamente os valores dos itens envolvidos em ambas as jornadas inicialmente referidas – em uma comunidade indígena e em uma megalópole –, chegaríamos a uma avaliação bastante majorada dos preços dos produtos da comunidade indígena, dificultando-se a sua própria comercialização com as moedas sociais no interior das redes colaborativas de economia solidária.

A caminho de uma solução

Se o que buscamos é a definição de uma unidade de valor para intercâmbios internacionais que sejam justos, frente ao poder de compra das moedas locais nas comunidades em que são utilizadas e frente à quantidade de valor econômico que os participantes do inter-

câmbio, em cada país, têm à sua disposição para realizá-lo, poderíamos, então, voltar-nos ao princípio que afirma: de cada um conforme as suas possibilidades e a cada um conforme as suas necessidades. Mas como tal princípio poderia operar na solução desse problema?

A possibilidade de satisfação econômica básica de uma sociedade está, de certo modo, relacionada ao conjunto de recursos produzidos ou naturalmente disponíveis que possam ser tomados como mediação para o atendimento do conjunto das necessidades de sua população, inclusive, da ampliação da própria capacidade de produzir-se sustentavelmente nesta mesma sociedade. Não há uma forma precisa de quantificar-se esse volume de riqueza produzido socialmente ou disponível naturalmente. Mesmo o PIB, que capta apenas a magnitude dos bens e serviços produzidos em um país, contém inúmeros problemas em seu modo de mensuração, não se podendo associá-lo ao volume real da produção aí operada.

Não vamos aqui problematizar as limitações desse indicador, como já o fizemos em “Fome Zero e Economia Solidária”(MANCE, 2004) – basta dizer que ele não capta toda a magnitude da produção para a auto-satisfação de necessidades sociais (seja de uma horta comunitária ou de um software livre), não capta grande parte da produção da economia informal e que, por outro lado, capta como produção de “riqueza” toda a fabricação de armas ou agrotóxicos usados respectivamente para matar pessoas em guerras ou que agridem os ecossistemas.

Os problemas existentes em utilizar-se o PIB como indicador para comparar-se a magnitude das economias nacionais são ainda aumentados, quando se converte o valor das moedas nacionais a um padrão internacional, normalmente expresso em dólares, pela cotação de mercado. Ocorre que, tanto a balança comercial e de pagamentos como um todo, quanto o fluxo de capital financeiro nos diversos países, levam a distorções do câmbio. E, assim, quando se converte em dólares o valor do PIB, que é originalmente estimado em moeda nacional, tem-se uma percepção equivocada na comparação da magnitude das diversas economias.

Frente a esse problema, de como comparar a magnitude da produção econômica dos diversos países, a ONU promoveu esforços na

geração de uma metodologia adequada a considerar a *paridade de poder de compra* das diferentes moedas nacionais⁴⁵. Em linhas gerais, “a Paridade de Poder de Compra entre dois países é a taxa pela qual a moeda de um país necessita ser convertida à do segundo país, para assegurar que uma dada quantidade de moedas do primeiro país irá comprar o mesmo volume de bens e serviços no segundo país, assim como o faz no primeiro.”⁴⁶

Com essa finalidade, a ONU estabeleceu, em 1968, uma parceria com a Universidade da Pensilvânia, no seio do Programa Internacional de Comparações, voltado à comparação de preços entre os diferentes países. Cada país, integrado ao Programa, fornece os preços médios, no território nacional, para 1.000 produtos específicos de uma lista fechada. E com base nessas informações, realiza-se um estudo comparativo do valor real de compra das moedas em cada país.

Não se trata, pois, da definição do preço de uma cesta que satisfaria a um mesmo volume de necessidades humanas em comunidades diversas. Mas da comparação de preços de uma lista fechada de 1.000 produtos, em cada um dos países integrados no Programa, a partir dos quais se pode definir uma taxa para o cálculo da paridade de poder de compra entre as diversas moedas. Interessa-nos, aqui, não o fato de que se aplique esse fator de correção ao PIB ou a uma cesta básica de produtos em uma comunidade. Mas sim que, através de estudos comparativos de preços, frente ao que se pode comprar com as moedas usadas nacionalmente no interior de cada país, calcula-se a sua proporção em relação a um padrão comum, o chamado Dólar em Paridade de Poder de Compra.

Chegamos, assim, a um modo de realizar a conversão entre moedas dos diferentes países considerando o seu poder de compra, de modo bastante aproximado à realidade concreta. E bastaria converter o valor das operações com moedas sociais em cifras nominadas em moedas nacionais para viabilizar-se, igualmente, a conversão do con-

45 A teoria da paridade de poder de compra foi formalizada por Gustav Cassel em 1920, baseada na lei do preço único, supondo que, num mercado ideal, produtos idênticos teriam preços idênticos. Tal princípio, entretanto, já havia sido explorado anteriormente por vários economistas clássicos, como Davi Ricardo.

46 FMI. *Frequently Asked Questions*. *World Economic Outlook (WEO)*. Disponível em: <www.imf.org/external/pubs/ft/weo/faq.htm>. Acesso em: 19 nov. 2008.

junto das moedas sociais entre si, pela mediação da conversão das moedas nacionais entre elas. Mas essa solução implicaria também em outros problemas, se o que pretendemos é o estabelecimento de um câmbio justo para os intercâmbios solidários.

O primeiro é que a disparidade do poder de compra da moeda nacional também existe no interior do próprio país, em suas diferentes regiões. O volume de bens e serviços, com potencialidade semelhante nas satisfações de certas necessidades sociais, que se pode pagar em Brasília com R\$ 100,00, por exemplo, é muito inferior ao que se pode obter em um município do interior de São Paulo com essa quantia de dinheiro. Em outras palavras, os mesmos R\$ 100,00 compram quantidades diferentes de produtos e serviços similares, dependendo do custo de vida de cada município.

Em segundo lugar, mesmo que se estabeleça um parâmetro metodológico perfeito para que, com um mesmo volume de unidade monetária mundial, seja possível comprar a mesma quantidade de produtos e serviços com qualidade similar nos diversos países, teríamos ainda o problema de que a riqueza apropriada socialmente em um país não é idêntica à apropriada socialmente em outro país e que, portanto, a posição de compra dos cidadãos de um país, frente ao conjunto de ofertas na totalidade dos países é diferente da posição de compra dos cidadãos de outro país, em relação a esse mesmo conjunto. Assim, se produtos similares custam o mesmo preço em dólar por paridade de poder de compra em qualquer país, mas os trabalhadores de um país recebem em média \$ 1.000 mensais e os de outro país recebem \$ 500, pelo mesmo tipo e tempo de trabalho (com qualidades similares), há uma disparidade muito grande do preço do produto frente ao orçamento médio dos trabalhadores em cada país. O que afeta as possibilidades de compra de cada um.

Como poderíamos, então, avançar a um melhor indicador? Isso poderia ser feito considerando-se o *poder de compra distribuído* em cada sociedade para, com ele, ajustarmos o fator de conversão.

Embora exista o indicador do PIB per capita em paridade de poder de compra (PIB_PpC), ele igualmente não revela o poder de compra distribuído em uma sociedade. Primeiro, porque o PIB não expressa toda a riqueza produzida (sem entrarmos aqui no debate sobre o que é riqueza). Segundo, porque se trata de um rateio meramente estatístico.

Ora, considerando-se que a finalidade do comércio internacional deve ser a de promover, de maneira mais equilibrada possível, o desenvolvimento sustentável de todos os países e povos, e que o sistema de intercâmbio solidário, feito com moedas sociais, prima para que o saldo das balanças de pagamentos de cada país em relação aos demais seja equilibrado, poderíamos calcular a média mundial do PIB per capita em paridade de poder de compra (PIB_PpC) e, desde aí, estabelecer um câmbio mais favorável aos países com PIB_PpC menores, ampliando sua potencialidade no intercâmbio internacional em relação aos países com PIB_PpC maiores.

Essa solução, entretanto, ainda podia ser aprimorada.

Como vimos, o PIB_PpC de um país é um valor formal que não corresponde efetivamente ao que cada habitante se apropria da riqueza socialmente produzida em tal país. Em outras palavras, as taxas de concentração de renda em cada país expressam quadros diversos do *conflito social de interesses* na apropriação da riqueza produzida no interior do país, mas estão ausentes no rateio estatístico per capita da produção nacional.

Assim, se analisarmos comparativamente o PIB_PpC do conjunto dos países, à luz do coeficiente de Gini⁴⁷, da concentração de renda em cada um deles, teremos um novo panorama dos países que mais deveriam ser favorecidos com o ajuste do câmbio das moedas sociais. Os de pior posição deveriam ser os mais favorecidos.

Em princípio isso parece paradoxal. Afinal, por que se deveria favorecer a esses países no intercâmbio internacional solidário, se neles é onde se registra a maior concentração de renda? Justamente porque esse intercâmbio internacional solidário tende a promover a desconcentração de renda, tanto nesses países quanto internacionalmente, como se pode ver na seção 3.2.3.

Pode-se formalizar o procedimento de conversões do seguinte modo.

47 “O coeficiente de Gini, inventado pelo estatístico italiano Corrado Gini, é um número entre zero e um que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda em uma determinada sociedade. O coeficiente registraria zero (0,0=desigualdade mínima) para uma sociedade em que cada membro recebesse exatamente a mesma renda, registrando, por outro lado um coeficiente de um (1,0=desigualdade máxima) se um membro recebesse toda a renda e todos os demais não recebessem nenhuma”. *Revista @local.glob.* n. 1, 2005. p. 31. Disponível em: <http://learning.itcilo.org/delnet/doc/portugues/Revista/@local.glob_pt.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2008.

Sendo,

FC = Fator de Conversão de Paridade de Poder de Compra,

PIB_NpC = PIB Nominal (em Dólar) per Capita,

PIB_PpC = PIB em Paridade de Poder de Compra (em dólar) per Capita,

GINI = Índice de Concentração de Renda no país,

PCD = Poder de Compra Distribuído (em dólar por Paridade de Poder de Compra),

IPCD = Índice Nacional de Poder de Compra Distribuído em Paridade de Poder de Compra,

Teto = Maior valor apurado do PIB_PpC em um conjunto de países,

UMS = Valor de uma Unidade Monetária Solidária Mundial em cada país,

USD = Cotação de um Dólar na moeda nacional

UMS_USD = O valor de uma unidade solidária em Dólar em cada país,

UMS_ML = O valor de uma unidade solidária na moeda corrente do país,

TC = Taxa de cambio entre USD e moeda corrente do país,

temos que:

$$FC = \text{PIB_PpC} / \text{PIB_NpC}$$

$$\text{PCD} = \text{PIB_PpC} * (1 - \text{GINI})$$

$$\text{IPCD} = (\text{PIB_PpC} / \text{teto}) - [(\text{PIB_PpC} / \text{teto}) * \text{GINI}]$$

$$\text{UMS} = \text{IPCD} + 1$$

$$\text{UMS_USD} = \text{UMS} / \text{USD}$$

$$\text{UMS_ML} = \text{UMS_USD} * \text{TC}$$

Assim, para o cálculo do “Índice Nacional do Poder de Compra Distribuído em Paridade de Poder de Compra” montamos uma equação cujo resultado sempre retorna valores que vão de 0 (zero) a 1 (um). O resultado apresenta o conjunto dos países considerando-se o parâmetro geral de poder de compra distribuído. O valor do PIB per capita em paridade de poder de compra (PIB_PpC) do país-teto é tomado como valor 1 (em 2007, foi o de Cátar, com 80.870 dólares em paridade de poder de compra). Os demais países são posicionados proporcionalmente em relação ao país teto. Sobre o resultado desse índice aplicamos o coeficiente de Gini. Subtraímos o valor, assim obtido, do resultado anteriormente encontrado. E desse modo chegamos ao Índice Nacional do Poder de Compra Distribuído, em paridade de poder de compra.

Até aqui está a parte técnica dos elementos necessários para a definição desse parâmetro. O estabelecimento do valor da Unidade Monetária Solidária Mundial, entretanto, implica em um acordo político, a partir dessas bases, entre os atores que vão usar a moeda, pois a definição do *valor justo* é um problema ético. No Sistema de Intercâmbios Solidarius, que adota essa metodologia, a Unidade Monetária Solidária Mundial foi ajustada em 50%, com base nesse parâmetro de paridade. Razão porque a fórmula indica: $UMS = IPCD + 1$. Como o IPCD oscila entre 0 e 1, o parâmetro mínimo da Unidade Monetária Solidária é 1 e o parâmetro máximo é 2. Esses parâmetros, superior e inferior, somente seriam alcançados se o país-teto tivesse um índice de Gini igual a zero e o país mais pobre tivesse um índice de Gini igual a um.

Uma vez estabelecido o valor da UMS para cada país, pode-se proceder a sua definição em dólares através de $UMS_USD = UMS / USD$, bem como estabelecer o seu valor em moeda local através de $UMS_ML = UMS_USD * TC$.

Destaque-se que, ao invés de tomar-se a cotação das moedas no mercado internacional para o dia da conversão, adota-se na metodologia de Solidarius uma série estatística de um ano, expurgando-se, em larga medida, o impacto dos movimentos especulativos na cotação das moedas no mercado internacional.

Com base nesses parâmetros, foi desenvolvido em *solidarius.com.br* um programa que possibilita realizar a conversão de créditos solidários em moedas nacionais e vice-versa para o conjunto dos países, dos quais se encontram os indicadores requeridos nas bases de dados do UNDP, FMI e Banco Mundial⁴⁸.

A adoção desse padrão permite realizar a conversão internacional de quaisquer moedas sociais entre si. Para tanto basta: a) converter o valor das moedas sociais em moeda nacional, nos respectivos países – estimando-se, em moeda nacional, os preços praticados nos intercâmbios realizados com cada moeda social; b) converter o valor, assim obtido, em Créditos Solidarius; c) converter esses Créditos Solidarius na moeda nacional do outro país, onde se utiliza a moeda

48 O sistema de conversão pode ser acessado em <www.solidarius.com.br/creditos/conversor.php>. Os dados utilizados estão disponíveis em <www.solidarius.com.br/creditos/conversor.php?acao=exibir_tabela>.

social para a qual se deseja a conversão; d) converter o valor obtido em moeda oficial daquele país para a moeda social desejada.

Um ponto de chegada para de novo partir

Embora essa solução não seja totalmente satisfatória, pelos motivos elencados anteriormente, pode-se argumentar que ela resulta num parâmetro que possibilita avançar na transformação do mundo real, no horizonte dos ideais da economia solidária, para a efetivação de transações econômicas mais justas e solidárias, com o emprego de moedas sociais, oficiais e créditos solidários por atores de diferentes países ou comunidades que adotem representações diversos para seus fluxos de valor.

2.2. Unidade Solidária de Valor Econômico e os Créditos Solidarius

O Sistema de Intercâmbio Solidarius utiliza o Crédito Solidarius como *meio para* operacionalizar os intercâmbios entre os seus participantes. Todavia, Créditos Solidarius não são dinheiro nem moeda. São apenas registros de doações realizadas por participantes ao Fundo, posteriormente utilizados por eles mesmos para retribuir o recebimento de produtos e serviços que lhes são fornecidos por outros participantes. Embora as operações sejam similares às de compra e venda, de fato tratam-se de doações multi-recíprocas. Com efeito, os bens e serviços recebidos possuem um valor econômico, sendo meios econômicos aptos a satisfazer necessidades ou desejos de quem os recebe. Mas a anotação de créditos que o provedor recebe em troca, em sua conta, nada mais é do que uma cifra. Tal cifra não pode ser convertida em nenhum outro valor pela simples vontade do titular da conta, pois créditos não portam valor econômico efetivo. O titular, entretanto, pode apresentar suas necessidades e desejos a outros, que podem fornecer-lhe produtos e serviços, e retribuir Créditos a estes, em troca dos bens recebidos. Pode inclusive apresentar projetos, solicitando recursos do Fundo Mundial de Economia Solidária, para a cobertura de determinados meios econômicos, que não têm como obter diretamente no sistema de intercâmbio com seus Créditos. Mas

os recursos do Fundo somente lhe serão doados se a comunidade assim o decidir. Portanto, Créditos Solidarius não são dinheiro nem moeda, mas apenas registros de doações.

Isso pode soar estranho quando nos focamos na compra e venda como modelo-padrão de intercâmbio. Mas quando analisamos as relações sociais de intercâmbio de meios econômicos com mais cuidado, percebemos que no campo da economia solidária, adotam-se padrões muito diversos na organização dos intercâmbios, relacionados à diversidade de culturas das comunidades humanas em que se realizam.

Poderíamos agrupar as formas de intercâmbio solidário nas seguintes classes:

a) as que não mensuram os valores econômicos daquilo que é intercambiado – seja em permutas ou em trocas mutu-recíprocas –, mas destacam a satisfação de necessidades das pessoas com os produtos e serviços intercambiados;

b) as que adotam a mensuração dos valores e que, nesse caso:

- ou usam moedas oficiais nos intercâmbios;

- ou geram registros dos intercâmbios para equilibrá-los futuramente, de forma eqüitativa;

- ou geram moedas sociais – com lastro em moeda oficial ou na capacidade de produção de valor econômico dos participantes – para alimentar os intercâmbios pela emissão coletiva, posse pessoal e circulação comum destas, como contra-fluxo da circulação real de bens e serviços entre os participantes.

No caso do Sistema de Intercâmbios com Créditos Solidarius, adota-se a mensuração de valor, levando-se em conta a situação média de satisfação das necessidades das pessoas de um país, com base no seu poder de compra distribuído e a paridade de poder de compra entre as moedas dos diferentes países. E geram-se registros de valores doados à Comunidade em seu conjunto, como expressão do crédito que a Comunidade, em seu conjunto, deve eticamente retribuir ao doador ou a quem o doador transfira tais registros – a depender dos propósitos elencados no projeto a ser apresentado pelo doador, entre outros fatores que já analisamos.

Cabe, portanto, esclarecer que o cálculo explicitado anteriormente de uma Unidade Solidária de Valor Econômico, tanto pode servir de referência para o estabelecimento de uma Unidade Monetária

ria Solidária Mundial, como para a definição de Créditos Solidários como registros, neste caso, de doações em um Sistema de Intercâmbio Solidário. Créditos não são moedas, pois não são efetivamente meios de pagamento, embora sirvam como meios semióticos de retribuição. Uma das fendas do capitalismo é justamente a possibilidade de se tomar promessas de pagamento futuro, registradas em contratos assegurados por força de lei, como meios de pagamento para transações no presente. Em contraposição a isso, o crescimento sustentável da economia solidária supõe não confundir créditos com moedas e, sem confundi-los, desenvolver um vigoroso sistema de crédito, que realimenta a constituição e expansão de um Fundo Monetário (compondo valores econômicos em moedas dos mais diferentes países) – denominado na *metodologia solidarius* como Fundo Mundial de Economia Solidária. Quanto maior o volume de créditos em circulação no sistema, maior a magnitude do Fundo Mundial em moedas de diferentes países e maior a capacidade de impulsionar-se o desenvolvimento sustentável nos marcos da economia solidária, avançando-se na superação das fendas do capitalismo e na expansão de um novo sistema sócio-econômico, de perfil pós-capitalista.

Cabe, ainda, salientar a flexibilidade da solução adotada no sistema, pois permite ajustar o câmbio no interior de uma banda específica, que vai da média aritmética de cotação, ao longo de um ano, dos valores pelos quais as moedas são negociadas no mercado internacional, o que corresponderia a 0% de ajuste, até 100% de ajustamento do valor do câmbio, tendo-se por referência o poder de compra distribuído, apurado para o conjunto dos países. Isto é, o ajustamento oscila entre o mundo real dos mercados (expurgando-se, em parte, os fenômenos especulativos pela média de cotação anual das moedas) e o mundo ideal no estabelecimento do valor para os intercâmbios solidários, considerando-se a paridade de poder de compra das moedas e, especialmente, o poder de compra distribuído em cada país. Pode-se, democraticamente, realizar o ajuste no interior dessa banda, considerando-se a realidade circunstancial e o horizonte estratégico da economia solidária, buscando-se sempre a sustentabilidade do sistema de intercâmbios e a promoção do bem-viver de todas as pessoas e de todos os povos.

2.3. Aspectos da metodologia

a) Distribuição interna de renda através do comércio internacional

A metodologia do Sistema de Intercâmbios Solidarius integra micro-finanças e intercâmbio solidário. Qualquer pessoa pode utilizar-se dos Créditos Solidarius simplesmente para obter produtos e serviços, não sendo obrigada a fornecer produtos ou serviços no Sistema. Assim, no conjunto de participantes, têm-se aqueles que compram e vendem e aqueles que somente compram, utilizando, na compra, os rendimentos mensais que obtêm em moeda nacional – oriundos de trabalho remunerado, pensões, aposentadorias, etc –, convertido em créditos pela sua doação ao Fundo Mundial de Economia Solidária. Tais valores, doados ao Fundo, são preservados no interior da Comunidade de Intercâmbios – como se a moeda nacional fosse uma mercadoria como outra qualquer à disposição da Comunidade, com valor de uso específico para determinadas necessidades em que não possa ser substituída por Créditos Solidarius.

Ora, nos países de maior concentração de renda e de menor PIB per capita em paridade de poder de compra, existe, teoricamente, maiores níveis de pobreza e exclusão social. Justamente por isso a metodologia de cálculo do valor dos Créditos Solidarius resulta que, nesses países, necessita-se doar menos valor econômico ao Fundo para obter-se uma mesma quantidade de Créditos Solidarius, do que num país com menor concentração de renda e maior PIB per capita em paridade de poder de compra. Fortalecer as iniciativas de economia solidária nos países com menor poder de compra distribuído faz parte da estratégia de construção de uma globalização solidária, contribuindo-se para a diminuição das disparidades de renda entre as classes sociais no interior dos países e entre os próprios países. Mas como essa desconcentração de renda é gerada no interior do país pela mediação do comércio internacional?

Na medida em que o nível de vendas e compras – respectivamente, de empreendimentos de economia solidária e de consumidores solidários – se eleva, tanto local quanto internacionalmente, e se preserva o equilíbrio dos fluxos de valores entre as regiões, amplia-se na mesma medida o nível de produção de riqueza no interior dos países, mesmo que o saldo final dos intercâmbios internacionais en-

tre eles seja zero. Por outra parte, a facilitação de acesso a produtos e serviços de outros países atrai o interesse de setores que dispõem de maiores recursos para a sua aquisição. Todavia, como há o compromisso no sistema em preservar-se o equilíbrio internacional dos intercâmbios, o mesmo recurso, que sai do país em razão das compras feitas de produtos e serviços oriundos do exterior, retorna ao país em razão das compras de produtos e serviços nacionais feitas por consumidores do exterior, mantendo-se o equilíbrio nas transações comerciais internacionais. Desse modo, o valor econômico que saiu do país como Crédito Solidarius (com a compra de produtos e serviços externos, por segmentos de maior poder aquisitivo, por exemplo) a ele retorna como Crédito Solidarius (pela equivalente venda de produtos e serviços do país ao exterior, efetuada pelos empreendimentos solidários). Com isso, tem-se o efeito redistributivo interno (seja pelas compras locais ou internacionais) e externo (posto que os termos do intercâmbio favorecem os países mais empobrecidos), assegurando-se que o comércio internacional contribua para ampliar os níveis da produção local da economia solidária, justamente nos países como menor PIB per capita em paridade de poder de compra e com maior concentração de renda, isto é, nos países em que é menor o poder de compra distribuído da população.

b) Redução no fosso global do poder de compra distribuído entre as nações

Na medida em que os fluxos econômicos em redes colaborativas de economia solidária, dinamizados com esse sistema de intercâmbios, vão ampliando sua participação percentual em relação à totalidade dos fluxos econômicos internacionais, em igual medida vai ocorrendo a desconcentração da renda nacional nos diversos países, chegando-se a uma maior equalização internacional do Poder de Compra Distribuído. Isto significa que o PIB per capita, medido em paridade de poder de compra, ajustado pela taxa de distribuição de renda, vai se tornando mais homogêneo entre os países em seu conjunto.

Tal fenômeno ocorre porque, na medida em que se eleva o PIB nacional com base na produção de riqueza operada pela Economia Solidária – que é por ela distribuída de maneira justa –, altera-se o ranking dos países em relação ao fator de conversão da moeda oficial

em Créditos Solidarius – modificando-se assim os termos de intercâmbio para o comércio justo internacional. Até o ponto em que tal crescimento distributivo, do comércio solidário nacional e internacional, leve a uma redução quase completa na diferenciação dessas taxas.

Por outra parte, se equilibradas transações solidárias de importação e exportação se ampliam percentualmente, em relação ao conjunto das transações do comércio internacional, atendendo a um volume cada vez maior de necessidades sociais nos respectivos países, tende-se a diminuir o volume de transações desequilibradas e não-solidárias de importação e exportação verificadas nos mercados, o que diminui as pressões internacionais sobre a taxa de câmbio em cada país, contribuindo igualmente para maior equilíbrio na balança comercial dos países e para fortalecer a soberania econômica nacional, frente aos fluxos internacionais de valores econômicos.

c) Tendência à ampliação de doações a seções do Fundo Mundial de Economia Solidária em países com menor poder de compra distribuído

Como o participante pode realizar doações a quaisquer Seções Nacionais do Fundo, a tendência inicial é a de que as doações sejam feitas à seção de seu próprio país. Todavia, se as fizer a uma Seção do Fundo num outro país, com menor PIB per capita e maior concentração de renda, isto é, com menor poder de compra distribuído, o volume de Créditos Solidarius anotado em sua conta será maior. Isso ocorre porque o fator de conversão varia, conforme varia o poder de compra distribuído em cada país.

Desse modo, quando as Seções Nacionais do Fundo Mundial de Economia Solidária estiverem organizadas nos países mais pobres, pode ser que ocorra um fluxo de valores monetários a tais países, em decorrência dessas doações ao Fundo Mundial de Economia Solidária. Isso será vantajoso para os doadores e contribuirá significativamente para ampliar o volume de microcrédito concedido nos países mais pobres, ativando processos de geração e distribuição de renda em seu interior.

Hipoteticamente, pode-se imaginar a situação em que um participante, de um país com elevado poder de compra distribuído, faça

uma doação de recursos a uma Seção do Fundo em um país muito pobre. Apresente um projeto, envolvendo a metade dos créditos correspondentes, em apoio a um empreendimento solidário naquele país. E, depois, utilize a outra metade para comprar produtos elaborados por essa mesma cooperativa, que lhe serão enviados por um serviço de encomendas, sendo recebidos em sua própria residência. Como obtém o produto sem custos maiores de sofisticação de embalagens e diretamente do produtor, suprimindo toda a cadeia de atravessadores e diversas etapas de intermediação, que normalmente encarecem o preço final, e como o seu poder de compra foi ampliado, por ter feito a doação ao Fundo em um país pobre, pode ocorrer que acabe por receber um volume de produto final similar ao que receberia se utilizasse a totalidade do recurso em moeda nacional na aquisição de produto idêntico, importado e oferecido no mercado local em seu país. De fato, o experimento realizado demonstrou que há um grande ganho quando se trata de produtos com baixo peso, mas com valor comercial elevado, como tempero raros, certos tipos de castanha, nozes, etc.

Vejamus um exemplo. No Sistema de Intercâmbios Solidarius foi enviado um pacote de *Castanhas de Brasil*, do Brasil ao México, em meados de dezembro de 2007. O preço final, das castanhas e do envio, ficou em Cs 0,0365 por grama recebida. Conforme a pesquisa feita na época, se o mesmo volume de produto, com qualidade idêntica, tivesse sido comprado numa grande rede mundialmente conhecida de comercio eletrônico, o preço teria ficado em Cs 0,0401 por grama recebida, pois nela, um pacote de castanhas do Brasil, pesando uma 1 libra, isto é, com 453,6 gr, entregue por correio, custava US\$ 24,94. Ora, imaginemos que essas castanhas pudessem chegar em Luxemburgo pelos mesmos preços. Se um consumidor daquele país comprasse 10 pacotes no mercado convencional, pagaria US\$ 249,40. Pelo cambio de 01/12/2007 ele deveria desembolsar € 169,22. Ora, se fizesse a doação desse valor ao Fundo de Economia Solidária, na hipotética seção de Luxemburgo, receberia o equivalente a Cs 153,82. Se fizesse a doação desse mesmo valor à hipotética seção nacional do Fundo em Myanmar (que corresponderia a 1.630,68 kyats), obteria Cs 248,70. O resultado final é que: a) comprando no mercado, obteria 4,536 kg de castanha do Brasil; b) doando o mesmo

valor ao Fundo em seu país e adquirindo-a no SIS, obteria 5,614 kg; c) doando esse valor ao Fundo em Myanmar e adquirindo-a no SIS, obteria 9,077 kg. Estamos, aqui, abstraindo os custos de transferência desse dinheiro, de Luxemburgo a Myanmar. Mas fica evidente o quão vantajoso é, nesse sistema de intercâmbio solidário, realizar as doações a seções nacionais do Fundo nos países onde é menor o poder de compra distribuído.

Por fim, cabe salientar que esse mecanismo distributivo deve ser protegido das *operações de arbitragem*⁴⁹ que possam vulnerabilizar as Seções Nacionais dos Fundo Mundial de Economia Solidária. Por exemplo. Se alguém fizesse doações a Seções do Fundo em países mais pobres, para depois apresentar projetos a serem cobertos com recursos da Seção Nacional do Fundo em seu próprio país, visando adquirir produtos nele mesmo oferecidos – para beneficiar-se, assim, com as operações de cambio que ampliariam o seu poder de compra em seu próprio país –, isso, a depender da escala dessas operações, poderia gerar desequilíbrios no fluxo de valores entre as Seções Nacionais do Fundo; desequilíbrios que seriam, por fim, periodicamente corrigidos no Balanço Anual do Sistema. Todavia, como há um processo de votação democrática pela aprovação ou não dos projetos apresentados e como a movimentação de créditos de cada participante pode ser acompanhada por qualquer membro da Comunidade de Intercâmbios, provavelmente a comunidade evitará que operações desse gênero se concluam.

Assim, pode-se promover, simultaneamente, o comércio justo internacional e o comércio justo nacional, através de um sistema de intercâmbios que favorece os países com menor poder de compra distribuído, mas que, igualmente, assegura mecanismos democráticos de gestão, os quais permitem o monitoramento dos fluxos de valores, para que estes contribuam na sustentabilidade do conjunto da economia solidária em todos os países, beneficiando a todos os participantes e não, apenas, a alguns deles em particular.

49 Nos mercados, em geral, chama-se *operação de arbitragem* aquela em que o investidor, percebendo distorções entre o preço de um mesmo ativo negociado em dois ambientes distintos, se beneficia da situação comprando o ativo onde os preços são mais baixos e vendendo-o imediatamente onde os preços são mais elevados, lucrando com a diferença.

d) Estabelecimento de um câmbio justo na conversão de moedas

Aspecto relevante a ser destacado na metodologia é a possibilidade de estabelecer-se um câmbio considerado justo pela comunidade de intercâmbios, a partir de indicadores sobre o poder de compra distribuído nos diferentes países e não a partir das dinâmicas de negociação das moedas nos mercados. Os mecanismos adotados tendem a expurgar, em grande medida, os movimentos especulativos na cotação das moedas e ao mesmo tempo conseguem captar a sua desvalorização por processos inflacionários no interior de cada país.

Essa estabilidade de valor do Crédito Solidarius e a oscilação relativa no câmbio das moedas nacionais em relação a ele, considerando-se a alteração real na apropriação da riqueza mundialmente produzida, verificada em cada nação pelo cálculo do poder de compra distribuído, permite manter a estabilidade dos contratos sob parâmetros mais solidários. Isto é, se as pessoas empobrecem estruturalmente em um país, será necessário menos moeda nacional para obter-se um Crédito Solidarius; se elas enriquecem, será necessário um valor maior em moeda nacional para obter-se um Crédito Solidarius. Assim, a alteração estrutural de apropriação da riqueza mundialmente produzida no conjunto de cada sociedade é captada na realização dos contratos.

Por outra parte, a possibilidade de ajustar-se o fator de conversão cambial das moedas no mercado internacional sob parâmetros negociados no interior da comunidade de intercâmbios, permite adaptar o sistema à realidade do ambiente econômico. Enquanto as redes de economia solidária não remontarem o conjunto das cadeias produtivas – substituindo fornecedores não-solidários por fornecedores solidários, que aceitem créditos como retribuição de insumos e serviços –, os empreendimentos necessitarão valer-se de moedas nacionais para assegurar seus giros de produção e comercialização. Haverá um exercício, quase mensal, de realizar-se microcrédito em moeda corrente nacional para o pagamento de capital de giro e, por outra parte, de apresentação de projetos, solicitando doações do Fundo a serem retribuídas com Créditos Solidarius, visando o pagamento dos microcréditos recebidos. Assim, o ajuste sistêmico do fator de conversão deverá ser feito tendo-se em conta a melhor equação possível para o funcionamento da atividade econômica real dos empreendi-

mentos. Todavia, na medida em que as cadeias produtivas venham a ser remontadas solidariamente e a diversificação de ofertas de produtos e serviços retribuíveis com Créditos Solidarius se amplie, menos a economia solidária necessitará de moedas nacionais para funcionar e tanto mais poderá ajustar o fator de conversão destas em Créditos, acentuando, em seu resultado, o ranqueamento do poder de compra distribuído no conjunto das nações.

e) Garantia Sistêmica do giro da produção sem endividamento público ou privado

Analisamos anteriormente que, *por sua lógica intrínseca, o capitalismo não distribui valores econômicos suficientes para viabilizar o giro de sua produção; giro esse que somente se conclui graças ao endividamento real das pessoas e sociedades, como contra-face do crédito a elas oferecido para a compra de mercadorias.* Vimos que, também na economia solidária, o conjunto dos empreendimentos de uma rede não consegue distribuir riqueza suficiente para girar todo o conjunto da produção da própria rede, sendo igualmente necessário criar-se um mecanismo de crédito suplementar para promover-se a expansão do sistema. Analisamos que o único modo de realizá-lo sustentavelmente na economia solidária é distribuindo homoganeamente os créditos e débitos por todas as cadeias produtivas, não enriquecendo nem empobrecendo setores específicos frente aos demais e facilitando a compensação do conjunto das dívidas. Isso pode ser feito aplicando-se o princípio de subsidiariedade, quando do estabelecimento dos preços no interior das cadeias produtivas, de modo a compartilhar-se, no conjunto da cadeia produtiva, os ganhos e perdas sistêmicas, para que a cadeia, como um todo, possa reproduzir-se de maneira sustentável ou ser reestruturada em função de inovações tecnológicas ou de alteração de linhas de produção que atendam ao consumo final ou produtivo.

Considerando-se o ponto de equilíbrio de uma rede, como demonstrado no livro *A Revolução das Redes*, encontra-se o valor mínimo necessário a ser faturado por uma rede com moedas de curso oficial, para cobrir-se todas as despesas que tenham de ser feitas com essas moedas. O excedente gerado em moedas de curso oficial, que não seja requerido para a reprodução sustentável da rede, pode ser

doado pelos empreendimentos ao Fundo, sendo retribuído a tais empreendimentos em Créditos, que podem ser utilizados na obtenção de tudo o que está disponibilizado pelo conjunto de todas as redes de economia solidária do mundo inteiro, integradas na Comunidade Universal de Intercâmbios. Desse modo, o Fundo se converte em um meio de compartilhamento de recursos, que podem ser utilizados como capital de giro por qualquer empreendimento de qualquer parte do mundo, mantendo-se a liquidez do sistema e a solvência dos empreendimentos. Pois estes, mantendo-se as regras do sistema, poderão valer-se dos recursos do Fundo – seja com empréstimos ou pelo recebimento de doações que, no primeiro caso, devem ser pagos com moedas de curso nacional e, no segundo caso, retribuídas com Créditos Solidarius. Mas diferentemente do capitalismo, onde o maior volume de oferta dos créditos se concentra em alguns atores e as dívidas se distribuem pela maioria, no sistema de intercâmbio solidário o maior volume de oferta de créditos se distribui pela maioria – pois os recursos do Fundo são geridos por todos – e as dívidas se distribuem homoganeamente, de modo que a compensação cotidiana de créditos e débitos evita que as dívidas sejam acumuladas em magnitudes que venham a gerar dificuldades sistêmicas.

f) Distribuição de Créditos a todos que trabalham ou que deles necessitem

Milhões de dólares são distribuídos anualmente pela cooperação internacional, fundações e organizações da sociedade civil no apoio a projetos econômicos, sociais e culturais relacionados à melhoria da condição de vida das pessoas, especialmente das mais vulnerabilizadas. Esses recursos são gastos como previstos nos projetos. Mas, como boa parte de tais projetos não se realiza sob a lógica da economia solidária, estes acabam por ativar circuitos econômicos que, embora grem algum ganho aos beneficiários dos projetos, terminam por desembocar na acumulação privada de capitais, na medida em que tais recursos vão se deslocando pelo conjunto de cadeias produtivas que ainda não foram solidariamente reorganizadas.

Por outra parte, se os recursos da cooperação internacional fossem distribuídos na forma de Créditos Solidarius, por exemplo, tais recursos alimentariam o Fundo Mundial de Economia Solidária e ao

mesmo tempo as cadeias de produção, comercialização e consumo no interior das redes de economia solidária, espalhadas pelo mundo todo. Os atores beneficiários, mais do que receber recursos para viabilizar projetos, poderiam obter igualmente as vantagens de realizar suas atividades em um ambiente colaborativo, mais propício à obtenção de melhores resultados.

Na medida em que os Fundos Solidários estejam consolidados, torna-se possível organizar estratégias de crédito para a produção e para o consumo sustentáveis, tanto viabilizando-se o surgimento de novos empreendimentos quanto o consumo sustentável de sua produção – no atendimento às demandas de empreendimentos e de consumidores finais. Fecha-se, desse modo, um círculo virtuoso, em que o consumo realimenta a produção e vice-versa, favorecendo-se o desenvolvimento local e global sob parâmetros ecologicamente sustentáveis.

g) Autogestão no processo produtivo e democracia direta na decisão sobre os fluxos de crédito e de financiamento

Outra virtude do sistema é assegurar a autogestão do Fundo Mundial em escala global. A cada pessoa, um voto. E, por outro lado, garantir a agilidade necessária para a aprovação dos projetos, viabilizada pelo mecanismo deflator do percentual requerido para a decisão, acionado após 30 dias do envio do projeto. Com os parâmetros atualmente adotados, qualquer projeto é aprovado ou rejeitado no máximo em 80 dias, em uma votação mundial. Mas o deflator, igualmente, pode ser reconfigurado para que as decisões sejam tomadas, no máximo, em 60 dias, por exemplo, ou menos. Assim, em nível mundial, o sistema assegura mecanismos de democracia direta na decisão sobre os fluxos de doações de recursos do Fundo aos projetos.

Por sua vez, em nível nacional, os países são responsáveis pelas Seções Nacionais do Fundo. Deliberam, democraticamente, quem será o Operador do Fundo e a Entidade Responsável pela Custódia dos Recursos. Todos têm acesso às informações sobre os microcréditos realizados em qualquer país e sobre a movimentação de cada conta de todos os participantes.

Tem-se, portanto, total transparência sobre os fluxos de valores, sejam eles realizados [i] com moedas emprestadas a serem restituídas

posteriormente ao Fundo, [ii] com o recebimento de produtos e serviços, retribuídos em Créditos Solidarius no interior do sistema de intercâmbios, [iii] com a doação de recursos monetários do Fundo a participantes, retribuída por estes com Créditos Solidarius ou [iv] com operações de defesa da soberania econômica nacional.

Assim, a comunidade pode deliberar sobre as finalidades específicas a que serão destinados os recursos do Fundo no quadro geral dos princípios e das finalidades do sistema, tanto para microcréditos quanto para doações. Pode, igualmente, acompanhar a movimentação de cada conta, nas quais estão registradas todas as transações feitas com Créditos Solidarius pelo participante, bem como todas as operações de crédito com moedas nacionais para a produção e consumo e as operações em defesa da soberania econômica nacional nos diversos países com recursos do Fundo Mundial.

h) Difusão da dádiva solidária em prol do bem público, visando combater as privações geradas sob o capitalismo.

Outro aspecto relevante da metodologia é promover a difusão da dádiva solidária entre as pessoas e destas para com o conjunto da coletividade. Quanto mais o capitalismo concentra e exclui, mais a economia solidária pode acolher e distribuir. O *trabalho humano* pode ser compreendido como um *custo* para a empresa ou como um *recurso* para o trabalhador. Mas acima de tudo, ele é fonte inesgotável de meios econômicos, que podem ser compartilhados solidariamente em benefício de todos.

As privações geradas para milhões de pessoas em todo o mundo – como contra-face do processo de concentração global de riqueza – são enfrentadas pela economia solidária não apenas ativando processos solidários de produção e consumo nos territórios. Igualmente o são do ponto de vista da educação e cultura. Pois tais privações não se resumem às condições materiais do exercício das liberdades, mas englobam também o acesso ao saber, à comunicação, à diversidade de culturas e ao exercício democrático do poder.

A economia solidária, portanto, ao compartilhar os recursos materiais para a expansão das liberdades públicas e privadas, fomenta a libertação. Não apenas a libertação de tudo o que negue a dignidade humana e o exercício pleno da cidadania, mas igualmente a libertação para a realização do bem-viver, para a promoção do equilíbrio dos ecossistemas e da paz entre os povos.

Capítulo 4



HORIZONTES ESTRATÉGICOS

1. Integração estratégica das diversas modalidades de economia solidária

Visando integrar diferentes modalidades de economia solidária, que operam intercâmbios com mensuração de valor econômico, é possível desenvolver-se estratégias colaborativas, acentuando suas fortalezas e suprimindo em grande medida as suas debilidades. Limitamo-nos aqui a explicitar como essas integrações podem ser feitas, mediadas pelo Sistema de Intercâmbios Solidarius, seja utilizando-se contas universais de intercâmbio, seja utilizando-se contas para intercâmbios restritos entre um determinado número de participantes. As soluções aqui apontadas podem ser adaptadas e estendidas para muitas outras situações.

a) Facilitadores de compras / promotores de vendas

Pessoas interessadas em praticar e difundir o consumo ético e solidário podem atuar como facilitadores de compras. Contatam fornecedores que operam no SIS e negociam margens de comercialização e condições de pagamento, estabelecendo-se preços justos, que assegurem a adequada remuneração do trabalho dos fornecedores e de si mesmos.

Elaboram catálogos, incluindo neles todos os produtos cujas vendas vão promover. Realizam reuniões com potenciais consumidores. Preferencialmente, convidam amigos ou vizinhos para reunirem-se na casa de algum deles. Apresentam o catálogo e possíveis amostras. E recebem os pedidos feitos pelos participantes.

Após as reuniões realizadas durante a semana, totalizam os pedidos e apresentam a demanda aos fornecedores. Alguns dias depois, recebem as encomendas e as entregam aos clientes, os quais realizam os pagamentos em dinheiro ou em Créditos.

A seguir, doam ao Fundo o dinheiro recebido, sendo anotados os créditos correspondentes em suas contas. Totalizam os Créditos e transferem aos fornecedores os valores correspondentes aos pedidos.

Caso os fornecedores queiram receber uma parte dos créditos antes do envio dos produtos, o Facilitador de Compras poderá solicitar aos consumidores que paguem antecipadamente tal parcela. Ou, poderá solicitar microcrédito junto à Seção Nacional do Fundo. Nesse caso, recebe o dinheiro emprestado e o doa ao próprio Fundo. Obtém, assim, os créditos e paga os fornecedores. Recebe os produtos e os entrega aos consumidores. Recebe destes o dinheiro ou os créditos correspondentes. Apresenta um projeto ao Fundo para capital de giro no valor dos créditos recebidos em pagamento. Sendo o projeto aprovado, os créditos são transferidos para a conta de projetos e ele recebe, do Fundo, o dinheiro correspondente ao projeto. Então, com esse dinheiro, quita o empréstimo anteriormente realizado junto à Seção Nacional do Fundo.

Para os consumidores, trata-se de um facilitador de compras. Ele pesquisa as ofertas existentes, conforme as solicitações dos consumidores, que não desejam fazer essa pesquisa. Pode vender a prazo, considerando o lapso de tempo que tenha para restituir ao Fundo o microcrédito recebido. Por outro lado, amplia o leque de consumidores atendidos pelos produtores, com os quais colabora na promoção das suas vendas. E reduz, significativamente, os custos de todos e os impactos ambientais da comercialização.

Por exemplo. Se 50 consumidores, numa localidade, resolvessem comprar diretamente um item de 30 produtores diferentes, de outras regiões, seriam 1.500 pedidos que resultariam em 1.500 envios. Com o auxílio do Facilitador de Compras, totalizando os pedidos, cada fornecedor receberia apenas um pedido com todas as solicitações a ele dirigidas e seriam realizados, ao todo, apenas 30 envios.

b) Lojas de comércio justo e agências de encomenda expressa

Unidades das variadas *Redes de Lojas do Comércio Justo* ou pequenas lojas nos bairros ou mesmo grandes lojas nos centros urbanos, por exemplo, poderão operar como *Agências de Encomendas Expressas*, oferecendo aos consumidores as vantagens de uma loja material com as comodidades de uma loja virtual. A loja coloca à disposição dos clientes, além dos produtos nela expostos, o catálogo de todos os produtos de fornecedores de diversos países com os quais colabora na promoção de suas vendas. Ampliam-se, assim, as oportunidades para todos: produtores, comerciantes e consumidores.

O cliente faz os pedidos que deseja e paga no ato da compra. Poderá pagar com Créditos Solidarius ou dinheiro. É estabelecido um prazo para a entrega. Entregas urgentes custam mais caro. Com prazos maiores, os custos são diminuídos.

Caso receba o pagamento em dinheiro, o comerciante o doa ao Fundo e recebe os Créditos Solidarius correspondentes. Envia os pedidos aos fornecedores e antecipa a metade do pagamento em Créditos. No ato do recebimento paga a outra metade, também em Créditos. Informa ao consumidor que o pedido já se encontra à sua disposição na loja, para ser nela retirado. Entregas em domicílio poderão ter custo adicional. O percentual da venda, revertido para a loja e previamente acordado com o fornecedor, deve ser informado ao cliente.

O cliente não necessita ter uma conta de Créditos Solidarius, pois poderá pagar em dinheiro na loja. A transação da loja, realizada diretamente com o fornecedor, cria um vínculo que pode tornar-se permanente, melhorando-se as condições de oferta e de pagamento.

Havendo no município ou região uma central que receba os pedidos e os totalize, pode-se reduzir custos, disparando-se pedidos totalizados semanalmente, para as centrais correspondentes nas diversas regiões. Nesse caso, os envios são feitos da central local à central remota. Cabendo ao fornecedor entregar, na sua central, o seu produto. E ao comerciante buscar, na sua central, a encomenda recebida. Pode-se aproveitar, com essa lógica, toda a estrutura já existente de comércio justo, ampliando-se o volume de operações e reduzindo-se proporcionalmente o custo fixo por unidade comercializada.

c) Grupos de compras solidárias

Cada participante do grupo tem uma conta no SIS. O responsável pelas compras organiza uma página com as ofertas. Os participantes

selecionam os produtos que desejam e realizam o pedido. Fazem o pagamento com Créditos Solidarius. O responsável totaliza as demandas e contata os fornecedores. Os Fornecedores que aceitam créditos são pagos com créditos. Totaliza, igualmente, os pagamentos que terá de fazer em dinheiro. Realiza um empréstimo nesse valor junto ao Fundo. Paga com esse montante os fornecedores que somente aceitam dinheiro. Apresenta um projeto nesse valor à Comunidade de Intercâmbios destinado a cobrir o capital de giro do grupo de compras. Recebe as mercadorias dos fornecedores. Organiza e efetua a entrega aos consumidores. O projeto é aprovado pela Comunidade e os Créditos Solidarius correspondentes são transferidos para a conta de projetos. Recebe o dinheiro do Fundo e paga o empréstimo anteriormente realizado.

O aspecto virtuoso dessa metodologia é que permite a realização de percursos diferentes. Os consumidores podem pagar antes ou depois de receber os produtos, uma vez que a diferença de valor inicialmente recebido e o valor do pagamento a ser feito aos fornecedores é coberta com o empréstimo do Fundo. Os consumidores podem pagar com créditos ou dinheiro, o que facilita a participação, no grupo de compras, de membros de clubes de trocas, pois suas moedas sociais poderão ser aceitas como pagamento se o clube estiver integrado no sistema de intercâmbios, como explicado na seção “Integração Universal de Clubes de Troca”. Os fornecedores poderão receber em dinheiro ou créditos, no ato da entrega dos produtos, criando facilidades de pagamento, tanto locais quanto internacionais.

d) Mercados solidários e ecovilas

Uma prefeitura, comunidade ou ecovila decide organizar um mercado solidário, que funcionará em um espaço físico mantido pela própria prefeitura, comunidade ou ecovila. Os produtores credenciados levarão seus produtos ao mercado. Anota-se na planilha os produtos, fornecedores e preço de venda. Os produtos ficam expostos nas gôndolas para venda. Os clientes vão ao mercado, selecionam os produtos que desejam. Vão ao caixa e pagam com créditos ou dinheiro. Se pagam com créditos, estes são transferidos de suas contas para a conta do mercado. Se pagam com dinheiro, este é doado ao Fundo e os créditos são registrados na conta do mercado. No final do dia, o mercado transfere para as contas dos fornecedores os créditos correspondentes às suas

vendas e dão baixa na planilha de estoque – o que pode ser feito de forma mais simplificada com um sistema de código de barras, acionado quando o produto passa pelo caixa. Os fornecedores recebem, em suas contas, os créditos referentes às vendas apuradas, que poderão ser gastos comprando-se produtos no mesmo mercado ou de qualquer fornecedor integrado na Comunidade de Intercâmbios. Igualmente, poderão apresentar projetos à Comunidade que, sendo aprovados, resultarão no recebimento de recursos em dinheiro do Fundo e na transferência dos créditos para a conta de projetos.

Desse modo, uma comunidade inteira pode se integrar no sistema de intercâmbio, valendo-se apenas de um único computador instalado no mercado, que se conecta à Internet apenas no momento dos pagamentos ou no final do dia, quando se creditam aos fornecedores as suas vendas. Quem não possuir contas de Créditos Solidarius poderá igualmente comprar no mercado, valendo-se de dinheiro ou de moedas sociais – neste último caso apenas se o clube de trocas estiver integrado de maneira universal no Sistema de Intercâmbios.

No mercado, podem ser postos a venda igualmente cupons de serviço. Isto é, cupons que dão direito a serviços oferecidos na comunidade. Pode-se comprar no mercado, por exemplo, cupons para corte de cabelo, aulas de violão, consertos e reparos de diversos tipos. O consumidor paga, com créditos ou dinheiro, pelo cupom colocado à venda pelo próprio fornecedor do serviço. De posse desse cupom, dirige-se ao fornecedor que lhe presta o serviço pelo qual já pagou.

A prefeitura, comunidade ou ecovila poderá taxar todas as vendas feitas no mercado, com percentuais mínimos, mas que assegurem a cobertura do custo de manutenção do mercado, incluindo-se a remuneração dos trabalhadores que nele operam. Impostos recebidos pela prefeitura, cobrados sobre a comercialização de produtos e serviços nessa rede de mercados, poderiam igualmente ser pagos em créditos, que seriam trocados pela prefeitura em produtos e serviços oferecidos no sistema, atendendo-se, por exemplo, a necessidades das secretarias de abastecimento, obras e meio-ambiente.

A constituição de redes de mercados deste tipo, num território delimitado, integradas a um entreposto regional, facilita igualmente a logística de distribuição e de comercialização em toda a região. Dado que, em cada mercado, é possível saber-se o estoque existente em toda a rede regional, o consumidor pode efetuar o pedido de produtos ou

serviços que estão em oferta em outros mercados. Assim, a cada dia pela manhã, um veículo leva os produtos demandados do seu mercado ao entreposto. E após a chegada das encomendas feitas a todos os mercados, retira no entreposto os produtos demandados pelo seu mercado junto aos demais. Interliga-se, assim, todos os mercados em um único sistema de intercâmbios naquele território, promovendo-se a produção local e o desenvolvimento sustentável da região. Produtos em excesso em um mercado são distribuídos pelos demais, ampliando-se a diversidade de produtos oferecidos em cada mercado – com vantagens para todos e para o meio ambiente.

e) Fundo de segurança familiar

Nesta modalidade, cada Fundo Familiar opera com um sistema de *contas restritas*, isto é, que somente permitem operações entre elas e não possibilitam transações com *contas universais* utilizadas na Comunidade de Intercâmbios. Cada membro da família aporta ao Fundo Familiar por mês o valor que ele mesmo estabeleça. Os *créditos restritos* são gerados em sua conta. Empréstimos aos participantes podem ser feitos até o dobro do total aportado, sob aprovação coletiva, jamais ultrapassando-se a metade do Fundo Familiar em empréstimos. O tomador do crédito tem o prazo de um ano para quitar a dívida, corrigida pelo dobro da taxa da caderneta de poupança ou por outro critério adotado pelo grupo para, por exemplo, apenas evitar a corrosão de valores do Fundo – que ocorre em consequência da inflação de preços no país. Isso permite, por exemplo, a compra de bens a prazo, pagando-se a vista no mercado. Anualmente, recalcula-se o valor dos créditos relacionados a esse Fundo de Segurança Familiar, rateando-se por eles o valor total do Fundo, constituído do saldo em conta somado ao total de valores que estejam emprestados aos participantes.

f) Gestão compartilhada de recursos

A gestão compartilhada de Recursos pode ser realizada entre cooperativas, empreendimentos, comunidades religiosas, organizações sociais, etc., conformando-se redes específicas em cujo interior os recursos poderão fluir de maneira sustentável. Cada membro deposita os valores no Fundo Compartilhado e recebe os *créditos de circulação restrita* correspondentes.

Necessitando de dinheiro, apresenta o projeto ao coletivo e, sendo aprovado, os recursos são transferidos do Fundo Compartilhado para a sua conta. Se não tem créditos para cobri-los, seu saldo se torna negativo. Saldo negativo, em créditos, somente pode haver em um *sistema restrito de intercâmbios*, pois se trata de uma comunidade restrita que se responsabiliza pelos recursos que transfere a cada participante. *Contas Universais jamais têm valores negativos.*

g) Integração restrita de grupos de trocas

Grupos de trocas podem criar sistemas de intercâmbio restrito entre si. Cria-se uma conta para cada grupo e define-se o nome da moeda para os intercâmbios entre os grupos que participarão da rede. Define-se o valor de conversão dessa moeda em Unidades Solidárias de Valor Econômico. Lança-se na conta de cada clube a quantidade inicial dessa moeda, que denominaremos aqui como *créditos inter-grupos*. Não há lastro para essas moedas, exceto a capacidade de geração de meios econômicos por seus participantes.

Na página de ofertas do sistema são listadas todas as ofertas do conjunto dos participantes de todos os grupos.

Quando um participante deseja um produto oferecido em outro grupo, solicita-o à coordenação e o paga com moedas sociais de seu próprio grupo. A coordenação retira essas moedas de circulação e transfere os *créditos inter-grupos* de sua conta para a conta do outro grupo. O produto é enviado ao solicitante e moedas sociais, correspondentes ao valor da troca, são emitidas no grupo do vendedor e a ele transferidas.

A cada mês se faz o balanço das transações inter-grupos. Apuram-se saldos e déficits consolidados nas transações entre todos. No mês seguinte, o grupo deverá comprar dos demais o valor correspondente ao saldo que obteve no balanço de intercâmbios com eles no mês anterior, como forma de equilibrar os intercâmbios e recolocar em circulação as moedas dos grupos que haviam saído de circulação, enxugando-se igualmente o excedente de moedas que havia sido posto em circulação nos grupos que mais venderam.

Se o volume de *créditos inter-grupos* é insuficiente para o volume de transações demandado, pode-se efetuar uma nova emissão desses créditos, que deverão ser distribuídos por igual na conta dos grupos que participam do sistema restrito de intercâmbios.

Com essa metodologia, as moedas sociais emitidas em uma comunidade tanto podem ser trocadas por produtos e serviços dessa comuni-

dade, quanto por produtos e serviços oferecidos por grupos de troca em qualquer lugar no mundo. Mas os intercâmbios ficam restritos apenas aos grupos de trocas.

h) Integração universal de clubes de trocas

Para realizar a integração universal dos Clubes de Troca no Sistema de Intercâmbios Solidarius, possibilitando integrar seus fluxos econômicos a outras modalidades de economias solidária, cada clube deverá possuir uma conta universal de Créditos Solidarius, manejada pela sua coordenação.

Se alguém do clube vende na feira local algum produto ou serviço para alguém que não participa do clube, o dinheiro recebido como pagamento é depositado no Fundo Mundial de Economia Solidária e os Créditos Solidarius correspondentes são gerados na conta do Clube. O clube, por sua vez, emite moedas sociais correspondentes e as entrega ao vendedor.

O clube pode comprar da comunidade de intercâmbios até o limite dos Créditos Solidarius anotados em sua conta.

Se um membro do Clube quer comprar produtos de um participante da Comunidade de Intercâmbios, solicita ao coordenador que faça o pedido e lhe repassa, em moedas sociais, o valor correspondente ao pedido. A coordenação do Clube transfere ao vendedor os Créditos Solidarius correspondentes à venda realizada, o qual, por sua vez, envia o produto ao comprador.

Se alguém do clube necessita de empréstimo em dinheiro, apresenta a demanda à coordenação. Um projeto é enviado, solicitando-se recursos para microcrédito solidário. Sendo aprovado, os Créditos Solidarius são transferidos da conta do clube para a Conta de Projetos e o dinheiro é repassado da Seção Nacional do Fundo à coordenação do clube, que o repassa ao membro do clube que solicitou o empréstimo. Este, por sua vez, deverá devolver o dinheiro ao clube, que pode continuar a fazer microcrédito com ele ou doá-lo novamente ao Fundo.

Pode-se manter desse modo o princípio, adotado em uma vertente de clubes de troca, de não realizar-se cambio de moedas sociais por dinheiro e vice-versa. Por outro lado, amplia-se o volume de produtos e serviços que podem ser obtidos com moedas sociais, até o limite dos créditos que o clube disponha em sua conta para intercâmbios universais.

i) Orientação geral para a integração de clubes ou grupos de trocas

Os clubes podem operar simultaneamente com suas *moedas locais*, com *créditos de intercâmbio restrito inter-grupos* e com *Créditos Universais*. Quando fazem intercâmbios com grupos, com os quais mantêm intercâmbios restritos, podem usar os créditos inter-grupos, de circulação restrita entre eles. Para o intercâmbio com outros grupos de troca, usam-se créditos universais.

O Sistema de Intercâmbios, entretanto, não permite que créditos de contas restritas sejam transferidos para contas universais e vice-versa, pois os créditos de primeiro tipo não estão lastreados em moedas oficiais de curso nacional, ao passo que os segundos sim.

Destaque-se, por fim, que necessariamente ocorre uma oscilação no câmbio, entre Créditos Solidarius e as moedas oficiais de curso nacional, porque com o passar do tempo altera-se o poder de compra real dessas moedas frente às demais, bem como o poder de compra distribuído em cada sociedade frente às demais, na medida em que se alteram o coeficiente de concentração de renda ou o volume de riqueza per capita produzida nessa sociedade. Assim, se as moedas sociais operarem com valores associados ao das moedas de curso oficial, seus valores oscilarão frente ao valor dos Créditos Solidarius. Caberá aos clubes adotarem os expedientes requeridos para estabelecerem os valores de conversão dos Créditos Solidarius em suas moedas. Seja qual for essa proporção, cabe salientar que no sistema universal de intercâmbios o clube somente poderá comprar até o limite dos Créditos que possua em sua conta. E que os créditos são anotados em sua conta em razão da venda de produtos e serviços do clube a participantes do sistema, retribuída com Créditos Solidarius pelos compradores.

j) Integração universal de bancos comunitários

Bancos comunitários operam um sistema de circulação de valores econômicos com dois tipos de moeda, a *oficial*, de curso nacional, e a *social*, de curso comunitário. As moedas sociais, emitidas por Bancos Comunitários, estão lastreadas nas oficiais, mas somente possuem circulação local. Os bancos comunitários fazem microcrédito com qualquer das duas moedas e aceitam pagamentos com qualquer uma delas. A rede conveniada de comércio ou serviço, aceita igualmente ambas as moedas para o pagamento de qualquer produto ou serviço.

Os Bancos Comunitários podem se integrar facilmente no Sistema de Intercâmbios Solidarius. Para tanto, basta ao banco possuir

uma conta universal de Créditos Solidarius e aos seus clientes também. Quando estes efetuam alguma venda no Sistema de Intercâmbio, recebem Créditos Solidarius. Mas se desejam receber em moeda social, podem transferir os Créditos Solidarius para a conta de créditos do banco. Todo mês, o Banco envia um projeto para o Fundo, no valor total dos Créditos Solidarius que tenha em conta, estabelecendo como finalidade para o uso dos recursos a realização de microcrédito solidário. Quando o projeto é aprovado, o Banco Comunitário recebe o dinheiro, emite as moedas sociais correspondentes e as repassa aos clientes que haviam transferido os créditos para a conta de créditos do Banco. Desse modo, o Banco pode ampliar o volume de crédito oferecido em suas operações, graças a doações recebidas do Fundo Mundial de Economia Solidária.

k) Comércio justo internacional

Como já explicamos ao tratar das *Agências de Encomenda Expressa e Lojas de Comércio Justo*, é possível colocar-se à disposição dos clientes, além dos produtos expostos em cada loja, o catálogo de todos os produtos de fornecedores de diversos países, com os quais a loja colabora na promoção de vendas.

Além das vantagens já mencionadas naquele tópico, cabe salientar que o sistema de intercâmbios cria muitas outras possibilidades, graças à facilidade de integração simultânea das várias modalidades referidas nesta seção.

Por exemplo, *prosumidores*⁵⁰, que atuam em clubes de troca, podem vender seus produtos em qualquer rede de comércio justo em qualquer parte do mundo e receber como pagamento moedas sociais emitidas em sua própria comunidade. E tanto o consumidor quanto o comerciante que realizam a compra poderão cobrir essa transação com dinheiro de curso nacional ou Créditos Solidarius.

As redes de comércio justo, por sua vez, poderão estender a venda de seus produtos para toda a comunidade de intercâmbios nos países em que atuam e também nos países em que ainda não possuem lojas. Como o sistema de importação com contêineres tende a ser mais barato do que os envios feitos de pequenos pacotes pelo correio convencional,

50 Nome dado aos participantes de um clube de trocas, pois cada qual é tanto produtor quanto consumidor no interior do próprio clube.

a redes de comércio justo podem oferecer aos consumidores de seus países vantagens comparativas importantes na diferenciação dos custos de transporte e de impacto ambiental.

Graças à Integração Universal de Bancos Comunitários e à participação de entidades de finanças solidárias no Sistema de Intercâmbio Solidarius, as redes de comércio justo internacional reduzirão os custos com remessas de recursos para pré-financiamento e pagamento final. Poderão simplesmente realizar a doação desses recursos ao Fundo Mundial de Economia Solidária em qualquer país e transferir os créditos.

Enfim, pode-se articular de maneira mais estratégica diversas modalidades de financiamento, produção, intercâmbio e comercialização, fortalecendo-se todos os atores solidários, reorganizando-se, de maneira mais ecológica e eficiente, os fluxos de matérias e de valores nas diversas cadeias produtivas em que atuam.

1) Sistema integrado local eco-solidário – Siles

O Siles é um sistema que integra ações de finanças solidárias (microcrédito para produção e consumo), compras solidárias, feiras com moeda social, entregas em domicílio e realização de festas, facilitando o acesso pessoal e coletivo ao consumo de produtos e serviços eco-solidários, promovendo-se o desenvolvimento sustentável de comunidades e o bem-viver das pessoas.

1. Cada participante assume o compromisso de fazer mensalmente uma compra de determinado valor, em Créditos Solidarius, de produtos e serviços oferecidos pelo Núcleo de Compras Solidárias do Siles – independentemente de quais sejam os itens que irá escolher e que são ofertados no interior do Siles. Cabe destacar que o Siles garante a oferta sustentada de uma lista ampla de itens, especialmente de artigos de consumo mensal familiar (alimentação, higiene e limpeza) – como ocorrem com as cooperativas de compras coletivas.

2. A cada mês, no mínimo dez dias antes da compra, o participante efetua o seu pedido de compra solidária na loja virtual das compras solidárias do Siles. O valor mínimo de seu pedido deve ser o já combinado anteriormente. Mas poderá fazer um pedido de valor maior, se assim o quiser. Efetuado o pedido, o participante deve realizar o pagamento correspondente, transferindo os Créditos Solidarius correspondentes de sua conta para a conta do Núcleo de Compras Solidárias. Se

ele não possui Créditos Solidarius para essa operação, deverá obtê-los doando ao Fundo o valor equivalente em moeda nacional. Após receber os créditos, efetua o pagamento do pedido junto ao Núcleo de Compras Solidárias.

3. Os pedidos de compra são totalizados pelo Núcleo e a compra é feita de uma só vez, junto aos fornecedores. Caso alguns destes sejam externos ao Siles e somente aceitem moedas nacionais, o Núcleo envia um projeto à Comunidade de Intercâmbios, solicitando o valor correspondente em moeda nacional. O projeto é aprovado, o Núcleo transfere os Créditos Solidarius correspondentes para a conta de projetos e recebe em moeda nacional o valor correspondente, com o qual pagará os referidos fornecedores. Para agilizar o pagamento, antes mesmo de enviar o projeto, o Núcleo realiza um empréstimo junto à Seção Nacional do Fundo – o qual será pago posteriormente com os recursos do projeto a ser aprovado.

4. A entrega dos produtos tanto pode ser feita em domicílio (havendo, nesse caso, um custo adicional), quanto em uma feira, onde outros produtos e serviços são igualmente comercializados, com Créditos Solidarius ou moeda social (lastreada em moeda oficial ou não). As transações de compra e venda, realizadas na feira, ou são feitas no Sistema de Intercâmbio Solidarius – com o comprador transferindo os devidos créditos de sua conta para a conta do vendedor –, ou pagando-se com moedas sociais do próprio clube ou de outros com os quais o Siles mantenha intercâmbios.

5. Os participantes do Siles poderão usar suas *moedas sociais* para a compra de bens de produção vendidos no mercado, mediante operações do Núcleo de Microcrédito do Siles. Recomenda-se que a cobertura, para a compra de insumos a ser paga com moeda social, seja proporcional ao volume de vendas com moeda social no sistema pelo proponente. A compra de máquinas e ferramentas deve ser feita a prazo. As operações somente são autorizadas mediante disponibilidade de Créditos Solidarius na conta universal do Siles no Sistema de Intercâmbio Solidarius. Veja-se *Integração Universal de Clubes de Trocas*.

6. No caso de serviços de entrega em domicílio, a coordenação do Siles pode converter em moeda nacional 100% dos valores de moeda social recebidos pelo prestador desse serviço. Isso visa fomentar a logística de distribuição. Veja-se *Integração Universal de Bancos Comunitários*.

7. O Siles, como operador de micro-finanças solidárias, pode receber em sua conta de Créditos Solidarius transferências feitas pelos seus participantes visando atender às demandas de empréstimos que lhe são dirigidas. O colaborador, que faz a transferência, estabelece o número de parcelas e o prazo de retribuição do valor aportado. Este é acrescido, em créditos, do dobro do valor da taxa da poupança do primeiro dia útil do mês – completados os 30 dias⁵¹. Na prática, trata-se de doação em moeda nacional feita ao Fundo Mundial de Economia Solidária pelo participante, cujos Créditos Solidarius, correlativamente anotados em sua conta, são transferidos por ele ao Siles. Este, por sua vez, elabora um projeto que é enviado à Comunidade de Intercâmbios, para a obtenção de valores do Fundo em moeda de curso nacional, para a realização de microcréditos, sendo tal valor transferido aos tomadores de crédito. O participante que fez a transferência de Créditos ao Siles recebe, igualmente, Créditos Solidarius como retribuição, conforme as parcelas acordadas, com o valor principal acrescido de uma bonificação calculada com base no dobro da taxa da caderneta de poupança. Quando o tomador paga o empréstimo ao Siles, pode fazê-lo com moedas sociais lastreadas ou com Créditos Solidarius, somando ao principal a bonificação prevista ao colaborador – que, com sua transferência, cobriu a operação do Siles – e os custos de operação do próprio microcrédito.

Cabe destacar que o Siles não é um banco e que, como a conta de créditos não é uma caderneta de poupança, o colaborador que cobriu a operação é apenas retribuído com Créditos Solidarius, os quais podem ser utilizados para obter-se produtos e serviços oferecidos por outros participantes da comunidade de intercâmbios ou para apresentação de projetos, solicitando-se à comunidade a doação de valores do Fundo para cobrir atividades que realimentem a economia solidária.

8. No caso de crédito para a aquisição de bens, o tomador, que faz empréstimo no Siles, pesquisa no mercado a melhor oferta a prazo que encontra para o item que deseja adquirir e traz ao Siles a proposta de aquisição daquele bem. O Siles cobrará, em moeda social ou Créditos, a metade dos juros da melhor proposta de mercado. O Siles faz o pa-

51 No Brasil, as cadernetas de poupança são reguladas por lei federal de 1991 que lhes assegura um rendimento não inferior a 0,5% ao mês, acrescida da Taxa Referencial, definida com base na média da taxa mensal dos Certificados de Depósito Brancário (CDBs) prefixados, de 30 instituições financeiras, sobre a qual aplica-se um redutor.

gamento do bem no mercado à vista com moeda oficial, de circulação nacional. E o tomador do empréstimo pagará mensalmente ao Siles o valor parcelado, em moeda social ou Créditos.

9. Nas feiras do Siles, os vendedores somente recebem moeda social e Créditos Solidarius. Qualquer pessoa, independentemente de estar integrada ao Siles, poderá comprar na feira. Caso não seja integrante, efetua o pagamento em moeda oficial, de curso nacional, no Caixa da feira. Esse valor é doado ao Fundo Mundial e os Créditos Solidarius correspondentes são anotados na conta do vendedor.

Vejamos melhor o que ocorre com as operações de crédito realizadas que permitem aos participantes comprarem produtos a prazo, pagando metade da taxa de juros praticada no mercado e, aos que fornecem os Créditos, receberem o dobro do que receberiam, se mantivessem o correspondente a esses valores na caderneta de poupança.

1. Um produtor deseja comprar um equipamento que custa R\$ 500,00 à vista, ou R\$ 800,00 em dez parcelas, na melhor oferta de mercado por ele encontrada.

2. O Núcleo de Microcrédito do Siles divulga aos participantes que necessita de R\$ 500,00 para apoiar o projeto da compra daquele equipamento. Alguns dias depois, começa a receber transferências de Créditos Solidarius de colaboradores diversos, em favor daquele projeto, totalizando em Créditos o equivalente a R\$ 500,00. O Siles apresenta o projeto à Comunidade de Intercâmbios e, após aprovação, recebe os R\$ 500,00 da Seção Nacional do Fundo. O Siles retribuirá, parceladamente, esse valor em Créditos Solidarius aos colaboradores que fizeram transferências para viabilizar aquele microcrédito, acrescido da bonificação correspondente ao dobro da taxa da poupança no período das dez parcelas já inicialmente previstas.

3. O tomador faz o pagamento do empréstimo com Créditos Solidarius, ou moeda social lastreada em moeda oficial, em dez parcelas correspondentes a R\$ 65,00 cada uma, totalizando R\$ 650,00 e economizando R\$ 150,00 em relação ao que pagaria no mercado.

4. Se o valor da poupança no primeiro dia do mês for 1%, cada colaborador que aportou recursos para aquele projeto recebe 2% do Siles, o que totaliza créditos correspondentes a R\$ 55,00 no final de 10 meses, que somados ao principal, resultam num montante de créditos correspondentes a R\$ 555,00.

O resultado final dessa operação é que o tomador do crédito comprou o equipamento com a metade da taxa de juros mais baixa que encontrou no mercado; as pessoas que colaboraram com ele, aportando recursos para essa operação, receberam em Créditos Solidarius o dobro do que receberiam se tivessem deixado o valor equivalente em dinheiro na caderneta de poupança; e o Siles, que mediou a colaboração entre os participantes, recebeu do tomador o equivalente a R\$650 em Créditos Solidarius ou moeda social lastreada em moeda oficial e retribuiu o equivalente a R\$ 555,00 em Créditos Solidarius aos que aportaram recursos à operação, ampliando assim o saldo disponível para a sustentação de suas ações em Créditos Solidarius no valor correspondente a R\$ 95,00.

É importante enfatizar que o Siles recebe as transferências em Créditos Solidarius. Apresenta um projeto à Comunidade de Intercâmbios e recebe uma doação desta, em dinheiro, para comprar o equipamento. Compra o equipamento e o entrega ao interessado. Este retribui ao Siles em Créditos Solidarius ou moeda social lastreada em moeda oficial a doação que dele recebeu. E o Siles, igualmente, retribui, aos que colaboraram com esta iniciativa, os valores recebidos em Créditos, acrescidos de uma bonificação realizada pelo participante que ficou com o equipamento. Não se trata portanto de uma caderneta de poupança, mas de doações e de transferências feitas pelos participantes entre si, que favorecem a todos mutuamente.

Vejamos agora um exemplo de entrega em domicílio. Um motoqueiro faz entregas de produtos solidários em domicílio e recebe em moeda social, lastreada ao par com a moeda oficial. Cada entrega custa \$ 5,00. Efetua oito entregas ao dia. Dirige-se ao Siles e converte as 40 unidades, de moeda social lastreada, em R\$ 40,00 para a cobertura de todos os seus custos, inclusive de seu próprio trabalho.

Como se vê, a integração das diversas práticas de economia solidária acima referidas, operada pelo Siles, pode criar melhores condições de sustentabilidade para as iniciativas locais de economia solidária. O resultado dessa integração é que os preços praticados no Siles – quando este é bem organizado – são, em alguma medida, sempre mais vantajosos que os do mercado.

Mas o elemento central do Siles é a *Festa de Libertação*. É o momento de celebrar o bem-viver, de consumir solidariamente, durante a

feira, produtos e serviços da economia solidária. Propõe-se que a *feira* seja um espaço de encontro mensal, que tem início após a entrega das compras solidárias, a apresentação da situação atual do Siles, a apresentação sumária dos projetos que foram recebidos naquele mês pelo Núcleo de Microcréditos e após a realização dos intercâmbios solidários da feira.

É interessante perceber que o Siles pode operar com diversos meios para fluxos de valores, ativando fluxos reais de circulação de produtos e serviços ou de financiamentos. E pode transitar de um meio a outro, conforme as vantagens de cada um deles. Ao todo são seis meios que possibilitam realizar fluxos de valores: moeda convencional, moeda social lastreada em moeda oficial, Créditos Solidarius, moeda social lastreada em capacidade produtiva, créditos inter-grupos e créditos restritos.

É interessante perceber também que *é possível reduzir-se a zero a taxa de juros* cobrada em todas as operações de empréstimos, desde que se estabeleça como convenção que sobre as vendas, realizadas no interior do sistema por aqueles que tomam os empréstimos, será cobrada uma taxa de recuperação do custo do crédito que lhe foi concedido e um plus a ser retribuído aos que, com seus recursos, viabilizaram o crédito que lhe foi propiciado no próprio sistema. Uma vez atingido o valor pré-estabelecido de participação nos resultados, essa taxa não seria mais aplicável. Assim, as pessoas que aportam recursos para as iniciativas, igualmente promoveriam o sucesso delas, uma vez que podem participar dos seus resultados, até o limite considerado justo pela convenção estabelecida na própria comunidade de intercâmbios. E quanto mais distribuídos estiverem os créditos e débitos, tanto melhor para a sustentabilidade financeira do conjunto das redes colaborativas.

Uma das fendas do capitalismo é a impossibilidade de expandir-se sem gerar a concentração de créditos e a distribuição de dívidas. Nos sistemas de intercâmbios solidários, que em cada realidade ganham contornos específicos, a geração de créditos é feita de maneira desconcentrada, em várias modalidades. E créditos e débitos tendem a se distribuir de maneira homogênea por todo o sistema, pelo conjunto das cadeias produtivas, de modo que sua compensação cotidiana evite movimentos de instabilidade sistêmica, mesmo com as crises do capitalismo ao seu redor.

2. Fundo Mundial de Economia Solidária e meios econômicos efetivos

Cabe esclarecer os motivos pelos quais o Fundo Mundial de Economia Solidária *somente aceita doações em moedas oficiais e não em meios econômicos efetivos*, como imóveis, plantas produtivas, commodities, etc. Basicamente por dois motivos.

a) Porque *o Fundo não deve se tornar proprietário dos meios econômicos efetivos*. A propriedade dos meios econômicos deve ser dos participantes, assegurando-se o máximo da liberdade privada a todos, preservando-se o interesse público, podendo assim cada pessoa exercer o princípio de subsidiariedade em relação à sua família, comunidade, nação e humanidade. Porque a adesão à Comunidade de Intercâmbios é livre, podendo o participante sair da comunidade se assim o quiser, uma vez saldadas as transações contratadas com seus membros e com o Fundo.

b) A principal dificuldade do capitalismo é a necessidade de crédito para girar a produção, para viabilizar o consumo dos bens e serviços oferecidos nos mercados. E quanto mais as moedas oficiais forem acumuladas nos Fundos, sob custódia das Comunidades, menos liquidez haverá nos mercados e mais dificuldade o capitalismo terá em se reproduzir, encarecendo-se o preço do crédito – o que dificultará ainda mais o giro de sua produção. Para evitar que a comunidade tenha gigantescas caixas-fortes para armazenar as moedas, estas podem ser trocadas por títulos dos Tesouros de cada país, preferencialmente relacionados ao pagamento das dívidas externas nacionais. Assim, os Tesouros Nacionais serão responsáveis pela restituição dessas moedas às redes no vencimento desses títulos e os recursos monetários vão sendo drenados dos mercados para os Tesouros Nacionais, fortalecendo-se o poder dos Estados frente aos fluxos de capitais financeiros, nacionais e internacionais.

3. Fluxos globais de valores econômicos solidários

Do ponto de vista de longo prazo, a expansão do volume de créditos solidários, em circulação internacional, pode ir progressivamente

substituindo as moedas fortes no interior da economia solidária. Isso porque o valor de base dos créditos é relativamente estável, sendo ajustado não tanto pelas pressões de mercado, mas fundamentalmente por alterações na apropriação social da riqueza produzida, ao considerar-se o poder de compra distribuído em cada país.

Tende, igualmente, a expandir um novo modelo internacional de intercâmbios – provocando a redução dos capitais circulantes no sistema financeiro em busca de lucros e ampliando o volume de valor econômico disponível para o financiamento de projetos de economia solidária no conjunto das Seções Nacionais do Fundo Mundial de Economia Solidária.

4. Aquisição solidária dos títulos das dívidas públicas pelo fundo mundial e a reconstrução das soberanias nacionais

A metodologia adotada no Sistema de Intercâmbios Solidarius prevê que até 25% do valor total da Seção Nacional do Fundo possa ser utilizado em operações financeiras, que tenham por finalidade reduzir a vulnerabilidade econômica do país frente aos fluxos de capital financeiro e fortalecer a soberania do país frente aos fluxos de capitais internacionais. Nesse caso, as Seções Nacionais poderão comprar títulos da dívida pública em operações que permitam liquidez no curto e médio prazos.

A ação combinada de tanto comprar títulos da dívida pública diretamente dos Governos Nacionais quanto defender intransigentemente a auditoria das dívidas públicas, o cancelamento das dívidas ilegitimamente contraídas e renegociadas e que recursos, na magnitude do volume cancelado, sejam integralmente aplicados em favor do desenvolvimento sustentável e soberano do país – pelo fortalecimento da economia solidária, com políticas que dinamizem as cadeias de produção, comercialização e consumo em seu interior e que ampliem a distribuição de renda no país – tende a colocar o enfrentamento do tema das dívidas públicas em outro patamar.

Na medida em que maiores sejam os recursos das Seções Nacionais do Fundo, maior será o volume de títulos adquiridos e maior será o

retorno dos juros recebidos para a alimentação da Economia Solidária. Os juros que antes eram acumulados por agentes privados no mercado, agora passam a ser integralmente totalizados no Fundo, ampliando-se o volume de recursos, em moedas oficiais, oferecidos em operações de crédito para potencializar as cadeias produtivas da economia solidária. Por sua vez, os *Créditos Solidarius* correspondentes aos juros – que não são dinheiro nem moeda, apenas registros de valor econômico solidário – são rateados por igual na comunidade universal de intercâmbios. Assim, enquanto o dinheiro oficial, de curso nacional, é doado integralmente ao Fundo para ativar as cadeias produtivas da economia solidária, os créditos que a comunidade de intercâmbios gera para si mesma, em correspondência a esse valor, ativam o processo de consumo solidário daquilo que é produzido colaborativamente, sob a matriz da sustentabilidade econômica e ecológica.

Decisões globais podem ser tomadas pela Comunidade de Intercâmbios para transferir recursos de um país a outro, com vistas a ampliar a aquisição de títulos públicos nesses países, ao ponto de poder tornar-se o principal credor nesses países e forçar o cancelamento do conjunto das dívidas, com base no seguinte acordo: que o volume total da dívida cancelada seja, democraticamente, aplicado no fortalecimento das cadeias produtivas da economia solidária naquele país, particularmente em ações que melhor promovam a geração e apropriação de renda entre os mais empobrecidos.

Com isso, recupera-se a soberania econômica nacional dos diversos países, a começar pelos que simultaneamente sejam mais pobres e tenham menor volume de dívidas contraídas.

Por outro lado, as dívidas públicas, geralmente, estão distribuídas entre os vários níveis de governo, do local ao federal. Assim, estratégias podem ser adotadas para que o Fundo compre títulos de longo prazo de governos locais, libertando esses governos do peso das dívidas, estabelecendo-se contratos que garantam que os recursos que anteriormente seriam gastos no pagamento dessas dívidas, sejam investidos integralmente no fortalecimento das cadeias produtivas de economia solidária nesses territórios, na geração e apropriação de renda pelos mais empobrecidos e na promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável. Assim, do mesmo modo que no período medieval, em meio ao feudalismo, vão surgindo as cidades livres, agora, em meio ao capitalis-

mo, vão surgindo as cidades que operam sob os princípios da economia solidária e da democracia participativa, promovendo-se o bem-viver do conjunto da população, a começar pelos mais pobres e vulnerabilizados.

Esse fenômeno, em escala global, leva à recuperação progressiva da soberania econômica das nações, à promoção da paz entre os povos, à redução da violência e ao fortalecimento da democracia em todo o planeta. Pois, cada pessoa que participa da comunidade de intercâmbios tem o direito de exercer diretamente seu poder na decisão sobre a aplicação dos recursos do Fundo Mundial, respeitando-se os princípios e finalidades pelos quais esse Fundo foi criado, com a doação de recursos de milhões de pessoas de todos os países que a ele venham a se integrar.

5. Geração de trabalho e renda e redução da jornada de trabalho em escala planetária

Com o fortalecimento da economia sob os princípios da economia solidária, tende-se a remontar de maneira ecológica e solidária o conjunto das cadeias produtivas. Isso significa geração de mais postos de trabalho. E, na medida em que se incorpora recursos tecnológicos que possibilitem produzir de maneira sustentável e com menor tempo de trabalho necessário, tende-se a reduzir a jornada de trabalho de todos. Evidentemente, o valor qualitativo dos bens intangíveis criados nos campos da ciência e da arte, por exemplo, não tem como ser avaliado por tempo de trabalho gasto em sua produção. E a redução da jornada de trabalho, na produção de bens tangíveis, pode vir a ser contrabalanceada pela extensão da jornada de trabalho na produção de bens intangíveis.

De qualquer modo, quando se praticam preços justos e se assegura um sistema de crédito solidário, como ocorre no Sistema de Intercâmbios Solidarius, pode-se reduzir sustentavelmente o tempo de trabalho de todos a um patamar consensuado socialmente, ao invés gerar-se desemprego, visando reduzir-se o preço das mercadorias e aumentar-se o lucro. No primeiro caso, reduzindo-se solidariamente a jornada de trabalho com tecnologias ecologicamente sustentáveis, todos vencem, pois a riqueza é repartida e os ecossistemas protegidos. No segundo caso, alguns acumulam riqueza, muitos empobrecem e a lógica de reduzir

custos tende a destruir o planeta, esgotando recursos naturais, explorando pessoas e arrasando ecossistemas.

A expansão da economia solidária, em redes colaborativas, tende pois a promover progressivamente a redução da jornada de trabalho de todos e a gerar mais tempo livre para atividades de lazer, assegurando-se, a todos, melhores condições para o intercâmbio de saberes e o diálogo intercultural, com fluxos de informação realimentados por fluxos econômicos solidários.

6. Transformação sistêmica de empresas capitalistas pela adoção dos princípios éticos, organizativos e operativos da economia solidária

A multiplicação dos sistemas de intercâmbios solidários, conformando uma constelação de redes colaborativas interligadas, em processos de agregação e realimentação recíprocos, contribuirá para que as cadeias produtivas da economia solidária sejam remontadas mais rapidamente – e menos oportunidade haverá para fornecedores não solidários venderem os seus insumos produtivos. Igualmente, na medida em que esses sistemas se multipliquem – ampliando o potencial de consumo sustentado em créditos solidários e nas demais modalidades de fluxo de valor que podem operar num *sistema integrado local ecosolidário* –, os fornecedores não eco-solidários terão maiores dificuldades em comercializar os seus produtos e serviços.

Tais empresas privadas tenderão, pois, a se converter à economia solidária por dois motivos. O primeiro é o fato de que, sob a lógica do capitalismo, estarão perdendo mercados. E melhor será converter o empreendimento à autogestão do que falir. Atualmente, muitos empreendimentos de economia solidária surgem a partir de processos falimentares. Empresas capitalistas quebram e os trabalhadores as convertem à economia solidária. O segundo é que a progressiva mudança de valores culturais nas sociedades – prezando-se mais pelo bem-viver pessoal e coletivo do que pela quantidade de coisas que alguém possa ter – tende a levar muitos micros e pequenos empresários a buscar um outro modo de vida, menos estressante e mais prazeroso, menos endividado e mais tranqüilo.

A propagação do tempo livre para o bem-viver, para viver sem pressa e em paz, com um padrão satisfatório de conforto e tranquilidade, ampliando-se a capacidade de criação pessoal para a solução de desafios, em processos colaborativos onde todos ganham, levará a uma mudança profunda na cultura de individualismo e competitividade, que tem resultado na organização de sociedades horrorosas – fundadas no descarte de objetos e de pessoas, com cidades repletas de poluição, exclusão e violência; que vêem aumentar o número de suicídios e de pessoas viciadas em droga, álcool, videogames e tudo o mais que as permita fugir da realidade, por alguns minutos, por algumas horas, por alguns dias ou para sempre.

Trabalhar, consumir e viver de modo solidário, ecologicamente sustentável, promovendo-se as liberdades públicas e privadas, eticamente referenciadas, passará a fazer parte das utopias pessoais e coletivas, de grupos e sociedades. E muitos empresários capitalistas chegarão à conclusão de que é melhor converter as suas empresas ao modelo de autogestão, do que continuar a viver uma vida cada vez mais vazia de sentidos, vendo as dificuldades de suas empresas aumentarem sempre mais em meio a um cenário de concorrência cada vez mais complexo.

Assim, a perda de mercados, problemas financeiros que quebram empresas e a mudança de horizontes corporativos tendem a conduzir a transformação de empresas para a adoção dos princípios da economia solidária, buscando-se o ambiente econômico favorável que a economia solidária propicia aos atores que a ela se integram.

7. Expansão do desenvolvimento sustentável e conversão para uma nova matriz energética

A remontagem das cadeias produtivas sob o controle das comunidades locais, baseada em princípios ecológicos e solidários, contribuirá para mudar a matriz de desenvolvimento global. Dado que a sustentabilidade econômica deve andar de mãos dadas com a sustentabilidade ecológica, a matriz energética ancorada na queima de combustíveis fósseis em geral, e do petróleo em particular, deve ser substituída por outra, totalmente sustentável. Entre as melhores opções estão a energia solar e o hidrogênio.

Na medida em que as redes de economia solidária tenham condições de operar maiores investimentos, é fundamental que promovam a Pesquisa & Desenvolvimento de soluções tecnológicas para o aproveitamento da energia solar e do hidrogênio para fins industriais e domésticos. Igualmente, a economia solidária deve estar na linha de frente da solução do transporte de mercadorias e de pessoas, com energias limpas, bem como da reserva e reaproveitamento de água. Com isso, poderá reduzir não apenas os impactos ambientais do consumo de energia e de água, mas, igualmente, reduzir custos da produção econômica e gastos familiares.

A economia solidária, como modelo de desenvolvimento econômico, não o é apenas em nível macro-político, mas igualmente em nível dos territórios locais. A participação das comunidades locais na definição do seu desenvolvimento é condição-chave para que o princípio democrático de autogestão seja respeitado. Este desenvolvimento deve considerar diversos fatores, que já analisamos em outra parte (Cf. MANCE, 2004). Cabe destacar que a organização de sistemas de intercâmbios solidários nos territórios tende a promover a integração da produção e consumo nessas regiões, fortalecendo o desenvolvimento local e sustentável. Por outra parte, a constituição do Fundo Mundial de Economia Solidária permite a acumulação compartilhada de valores, os quais poderão ser utilizados no financiamento de processos de desenvolvimento, ecologicamente sustentável, em qualquer parte do planeta, contribuindo com as comunidades locais no esforço por mudar as matrizes energéticas e as tecnologias empregadas, para que possam trabalhar e produzir meios econômicos que assegurem o bem-viver de suas comunidades de maneira ecologicamente correta e socialmente justa.

8. Fortalecimento da democracia participativa na esfera econômica e política

O crackeamento das fendas sistêmicas do capitalismo será tão mais eficiente quanto mais democráticas forem as formas de organização política e social que o realizem. A democracia como valor universal tem que ser vivida plenamente na esfera econômica. Por isso, é deplorável qualquer forma de exploração do trabalho, que cinde a força de trabalho

do ser humano que a porta, que trata o ser humano como algo aproveitável para a geração de riqueza sobre a qual ele não tem qualquer controle, que aliena as pessoas – mesmo que regulada legalmente, como o foram a *escravidão*, a *servidão* e, como o é, o *trabalho assalariado* sob o capitalismo. Deplorável porque todas elas renegam não apenas a democracia como valor universal, mas igualmente a dignidade do ser humano em exercer sua liberdade.

A expansão da autogestão pelo conjunto das cadeias produtivas, praticada em empreendimentos que atuam colaborativamente em redes solidárias, tende a difundir a democracia como valor universal. A gestão direta do Fundo Mundial de Economia Solidária pelo conjunto dos participantes em todos os países, igualmente, leva para o âmbito do exercício das finanças a lógica autogestionária, de que cada pessoa tenha assegurado o seu direito ao voto, em igualdade de condição com os demais, para decidir tudo aquilo que afete os interesses coletivos.

Esse fortalecimento da democracia na esfera econômica se dobrará no fortalecimento da democracia na esfera política, pois essa nova classe social dos trabalhadores-proprietários tenderá a formular suas proposições políticas para a transformação do arcabouço legal dos Estados, a fim de suprimir direitos injustos e introduzir novos direitos. Pelo fato de as redes de economia solidária estarem articuladas às demais redes sociais colaborativas – que lutam por questões ambientais, de gênero, étnicas e culturais, entre tantas outras, relacionadas aos direitos humanos e sociais, ao bem-viver das coletividades e dos povos – elas contribuirão juntamente com as demais na propagação da revolução das redes em todos os territórios que sejam por elas alcançados. Uma não serão vanguardas de outras. Mas todas elas, colaborativamente, formarão constelações de movimentos e atores diversos, propagando novas práticas econômicas, políticas e culturais, respeitando a cada pessoa e a todos os povos, em seu democrático direito de decidir os caminhos de organização de suas sociedades, protegendo-se os direitos humanos e ecológicos em sua totalidade.

A transformação dos Estados, para que sejam compatíveis com os valores da democracia participativa, é um processo progressivo e nunca estará acabado, pois pode-se aperfeiçoar a democracia a cada dia, sendo necessário igualmente aperfeiçoar os instrumentos de seu exercício, tanto em nível local, quanto nacional e internacional. Muitos dos

instrumentos de governança colaborativa, instituídos pelas redes econômicas e sociais para seu próprio funcionamento, ensejarão a criação de novos instrumentos de governança política para as sociedades como um todo. Desse modo, não se trata de realizar a revolução para apenas democratizar os poderes de Estado. Mas de democratizar as relações de poder no campo econômico e social, de transformar democraticamente o Estado, para aprofundar a *revolução das redes*, que permeia as diversas esferas do mundo da vida, expandindo os campos de possibilidade do exercício das liberdades públicas e privadas, eticamente referenciadas.

9. Promoção do bem-viver de cada pessoa e da paz entre os povos

Movidas sob a lógica intrínseca de que somente a distribuição de riqueza possibilita às redes de economia solidária crescerem sustentavelmente, estas contribuem para o bem-viver das pessoas, integrando-as ao tecido solidário de produção, comercialização, consumo, finanças, desenvolvimento tecnológico, da arte, da ciência, do lazer e da interculturalidade. A propagação da autogestão – como forma privilegiada de organização social, no respeito simultâneo ao interesse do indivíduo e ao bem público –, tende a gerar espaços de concertação democrática para solução de conflitos. Se o bem-viver não se confunde com a posse ou propriedade de bens materiais, por outra parte, bens materiais e culturais diferenciados são necessários ao diferenciado bem-viver de cada pessoa e de cada povo, cabendo acolher a singularidade de todos, na promoção das liberdades públicas e privadas, no horizonte ético do bem comum.

A equalização do poder de compra distribuído no conjunto dos países tende a reduzir os conflitos entre povos por motivos de interesses econômicos. Por outra parte, todo o movimento de educação, realizado no interior das redes colaborativas na promoção da democracia, tende a re-situar os conflitos internacionais em um campo democrático de solução.

Assim, a multiplicação de milhares de redes de economia solidária pelo mundo, integradas a outras milhares de redes autogestionárias na defesa de direitos eticamente fundados, tende a gerar espaços de diálogo

go e de concertação social, nacionais e internacionais, voltados à promoção do bem-viver das pessoas e da paz entre os povos.

10. A Constelação Solidarius

As milhares de redes de economia solidária, que vão se organizando pelo mundo afora, tornam-se poderosos atratores, capazes de irradiar desenvolvimento sustentável nos territórios que alcançam, na medida em que integrem estrategicamente seus *fluxos de meios econômicos* (bens tangíveis e intangíveis) e seus *fluxos de valores econômicos*.

Os sistemas de intercâmbios solidários, possibilitando a integração desses diversos fluxos de rede e realimentando a expansão da economia solidária em todos os países, formam uma gigantesca constelação solidária.

A revolução das redes cresce assim, multiplicando essas redes solidárias por todo o mundo, na promoção do bem-viver das pessoas e da paz entre os povos. Uma revolução pacífica, que exerce a resistência frente aos fluxos econômicos do capital, incapazes de promover a emancipação da humanidade, pois fundados na relação de subalternidade dos trabalhadores em relação aos detentores dos meios produtivos e na concentração sempre maior das riquezas produzidas. Sistema, cujas fendas estruturais fazem parte de sua própria identidade e não têm como ser corrigidas, a não ser pela negação da própria lógica interna que o realimenta, que concentra a riqueza sempre mais e distribui as dívidas sempre mais.

Mas, a passagem da resistência contra a injustiça e a destruição do planeta à construção de um novo sistema, economicamente justo e ecologicamente sustentável, centrado na solidariedade, exige a participação das pessoas, como pessoas, antes mesmo do que como consumidores ou como trabalhadores. Pois o desenvolvimento da economia solidária requer, acima de tudo, a vivência de valores éticos, relacionados à promoção do próprio bem-viver de cada pessoa e de todas as coletividades. Requer o reconhecimento recíproco das pessoas, como portadoras de direitos inalienáveis – que as pessoas se reconheçam como pessoas, com dignidade e no respeito à diversidade, e não como capital produtivo ou social, como mercado consumidor ou força de trabalho.

Essas redes, como estrelas de economia solidária, iluminam outros sentidos para a realização do consumo, da comercialização, da produção, do financiamento, do desenvolvimento tecnológico, etc., enfim, para a economia como um todo. Revitalizam, com sua força, o poder da democracia para o enfrentamento dos conflitos, dos interesses diversos e das contradições históricas, herdadas pelos diversos povos e por toda a humanidade.

Assim, a multiplicação dessas iniciativas, integradas em sistemas de intercâmbios solidários, fundadas na dádiva do valor econômico em benefício das comunidades, na definição de um câmbio monetário sempre mais justo, pois referenciado não apenas na paridade de poder de compra das moedas mas igualmente no poder de compra realmente distribuído no interior das sociedades, configura uma pujante constelação – integrando a realidade histórica dessa nova economia, que se espalha rapidamente pelo mundo, com as esperanças e utopias, que sempre alimentaram os movimentos de libertação social.

Essa constelação de redes sociais colaborativas sabe que “um outro mundo é possível” – como reafirma, em cada edição, o Fórum Social Mundial. A construção do novo pode seguir por muitos caminhos. Em nosso momento histórico, a economia solidária tem esse potencial de explorar as fendas do capitalismo e de expandir a sua própria capacidade sinérgica, no horizonte de vir a superar o sistema hegemônico e contribuir para o surgimento de sociedades pós-capitalistas.

Não se trata de uma reforma do sistema, nem de marcar a data do seu crack final, mas sim de expandir os fluxos da economia solidária pelo conjunto das sociedades, que, com autonomia e soberania, devem decidir qual o modo de funcionamento ético de suas economias. Na medida em que se corrijam os fluxos de valor – originados na economia solidária mas que realimentam o capitalismo, pela via do consumo final ou produtivo, pela via do pagamento de juros ou de licenças, relacionados a bens e serviços oferecidos pelo capital –, tais valores realimentarão a expansão da economia solidária. E, do mesmo modo que nunca ocorreu a greve mundial revolucionária dos trabalhadores, também não vai ocorrer a mudança desses processos de consumo e financiamento de um dia para o outro. O que tende a prosseguir historicamente é o surgimento, a cada dia, de novas iniciativas de economia solidária e a sua integração em redes colaborativas que, aos poucos, vão remontando cadeias produtivas. É o surgimento de novos complexos econômicos,

organizando sistemas de intercâmbios solidários os mais diversos. E, a cada dia, as fendas do capitalismo continuarão elas mesmas a impedir a sua própria reprodução sustentável, enquanto a economia solidária seguirá seu próprio caminho de emancipação econômica da humanidade.

Conclusão



As fendas sistêmicas do capitalismo o tornam incapaz de promover tanto a distribuição da riqueza quanto o bem-viver das pessoas e sociedades. A economia solidária pode hackear e crackear essas fendas, de modo a reorientar os fluxos de valor econômico do sistema, para que alimentem os circuitos econômicos solidários.

A subversão do sistema, assim, conduz a economia ao seu papel de assegurar os meios econômicos requeridos ao bem-viver do conjunto das pessoas e sociedades, de maneira justa e ecologicamente sustentável. Vimos que ela pode, simultaneamente, atender às necessidades econômicas das pessoas, na perspectiva de assegurar o bem-viver destas; enfrentar as estruturas sistêmicas de empobrecimento, exclusão social e destruição ambiental, inerentes ao capitalismo; e implantar novas estruturas econômicas e sociais de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico – desde que os atores econômicos solidários estejam integrados em redes colaborativas e continuem a remontar solidariamente as cadeias produtivas com seus fluxos econômicos.

Vimos que a organização de sistemas de intercâmbios solidários pode acelerar rapidamente o desenvolvimento da economia solidária, na medida em que cria a possibilidade de integração de modalidades diversas de economia solidária em redes colaborativas, em fluxos econômicos locais e globais que fortaleçam as diversas iniciativas e promovam o desenvolvimento sustentável nos diversos territórios.

O experimento econômico, levado a cabo internacionalmente nos últimos anos, que analisamos minuciosamente neste livro, permite supor que, sendo multiplicados os sistemas solidários de intercâmbio pelo mundo todo, integrando parte expressiva das pessoas que praticam atualmente a economia solidária, tenha-se o surgimento, nas próximas décadas, de uma gigantesca constelação de iniciativas de economia solidária, integradas em redes colaborativas locais e internacionais – a Constelação Solidarius. E, na medida em que isso ocorra, quanto mais essa constelação se expandir, mais capacidade de expansão terá.

Se as ferramentas de tecnologia da informação já disponíveis para suportar esses sistemas de intercâmbios adotarem um padrão comum para a Unidade Solidária de Valor Econômico, como ocorre com os Créditos Solidarius, e ganharem rápida difusão entre os que passam a praticar a economia solidária em estratégias de redes colaborativas internacionais e locais, teremos a expansão de um movimento emancipatório econômico global sem precedentes na história mundial. Isso ocorrerá na igual medida em que as Seções Nacionais do Fundo Mundial de Economia Solidária totalizem valores cada vez maiores em moedas nacionais, ampliando-se igualmente o volume dos créditos solidários gerados nos sistemas de intercâmbio – possibilitando financiar-se, com esses recursos, projetos de desenvolvimento sustentável, eco-solidário, em qualquer país, respeitando-se o equilíbrio dinâmico do próprio sistema de intercâmbios e de financiamentos solidários. Vimos que esses recursos permitem também uma interferência da economia solidária na rolagem das dívidas públicas dos países, defendendo-se as soberanias nacionais frente ao movimento dos capitais financeiros internacionais. E, igualmente, possibilitam contribuir na propagação da *economia do conhecimento* no conjunto dos países, no fortalecimento de sua *economia dos bens intangíveis* sob a lógica solidária do compartilhamento de meios econômicos simbólicos e virtuais – como softwares livres, por exemplo –, e no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que potencializem a expansão da economia solidária.

Como pudemos desdobrar amplamente na última parte deste livro, não se trata apenas de um experimento econômico internacional bem-sucedido. Trata-se, isto sim, do surgimento de uma nova tecnologia social, capaz de promover a inter-operabilidade de diversas outras tecnologias sociais no campo da economia solidária, desenvolvidas ao

longo de sua história. Com isso, torna-se possível crackear as fendas sistêmicas do capitalismo, para dar origem a um novo sistema econômico e social, fundado nos princípios de solidariedade, autonomia, responsabilidade, reciprocidade na dádiva, retribuição, equidade, subsidiariedade, sustentabilidade, democracia e libertação. Princípios que nos fazem enxergar o mundo – e a economia em particular – com outros olhos, menos ingênuos e mais realistas, descobrindo que o bem-viver de cada um tende a ser tanto maior, quanto mais se promove o bem-viver de todos.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer. Palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AQUINO, Dayani Cris de. As contradições da reprodução do capital social: o status dos esquemas de reprodução numa teoria de crise marxista. In: COLOQUIO DE LA SOCIEDAD LATINO-AMERICANA DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO (SEPLA): LA CONSTRUCCIÓN DE UNA NUEVA SOCIEDAD, 2., *Anais...* 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, 1., 26 a 29 de junho de 2006, Brasília, *Anais...* Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2008.

DUSSEL, Enrique. Ética da libertação. In: SIDEKUM, Antonio. *Ética do discurso e filosofia da libertação: modelos complementares*. São Leopoldo, Unisinos, 1994.

_____. Del sceptico al cinico (Del oponente de la “Ética del discurso” al de la “Filosofía de la liberación”). *Libertação-Liberación*, Campo Grande, CEFIL, ano 3, n. 1, p. 36-47, jan./dez. 1993.

EUSTACE, Clark (Org.). *The intangible economy, impact and policy issues. Report of the european high level expert group on the intangible economy*. European Commission, out. 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. *Aspectos da gestão nos empreendimentos econômicos solidários*. Disponível em: <www.ecosol.org.br/arq/gestaopuc.ppt>. Acesso em: 9 dez. 2008.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HINTZE, Susana (Org.). *Trueque y economía solidaria*. [S. l.]: Universidad Nacional de General Sarmiento. 2003 Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/ico/trueque.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2008.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Global Employment Trends*. Genebra: ILO, 2008.

MANCE, Euclides A. realidade virtual: a conversibilidade dos signos em capital e o poder político. *Revista Lumen*, São Paulo, Faculdades Associadas Ipiranga, n. 2, v. 4, p. 75-135, jun. 1996.

_____. Trabalho, ciência e tempo livre em Karl Marx: dos Grundrisse ao Capital. Curitiba: [s. n.], 1997. Disponível em: <www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/trabalho.htm>. Acesso em: 9 dez. 2008.

_____. *Globalização, liberdade e educação: desafios e contradições das sociedades contemporâneas*. Dissertação (Mestrado em Educação), UFPR, 1998.

_____. *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Redes de colaboração solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. *Como organizar redes solidárias*. Curitiba: IFIL; Fase; DP&A, 2003.

_____. *Fome Zero e economia solidária*. Curitiba: IFIL; Editora Gráfica Popular, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro terceiro – O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1972.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. *On a New List of Categories*. 1868. Disponível em: <www.peirce.org/writings/p32.html>. Acesso em: 9 dez. 2008.



ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM ADOBE
GARAMOND PRO PELA EDITORA IFIBE
E IMPRESSA PELA GRÁFICA BERTHIER
EM DEZEMBRO DE 2008.

Sobre o Autor

Euclides André Mance, 1963, é filósofo e fundador do Instituto de Filosofia da Libertação – IFiL. Lecionou na UFPR na década de 90. Foi professor de Lógica, Semiótica e Filosofia Latino-Americana. Participou da criação da Central de Movimentos Populares e da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária. Atuou como consultor em projetos da Unesco e da FAO relacionados ao Desenvolvimento Sustentável no Programa Fome Zero. Criou o portal Rede Solidária em 1999 e o Portal Solidarius.com.br em 2006. No período de 2007 a 2008 conduziu o experimento de intercâmbios solidários que é analisado neste livro. Sua obra filosófica e econômica está traduzida a vários idiomas. Entre seus estudos publicados elencam-se os livros *A Revolução das Redes* (Vozes, 1999), *Como Organizar Redes Solidárias* (DP&A, 2002), *Redes de Colaboração Solidária* (Vozes, 2003) e *Fome Zero e Economia Solidária* (IFiL, 2004).

As fendas sistêmicas do capitalismo o tornam incapaz de promover a distribuição da riqueza e o bem-viver das pessoas e sociedades. Mas a economia solidária pode hackear e crackear essas fendas, de modo a reorientar os fluxos de valor econômico do sistema, para que alimentem os circuitos econômicos solidários.

A subversão do sistema, assim, conduz a economia ao seu papel de assegurar os meios econômicos requeridos ao bem-viver do conjunto das pessoas e sociedades, de maneira justa e ecologicamente sustentável.

A organização de sistemas solidários de intercâmbio econômico pode acelerar rapidamente o desenvolvimento dessa outra economia, na medida em que cria a possibilidade de integração de modalidades diversas de economia solidária em redes colaborativas, em fluxos locais e globais que fortaleçam as diversas iniciativas e promovam o desenvolvimento sustentável nos territórios em que operam.

O experimento econômico internacional analisado neste livro, permite supor que, sendo multiplicados os sistemas de intercâmbios solidários pelo mundo todo, integrando parte expressiva das pessoas que praticam atualmente essa outra economia, ecologicamente sustentável e socialmente justa, tenha-se o surgimento, nas próximas décadas, de uma gigantesca constelação de iniciativas de economia solidária, integradas em redes colaborativas locais e internacionais – a Constelação Solidarius. E, na medida em que isso ocorra, quanto mais essa constelação se expandir, mais capacidade de expansão terá.

